



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Bruna dos Santos Bolda

A elaboração da Sociologia de Max Weber ficou mais compreensível? Análise comparativa do esquema conceitual de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* (1921)

Florianópolis
2020

Bruna dos Santos Bolda

A elaboração da Sociologia de Max Weber ficou mais compreensível? Análise comparativa do esquema conceitual de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* (1921)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra

Bolda, Bruna dos Santos

A elaboração da Sociologia de Max Weber ficou mais compreensível? : Análise comparativa do esquema conceitual de Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva (1913) e Conceitos Sociológicos Fundamentais (1921) / Bruna dos Santos Bolda ; orientador, Carlos Eduardo Sell, 2020. 200 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Max Weber. 3. Teoria Social. 4. Metodologia. I. Sell, Carlos Eduardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Bruna dos Santos Bolda

A elaboração da Sociologia de Max Weber ficou mais compreensível? Análise comparativa do esquema conceitual de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* (1921)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Sergio da Mata
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Prof. Ernesto Seidl, Dr.
Coordenador(a) do Programa

Prof. Carlos Eduardo Sell, Dr.
Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

Este trabalho, assim como as demais conquistas da minha vida,
é dedicado aos meus amados pais e minha querida irmã.

AGRADECIMENTOS

Uma coisa ficou evidente nesses anos em que me dediquei a estudar a obra de Max Weber: somos seres que conferem sentido ao modo como agimos quando em contato com outros humanos. A partir disso, temos a capacidade de desenvolver relações com outros seres. É por isso que escrever esta Dissertação sobre o método weberiano fez-me pensar a minha trajetória do Mestrado enquanto um complexo ações que só adquiriu sentido e significado porque o vivi em relação significativa com outras pessoas. Dentre as inúmeras pessoas que conheci neste percurso, preciso declarar gratidão especialmente àquelas que me ajudaram a concluir esta jornada.

Agradeço aos meus pais e minha irmã pelo incondicional apoio. Tenho na mente imagens muito bonitas da minha vida: brincando com minha irmã Bianca e minha prima Mayane após chegar da escola, fazendo a primeira comunhão, jogando a primeira partida de handebol, fazendo a minha primeira apresentação de dança, me formando no Ensino Médio no Centro Educacional Recriarte, ingressando na graduação na Fundação Universidade Regional de Blumenau, lecionando pela primeira vez também no Recriarte, passando no processo seletivo do Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, e, por fim, lecionando pela primeira vez no Ensino Superior na Faculdade Porto das Águas. Em todas essas memórias vocês (pai, mãe e Bianca) estão presentes, acreditando nos meus sonhos e, principalmente, lutando por eles comigo.

Nossa vida não foi sempre fácil ou simples. Mas foram as intempéries que nos tornaram mais fortes e unidos. De muito meus pais abdicaram para que eu e minha irmã tivéssemos uma formação intelectual de qualidade, e, logo, até aqui eu pudesse chegar. Os anos de Mestrado (2018 e 2019) foram intensos tanto para mim quanto para Bianca Bolda. Nós compartilhamos uma longa jornada por formação profissional (e de vida!). Nesse processo, servimos uma à outra de confidente e de alicerce emocional. Eu a agradeço por ouvir pacientemente meus desabafos.

Agradeço enormemente ao meu noivo, Victor Hillmann, por transformar o período intenso do Mestrado em um momento leve, agradável e alegre. As conversas cotidianas e o aconchego dos seus abraços levaram-me mais longe do que eu poderia alcançar sozinha. Se hoje eu sou uma pessoa mais prestativa e bondosa, é por seu amor paciente e constante por mim. É por isso que ao eu já disse e continuarei dizendo “sim” à vida que estamos construindo juntos.

Agradeço a Carlos Eduardo Sell, orientador desta dissertação, por incansavelmente incentivar-me nos estudos de Sociologia. Sua paixão pela ciência, à exemplo do que propõe Max Weber em *Ciência como Vocação*, é memorável. Além de muito ensinar-me sobre Weber, em cada orientação Sell demonstrou com veemência a importância e utilidade da Teoria Social. É uma honra e alegria enormes tê-lo como orientador pois foi inspirada no seu trabalho de “desfossilização” dos escritos weberianos que esta dissertação se desenvolveu.

Aos colegas de Grupo de Estudo (carinhosamente chamado de *Salão da Marianne*, em alusão aos encontros intelectuais organizados pela esposa de Weber), agradeço pelo incansável incentivo nos estudos. O debate intelectual de altíssimo nível que ali desenvolvemos em muito me incentivou a prosseguir estudando sistemas de pensamento complexos. Preciso dizer ainda que, além de um grupo de estudos, tornamo-nos um grupo de amigos para a vida! Adan Christian de Freitas, Marcio de Carvalho, Marieli Machiavelli e Rubens Vinícius: vocês tornaram o Mestrado mais leve. Ao Adan faço um agradecimento particular por contribuir enormemente com o projeto de dissertação na fase de qualificação.

Também os colegas da Revista Em Tese muito me ensinaram sobre trabalho em equipe. Tive o prazer de atuar como editora e editora gerente (ao lado dos grandes amigos Ana Martina Baron Engerhoff e Diego Greinert) da revista ao longo dos 2 anos de Mestrado, aonde muito aprendi sobre padrões de qualidade de publicação e sobre editoração de artigos científicos. Aproveito, também, para agradecer aos colegas de Programa de Pós-Graduação. Em nossa Sociologia Política tive a felicidade de conviver com pessoas boníssimas, motivadas e profundamente inteligentes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política agradeço por ensinarem a Sociologia com tanto afinco. Faço um agradecimento específico ao professor Luiz Gustavo da Cunha de Souza pelas importantes contribuições ao meu projeto de qualificação. Suas sugestões e críticas foram amplamente abraçadas na versão final deste estudo. Estendo meus agradecimentos à secretaria e coordenação do PPGSP, especialmente a Ernesto Seidl, Janete Guimarães e Otto Frederico Volkmann, com quem sempre pude contar quando precisei e pela atenção e cuidado no trato com os estudantes. Também agradeço aos membros da banca – Sergio da Mata e Luiz Gustavo da Cunha de Souza – por tão gentilmente aceitarem examinar e discutir esta Dissertação.

Ainda em tempo, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por disponibilizar bolsas de Mestrado e Doutorado às diversas instituições de Ensino Superior deste país. Este órgão é de extrema importância para as

pesquisas científicas e tecnológicas do Brasil, nas mais distintas áreas. Também aproveito para agradecer à Faculdade Porto das Águas (FAPAG) por gentilmente acolher-me como professora dos cursos de Educação Física, Administração e Tecnologia em Negócios Imobiliários em 2019.

Se hoje eu trago à público um estudo minucioso sobre o pensamento de Max Weber é porque durante a graduação, ainda na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), minha paixão pela ciência foi despertada. A querida Vania Tanira Biavati, minha orientadora de Iniciação Científica, ensinou-me os primeiros passos do trabalho científico. Hoje, além de colegas de profissão, somos grandes amigas. Orgulho-me por ter aprendido o ofício de pesquisadora com uma das melhores profissionais. Ao Luciano Florit, também orientador de Iniciação Científica, agradeço pelos profundos debates acerca da teoria da racionalização de Max Weber e suas correlações com a ética socioambiental. Eu aprendi, com isso, a ter um olhar sociológico mais refinado e crítico. Ao Josué de Souza, meu orientador de Trabalho de Conclusão de Curso e grande amigo, agradeço pela motivação e amor à profissão de sociólogo. Vi em Max Weber uma fonte inexorável de novos ensinamentos sociológicos indubitavelmente porque você conduziu com imensa sabedoria as nossas pesquisas sobre Sociologia da Religião e sobre o método sociológico.

*“O real não está no início nem no fim,
ele se mostra pra gente é no meio da travessia”
(Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas)*

RESUMO

A republicação crítica da obra de Max Weber, a *Max Weber-Gesamtausgabe*, suscitou o debate sobre as mudanças e as permanências do léxico weberiano. Um exemplo é controvérsia entre os ensaios *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921). Schluchter (2014) defende que houve somente um refinamento do léxico, sem mudança de concepção. Lichtblau (2015) argumenta que houve mudança de abordagem: em 1913, histórica e em 1921, sociológica. À vista desse embate, objetiva-se identificar e discutir as implicações analíticas das alterações teórico-conceituais realizadas por Weber em *Kategorien* e em *Grundbegriffe* a fim de compreender o desenvolvimento de sua concepção de Sociologia. Para tanto, a questão foi abordada a partir do esquema contemporâneo macro/micro/macro de Albert (2016). No nível micro da ação social nota-se consideráveis mudanças. A ação tradicional inexistia no texto anterior. Os afetos, que eram considerados ora comportamentos (parte antiga de 1913) ora simples ações (parte nova de 1913), passaram a compor o *roll* de ações sociais no texto maduro. Somente a ação de fins era considerada racional em *Kategorien* (na parte antiga, ação referida ao comportamento alheio; na parte nova, ação objetivamente correta). Mas, em *Grundbegriffe*, Weber também racionaliza os valores. Sustenta-se, portanto, que há três teorias da ação: a da parte antiga e a da parte nova de *Kategorien* e a de *Grundbegriffe*. O primeiro componente de nível macro, a relação social, não foi conceituado em 1913. As “proto-formas” de relações sociais, isso é, os elementos que mediam a ação em comunidade (micro) e as ordens sociais (macro) em *Kategorien*, são a ação por acordo e a ação em sociedade. Em *Grundbegriffe*, por sua vez, há a definição explícita e sistemática de relação social, a qual é sub-tipificada em relação em comunidade e relação em sociedade. Em ambos os textos há influência da dicotomia comunidade/sociedade de Tönnies (1887): em *Kategorien* influência central, em *Grundbegriffe*, específica. Nas relações fechadas para fora, há um padrão de racionalização em *Kategorien*: o menor nível está na organização pois a sua regulamentação advém do acordo não formalizado, o nível intermediário está na instituição pois ela advém da ação em sociedade e o maior nível está na união de fins pois ela apresenta conteúdo de sentido único. Ao abandonar a teoria da racionalização, em 1921, o esquema da organização tornou-se mais estático. No nível macrossociológico da ordem social de *Kategorien* vigora a perspectiva “jurídica”: a ordem estabelecida (revestida de interesse e legalidade). Em *Grundbegriffe* há uma perspectiva mais “política”: a ordem legítima. Na tipologia madura, aliás, a ordem jurídica se torna somente um sub-tipo da ordem legítima. Por isso há pouco continuidade entre ambas as tipologias da ordem. Em tese, portanto, reconhece-se a existência de um modelo micro-macro de causalidade ascendente tanto em *Kategorien* quanto em *Grundbegriffe*. Mas é necessário reconhecer que os textos passaram por um processo de amadurecimento teórico e de aperfeiçoamento conceitual tendo em vista a modificação do conteúdo conceitual de algumas categorias fundamentais do esquema weberiano.

Palavras-chave: Max Weber. *Kategorien*. *Grundbegriffe*.

ABSTRACT

The critical republication of Max Weber's work, *Max Weber-Gesamtausgabe*, sparked a debate about changes and permanence of the Weberian lexicon. An example is a controversy between the essays *Kategorien* (1913) and *Grundbegriffe* (1921). Schluchter (2014) argues there was only a lexicon refinement without any conception change. Lichtblau (2015) contends there was an approach change: historical, in 1913, and sociological, in 1921. Thus, the objective is to identify and discuss the analytical implications of the theoretical-conceptual changes made by Weber in *Kategorien* and *Grundbegriffe* to understand his conception development of Sociology. Therefore, the issue was approached from the contemporary macro/micro/macro scheme of Albert (2016). There are considerable changes at the micro-level of social action. The traditional activity did not exist in the previous text. The affections considered sometimes as behaviors (old part of 1913) or simple actions (new part of 1913), composed the role of social activities in the mature text. Only the action of ends was considered as rational in *Kategorien* (in the old part, the activity referred to the behavior of others; in the new part, objectively correct action). However, in *Grundbegriffe*, Weber also rationalizes the values. The, it is argued that there are three theories of action: *Kategorien's* old, *Kategorien's* new, and *Grundbegriffe's*. The first macro-level component, the social relation, was not conceptualized in 1913. The "proto-forms" of social relations, that is, the elements that mediate the community action (micro), and social orders (macro) in *Kategorien* are the action by agreement, and action in society. However, in *Grundbegriffe*, there is an explicit and systematic definition of social relation that is sub-typified regarding the community and social relation. In both texts, there is an influence of the community/society dichotomy of Tönnies (1887): central influence in *Kategorien*, and specific in *Grundbegriffe*. In closed outward relations, there is a pattern of rationalization in *Kategorien*: the lowest level is in the organization because its regulation comes from the non-formalized agreement. The intermediate level is in the institution because it comes from the action in society, and the highest level is in the union of ends as it presents one-way content. The organization scheme became more static, abandoning the rationalization theory in 1921. There is a legal perspective at the macro-sociological level of *Kategorien's* social order: the established order clothed with interest and legality. In *Grundbegriffe*, there is a more "political" perspective: the legitimate order. In the mature typology, the legal order becomes only a subtype of the legitimate one. Hence, there is little continuity between both typologies of the order. Therefore, the existence of a micro-macro model of upward causality is recognized in both *Kategorien* and *Grundbegriffe*. But, it is necessary to recognize the texts have gone through a process of theoretical maturation and conceptual improvement to modify the conceptual content of some fundamental categories of the Weberian scheme.

Keywords: Max Weber. *Kategorien*. *Grundbegriffe*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição conceitual de <i>Kategorien</i> (1913) e <i>Grundbegriffe</i> (1921).....	22
Figura 2 - Fases de redação dos textos da primeira parte de <i>WuG</i>	35
Figura 3 - Linha do tempo de <i>Kategorien</i> (1913) e de <i>Grundbegriffe</i> (1921): principais acontecimentos.....	38
Figura 4 - Níveis analíticos de <i>A ética protestante</i>	51
Figura 5 - Modelo de análise de Schluchter.....	53
Figura 6 - Comportamento, ação e ação em comunidade.	68
Figura 7 - Os estratos de sentido da ação social segundo Alfred Schütz.....	70
Figura 8 - Modelo causal da Teoria da Ação de Pareto.	76
Figura 9 - Tipos de ação de <i>Grundbegriffe</i> segundo progressão racional: modelo ascendente-positivo.....	84
Figura 10 - Relação em comunidade e em sociedade (1921) e ação por acordo e ação em sociedade (1913).	92
Figura 11 - Relação em comunidade e em sociedade (1921) e ação por acordo e ação em sociedade (1913) – sinalização da influência de Tönnies.	94
Figura 12 - Os estágios de racionalização nas ações de <i>Kategorien</i>	108
Figura 13 - Níveis internos da teoria da organização.....	145
Figura 14 - Tipos de organizações em 1913 e em 1921.....	150
Figura 15 - Estrutura conceitual de <i>Kategorien</i>	155
Figura 16 - Estrutura conceitual de <i>Grundbegriffe</i>	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos do plano micro em 1913 e em 1921.	23
Quadro 2 - Conceitos do plano macro em 1913 e em 1921.	24
Quadro 3 - Partes de <i>Kategorien</i> (1913) e suas respectivas características.....	30
Quadro 4 - Plano de Distribuição de Matérias de 1910.....	33
Quadro 5 - Plano de Distribuição de Matérias de 1914.....	34
Quadro 6 - As edições de <i>WuG</i> e suas respectivas características.	40
Quadro 7 - As seções da <i>MWG</i>	43
Quadro 8 - Posições metodológicas e suas características.	52
Quadro 9 - Definição de “comportamento” em 1913 e 1921.....	58
Quadro 10 - Definição de ação em 1913 e 1921.	60
Quadro 11 - Definição de ação significativa para a análise sociológica em 1913 e 1921.....	64
Quadro 12 - Tipos de ação de <i>Kategorien</i> e de <i>Grundbegriffe</i>	73
Quadro 13 - Tipos de ação social de <i>Kategorien</i> e de <i>Grundbegriffe</i>	80
Quadro 14 - Tipos de ação de <i>Grundbegriffe</i> segundo graus decrescentes de racionalização: modelo descendente-crítico.	83
Quadro 15 - Características gerais dos 4 tipos de ação social.	85
Quadro 16 - Conceito de relação social de <i>Kategorien</i> e de <i>Grundbegriffe</i>	88
Quadro 17 - Tipos de relação social de <i>Grundbegriffe</i>	96
Quadro 18 – Os tipos de ação de <i>Kategorien</i> e suas relações com a racionalização.....	107
Quadro 19 - Tipos de ação e graus de racionalidade segundo Habermas.	110
Quadro 20 - Conceito de ordem social em <i>Kategorien</i>	114
Quadro 21 - Sistematização da tipologia das ações, relações, organizações e ordens de <i>Kategorien</i>	117
Quadro 22 – Ação, relação, ordens, vigência e legitimidade em <i>Grundbegriffe</i>	124
Quadro 23 - Mecanismos de sanção das ordens.	126
Quadro 24 - Sociologia das organizações em <i>Kategorien</i>	139
Quadro 25 - Sociologia das organizações em <i>Grundbegriffe</i>	146
Quadro 26 - Tradução dos termos centrais em inglês, francês, espanhol e português de <i>Kategorien</i> (1913).	166
Quadro 27 - Tradução dos termos centrais em inglês, francês, espanhol e português de <i>Grundbegriffe</i> (1921).....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GARS – *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*

GdS – *Grundriss der Sozialökonomik*

MWG – *Max Weber-Gesamtausgabe*

PE – *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*

WuG – *Wirtschaft und Gesellschaft*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	HISTÓRIA DA OBRA	29
2.1	<i>Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie</i> (1913).....	29
2.2	<i>Soziologische Grundbegriffe</i> (1921).....	31
2.2.1	<i>De Handbuch der politischen Ökonomie, a Grundriss der Sozialökonomik, a, por fim, Wirtschaft und Gesellschaft</i>	32
2.2.2	Organizações póstumas: as diferentes edições de <i>Wirtschaft und Gesellschaft</i>	39
2.2.3	A (re)organização da Max Weber-Gesamtausgabe (MWG)	41
3	WEBER NA PERSPECTIVA MICRO-MACRO	47
3.1	O DEBATE SOCIOLÓGICO MICRO/MACRO.....	48
3.2	O LUGAR DE WEBER NESSA DISCUSSÃO	50
4	O NÍVEL “MICRO” NO ESQUEMA CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA: A AÇÃO	57
4.1	A LÓGICA DA AÇÃO	57
4.1.1	Comportamento/ação	57
4.1.2	Ação em comunidade [<i>Gemeinschaftshandeln</i>]/Ação social [<i>soziale Handeln</i>] 63	
4.2	OS TIPOS DE AÇÃO	72
5	DO NÍVEL MICRO AO MACRO: A RELAÇÃO SOCIAL	87
5.1	A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE RELAÇÃO SOCIAL E A COORDENAÇÃO DA AÇÃO	87
5.2	COMUNIDADE (GEMEINSCHAFT) E SOCIEDADE (GESELLSCHAFT) ENTRE 1913 E 1921.....	91
5.3	A RELAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE EM <i>GRUNDBEGRIFFE</i>	95
5.4	A AÇÃO POR ACORDO E A AÇÃO EM SOCIEDADE DE <i>KATEGORIEN</i> ...	99
5.5	DE 1913 A 1921: CONTINUIDADES OU MUDANÇAS?	103

5.6	EXCURSOS: DESDOBRAMENTOS ATUAIS DE <i>KATEGORIEN</i>	105
5.6.1	A relação entre ações e racionalização em <i>Kategorien</i>	105
5.6.2	A <i>Einverständnishandeln</i> e os pressupostos da ação comunicativa	109
5.6.3	A <i>Einverständnishandeln</i> e a teoria da intencionalidade coletiva	110
6	O NÍVEL “MACRO”: A ORDEM SOCIAL.....	113
6.1	A ORDEM SOCIAL EM <i>KATEGORIEN</i>	114
6.2	A ORDEM SOCIAL EM <i>GRUNDBEGRIFFE</i>	118
6.2.1	Os tipos de ordem.....	123
6.2.2	De 1913 a 1921: análise comparativa	129
7	AS ORGANIZAÇÕES.....	131
7.1	AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM <i>KATEGORIEN</i>	131
7.2	AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM <i>GRUNDBEGRIFFE</i>	139
7.2.1.1	<i>Questões preliminares sobre a natureza das organizações</i>	140
7.2.1.2	<i>Tipologia das organizações sociais</i>	145
7.3	AS MUDANÇAS E AS PERMANÊNCIAS DE SUA TIPOLOGIA	149
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	179
	APÊNDICE A – AS INTERPRETAÇÕES DA OBRA DE MAX WEBER NOS ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA	195
	APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL DA MWG	196
	APÊNDICE C – INSTÂNCIAS DE CONTROLE DE TRABALHO NA MWG	197

1 INTRODUÇÃO

Na provocativa conferência *O que é um autor?* Foucault (1992) anuncia a morte dos autores. A partir a contestação radicalizada ao humanismo enquanto metafísica da subjetividade, ao aproximar-se da crítica literária pós-estruturalista de Roland Barthes (2004) e da crítica deconstrucionista de Derrida (1971), Foucault reconfigura a forma de pensar a relação entre autor, intenção e obra. Ele defende que a morte dos autores acontece quando as ideias de suas obras tornam-se independentes frente a eles mesmos. Quando as ideias escritas não são necessariamente compatíveis com as intenções originais dos seus autores pois, a partir do momento em que uma ideia é narrada, sua origem autoral se perde. É como se a escrita retirasse de cena o próprio autor, e, com isso, suas intenções originais desvanecessem.

Caso adotássemos essa perspectiva de que Max Weber tenha morrido enquanto autor (e também suas intenções e os sentidos originais que ele próprio atribuiu a sua obra), entenderíamos que apenas seus textos e ideias permanecem vivos. Este, contudo, não nos parece ser o caso e há evidências contundentes de que o pensamento de Weber vem sendo continuamente interpretado e (re)interpretado à luz de diversas perspectivas que buscam resgatar o sentido que o próprio autor pretendeu conferir a seus escritos. Além disso, o valor de sua obra e de sua autoria ainda repercute discussões no seio da teoria social. Com efeito, existem diversas correntes teóricas contemporâneas que se inspiraram diretamente na teoria de Max Weber. Entre elas, a teoria das modernidades múltiplas de Shmuel Eisenstadt (2000) e a teoria das múltiplas modernidades de Thomas Schwinn (2013). Há, também, inúmeras teorias sobre a secularização, como as de Peter Berger (1986, 1999), Thomas Luckmann (1967), Karel Dobbelaere (1994) e José Casanova (2009). Sem falar nas discussões sobre a dualidade agência/estrutura, como as realizadas por Anthony Giddens (2003) e Margareth Archer (2003) e que, em última instância, podem ser consideradas uma continuidade da hermenêutica weberiana.

Há, ainda, países nos quais a obra de Weber foi amplamente utilizada no campo da pesquisa aplicada – como é o caso do Japão, da Itália, México¹, Espanha, Polônia, Inglaterra, Bulgária e os países da América Latina. No específico contexto do “weberianismo tropical” do Brasil, conforme a tese de Sérgio da Mata (2013), as primeiras incursões weberianas se deram

¹Sobre o caso mexicano, vale uma nota. Foi neste país que fez a primeira tradução de *Economia e Sociedade*, em 1944. Algo que demarca o primeiro impulso na acessibilização da obra de Weber.

com os estrangeiros Karl Loewenstein² e Emílio Willems³. As diversas abordagens sobre a formação histórica brasileira, como as de Sérgio Buarque de Holanda (1995), José Honório Rodrigues (1976), e, posteriormente, de Raymundo Faoro (2012) e Maurício Tragtenberg (2006), demarcam os primeiros esforços efetivamente brasileiros de instrumentalização dos estudos de Max Weber.

As interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro, mais centradas na sociologia política e na sociologia da dominação de Max Weber, retratam os entraves históricos da consolidação da modernidade brasileira. Mas há, consoante a perspectiva de Carlos Sell (2007), uma segunda linha interpretativa que, sob a égide da teoria weberiana da religião, evidencia o caráter moderno do Brasil contemporâneo⁴: as perspectivas de Jessé Souza e Antonio Flávio Pierucci. Ainda, a pesquisa de Marcio de Carvalho (2016) mostra que nem somente os aspectos políticos nem apenas os aspectos religiosos, a teoria social brasileira também avançou na discussão dos aspectos epistemológicos da obra de Weber.

Com a tese de livre-docência de Gabriel Cohn (1979), intitulada *Crítica e resignação*, a discussão sobre a epistemologia weberiana ganhou fôlego no Brasil. Com esse texto Cohn demarca as aproximações e distanciamentos entre Weber, Dilthey e Rickert no que diz respeito ao clássico debate epistemológico sobre a compreensão e a explicação. Também a tradução da *Wissenschaftslehre*⁵ feita pelo grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob direção de Maurício Tragtenberg, demarcou um impulso para a epistemologia weberiana no Brasil (SELL, 2014b).

Esse breve decurso da recepção das ideias de Weber no Brasil demonstra que, apesar de Foucault (1992), as ideias escritas não necessariamente obscurecem as intenções originais de Weber, tornando-as as inatingíveis. As ideias weberianas não podem ser pensadas de forma

² Karl Loewenstein era colega do casal Weber e frequentador das reuniões intelectuais do círculo de Heidelberg. Na tentativa de escapar do regime de Hitler na Alemanha, Loewenstein radicou-se em Massachusetts (EUA). Ali ele iniciou um estudo sobre os regimes políticos da América Latina, aonde estudou a Era Vargas no Brasil (MATA, 2013).

³ Emílio Willems, assim como Loewenstein, radicou-se nas Américas durante o período de ascensão nazista na Alemanha. Ele possui um importante estudo sobre a burocracia e o patrimonialismo.

⁴ Sell (2007) destaca uma grande lista de autores que se apropriaram da obra de Weber no Brasil. No âmbito dos escritos políticos: Sérgio Buarque de Holanda, Otto Maria Carpeaux, Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, Vianna Moog, Raymundo Faoro, Oliveira Vianna, Fernando Henrique Cardoso, Maurício Tragtenberg, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes e Maria Sílvia de Carvalho Franco. Sobre os escritos de religião: Jessé de Souza e Antonio Flávio Pierucci.

⁵ Os *Ensaio reunidos de teoria da ciência* [*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*], conhecidos também como somente *Wissenschaftslehre*, são um conjunto de textos de Weber sobre epistemologia organizados por Marianne Weber (e depois Johannes Winckelmann) e publicados em 1922.

independente frente às intenções do seu autor original. Ora a partir de uma instrumentalização historicizante, ora através de uma interpretação epistemológica, desenvolveu-se no Brasil uma leitura muito própria dos escritos de Max Weber.

Há outros países nos quais, por outro lado, na tentativa de se aproximar das intenções originais do autor, a obra de Weber foi recepcionada no campo da discussão exegética. Nos Estados Unidos e na Alemanha, por exemplo, a obra weberiana foi estudada de forma sistemática e especializada. Desde o período pós Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre Max Weber estiveram centradas nos Estados Unidos. Durante pouco mais de uma década, as traduções⁶ e interpretações realizadas por Talcott Parsons dominaram as leituras da obra weberiana no país (ANTÔNIO, 2005). De acordo com Sell (2014a), nesse período predominavam interpretações normativistas e evolucionistas da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* [*Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*]⁷. Por outro lado, já na década de 1940, Hans Gerth e Wright Mills introduziram a discussão sobre o carisma e a burocracia em Weber, e, por isso, suas interpretações atentavam para a dimensão do conflito e da coerção.

Na década de 1950 os estudos sobre Max Weber foram marcados pela tese de doutorado de Dieter Henrich – intitulada *Die Einheit der Wissenschaftslehre Max Webers* [A unidade da epistemologia de Max] e apresentada em 1952 –, pelos estudos de Johannes Winckelmann – *Legitimität und Legalität in Max Webers Herrschaftssoziologie* [Legitimidade e legalidade na Sociologia da dominação de Max Weber] de 1952 e *Gesellschaft und Staat in der verstehenden Soziologie Max Webers* [Sociedade e Estado na Sociologia Compreensiva de Max Weber] de 1957 – e pela atuação intelectual de Wolfgang Mommsen – como com sua publicação de *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920* [Max Weber e a política alemã] de 1959 –, para citar alguns. Também o 15º Congresso de Sociologia de Heidelberg, ocorrido em 1964, foi um marco nos estudos sobre Max Weber. O evento que rememorou os 100 anos do nascimento de Weber, de acordo com Mommsen (1989), levou ao auge o interesse no autor alemão. Não deve-se esquecer, ainda, que naquele mesmo ano ocorreu a publicação de *Sonderheft* da KZSS: uma edição especial em celebração ao centenário do nascimento de Weber.

⁶ Parsons publicou uma versão da *Ética protestante* em Língua Inglesa em 1930 (WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Scribners, 1958) e alguns capítulos de *Economia e Sociedade* em 1947 (WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Glencoe: Free, 1947).

⁷ Doravante, *PE*.

Em meados da década de 1970, as discussões sobre Weber foram tomando novos contornos. Reinhard Bendix e Guenther Roth, emigrados alemães estabelecidos na América do Norte, contestaram explicitamente a interpretação e as traduções parsonianas. Por meio de estudos exegéticos e hermenêuticos recuperaram a dimensão histórica e política da teoria de Weber. Stephen Kalberg (1994), por sua vez, em crítica à abordagem historicista de Bendix, vem desenvolvendo interpretações sobre o método weberiano. Seu esforço se centra sob a discussão genuinamente sociológica de Weber (SELL, 2013).

O esforço de Bendix e Roth, juntamente com Tenbruck, Habermas e Schluchter (para citar alguns), sinalizou a primeira fase da *Weber-Renaissance* – um movimento teórico que traz à centralidade, novamente, as discussões sobre Weber na Alemanha⁸. Dentre os esforços atuais destacam-se as iniciativas relativamente recentes de interpretação da obra weberiana, especificamente aquelas que intentam (re)analisar a posição metodológica de Max Weber. Autores como Gert Albert (2016), Thomas Schwinn (1993), Rainer Lepsius (1997), Stefan Breuer (1991) e Schluchter (2005)⁹, com base em uma análise comparativa dos níveis [*Mehrebenenanalyse*] dos estudos empíricos e dos textos metodológicos, questionam as propriedades emergentes e as possibilidades de micro e macro redução existentes nos escritos weberianos. É importante destacar que tais esforços recentes de leitura da obra weberiana são especialmente úteis para esta pesquisa pois permitem inserir os escritos do autor moderno em discussões contemporâneas.

Inserido nessa querela de atualização da teoria metodológica de Max Weber está Schluchter (2000, 2014, 2016). Na tentativa de elucidar as mudanças e as continuidades na estrutura conceitual de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*, Schluchter (2014) contextualiza ambos os textos no cenário histórico-sociológico da vida de Weber. Em setembro de 1914 estava agendado um debate sobre os juízos de valor nas Ciências Econômicas e Sociais na *Associação de Política Social*. Weber queria demarcar a sua posição sobre o assunto antes do evento, e, por isso, enviou o ensaio *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* [*Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*]¹⁰ para a Revista *Logos*, em 1913. Por mais que os

⁸ O Anexo A sistematiza as fases de interpretação da obra de Weber nos Estados Unidos e na Alemanha e seus respectivos autores. Esse pequeno panorama geral das diferentes fases e formas da interpretação sobre a obra de Weber no mundo nos ajuda a distinguir os esforços anteriores dos esforços atuais do estudo especializado sobre Weber

⁹ De acordo com Schluchter (2005), a primeira demonstração dos níveis de análise da obra de Weber foi desenvolvida por David Mc Clelland (1961). Ele analisou *Die protestantische Ethik* [A ética protestante], a fim de demonstrar a existência do “modelo de banheira”.

¹⁰ Doravante, *Kategorien* (1913).

Elementos de Economia Social [*Grundriss der Sozialökonomik*] estivessem em processo de edição, com previsão próxima de publicação (prevista para 1914) e Weber tivesse que escrever sobre as Ciências Econômicas e Sociais, ele optou por publicar *Kategorien* em outro veículo.

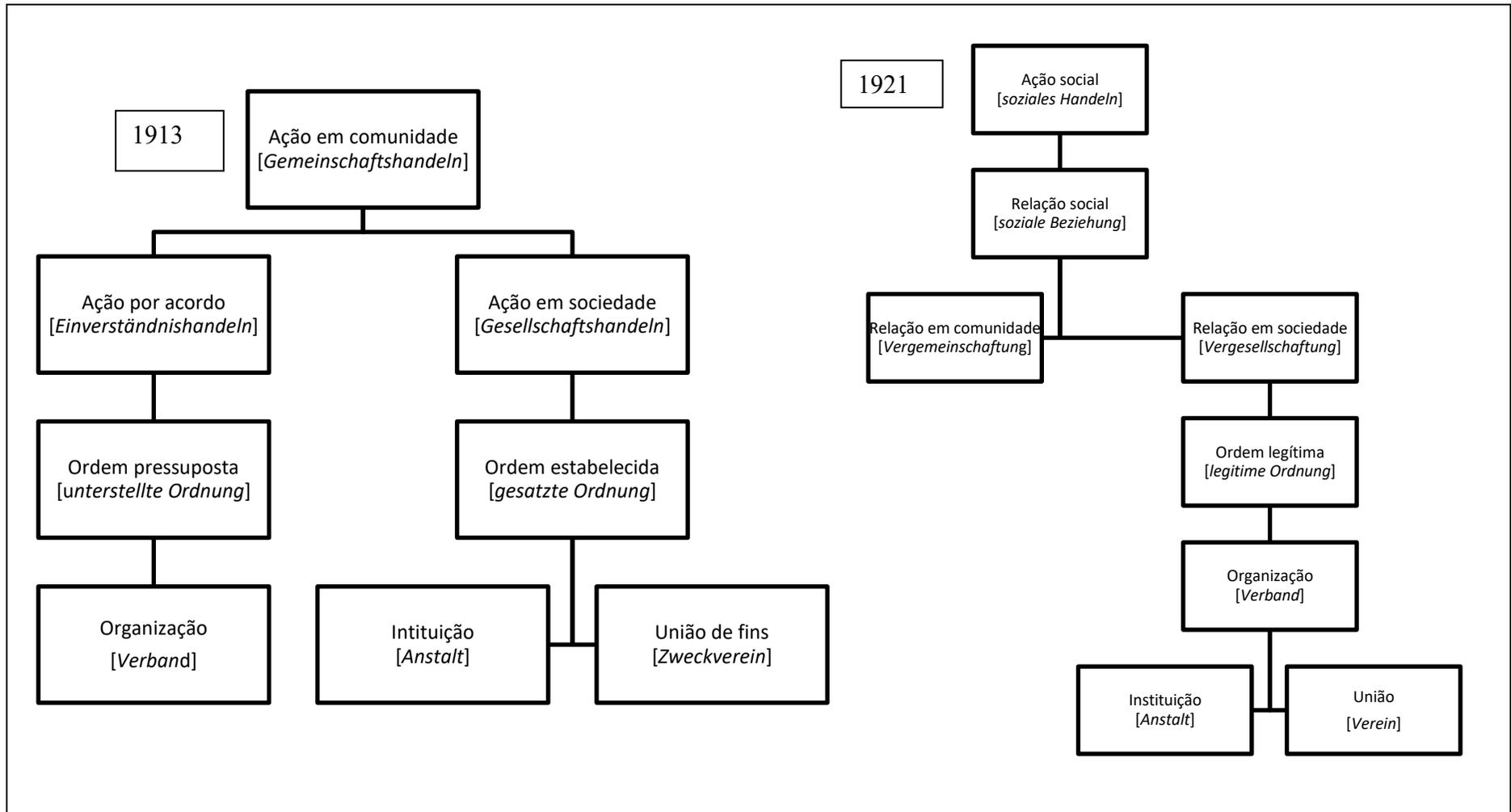
Ocorreu que o texto publicado às pressas, em 1913, não teve a recepção positiva esperada pelo autor. Seu colega, Hermann Kantorowicz, por exemplo, criticou, por meio de correspondência, a incompreensibilidade do texto. Em vista disso, em 1917, em conversa com o editor Paul Siebeck, Weber manifestou a intenção de produzir uma publicação conjunta dos seus textos sobre metodologia. Tal publicação contaria com uma nova e mais acessível versão do texto de 1913 (SCHLUCHTER, 2014).

Apesar da compilação de seus textos metodológicos não ter sido publicada em vida, a nova e mais acessível versão do texto de 1913 foi divulgada postumamente em *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*]¹¹, com o título *Conceitos Sociológicos Fundamentais* [*Soziologische Grundbegriffe*]¹². Na nota preliminar de *Grundbegriffe*, Weber esclarece que esse não é um assunto inédito em sua obra e que sua intenção com o ensaio era, antes, formular de maneira mais clara e correta o que já havia sido discutido em 1913. Quando oportuno e necessário, a sua terminologia foi simplificada e modificada, conforme ilustrado na Figura 1.

¹¹ Doravante, *WuG*.

¹² Doravante, *Grundbegriffe* (1921).

Figura 1 - Disposição conceitual de *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921).



Fonte: Schluchter (2016, traduzido pela autora).

Em *Kategorien* (1913), a ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*] é apresentada como o objeto da Sociologia Compreensiva. Dessa ação advém, de um lado, a ação por acordo [*Einverständnishandeln*] que instaura uma “ordem pressuposta” [*unterstellte Ordnung*] – da qual, por sua vez, deriva a organização [*Verband*]. E, de outro lado, a ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*] com a sua ordem regulada [*gesetzte Ordnung*] – a qual está, por sua vez, subdividida em instituição [*Anstalt*] e união de fins [*Zweckverein*]. Já nos *Grundbegriffe* (1921), ao invés de a ação social dividir-se em dois grandes grupos, cada qual com as suas características, ela está na base das relações sociais. As relações sociais, por sua vez, estabelecem uma ordem legítima. Em suma, conforme argumenta Schluchter (2014), os conceitos de 1921 são construídos um sobre o outro: ação - ação social - relação social (em comunidade ou em sociedade) - ordem social legítima - organização.

Ainda que a “espinha dorsal” dos níveis do seu esquema tenha sido mantida, – e, conforme defende Schluchter (2014), também o mote de sua Sociologia – as terminologias são consideravelmente modificadas. No plano microsociológico, a noção de ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*] foi substituída por ação social [*soziales Handeln*]. A ação por entendimento [*Einverständnishandeln*] (um tipo de ação em comunidade de nível micro) foi substituída pela relação em comunidade [*Vergemeinschaftung*] (um tipo de relação social de nível macro). A ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*], por sua vez, tornou-se a relação em sociedade [*Vergesellschaftung*] (um tipo de relação social de nível macro). O Quadro 1 organiza as mudanças conceituais no plano microsociológico ocorridas de 1913 para 1921 (SELL, 2018a).

Quadro 1 - Conceitos do plano micro em 1913 e em 1921.

1913		1921
Plano microsociológico		Plano microsociológico
Ação em comunidade [<i>Gemeinschaftshandeln</i>]	→	Ação social [<i>soziales Handeln</i>]
		Plano macrosociológico
Ação por acordo [<i>Einverständnishandeln</i>]	↘	Relação em comunidade [<i>Vergemeinschaftung</i>]
Ação em sociedade [<i>Gesellschaftshandeln</i>]	→	Relação em sociedade [<i>Vergesellschaftung</i>]

Fonte: própria autora, com base em Sell (2018a).

No plano macrossociológico, os dois tipos de ordem – a “ordem pressuposta” [*unterstellte Ordnung*] e a ordem estabelecida [*gesetzte Ordnung*], que, vale dizer, possuem conexão direta respectivamente com a ação por acordo [*Einverständnishandeln*] e a ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*] – são substituídos pela ordem legítima [*legitime Ordnung*]. No texto de 1921 a *Einverständnishandeln* desaparece. Já o conceito de organização [*Verband*], que em 1913 era consequência de uma ordem, tornou-se o centro da sociologia das organizações. No Quadro 2 estão organizadas as mudanças conceituais no plano macrossociológico ocorridas de 1913 para 1921 (SELL, 2018a).

Quadro 2 - Conceitos do plano macro em 1913 e em 1921.

1913		1921
Plano macrossociológico		Plano macrossociológico
Ação por acordo [<i>Einverständnishandeln</i>]		Não há
Ordem pressuposta [<i>unterstellte Ordnung</i>]	→	Ordem legítima [<i>legitime Ordnung</i>]
Ordem estabelecida [<i>gesetzte Ordnung</i>]	→	
Organização [<i>Verband</i>]	→	Instituição [<i>Anstalt</i>]
	→	União [<i>Verein</i>]

Fonte: própria autora, com base em Sell (2018a).

Há duas posições contrárias no debate sobre a disposição conceitual do texto de 1913 e de 1921. Schluchter (2014, p. 195), em consonância com o argumento de Weber na nota preliminar do texto de 1921, defende que entre os dois textos há somente um refinamento do aparato léxico, e, portanto, não há “duas Sociologias” distintas entre si: “de fato, ‘Conceitos sociológicos fundamentais’ apresenta, em relação ao escrito ‘Categorias’, uma terminologia mais compreensível e simplificada”.

Um exemplo de simplificação de terminologia e de refinamento do aparato léxico é o conceito de relação social. Tanto em *Kategorien* (1913) quanto nos *Grundbegriffe* (1921) há as noções de ação [*Handeln*], ordem [*Ordnung*] e organização [*Verband*]. Mas é somente no texto de 1921 que o conceito de relação [*Vergemeinschaftung* e *Vergesellschaftung*] é desenvolvido. Esse conceito de relação social [*soziale Beziehung*] já estava presente no texto de 1913, embora

implicitamente, sob a categoria de ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*] (SCHLUCHTER, 2014).

Schluchter (2014) assegura que *Grundbegriffe* (1921) substitui *Kategorien* (1913), do ponto de vista da história da obra, afinal, ambos os textos desempenham o mesmo papel de introduzir o leitor de *Wirtschaft und Gesellschaft (WuG)*¹³ aos métodos e conceitos da Sociologia Compreensiva. A diferença entre esses textos é que o de 1921 foi desenvolvido para introduzir um conjunto de textos de mesmo arcabouço conceitual (os textos escritos para *WuG* no período pós-Guerra)¹⁴. Já o texto de 1913, sob a perspectiva de Schluchter (2014), apesar de inicialmente ser escrito como introdução à parte antiga da *WuG*, não está situado em um conjunto de textos coerentes e de mesmo aparato conceitual. Isso porque os textos escritos antes da primeira Guerra são de diferentes fases e características.

Klaus Lichtblau (2015), por outro lado, argumenta que os dois textos em questão possuem diferentes abordagens sociológicas. Ao longo de sua trajetória intelectual, o interesse de Weber foi gradualmente se deslocando de uma ciência individualizante (histórica)¹⁵ para uma ciência generalizante (sociológica). À vista disso, Lichtblau afirma que a Sociologia pré-guerra de Weber – como o texto *Kategorien* (1913) – é orientada por uma teoria dos estágios de desenvolvimento, ainda em proximidade com a história do desenvolvimento. Já no texto de 1921, Weber evidentemente distancia a Sociologia e a História. O autor caracteriza a Sociologia como a ciência que atenta para as generalidades dos fenômenos sociais e para os significados das orientações das ações. Com base nisso, Lichtblau (2015) afirma que a Sociologia Compreensiva de Weber não é a mesma em 1913 e em 1921. Weber formulou, ao longo de seus escritos, duas Sociologias distintas: uma de característica individualizante, em conexão com a história, e outra efetivamente sociológica.

Em vista desse embate, o problema de pano de fundo é se Weber possui duas concepções de Sociologia (como defende Lichtblau) ou se a sua Sociologia passou apenas por um processo de amadurecimento conceitual sem mudança de concepção (conforme defende Schluchter). De forma particular, o problema de pesquisa se concentra sobre as alterações teóricas e conceituais realizadas por Weber nos textos *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921). Em conformidade

¹³ Doravante, *WuG*.

¹⁴ “Aparato conceitual” ou “arcabouço conceitual” é o léxico de conceitos centrais. Isso significa que, nos textos pós-Guerra, Weber adota conceitos semelhantes para um conjunto de textos.

¹⁵ Comumente, em seus textos do início da década de 1910, Weber trata as “ciências culturais” em proximidade com a definição de Rickert, como a economia e a história (LICHTBLAU, 2015).

com os estudos recentes de Carlos Eduardo Sell (2016, 2018a), inserimo-nos no esforço de avançar o debate especializado em Weber no Brasil pois propomo-nos a fortalecer a discussão sobre seus estudos metodológicos.

Em face disso objetivamos, de maneira geral, identificar e discutir as implicações analíticas das alterações teórico-conceituais realizadas por Weber nos textos *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* (1913) e *Conceitos sociológicos fundamentais* (1921) a fim de compreender o desenvolvimento de sua concepção de Sociologia. Especificamente, intentamos a) situar os escritos *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* e *Conceitos sociológicos fundamentais* no contexto do processo de redação de *Economia e Sociedade*; b) sistematizar os conceitos centrais do esquema sociológico weberiano tomando como base o esquema macro/micro/macro; c) identificar, comparativamente, as principais alterações terminológicas realizadas por Weber no nível micro e macro de análise sociológica entre 1913 e 1921; e d) discutir (ainda que sem pretender exaurir a questão) se as modificações terminológicas realizadas por Weber também implicam mudanças e/ou rupturas epistemológicas e metodológicas na sua trajetória de pensamento.

Para tanto, adotamos o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica organizando-a, em consonância com o Schluchter (2005), em uma dupla interface: **1) análise histórico-sociológica** [*problemgeschichtliche Untersuchungen*] (da história da obra) **2) com intenção sistemática** [*in systematischer Absicht konzipiert*] (na tentativa de reconstruir os conceitos centrais dos escritos metodológicos a partir do debate contemporâneo micro/macro). Analisamos exegeticamente a estrutura conceitual dos seus textos metodológicos em questão – nomeadamente, os conceitos de ação social, relação social, organizações e ordem social – à vista do debate contemporâneo micro/macro. Por essa razão, não trataremos nessa dissertação dos aspectos “epistemológicos” da questão, quer dizer, dos aspectos que dizem respeito à dimensão formal da análise sociológica em sua dimensão ou base filosófica, o que inclui temáticas como compreensão, explicação, sentido, adequação causal, etc. Como a lista acima indica, o esquema micro/macro deslocará nossa atenção para os aspectos substantivos do esquema metodológico de Weber, quer dizer, para a sequência conceitual ação/relação/ordem/organização.

No capítulo seguinte ao da Introdução, satisfazendo a interface histórico-sociológica deste estudo, reconstruímos a história de *Kategorien* e de *WuG* (aonde está alocado o texto *Grundbegriffe*). Com vistas ao trabalho de reorganização dos escritos weberianos realizado pela

Max Weber-Gesamtausgabe (MWG), evocamos a disputa entre Orihara e Schluchter no que tange ao papel de *Kategorien* no conjunto dos textos pré-Guerra: poderia esse texto servir de introdução para os escritos “antigos”?

No segundo capítulo, passando de uma discussão histórico-textual para uma abordagem sistemática, apresentamos o reenquadramento contemporâneo micro/macro que alguns especialistas fazem da obra de Weber. Concomitantemente, demonstramos o esforço de “desfossilizar” e de atualizar (SELL, 2014a) a obra de Weber feito por pesquisadores da segunda geração da Universidade de Heidelberg. Eles se perguntam sobre o que é possível fazer com a teoria weberiana no atual curso da Sociologia (ALBERT, 2016; GREVE, 2015, SCHLUCHTER, 2005) ou sobre como é possível instrumentalizar a teoria de Weber a fim de “ler” certos fenômenos da realidade atual (SCHWINN, 1993).

No terceiro capítulo, elucidamos o objeto material da Sociologia Compreensiva em *Kategorien* e em *Grundbegriffe* a fim de identificar comparativamente as principais alterações terminológicas e aprimoramentos realizados no seu aparato conceitual de nível micro entre 1913 e 1921. No quarto capítulo, debatemos sobre a transição do nível micro (as ações sociais) para o primeiro elemento do nível macro (as relações sociais) em *Grundbegriffe* – e suas aproximações ou distanciamentos com a abordagem de *Kategorien*. Aqui, demonstramos como Weber desenvolveu a conexão entre ações singulares e processos sociais mais amplos. No que concerne à discussão contemporânea, ocupamo-nos em demonstrar a correlação entre a ação por acordo [*Einverständnishandeln*] com a teoria da ação comunicativa e com a teoria da intencionalidade coletiva.

No quinto capítulo, tendo chegado ao nível macro, discutimos os pressupostos que nos permitem afirmar que a macro-teoria weberiana é uma teoria da institucionalização das ações sociais. Comparamos tal institucionalização no texto de 1913 (ordem estabelecida) e de 1921 (ordem legítima) pois nos parece que há uma pequena inversão na forma de sistematizar teóricamente as ações regulares. Weber deixa de pensar a ordem somente em função do direito (ordem estabelecida) e passa a articular seu raciocínio a partir da política. É por isso que temos a passagem da ordem estabelecida para a ordem legitimada internamente, isso é, tomada como um dever para a ação. No sexto e último capítulo, por fim, adentraremos no tema das organizações sociais.

Com isso, ao prescrutar exegeticamente (e em níveis) os fenômenos emergentes da ação, pretendemos contribuir com a teoria sociológica weberiana. Inserindo-nos na querela

internacional de debates atuais sobre Max Weber, sobretudo aquela motivada pela reorganização crítica dos escritos weberianos desenvolvida pela *Max Weber-Gesamtausgabe* (que põe em evidência as permanências e as transformações teórico-conceituais de Weber), pretendemos contribuir, esmerar e atualizar o debate que vem sendo feito no Brasil. Há inúmeros estudos no Brasil que utilizam o arcabouço teórico, metodológico e conceitual weberiano – dentre eles, destacam-se aqueles de maior prestígio acadêmico, como o de Raymundo Faoro (2012) e de Sérgio Buarque de Holanda (1995). Todavia, esparsos são os esforços de sistematização e reinterpretação de ideias e conceitos que olhem estritamente para o interior da teoria sociológica weberiana – destacam-se, aqui, as pesquisas sociológicas de Sell (2013), Pierucci (2013), Gabriel Cohn (1979) e Daniel Fanta (2015), entre outros.

Este trabalho trata de descortinar a concepção de Sociologia de Max Weber, especialmente em seus aspectos metodológicos, a fim de aprofundar o debate em torno da questão se podemos encontrar uma Sociologia reformulada (conforme defende Schluchter) ou duas Sociologias distintas (segundo defesa de Lichtblau). Afinal, as modificações terminológicas realizadas por Weber podem implicar mudanças e/ou rupturas epistemológicas e metodológicas? Levando em consideração esta pergunta chave, mas abandonando sua formulação dicotômica e excludente, e ainda sem a pretensão de uma resposta exaustiva e taxativa, pretendemos antes levantar aportes que nos permitam uma aproximação à questão, o que, por sinal, nos leva a dirigir questionamentos para as duas perspectivas. Trata-se, portanto, de acompanhar a reflexão e amadurecimento do método sociológico de Weber enquanto um processo, mostrando a partir de que pontos e problemas tal processo emerge, seja em termos de continuidade, seja em termos aprofundamento, seja ainda em termos de deslocamentos e reformulações. É tomando em conta essa indagação que pretendemos aprimorar nossa compreensão da formulação da sociologia weberiana em seus aspectos conceituais centrais e axiais.

2 HISTÓRIA DA OBRA

O trabalho de reorganização dos escritos weberianos realizado pela *Max Weber-Gesamtausgabe (MWG)* há largos anos trouxe à tona, novamente, a discussão sobre a história dos escritos de Weber e suas respectivas alocações no conjunto de sua obra. Vejamos como esse empreendimento nos ajuda a entender a relação entre *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921).

2.1 ÜBER EINIGE KATEGORIEN DER VERSTEHENDEN SOZIOLOGIE (1913)

Para compreender, portanto, aonde está alocado o texto *Kategorien* (1913) no conjunto da obra de Weber, é necessário retroceder à história do manuscrito. Percorreremos, nesta seção, os diferentes momentos de redação da obra. Em 1914 havia um debate agendado, na Associação de Política Social, sobre o papel dos juízos de valor nas Ciências Econômicas e Sociais. De acordo com Schluchter (2012), em carta endereçada a Heinrich Rickert, Weber externaliza o desejo de publicar o seu ensaio sobre a Sociologia Compreensiva como uma ciência empírica da ação antes do evento da Associação de Política Social. Por isso, em setembro de 1913, antes do evento, Weber enviou o ensaio para a Revista *Logos* – o qual foi publicado no volume IV.

Todavia, conforme aponta Schluchter (2014), o texto *Kategorien* (1913) provavelmente foi concebido como uma introdução para *WuG*. Isso por dois motivos. Em primeiro lugar, Weber esclarece na nota preliminar de *Kategorien* (1913) que a segunda parte do ensaio (as duas partes de *Kategorien* e suas respectivas características estão organizadas no Quadro 3) foi escrito há algum tempo e que deveria servir de subsídios para o Manual que seria lançado em breve. Em segundo lugar, a publicação do Manual estava prevista para 1914, e, portanto, Weber deveria enviar o seu texto logo. Mas, ainda assim, o autor optou por publicar o seu ensaio fora do Manual.

Quadro 3 - Partes de *Kategorien* (1913) e suas respectivas características.

Partes	Primeira parte	Segunda parte
Características		
Seções	I – O sentido da “Sociologia Compreensiva”. II – A sua relação com a “psicologia”. III – A sua relação com a “dogmática”.	IV – O “agir comunitário”. V – “Socialização” e “agir em sociedade”. VI – O “consenso”. VII – “Instituto” e “associação”.
Tema geral	Sociologia Compreensiva como uma ciência da ação	Fundamentação metodológica para pesquisas substantivas
Debate central	Método da da Sociologia Compreensiva	Categorias da Sociologia Compreensiva: ação em comunidade, ação em sociedade, ação por acordo, ordem e organização.
Período de redação	Verão de 1913	Entre 1909 e 1910 ou em 1912

Fonte: própria autora, com base em Schluchter (2014).

A primeira parte do ensaio foi escrita no verão de 1913, e, por isso, possui terminologias semelhantes às do capítulo sobre religião de *WuG* – que também foi escrito no verão do mesmo ano. Nessa parte Weber se dedica a elucidar as especificidades da Sociologia Compreensiva. Tal Sociologia não se fundamenta nem em bases psicológicas nem em bases normativas, e, por isso, se distancia das ciências dogmáticas. Antes, ela atenta para o sentido subjetivamente visado da ação.

Já o período de escrita da segunda parte do ensaio é alvo de controvérsias. Numa carta enviada a Rickert, em 5 de setembro de 1913, Weber fala que a segunda parte do texto estava finalizada há 3/4 anos. Isso é passível de duas interpretações: pode-se inferir tanto que “3/4” são 3 ou 4 anos quanto que “3/4” são três quartos de um ano (ou seja, 9 meses). Ainda que não tenhamos exatidão da data de escrita, sabemos que a segunda parte do texto é anterior à primeira (SCHLUCHTER, 2014). Ela pode ter sido escrita entre 1909 e 1910 ou em 1912.

É importante discutir a cronologia de redação das duas partes do texto pois na segunda parte Weber desenvolve o aparato conceitual de análise, e, vale dizer, esse aparato passa a ser empregado nos textos posteriores a 1913. Os textos anteriores à escrita da segunda parte de categorias (como *A economia e as ordens*) não adotam, por exemplo, as noções de ação em

comunidade, ação em sociedade, ação por acordo, ordem e organização. Percebe-se, com isso, que os textos escritos antes da Primeira Guerra não utilizam o mesmo léxico.

Por mais que Weber tenha desenvolvido um aparato conceitual complexo e robusto, a sua formulação foi alvo de severas críticas. Seu amigo, Hermann Kantorowicz, em carta enviada em dezembro de 1913, afirma que a Sociologia Compreensiva é “incompreensível” (MWG II/8, p. 447)! Em vista disso, em 1917, em conversa com o editor Paul Siebeck, Weber manifestou a intenção de produzir uma publicação conjunta dos seus textos sobre metodologia. Tal publicação contaria com uma nova e mais acessível versão do texto de 1913, com artigos publicados no *Schmollers Jahrbuch*, no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* e no *Verein für Sozialpolitik*. Dentre esses textos estariam a pesquisa sobre os trabalhadores na grande indústria e as observações sobre o juízo de valor (SCHLUCHTER, 2014).

Apesar da compilação de seus textos metodológicos não ter sido publicada em vida, a nova e mais acessível versão do texto de 1913 foi lançada postumamente em *WuG* com o título *Soziologische Grundbegriffe*. Na nota preliminar dos *Grundbegriffe* (1921) Weber esclarece que esse não é um assunto inédito de sua obra. Sua intenção com o ensaio era, antes, formular de maneira mais clara e correta o que já havia discutido em 1913. Quando oportuno e necessário, a sua terminologia foi simplificada e modificada (vide seção 1.3).

A estrutura geral de ambos os textos é mantida: há uma parte inicial de discussão metodológica e uma segunda parte de discussão conceitual. Mesmo assim, é possível perguntar-se se os *Grundbegriffe* (1921) substituem as *Kategorien* (1913). Schluchter (2014) propõe uma interessante solução para esse impasse: os *Grundbegriffe* substituem *Kategorien* do ponto de vista da história da obra pois eles são um aperfeiçoamento léxico, teórico e metodológico. Mas do ponto de vista conceitual, não é possível descartar as *Kategorien*. Elas serviriam de introdução para as contribuições de Weber para a coletânea de economia social, escritas antes da guerra.

2.2 SOZIOLOGISCHE GRUNDBEGRIFFE (1921)

Em 1998, o Comitê do Programa de Congressos da ISA (International Sociological Association) realizou uma pesquisa de opinião com seus membros sobre os dez livros mais influentes para os sociólogos do século XX. Os resultados socializados no Congresso Mundial

de Sociologia da ISA, realizado em Montreal, indicaram que *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*] é considerada pelos próprios sociólogos a obra sociológica mais importante. Seguido de *Economia e Sociedade*, que recebeu 20.9% dos votos, estão sucessivamente: *A Imaginação Sociológica* de Charles Wright Mills (13%), *Teoria Social e Estrutura Social* de Robert Merton (11.4%), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber (10,3%) e *A Construção Social da Realidade* de Peter Berger e Thomas Luckmann (9.9%).

Apesar de tal notoriedade, o próprio autor de *Economia e Sociedade* não havia concebido a obra no formato em que ela se encontra disponível hoje. Há quem advogue, inclusive, que a tão famosa *Economia e Sociedade*, especialmente a edição organizada por Winckelmann, não é uma obra coesa e única (TENBRUCK, 1977; SCHLUCHTER, 1998). Antes, ela seria fruto da organização póstuma de Marianne Weber, Melchior Palyi e Johannes Winckelmann. Há outros teóricos que, por outro lado, indicam potenciais da organização realizada pela esposa de Weber e por seu admirador Winckelmann (ORIHARA, 2003). Frente a essas posições tão distintas, é importante elucidar 1) as intenções do próprio Weber, expressas em cartas e outros veículos, ao se dedicar à escrita do Manual de Economia Política, 2) a organização as diferentes edições póstumas de *Economia e Sociedade* e 3) o trabalho de (re)organização dos textos de Weber pela MWG.

2.2.1 De *Handbuch der politischen Ökonomie*, a *Grundriss der Sozialökonomik*, a, por fim, *Wirtschaft und Gesellschaft*

De 1882 até a primeira década do século XX prevaleceu, na Alemanha, o uso de um único manual de economia política: o *Handbuch der politischen Ökonomie* de Gustav von Schönberg¹⁶. Esse era um extenso livro que servia como um guia da área de economia política. Paul Siebeck, editor da Mohr Siebeck, estava interessado em lançar um atualizado manual que mantivesse o formato e o nome do antigo: cinco volumes divididos em sessões temáticas, que por sua vez, seriam divididas em capítulos. Em 1909, ao convidar Weber para ser o editor chefe do manual substituto, a Editora já tinha um plano piloto de organização.

¹⁶ Gustav von Schönberg foi um economista alemão. Estudou direito e política nas Universidades de Bonn e Berlim. Foi professor da Universidade de Basel, Freiburg e Tübingen.

O afastamento de Weber da docência há seis anos, suas constantes decepções com a política, a sua participação como membro da diretoria da *Sociedade Alemã de Sociologia* [*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*] e sua renovação psicológica adquirida após as viagens para a Itália e para a Sicília, foram forças motrizes para que ele aceitasse tal desafio. Em vista disso, Weber passou parte do ano de 1909 e 1910 a construir um *Plano de Distribuição de Matérias* [*Stoffverteilungsplan*] completamente novo. Em tal planejamento prévio, cada capítulo seria destinado a um especialista na área. Para Weber, especificamente, estava reservado o Capítulo IV da Seção III do Livro Primeiro – capítulo intitulado *Economia e Sociedade*.

Ademais, o título do manual deveria ser modificado para *Elementos de Economia Social* [*Grundriss der Sozialökonomik*]¹⁷ por conta de possíveis problemas jurídicos com o primeiro *Handbuch der politischen Ökonomie* (PIERUCCI, 2008). O Quadro 4 organiza, com base no sumário prévio de 1910 explicitado por Pierucci (2008, p. 46), os textos previstos para escrita de Weber em 1910:

Quadro 4 - Plano de Distribuição de Matérias de 1910.

<p>Livro Primeiro. Economia e ciência econômica [<i>Wirtschaft und Wirtschaftswissenschaft</i>] Seção III. Economia, natureza e sociedade [<i>Wirtschaft, Natur und Gesellschaft</i>] Cap. 4º. Economia e sociedade [<i>Wirtschaft und Gesellschaft</i>]</p>
<p>a) Economia e direito [<i>Wirtschaft und Recht</i>] 1. Relação de princípio [<i>prinzipielles Verhältnis</i>] 2. Épocas no desenvolvimento da situação hodierna [<i>Epochen der Entwicklung des heutigen Zustands</i>]</p>
<p>b) A economia e os grupos sociais: grupo familiar e comuna; estamentos e classes; Estado [<i>Wirtschaft und soziale Gruppen: Familien- und Gemeindeverband; Stände und Klassen; Staat</i>]</p>
<p>c) Economia e cultura (crítica do materialismo histórico) [<i>Wirtschaft und Kultur (Kritik des historischen Materialismus)</i>]</p>

Fonte: Pierucci (2008, p. 46).

É importante notar que no *Stoffverteilungsplan* de 1910 era intitulado “Economia e Sociedade” somente o capítulo de incumbência de Weber. Contudo, inúmeros autores atrasaram

¹⁷ Doravante, *GdS*.

a entrega de seus capítulos ou não os entregaram. E isso impossibilitou a publicação no prazo esperado. Foi necessário, portanto, reorganizar completamente o sumário e adiar o lançamento para o verão de 1914. Nessa nova organização Weber ficou responsável por uma seção completa, composta de oito capítulos. Segue abaixo o *Stoffverteilungsplan* de 1914, também sistematizado por Pierucci (2008, p. 47).

Quadro 5 - Plano de Distribuição de Matérias de 1914.

<p>Título da Seção C: Economia e Sociedade [<i>Wirtschaft und Gesellschaft</i>] Subtítulo: A economia e as ordens e poderes sociais [<i>Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte</i>]</p>
<p>1. Categorias das ordens sociais [<i>Kategorien der gesellschaftlichen Ordnungen</i>] – Economia e direito em sua relação de princípio [<i>Wirtschaft und Recht in ihrer prinzipiellen Beziehung</i>] – Relações econômicas dos agrupamentos em geral [<i>Wirtschaftlichen Beziehungen der Verbände im allgemeinen</i>]</p>
<p>2. Comunidade doméstica, oikos e empresa [<i>Hausgemeinschaft, Oikos und Betrieb</i>]</p>
<p>3. Associação de vizinhança, clã, comunidade local [<i>Nachbarschaftsverband, Sippe, Gemeinde</i>]</p>
<p>4. Relações comunitárias étnicas [<i>Ethnische Gemeinschaftsbeziehungen</i>]</p>
<p>5. Comunidades religiosas [<i>Religiöse Gemeinschaften</i>] – Condicionantes de classe das religiões [<i>Klassenbedingtheit der Religionen</i>] – Grandes religiões e disposição econômica [<i>Kulturreligionen und Wirtschaftsgesinnung</i>]</p>
<p>6. A comunitarização de mercado [<i>Die Marktvergemeinschaftung</i>]</p>
<p>7. A associação política [<i>Der politische Verband</i>] – As condições do desenvolvimento do direito. Grupos de status, classes, partidos. A nação [<i>Die Entwicklungsbedingungen des Rechts. Stände, Klassen, Parteien. Die Nation</i>]</p>
<p>8. A dominação [<i>Die Herrschaft</i>] (a) Os três tipos de dominação legítima [<i>Die drei Typen der legitimen Herrschaft</i>] (b) Dominação política e hierocrática [<i>Politische und hierokratische Herrschaft</i>] (c) A dominação não-legítima: Tipologia das cidades [<i>Die nichtlegitime Herrschaft: Typologie der Städte</i>] (d) O desenvolvimento do Estado moderno [<i>Die Entwicklung des modernen Staates</i>] (e) Os partidos políticos modernos [<i>Die modernen politischen Parteien</i>]</p>

Fonte: Pierucci (2008, p. 47).

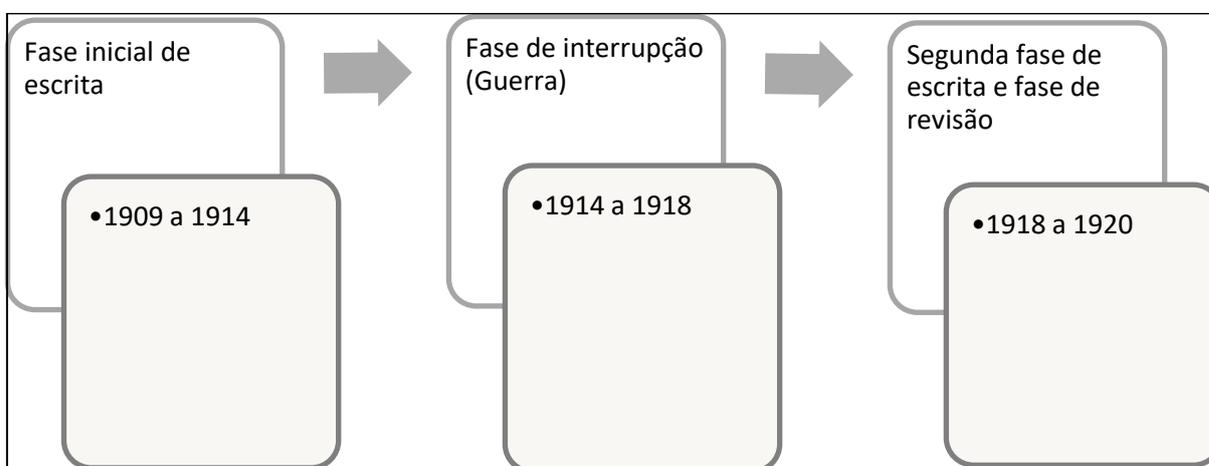
É possível destacar que o plano de 1914 se aproxima (mas não é idêntico!) da publicação final da Primeira Parte da 5ª Edição de *WuG*. Questões como as ordens sociais, as relações

econômicas, as comunidades, as associações, as comunidades religiosas, o mercado, os partidos, as classes e a dominação são discutidas na edição de *WuG* hoje em circulação em diferentes idiomas. Todavia, a disposição dos textos e os títulos dos capítulos são distintos.

Não foi possível concretizar o novo *Plano de Distribuição de Matérias*, pois em 1914 eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Para além de adiar novamente o prazo, foi necessário suspender as atividades acadêmicas. Afinal, Weber foi convocado a assumir o cargo de oficial disciplinar da Comissão dos Hospitais Militares do Corpo de Reserva. O alemão também se dedicou, nesse período, a escrever memorandos sobre a Guerra, realizar debates públicos e escrever artigos políticos para o *Frankfurter Zeitung*.

Em vista disso, Weber não trabalhou na sua contribuição para o manual entre 1914 e 1917. Seu trabalho foi retomado somente entre 1918 e 1919, agora com nova motivação. Weber se dedicou, ao longo de 1919 e 1920, a revisar e reescrever seus textos para o *GdS*. Seu intuito era o de tornar seus textos mais objetivos e com menos material histórico. A Figura 2 ilustra as diferentes fases de escrita dos textos que compõem a primeira parte de *Economia e Sociedade*.

Figura 2 - Fases de redação dos textos da primeira parte de *WuG*.



Fonte: própria autora, com base em Mommsen (2000).

De acordo com Lepsius (2012), acabada a Grande Guerra, Paul Siebeck pressionou os autores do *GdS* pela publicação do manual. Foi então que Weber começou a reorganizar seus textos de forma mais curta e concisa – escrita mais aproximada a de um manual. Ainda, conforme explicita Pierucci (2008, p. 48):

[Weber] partiu para a composição de um texto puramente categorial de Sociologia, muito mais formal e sistemático do que histórico-substantivo, bem o contrário do que havia feito no primeiro manuscrito interrompido de 1914, considerado “mais sociológico”. Ele parecia de tal modo decidido a uma formulação radical do aparato conceitual que empregara nas etapas anteriores de sua produção, de tal forma determinado a colocar numa formulação rigorosamente sistemática de um novo dispositivo de conceitos sociológicos que, já no ano seguinte [1920], estava pronto o novo trabalho.

Vale, aqui, fazer uma explicitação. Mommsen (2000) faz uma interessante proposição ao afirmar que desde os cursos da década de 1890 Weber vinha desenvolvendo uma nova abordagem para o estudo da realidade social. Em especial, uma abordagem que compreendesse as formas econômicas e os vários tipos de comunidade por meio da combinação do tipo ideal, da análise histórica-universal e da compreensão dos fenômenos no tempo e no espaço: “Great article ‘Wirtschaft, Gesellschaft, Recht und [Staat]’ was going to become ‘the best systematic piece’ that he had written so far. Half a year later he suggested to Siebeck that he be given more space for his contribution, which he now for the first time called ‘my Sociology’” (MOMMSEN, 2000, p. 376)¹⁸.

Os estudos que estavam na gráfica, os “autorizados” por Weber, tinham esta ordem: Capítulo I – *Conceitos Sociológicos fundamentais*, Capítulo II – *Categorias Sociológicas fundamentais da ação econômica*, Capítulo III – *Tipos de Dominação* e Capítulo IV – *Estamentos e Classes*. Esses foram os capítulos que, de acordo com Pierucci (2008), passaram a compor a primeira parte do livro posteriormente chamado de *WuG*.

Infelizmente, Weber faleceu em meio à (re)organização de seus textos para o manual. Concomitantemente a escrita do manual Weber se dedicou a outros empreendimentos, que também ficaram incompletos, como é o caso dos *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião* [*Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*]¹⁹. A diferença entre os demais estudos e *WuG* é que Marianne Weber, Melchior Palyi e Johannes Winckelmann se dedicaram a tornar *WuG* uma obra coerente.

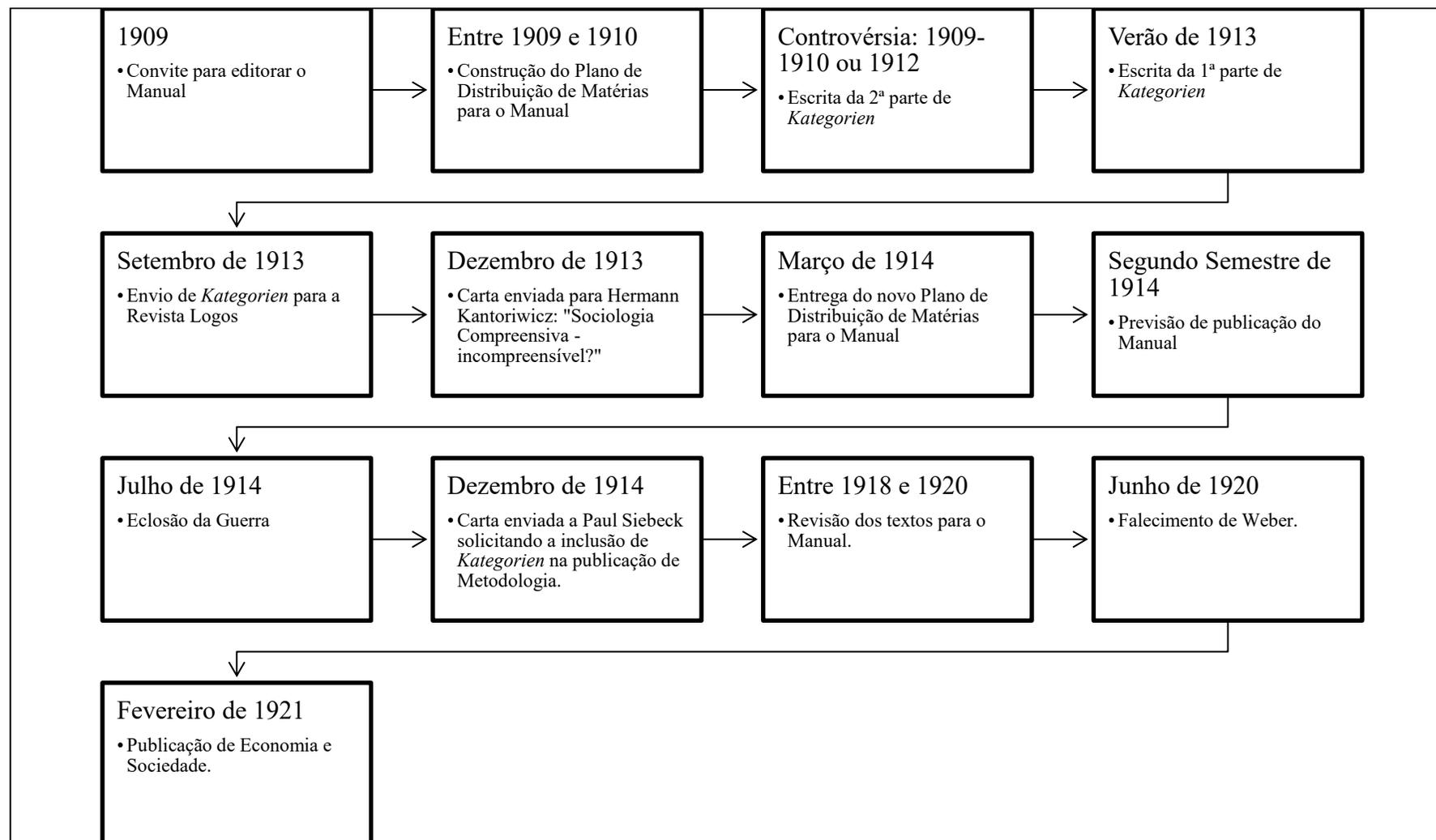
Além dos textos citados anteriormente e que foram autorizados por Weber, que compuseram a primeira parte da obra, há os manuscritos encontrados em uma pilha sobre a sua

¹⁸ “Um ótimo artigo ‘Economia, Sociedade, Direito e Estado’ se tornaria ‘a melhor peça sistemática’ que ele havia escrito até agora [meados da segunda década do século XX]. Meio ano depois, ele sugeriu a Siebeck que lhe dessem mais espaço para sua contribuição, que ele agora pela primeira vez chamou de ‘minha sociologia’” (MOMMSEN, 2000, p. 376, tradução do autor).

¹⁹ Doravante, GARS.

mesa (MOMMSEN, 2000). Inúmeras foram as dificuldades para organizar todo o material do espólio. Conforme aponta Marianne Weber (1921) no prefácio à primeira edição: “Para a estruturação de todo o material não existiu plano algum. O plano original, esboçado nas páginas X e XI do primeiro volume de *GdS* ofereceu alguns pontos de referência, mas em aspectos substanciais já fora abandonado. Por isso, a ordem dos capítulos tinha de ser decidida pela organizadora do texto e seu colaborador”. Na seção a seguir verifica-se como foram organizados por Marianne, afinal, os textos de Weber:

Figura 3 - Linha do tempo de *Kategorien* (1913) e de *Grundbegriffe* (1921): principais acontecimentos.



Fonte: própria autora, com base em Schluchter (2014).

2.2.2 Organizações póstumas: as diferentes edições de *Wirtschaft und Gesellschaft*

A primeira edição de *WuG* foi organizada por Marianne Weber e Melchior Palyi poucos meses após a morte de Weber. A proposta dos editores era juntar em um só livro os textos de teor “sistemático” ou “teórico” e os textos de orientação “histórica e empírica” ou “aplicada” (MOMMSEN, 2000). Conforme elucidada Marianne Weber no prefácio à primeira edição (1921) “essas partes, que poderiam ser designadas como Sociologia ‘concreta’ em contraposição à ‘abstrata’ da primeira parte”.

Coincidentemente ou não, os textos “sistemáticos” eram aqueles que Weber havia escrito para compor o *GdS*. Esses eram, conforme propunha Rainer Lepsius (2012), os textos autorizados e entregues por Weber para a impressão. Sob a escrivinha do autor estavam guardados há alguns anos os textos “aplicados” - aqueles em que os conceitos sociológicos fundamentais da teoria de Weber são postos à prova. Os estudos que compõem essa parte de *WuG* tratam da economia, das ordens, dos poderes sociais das religiões, das comunidades e afins.

A depender do organizador da edição, há textos diferentes incorporados ao livro. Em todas as três edições em que Marianne participou da organização, foram mantidos somente os textos “autorizados” por Weber e os textos encontrados no espólio. Já quando Winckelmann assumiu sozinho a organização da obra, ele incorporou textos sobre a Sociologia do Direito e sobre a Sociologia da Dominação que outrora já tinham sido publicados. O interessante é que ambos os organizadores avançam na ideia de que *WuG* deveria se tornar uma obra única e coerente.

No Quadro 6 é possível visualizar as diferentes edições de *Economia e Sociedade* de acordo com seu ano de publicação, seus editores e seus textos componentes.

Quadro 6 - As edições de *WuG* e suas respectivas características.

Edições Caract.	Primeira	Segunda	Terceira (reimpressão da segunda edição)	Quarta	Quinta
Publicação	1921	1925	1947	1956	1972
Editor(es)	Marianne Weber e Melchior Palyi	Marianne Weber e Johannes Winckelmann	Marianne Weber e Johannes Winckelmann	Johannes Winckelmann	Johannes Winckelmann
Composição de textos	<p>Textos autorizados²⁰ (escritos após a Guerra):</p> <p>Primeira Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Conceitos sociológicos fundamentais.</i> - <i>Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.</i> - <i>Tipos de dominação.</i> - <i>Estamentos e classes</i> (texto não finalizado). <p>Textos do espólio (escritos antes da Guerra):</p> <p>Segunda Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A economia e as ordens sociais.</i> - <i>Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral.</i> - <i>Tipos de relação em comunidade e de relação societária em seus aspectos econômicos.</i> - <i>Relações comunitárias étnicas.</i> - <i>Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).</i> - <i>O mercado.</i> 	<p>Volume 1:</p> <p>Textos autorizados (escritos após a Guerra):</p> <p>Primeira Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Conceitos sociológicos fundamentais.</i> - <i>Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.</i> - <i>Tipos de dominação.</i> - <i>Estamentos e classes</i> (texto não finalizado). <p>Volume 2:</p> <p>Textos do espólio (escritos antes da Guerra):</p> <p>Segunda Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A economia e as ordens sociais.</i> - <i>Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral.</i> - <i>Tipos de relação em comunidade e de relação societária em seus aspectos econômicos.</i> - <i>Relações comunitárias étnicas.</i> - <i>Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).</i> - <i>O mercado.</i> <p>Anexo:</p> <p>Texto sobre a Sociologia da Música</p>	<p>Volume 1:</p> <p>Textos autorizados (escritos após a Guerra):</p> <p>Primeira Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Conceitos sociológicos fundamentais.</i> - <i>Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.</i> - <i>Tipos de dominação.</i> - <i>Estamentos e classes</i> (texto não finalizado). <p>Volume 2:</p> <p>Textos do espólio (escritos antes da Guerra):</p> <p>Segunda Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A economia e as ordens sociais.</i> - <i>Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral.</i> - <i>Tipos de relação em comunidade e de relação societária em seus aspectos econômicos.</i> - <i>Relações comunitárias étnicas.</i> - <i>Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).</i> - <i>O mercado.</i> <p>Anexo:</p> <p>Texto sobre a Sociologia da Música</p>	<p>Volume 1:</p> <p>Textos autorizados (escritos após a Guerra):</p> <p>Primeira Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Conceitos sociológicos fundamentais.</i> - <i>Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.</i> - <i>Tipos de dominação.</i> - <i>Estamentos e classes</i> (texto não finalizado). <p>Textos do espólio (escritos antes da Guerra):</p> <p>Segunda Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A economia e as ordens sociais.</i> - <i>Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral.</i> - <i>Tipos de relação em comunidade e de relação societária em seus aspectos econômicos.</i> - <i>Relações comunitárias étnicas.</i> - <i>Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).</i> - <i>O mercado.</i> <p>Volume 2:</p> <p>Textos compilados por Winckelmann</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Sociologia do Direito.</i> - <i>Comunidades Políticas.</i> 	<p>Volume 1:</p> <p>Textos autorizados (escritos após a Guerra):</p> <p>Primeira Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Conceitos sociológicos fundamentais.</i> - <i>Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.</i> - <i>Tipos de dominação.</i> - <i>Estamentos e classes</i> (texto não finalizado). <p>Textos do espólio (escritos antes da Guerra):</p> <p>Segunda Parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A economia e as ordens sociais.</i> - <i>Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral.</i> - <i>Tipos de relação em comunidade e de relação societária em seus aspectos econômicos.</i> - <i>Relações comunitárias étnicas.</i> - <i>Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).</i> - <i>O mercado.</i> <p>Volume 2:</p> <p>Textos compilados por Winckelmann</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Sociologia do Direito.</i> - <i>Comunidades Políticas.</i> - <i>Sociologia da Dominação.</i>

Fonte: própria autora, com base em Mommsen (2000), Pierucci (2008) e Lepsius (2012).

²⁰ Textos “autorizados” é o termo utilizado por Rainer Lepsius (2012) para designar os textos entregues pelo próprio Weber para impressão entre 1919 e 1920 para compor o *GDS*.

Até a 3ª edição em que Marianne e Winckelmann organizaram juntos, o título (*Elementos de Economia Social* [*Grundriss der Sozialökonomik*]) e o subtítulo (*Seção III. Economia e Sociedade* [*III Abteilung. Wirtschaft und Gesellschaft*]) propostos por Weber foram mantidos. Quando Winckelmann assumiu sozinho a 4ª edição, após o falecimento de Marianne, o título (*Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*]) e o subtítulo (*Elementos da Sociologia Compreensiva* [*Grundriss der verstehen Soziologie*]) foram alterados. Em certa medida, essa alteração foi importante para a difusão da noção de “Sociologia Compreensiva” (PIERUCCI, 2008).

Seguindo a “despedida” [*Abschied*] que Tenbruck (1977) fez a edição de *WuG* de Marianne, diversos especialistas na obra de Weber passaram a tecer críticas a organização canônica dessa obra. Por isso, desde a década de 1970 há o esforço de reorganização crítica da obra de Weber. Na seção seguinte há uma descrição sistemática do trabalho de reorganização da *Max Weber-Gesamtausgabe*. Além disso, há uma breve exposição das críticas à organização da *WuG* na *MWG*.

2.2.3 A (re)organização da Max Weber-Gesamtausgabe (MWG)

Apesar da organização lógica conferida por Marianne, Palyi e Winckelmann a *WuG* (livro dividido em uma parte de Sociologia “abstrata”, redigida após a primeira grande guerra, e uma parte de Sociologia “concreta”, redigida antes da mesma), há uma série de questionamentos quanto a distribuição e seleção dos textos. Queria Weber publicar um livro que contivesse textos escritos antes da Guerra e que não foram revisados? Queria Weber publicar um livro de duas partes, sendo uma de Sociologia “abstrata” e outra de Sociologia “concreta”? Queria Weber incluir sua “Sociologia do Estado” em *WuG*, como fez Winckelmann?

Essas inquietações perseguiram o trabalho de Horst Baier²¹, médico de formação e sociólogo de carreira. Baier vinha se mobilizando desde o início da década de 1970 para organizar uma edição histórico-crítica da obra completa de Max Weber. Sua motivação era dupla: em primeiro lugar, Baier estava incomodado com a usurpação do debate acerca da

²¹ Baier obteve sua livre-docência em Münster. Em 1970 assumiu a cadeira de Sociologia de Adorno na Universidade de Frankfurt-am-Main. Para uma discussão aprofundada da vida de Baier, ver BERNSDORFF, M; KNOSPE, H. *Internationales Soziologenlexikon*. 2º v. Stuttgart: Ferdinand Enke e ADLER, R; BAUCH, J. *Freiheit und Solidarität im Sozialstaat*: Festschrift für Horst Baier. Constance: Hartnung-Gorre, 1984.

suposta “neutralidade de valor” na Alemanha, especialmente tendo em vista a intensa polarização e avanço da extrema-esquerda; em segundo lugar, ele percebeu que haviam poucos livros de Weber disponíveis após a Segunda Guerra Mundial na Alemanha²² (HANKE, 2012a).

De acordo com Hanke (2012b), essa ideia foi compartilhada pela primeira vez com Wolfgang Mommsen em 18 de outubro de 1972. A partir disso, Baier foi convidado por Luhmann a participar de uma reunião com Konrad Müller (na época diretor da Werner Reimers Foundation) na qual pôde explicitar seus planos de organizar a *MWG*. Rainer Lepsius era parte do comitê da Werner Reimers Foundation e ficou responsável por preparar reuniões com editores. Essas reuniões serviram para descobrir meios de acessar os materiais e cartas não disponíveis para acesso público e para traçar os primeiros desenhos editoriais.

Foram muitos os desenhos editoriais traçados, as equipes de competência especializada idealizadas e as instituições de financiamentos contatadas. De longe, esse não foi um processo linear. Somente dois anos após a primeira reunião (que aconteceu em 1973), foi firmado o contrato com todas as partes: o grupo de fundadores (nominalmente: Horst Baier, Gangolf Hübinger, M. Rainer Lepsius/editor-gestor, Wolfgang J. Mommsen, Wolfgang Schluchter e Johannes Winckelmann), a Academia de Ciências de Baviera e a Editora Mohr Siebeck (o Apêndice B ilustra a estrutura institucional da *MWG* e a atribuição profissional de todas as suas partes).

A Academia de Ciências de Baviera, através da Comissão de História Social e Econômica, está responsável a administração da maior parcela de recursos financeiros (como, por exemplo, o emprego a alguns colaboradores científicos). Cabe destacar, também o papel desempenhado pela Sociedade Alemã para Pesquisa (DFG) e pelo Programa das Academias no compartilhamento de parte do financiamento. À editora Editora Mohr Siebeck cabe, evidentemente, o zelo e o financiamento do processo editorial (de impressão e distribuição dos volumes) (HANKE, 2012a).

Frente ao imenso e denso material – do acervo de Winckelmann, do espólio familiar e do espólio científico – os organizadores da *MWG* tiveram que adotar um critério de organização. Afinal, eram textos de diferentes gêneros, formas e datas: como resenhas, críticas, anotações, cartas (quase três mil e quinhentas!), discursos políticos e acadêmicos, conferências,

²² Havia, somente, os livros editados por Marianne Weber (como as *Cartas de Juventude* e *Economia e Sociedade*), os editados por Johannes Winckelmann (como *Economia e Sociedade*, *Escritos políticos reunidos*, *Escritos reunidos de teoria da ciência*, *História Econômica*, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e as *Anticríticas*), os excertos editados por Conde Max zu Solms e Conde Ernst zu Solms e publicados em Frankfurt-am-Main em 1947 e 1948, algumas cartas disponíveis no livro de Eduard Baumgarten *Max Weber: obra e pessoa* e o curso *História econômica* coligido por Siegmund Hellmann.

declarações, atas, conclamações assinadas por Weber, telegramas, cartões postais e afins. Os parâmetros escolhidos foram o conteúdo/forma e a cronologia dos textos. A depender da gênese dos textos e suas diferentes versões, a *MWG* confere um tratamento diferente ao manuscrito²³.

Em vista disso, a *MWG* organizou seus 43 volumes em três seções. O Quadro 7 sistematiza essas informações.

Quadro 7 - As seções da *MWG*.

Número da seção	Título da seção	Sigla da seção
Abteilung I (Seção 1)	<i>Schriften und Reden</i> (Escritos e Discursos)	MWG I
Abteilung II (Seção 2)	<i>Briefe</i> (Cartas)	MWG II
Abteilung III (Seção 3)	<i>Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften</i> (Aulas e notas de aulas)	MWG III

Fonte: própria autora, com base em *MWG* (2018).

Nos interessa para fins de análise somente a *Abteilung I, Band 22 e 23*, pois é nessa seção e volumes que se encontram os textos reordenados de *WuG*. Em consonância com Lepsius (2012), elencam-se três mudanças fundamentais realizadas pela *MWG* no que diz respeito à *WuG*. Em primeiro lugar, os textos do espólio que foram redigidos antes da Guerra, especificamente entre 1909 e 1914, foram publicados em um único tomo (o volume 22 da seção I), apesar de manter o canônico título *Wirtschaft und Gessellschaft*, atribuiu-se o subtítulo *A economia e as ordens e poderes sociais* [*Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte*]. Afinal, esse era o subtítulo proposto por Weber no *Stoffverteilungsplan* de 1914 para a sua própria contribuição ao *GdS*.

São 5 os tomos que compõem o volume 22 da seção I (*MWG*, 2018):

1. Comunidades (publicado em 2001);
2. Comunidades Religiosas (publicado em 2001);
3. Direito (publicado em 2010);
4. Dominação (publicado em 2005);
5. A cidade (publicado em 1999);

²³ Há anotações de estudantes de discursos proferidos por Weber no início do século XX. Tais anotações tinham inúmeros erros de grafia, como, por exemplo, Friedrich “Preisigke” escrito “Reisicka”. Escritos como esse tiveram que ser corrigidos.

A segunda mudança realizada pela *MWG* diz respeito à publicação em volume único dos textos entregues pelo próprio Weber para impressão e escritos após a Guerra (o volume 23 da seção I). Também com o título canônico *Wirtschaft und Gesellschaft*, esse volume foi publicado com o interessante subtítulo *Sociologia [Soziologie]*. Weber tratava os textos reescritos e revisados após a Guerra de “minha Sociologia”: “a sociologia tem que estar pronta após a guerra. Ela será terminada, a esse respeito não tenha qualquer medo” (*MWG II/9*, p. 411).

A terceira mudança, mas não menos substancial, foi retirar as compilações de Johannes Winckelmann sobre a “Sociologia do Estado” – texto incluído na 4ª edição de *WuG*. Isso porque, apesar de ter planejado incluir um texto sobre o Estado, Weber não havia escrito um, efetivamente. No espólio não havia nenhum texto correspondente. Winckelmann criou “Sociologia do Estado” a partir da junção de trechos de textos do espólio (como trechos de *Política como profissão, Parlamento e governo na Alemanha reordenada e História Econômica*) e da seção 8 do capítulo “Sociologia da Dominação” (LEPSIUS, 2012).

Nos parece, conforme argumenta Mommsen (2000), que a *MWG* pretende chegar o mais próximo possível da intenção original de Weber. A meta de Weber era reescrever e reorganizar os textos anteriores à Primeira Guerra Mundial. E com o trabalho da *MWG*, segundo Lepsius (2012), é possível perceber a prioridade conceitual dos textos “autorizados”. A exemplo do texto sobre a “Sociologia da Dominação” de 1920. Se comparada com a versão pré-Guerra, a versão de 1920 está mais curta e sistematizada. Algo semelhante acontece com o texto sobre “Estamentos e Classes”. A versão pós-Guerra está mais sistematizada e possui uma estrutura conceitual diferenciada.

Apesar de inúmeros defensores, como Edith Hanke (2012a), considerarem a *MWG* uma das mais criteriosas edições de clássicos das Ciências Sociais, há posições contrárias. Um dos argumentos mais enfáticos é o de Hiroshi Orihara (2003). Orihara questiona a prioridade conceitual que é conferida aos textos pós-Guerra na *MWG*. O autor defende que os manuscritos antigos devem ser tratados como um todo coerente, integrado e sistemático²⁴. Afinal, no Prefácio que Weber escreveu para a sua seção do *GdS*, em 1914, fica ressaltado o seu desejo em construir um capítulo coeso sobre a economia, as ordens sociais e os poderes. Também na carta em que enviou a Paul Siebeck em 1913 Weber esclarece o seu trabalho atual de desenho e apresentação de sua teoria sociológica.

²⁴ Orihara destaca a intenção de Weber de organizar o texto em três partes: 1) introdução conceitual, 2) caracterização geral de comunidades universais e 3) análise do desenvolvimento de formas de comunidades em conexão com a dominação.

Em tese, o professor Orihara defende que a *MWG* deveria ter tratado a parte antiga de *WuG* como uma obra coerente. Ainda, que deveria ter sido colocado como guia conceitual as *Kategorien* (1913). Assim, seria possível reconstruir a *WuG* de forma mais aproximada da intenção original de Weber. Lepsius (2012), por outro lado, argumenta que Weber optou por publicar *Kategorien* (1913) separadamente. E, além disso, Weber deixou explícito na primeira nota de rodapé dos *Grundbegriffe* que o texto de 1921 atualiza o de 1913.

Schluchter (2014), por sua vez, defende catedraticamente o trabalho feito por Weber em vida. Em contraposição à Orihara, ele afirma que as *Kategorien* (1913) não podem servir de introdução para os escritos pré Guerra de *WuG*. Afinal, esses escritos não compõem uma obra coesa e coerente. Quiçá eles foram pensados para ter uma introdução conceitual comum. Esses são inúmeros escritos, de diferentes anos (1909 a 1914) e com diferentes discussões teóricas resultados de um trabalho descontínuo para o Manual de Política Econômica. Ainda, o próprio Weber optou por publicar as *Kategorien* separadas na Revista Logos, em 1913.

A perspectiva adotada por Sell (2014a) ajuda a compreender e situar as diferentes organizações realizadas por Marianne, Palyi e Winckelmann e pela *MWG*. As edições de *WuG* de Marianne e de Winckelmann possuem uma perspectiva sincrônica, e, portanto, compreendem os textos em momentos específicos (os escritos em momentos anteriores à Guerra e os escritos em momentos posteriores) e como elementos estáticos. Já a perspectiva da *MWG* é diacrônica, e, por isso, compreende as mudanças e transformações dos textos ao longo do tempo.

Ainda que haja tamanha controvérsia acerca da reorganização de *Economia e Sociedade* da *MWG*, uma coisa é certa. Os autores da *MWG* foram fundamentais para desmistificar a canônica obra *WuG*, que era vista como um trabalho coeso, coerente e único. Fica explícito que a *WuG*, apesar de ser um projeto que durou largos anos, teve dois períodos: um período pré-Guerra e um período pós-Guerra. Além disso, o trabalho da *MWG* colocou no centro, novamente, a discussão sobre os aspectos e metodológicos da obra de Weber. A partir disso, surgiram proposta de atualização de tais aspectos em consonância com os debates contemporâneos, como vamos examinar a seguir.

3 WEBER NA PERSPECTIVA MICRO-MACRO

Feita a discussão histórico-textual passamos, então, para a discussão analítica retomando a relação entre *Kategorien* e *Grudbegriffe* a partir da distinção contemporânea “micro/macro” de análise sociológica. As disputas teóricas acerca do que Weber quis dizer dominaram o cenário da discussão especializada até o final do século XX. Discussões recentes, majoritariamente realizadas por pesquisadores da Universidade de Heidelberg, sinalizam novos impulsos para a interpretação da obra weberiana. Para além de compreender o que Weber quis dizer, esses estudiosos se perguntam sobre o que é possível fazer com a teoria weberiana no atual curso da Sociologia. Em outras palavras, esses pesquisadores se propõem a atualizar o pensamento de Weber de acordo com as discussões contemporâneas. Nas palavras de Sell (2014a, p. 37):

De um lado nota-se o esforço de desfossilizar a obra de Max Weber que, na condição de clássico, fica reduzido à condição de autor canônico e rotinizado na formação de cientistas sociais e fonte de citações ou empréstimos conceituais topicamente orientados em função de pesquisas específicas e localizadas, mas não uma fonte de problemas teóricos e empíricos que mobilizam a discussão científica. Por outro, este esforço de atualização, mais do que sistematizações teóricas amplas, tem se preocupado com o aprofundamento de áreas específicas da investigação social.

Esses intérpretes – como Gert Albert, Agathe Bienfait, Steffen Sigmund, Claus Wendt, Thomas Schwinn e, inclusive, Wolfgang Schluchter – centram a discussão nos fundamentos epistemológicos e metodológicos da obra de Weber. Especificamente, eles argumentam em prol da utilidade do método weberiano no quadro corrente da Sociologia por meio de uma adequação de sua discussão ao debate contemporâneo. Especialmente os estudos de Gert Albert (2016)²⁵ sobre a distinção contemporânea micro/macro na obra de Weber servirão de referência teórica a para o desenvolvimento da dissertação, tal como explicamos na seção 3.2. Inicialmente, recorreremos à explanação preliminar do que consiste o debate sociológico micro/macro para, então, adentrar nas especificidades do que tange a Weber.

²⁵ Para Albert (2016), o desenvolvimento de um paradigma weberiano exige a discussão dos problemas ontológicos, metodológicos e empíricos. Por isso, o autor sugere que um paradigma weberiano pode ser designado como um holismo metodológico moderado. Isso é, um modelo micro-macro de explicação no qual admite-se o nível micro agindo sobre o macro e vice-versa. Contudo, a dependência do nível micro sobre o macro é menor do que o inverso. Sua tese é que nos textos histórico-empíricos Weber priorizou a influência do nível macro sobre o nível micro.

3.1 O DEBATE SOCIOLOGICO MICRO/MACRO

O desafio primário da teoria sociológica consiste no desenvolvimento de modelos teóricos compreensíveis que versam sobre a natureza prática da vida social. Nesse sentido, as formulações teórico-analíticas (dentre elas, a dicotomia micro/macro) não são somente um problema abstrato mas também prático (GERSTEIN, 1987; ALEXANDER, GIESEN, 1987). A título de exemplo, quando discutimos a clássica dicotomia que alicerça o conhecimento sociológico (indivíduo/sociedade), abordamos também a problemática prática da agregação de indivíduos em coletivos (VANDENBERGUE, 2009).

Contemporaneamente, a discussão sobre como se relaciona o indivíduo e a sociedade adquiriu novos contornos. As dicotomias “individualismo/holismo”²⁶, “micro/macro” ou “agência/estrutura”, sinalizam a discussão contemporânea²⁷. Apesar de implicitamente presentes no final do século XIX e início do século XX, tais dicotomias somente se institucionalizaram na Sociologia no final do século XX.

Mapear essas proposições gerais na teoria social (como individualismo/holismo, ação/estrutura, micro/macro, idealismo/materialismo, consenso/conflito, realismo x construtivismo e universalismo x relativismo, entre outros) é, nos termos de Vandenbergue (2009), um exercício metateórico. Nesse contexto, o dualismo micro/macro é metametodológico. Portanto, ele não diz respeito a problemas ontológicos, epistemológicos ou normativos. Antes, a divisão micro/macro ocupa-se do enquadramento metodológico das subjetividades e das coletividades em níveis de análise. A dicotomia micro/macro é, assim, uma distinção estritamente analítica que alude a problemas concretos.

O debate em torno de tais proposições gerais da Sociologia de longe está resolvido. Ele é um mistério metafísico, para utilizar as palavras de Stephan Fuchs (2001). Historicamente a Sociologia trata esses pares como opostos naturais. Em Habermas, por exemplo, está presente a oposição entre mundo da vida e sistema. Em Parsons é vislumbrada a dicotomia ação social

²⁶ A oposição entre individualismo e holismo diz respeito “ao modo como o nível micro e o nível macro estão articulados analiticamente (ou causalmente), razão pela qual trata-se da questão metodológica determinante (tratando-se do primado analítico). O debate individualismo x holismo diz respeito, em primeiro lugar, a *relação* (de causa e efeito) entre os níveis micro e macro e aos *poderes causais* que devemos atribuir a cada um deles” (SELL, 2017, p. 24).

²⁷ Referências a ela, ainda que indiretas, remontam às abordagens filosóficas e epistemológicas antigas e medievais. Jeffrey Alexander e Giesen (1987), ao realizarem um retorno a tais teorias pré-sociológicas, constatam que, enquanto um problema teórico analisado sistematicamente, a dicotomia micro/macro refere-se somente ao período contemporâneo.

e sistema social. Na etnometodologia, por sua vez, as macroestruturas, secundárias em si mesmas, então em oposição às situações e entros entre pessoas.

Essas dualidades revelam a oposição entre elementos de nível micro e elementos de nível macro. Conforme elucidada Sell (2017), o micro e o macro não são entidades concretas. Elas são abstrações analíticas que norteiam a atividade sociológica. Por isso, as abstrações “micro” e “macro” (referentes analíticos) podem ser entendidas como elementos concretos (referentes empíricos). No nível micro de análise podem estar, a depender do aparato conceitual utilizado, de acordo com Sell e Junior (2016), indivíduo, sujeito, ação, prática social, habitus, agência, actância, interação, relação, sistema psíquico, entre outros. O nível macro, por sua vez, pode ser concebido como sociedade, estrutura, instituição, organização, sistema social, ordem social, ou outros conceitos.

Geralmente essas dualidades pautam-se nas diferenças de tamanho, escala e duração. Quanto menor e menos durável o elemento é, mais ele tende a pertencer ao nível micro. Por outro lado, quanto maior e mais durável, mais ele tende a ser estruturante em nível macro (FUCHS, 2001). Inclusive, segundo Gerstein (1987), a tradução literal dos termos gregos micro (μικρός) e macro (μακρός) pode ser equivalida, respectivamente, a: *long* e *short* ou *large* e *small* em inglês e a *lang* e *kurz* ou *groß* e *klein* em alemão. Nesses casos as traduções revelam a dimensão temporal e espacial dos termos²⁸.

Outro ponto a ser analisado, conforme destaca Dean Gerstein (1987), é o interrelacionamento e interdependência entre o nível micro e macro. Isso quer dizer que a pessoa individual não deve ser tratada como inerentemente micro e a sociedade como inerentemente macro. Um elemento micro só pode ser tratado como micro quando está em relação a um elemento de nível macro. O nível macro, por sua vez, só pode ser entendido como macro quando posto à prova com um elemento micro.

Nesse sentido e consoante aos exemplos desenvolvidos por Alexander (1987), a satisfação no trabalho pode ser compreendida como um elemento macro com relação ao stress psicológico ou como um elemento micro se comparada à qualificação pessoal no trabalho. Assim, a natureza causal do link micro/macro não deve ser antecipadamente assumida como conhecida. São necessárias proposições causais que interconectem a lógica dos níveis. Somente assim é possível desviar de micro ou de macrorreduções.

²⁸ A depender da duração do fenômeno analisado, se curta ou longa, é possível falar em dias, semanas, meses, anos, em uma rápida conversa, o ciclo de uma eleição ou mesmo um tempo histórico de longa duração. Com relação ao espaço, é possível se reportar a uma localização geográfica muito específica (como uma cidade, uma escola) ou mesmo o universo inteiro. (GERSTEIN, 1987).

Destarte, para analisar o “micro” e o “macro” enquanto níveis é necessário recorrer ao segundo grau de observação, segundo Fuchs (2001). Isso é, deve-se atentar para o que os observadores da primeira ordem tratam como agência e estrutura, ou como individualismo e holismo ou ainda como consenso e conflito, e, então, desmembrar essas proposições em termos metodológicos. Afinal, a teoria sociológica nasceu para isto: oferecer explicações científicas sobre as operações dinâmicas do universo social (TURNER, 2010).

O argumento filosófico entrou em cena novamente através da discussão dos pressupostos metafísicos e ontológicos. É aqui que se reascende o problema da emergência dos níveis de análise (como o clássico duelo entre individualistas e holistas). Dentre esses novos impulsos pode-se destacar a reconstrução das dicotomias na teoria americana (como a de Blumer, Coleman, Goffman e Garfinkel), o *revival* estruturalista na sociologia continental (como Althusser e Marcuse) e o período multiparadigmático de novo movimento teórico de síntese (ALEXANDER; GIESEN, 1987).

De acordo com a defesa de Alexander e Giesen (1987), Weber foi o primeiro sociólogo a desenvolver uma formulação sintética entre o nível micro e o nível macro de análise. Isso porque ele fundou uma teoria da ação anti-individualística em que o “ponto de chegada” são as ordens sociais. As “uniformidades da ação” – isso é, modos típicos de ação que não são estritamente individuais – remetem, nesse contexto, aos arranjos típicos das ordens. Logo após a síntese weberiana, o primeiro autor que se lançou nesse cenário de discussão foi Parsons. Sua síntese serviu mais como o pontapé inicial para a renovação do debate multiparadigmático. A insatisfação com síntese excessivamente holista de Parsons fez com que houvesse uma renovação das dicotomias filosóficas no período do pós-guerra.

3.2 O LUGAR DE WEBER NESSA DISCUSSÃO

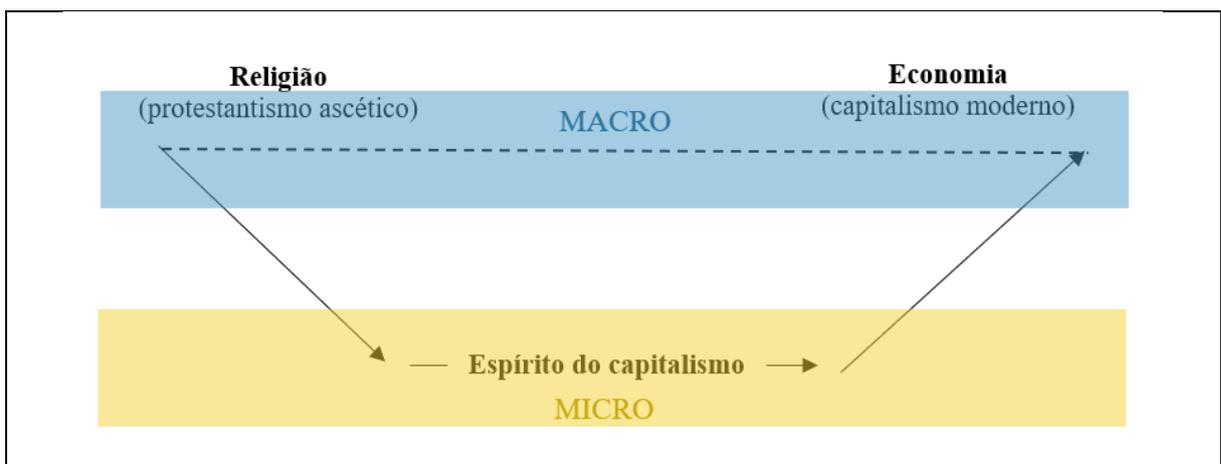
Nesse contexto de institucionalização de novas dualidades analíticas, costumou-se atribuir a Weber o título de “pai do individualismo metodológico”²⁹. Todavia, essa posição unilateral está sendo posta em discussão, nos últimos anos, por Gert Albert (2016), Thomas Schwinn (1993), Rainer Lepsius (1997), Stefan Breuer (1991), Schluchter (2005), entre

²⁹ No individualismo metodológico há a prioridade causal do nível micro sobre o macro: microdeterminação (SELL, 2017).

outros³⁰. Parte desses autores pautam-se na análise de níveis [*Mehrebenenanalyse*] dos estudos empíricos de Weber (como a *PE*) e dos textos metodológicos (como de *Grundbegriffe*). Assim, a partir da divisão metodológica micro/macro, eles puderam desvendar a estrutura teórico-conceitual da obra de Max Weber.

Gert Albert (2016), especificamente, questiona se efetivamente há uma primazia do plano micro sobre o macro nos textos “empíricos” (ou históricos) de Weber. Consoante a abordagem inaugural que David McClellan (1961) concede à *PE*, Albert (2016) defende que há na obra weberiana o modelo analítico “macro-micro-macro”. O espírito do capitalismo, uma forma de orientação econômica da ação, é diretamente influenciado pela ética religiosa do protestantismo ascético. O caráter secular do espírito do capitalismo possui afinidades com o típico homem econômico moderno. Percebe-se, com isso, que o modelo analítico da *PE* confere igual peso à ação e à estrutura social. A Figura 4 organiza os níveis analíticos de *PE*.

Figura 4 - Níveis analíticos de *A ética protestante*.



Fonte: Própria autora, com base em David McClellan (1961, p. 47).

De acordo com o esquema ilustrado acima, não há uma relação causal direta entre os dois fenômenos macro (a religião e a cultura). Antes, há um fluxo causal que vai de um fenômeno macro (a religião), a um fenômeno micro (o espírito do capitalismo), e, então, a outro fenômeno macro (a economia). Em vista disso e com base nos estudos históricos de Weber, Albert (2016) propõe re-enquadrar a teoria weberiana na discussão contemporânea micro-macro/individualismo-holismo. Para tanto, leva em consideração estes aspectos:

³⁰ De acordo com Schluchter (2005), a primeira demonstração dos níveis de análise da obra de Weber foi desenvolvida por David Mc Clelland (1961). Ele analisou *PE* a fim de demonstrar a existência do “modelo de banheira” em Weber.

- 1) A emergência: a influência da estrutura ou independência do plano macro sobre o micro. As teorias da emergência partem do pressuposto de que a explicação dos fenômenos sociais ou dos fenômenos do “espírito” remontam aos elementos materiais. Isso porque somente os elementos materiais podem gerar propriedades emergentes. Essa emergência pode ser de dois tipos:
- a. Forte: propriedades explicativas irreduzíveis ao nível micro.
 - b. Fraca: propriedades explicativas redutíveis ao nível micro.
- 2) A causalidade dos níveis: se a bordagem admite causalidade ascendente (micro-determinação) ou se também admite a causalidade descendente (macro-determinação).

O Quadro 8 sistematiza os tipos de abordagem (individualismo moderado, individualismo radical, holismo moderado³¹ e o holismo radical) segundo suas emergências e causalidades.

Quadro 8 - Posições metodológicas e suas características.

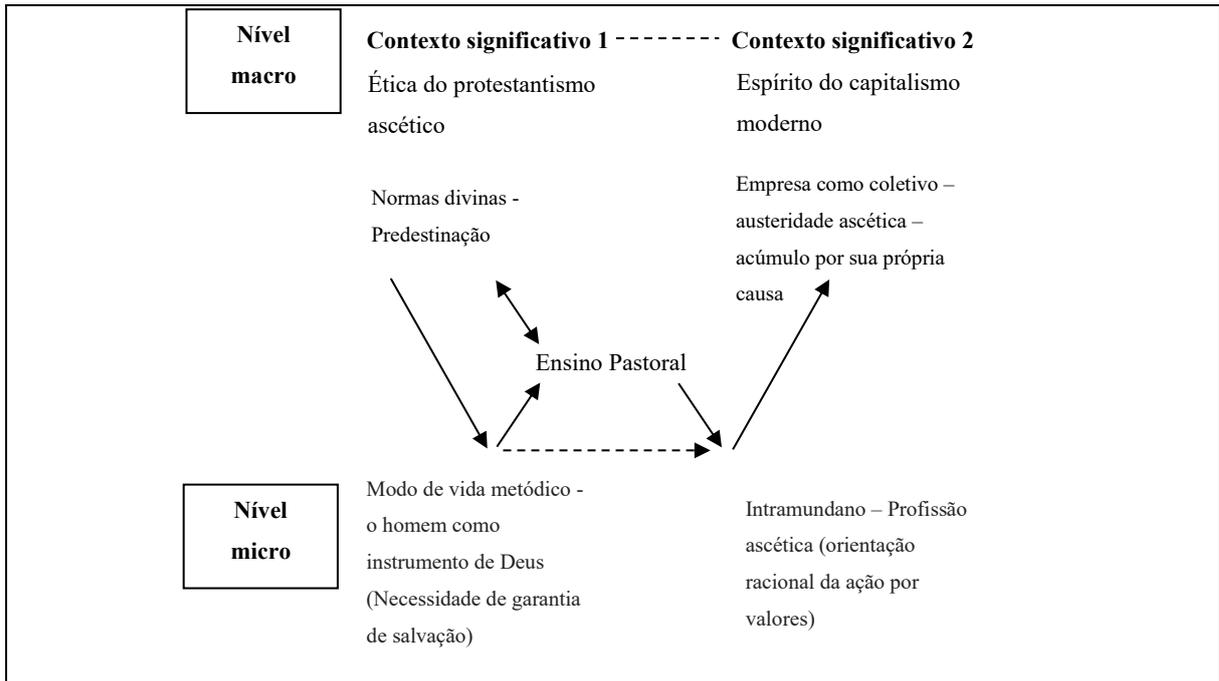
	Individualismo		Holismo	
	Moderado (micro-macro)	Radical (micro-micro)	Moderado (macro-micro)	Radical (macro-macro)
Emergência	Fraco	Inexistente	Fraco e forte	Forte
Causalidade	Somente macro-micro, micro-macro e micro-micro	Somente micro	Somente macro-micro, micro-macro e macro-macro	Somente macro

Fonte: própria autora, com base em Albert (2016).

Também Wolfgang Schluchter (2005) desenvolveu uma análise de múltiplos níveis de *PE*. A partir dos *insights* iniciais de David McClellan (1961) sobre os níveis de análise da *PE*, Schluchter criou um modelo complexificado de análise. O autor entende que a ética religiosa do protestantismo ascético levou ao desenvolvimento do espírito do capitalismo, ainda que não diretamente. A Figura 5 ilustra o seu esquema:

³¹ De acordo com Gert Albert (2016), o “individualismo insitucional” desenvolvido por Joseph Agassi tem como alicerce a teoria weberiana. Essa posição metodológica é uma tentativa de unir o individualismo metodológico ao holismo metodológico. Com base nessa abordagem é possível fazer em um “holismo moderado” que não recorre à macrossociologia radical.

Figura 5 - Modelo de análise de Schluchter.



Fonte: Schluchter (2005).

Consoante à defesa de Schluchter (2005), Weber examina apenas um lado da relação causal: a influência de uma cultura religiosa sobre a mentalidade econômica [*Wirtschaftsgesinnung*] e sua conseqüente formação de uma organização religiosa. Mas há, nesse trâmite, uma etapa intermeditária não discutida claramente, mas também não suprimida: o ajuste paulatino dos padrões de interpretação religiosos subjetivos sobre a crença na necessidade de garantia da salvação. Somente a partir disso é possível o surgimento do “espírito” do capitalismo moderno. É justamente pela impossibilidade de reduzir os padrões de interpretação subjetivos à ética protestante ascética que Schluchter defende Weber como um individualista moderado.

Gert Albert, sob outra perspectiva, inicialmente, no artigo *Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro* de 2016, desenvolveu uma interpretação holista-moderada do modelo macro-micro-macro da obra de Weber. Isso porque no holismo moderado admite-se tanto a existência de fenômenos emergentes fortes (causalidade descendente) quanto fracos (causalidade ascendente). Dito de outra forma, o holismo moderado admite causalidade do nível macro sobre o micro e do nível micro sobre o macro desde que elas sejam mediadas pela ação humana.

Weber se afasta do individualismo moderado, argumenta Albert (2016), porque ele admite a influência forte do nível macro sobre o micro. O exemplo é a influência da conduta ética do protestantismo ascético sobre o desenvolvimento do espírito capitalista. Ou como, de

maneira geral, a influência das normas e instituições sobre a ação dos atores. Essa é uma posição antirreducionista pois não admite a sobre determinação do nível macro sobre o nível micro nem a sobredeterminação do nível micro sobre o macro.

Baseado na posição antirreducionista de Weber, Albert (2016) sustenta a fundação de um paradigma de múltiplos princípios de ação (macro-micro-macro). A ação pode ser inicialmente motivada, moldada ou orientada por uma macroestrutura social (macro-micro). Logo após, essa mesma ação passa por um processo de contato com as demais características dos indivíduos (micro-micro). Por fim, há um processo de conexão das ações individuais às regras institucionais (micro-macro).

Mas essa inovadora interpretação dos escritos weberianos não tardou a receber críticas. Dentre elas, destacamos as que argumentam em prol da impossibilidade de encontrar macrodeterminações na sociologia de Weber (ESSER, 2006). De acordo com Carlos Sell (2014a, p. 46), após tais críticas Albert reviu a sua posição e:

simplesmente transcende a divisão e passa a advogar que a posição metodológica weberiana pode ser situada como uma terceira via que evita tanto a tendência reducionista de privilegiar o polo da ação sobre o polo da estrutura (atomismo) ou, ao contrário, o polo da estrutura sobre o plano do agente (coletivismo). Na senda de autores como Pierre Bourdieu, Habermas ou, para empregar aqui a já usual expressão de Anthony Giddens, Weber seria, *avant la lettre*, um teórico da “dualidade da estrutura”. Nem só as estruturas (primeira via), nem somente a agência (segunda via), o fato é que Weber nos abre um caminho para uma terceira via que integra as duas abordagens concorrentes.

Ainda que Albert tenha mudado a sua posição, nos importa, para este estudo, o seu esforço de discutir contemporaneamente a teoria weberiana. Em especial, nos interessa a sua tentativa de enquadrar o debate metodológico de Weber na contemporânea discussão sobre os níveis de análise micro/macro. Ainda que a distinção micro/macro tenha origem na teoria da escolha racional, a utilização dessa dicotomia como um esquema meta-teórico não implica, necessariamente, a opção teórica da escolha racional (SELL; JUNIOR, 2016). É possível utilizar a distinção micro/macro como um esquema auxiliar de níveis de análise. E é justamente esse esquema de níveis de análise o que nos interessa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Objetivamente, essa divisão em níveis de análise (nível micro e nível macro) nos será útil para organizar a investigação dos conceitos centrais da metodologia weberiana. Schluchter (2016) propõe, com base no enquadramento metodológico da teoria weberiana em níveis feito por Albert (2016), ordenar os conceitos desta forma: nível micro (ação social), micro macro

(relação, ordem e organização). A análise realizada nas seções seguintes pauta-se na organização de Schluchter:

- No capítulo 4 analisaremos a dimensão microsociológica:
 - Nas *Kategorien* (1913): conceitos de ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*], ação por entendimento [*Einverständnishandeln*] e ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*].
 - Nos *Grundbegriffe* (1921): conceito de ação social [*soziales Handeln*].
- Nos capítulos 5, 6 e 7 analisaremos a dimensão macrossociológica:
 - Nas *Kategorien* (1913): conceitos de ação por acordo [*Einverständnishandeln*], ordem pressuposta [*unterstellte Ordnung*], ordem estabelecida [*gesetzte Ordnung*], organização [*Verband*], instituição [*Anstalt*] e união de fins [*Zweckverein*].
 - Nos *Grundbegriffe* (1921): conceitos de relação em comunidade [*Vergemeinschaftung*], relação em sociedade [*Vergesellschaftung*], ordem legítima [*legitime Ordnung*], organização [*Verband*], instituição [*Anstalt*], união [*Verein*] e empresa [*Betrieb*].

Com base nisso, podemos verificar a prioridade explicativa das unidades conceituais da Sociologia de Weber, bem como compreender as modificações de tais unidades conceituais na estrutura conceitual desenvolvida por Weber em 1913 e em 1921.

4 O NÍVEL “MICRO” NO ESQUEMA CONCEITUAL DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA: A AÇÃO

Se agora sou sociólogo então é essencialmente para pôr um fim nesse negócio de trabalhar com conceitos coletivos. Em outras palavras: também a Sociologia somente pode ser implementada tomando-se como ponto de partida a ação do indivíduo ou de um número maior ou menor de indivíduos, portanto de modo estritamente individualista quanto ao método (trecho da carta de Weber ao economista Robert Liefmann, escrita em 1920. Tradução de Gabriel Cohn, 2000).

Neste capítulo pretendemos elucidar o objeto material da Sociologia Compreensiva através da abordagem micro/macro. Especificamente, intentamos demonstrar as vias pelas quais Weber assenta a sua teoria da ação social e identificar comparativamente as principais alterações terminológicas e aprimoramentos realizadas no seu aparato conceitual de nível micro entre 1913 e 1921. Complementando a análise exegética de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*, recorreremos ao minucioso estudo de *Grundbegriffe* desenvolvido por Alfred Schütz (2018). Ainda que o autor tenha procurado solucionar algumas “lacunas” na teoria de Weber, nos interessa estritamente o seu esforço em interpretar detalhadamente o texto de 1921.

4.1 A LÓGICA DA AÇÃO

Para realizar nossa tarefa, tratamos de delimitar, comparativamente, os seguintes conceitos: comportamento/ação, ação em comunidade/ação social e tipos de ação, conceitos que são pontos de partida do método sociológico de Weber.

4.1.1 Comportamento/ação

Quais são os elementos de uma ação humana? Isso é, do que é constituída uma ação, efetivamente?

Para Weber (1913, 1921) um dos elementos substanciais da ação é o o fato de que ela é, antes de tudo, um **comportamento** humano [*Verhalten*]³². Mas, a depender do texto de Weber em que se trata do assunto, o comportamento humano é retratado de forma ligeiramente diferente. A vista disso organizamos, no Quadro 9, as definições de comportamento de *Kategorien* e de *Grundbegriffe* (no idioma original e sua respectiva tradução para a língua portuguesa).

Quadro 9 - Definição de “comportamento” em 1913 e 1921.

1913 (parte “nova”)	TRECHO ORIGINAL
	<p>“Menschliches (‘äusseres’ oder ‘inneres’) Verhalten zeigt sowohl Zusammenhänge wie Regelmässigkeiten des Verlaufs wie alles Geschehen. [...] Denn ein in seinem äusseren Ablauf und Resultat gleiches Sichverhalten kann auf unter sich höchst verschiedenartigen Konstellationen von Motiven beruhen“ (MWG 1/12, p. 389)</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>O comportamento humano (externo ou interno) revela tanto contextos de relações como de regularidades em seu desenvolvimento, bem como de tudo o que está acontecendo. [...] Pois um comportamento idêntico em seu curso externo e resultado pode advir dos mais diversos motivos (tradução da autora).</p>
1921	TRECHO ORIGINAL
	<p>Parágrafo 1: „menschliches Verhalten (einerlei ob äusseres oder innerliches Tun, Unterlassen oder Dulden)“ (MWG 1/23, p. 1) Nota 2 do Parágrafo 1: “ein bloß (wie wir hier sagen wollen:) reaktives, mit einem subjektiv gemeinten Sinn nicht verbundenes, Sichverhalten“ (MWG 1/23, p. 2) Nota 4 do Parágrafo 1: “Sinnfremd bleiben dagegen alle — belebten, unbelebten, außermenschlichen, menschlichen — Vorgänge oder Zuständlichkeiten ohne g e m e i n t e n Sinngehalt“ (MWG 1/23, p. 4)</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>Parágrafo 1: “Um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir)” (WEBER, 1921, p. 3). Nota 2 do Parágrafo 1: “Um comportamento simplesmente reativo (como aqui o chamamos), não relacionado com um sentido visado pelo agente” (WEBER, 1921, p. 4). Nota 4 do Parágrafo 1: “Alheios ao sentido permanecem, ao contrário, todos os processos ou estados – animados, inanimados, extra-humanos e humanos – que não tenham um conteúdo de sentido subjetivo” (WEBER, 1921, p. 5).</p>

Fonte: própria autora.

³² Fritz Sander (1925) critica o conceito de comportamento social de Weber. Quando alcançamos a compreensão do comportamento alheio, ainda que não ajamos com referência a ele, já realizamos uma ação social.

Tanto em *Kategorien* quanto em *Grundbegriffe* Weber diferencia as duas dimensões do comportamento humano: o interno e o externo. Essa distinção ajuda a elucidar o fato de que comportamentos manifestados externamente de forma idêntica podem ter os motivos internos mais diversos³³ e comportamentos externos desenrolados de formas diferentes podem ter motivos semelhantes.

Quanto ao comportamento externo, ele é relatado em ambos os textos como algo que acontece, um “evento”, uma “ocasião”, um “desenrolar” de uma atitude. Apesar do texto precursor (*Kategorien*), Weber apresenta a possibilidade de que se formem relações e regularidades no nível do comportamento, especificamente em atitudes externas. Em *Grundbegriffe*, sob outra perspectiva, o autor reserva as regularidades de comportamento especialmente para as relações sociais.

O comportamento interno, por sua vez, possui uma perspectiva sensivelmente distinta em ambos os textos. Enquanto em 1913 o comportamento interno³⁴ é relatado como “motivação”, e, portanto, como um fundamento para a ação, em 1921 é enfatizado o seu caráter inconsciente e reativo. Com essa delicada diferenciação Weber pôde, em *Grundbegriffe*, delimitar com mais nitidez as distinções entre um comportamento (alheio ao sentido) e uma ação (dotada de sentido subjetivo).

No entanto, é no ensaio de 1921 que o autor especifica a tese de que o sentido subjetivo pertence essencialmente à ação, e, portanto, não é encontrado no comportamento. Um dos exemplos disso é a mortalidade. O ciclo orgânico da vida é de ordem “natural” e “reativa”. Por outro lado, os diversos modos como a ação humana confere significado a essas circunstâncias é um fenômeno efetivamente “social” e “consciente”. Em outra perspectiva, no texto de 1913 Weber reconhece a existência do sentido subjetivo na ação, todavia, não particulariza-o como um elemento exclusivo dela.

Portanto, pode-se afirmar que a relação entre comportamento e ação não é simétrica em ambos os textos. Uma ação é, essencialmente, um comportamento interno dotado de significação que possui expressões e orientações externas. Mas um comportamento, por sua

³³ Alfred Schütz (2018, p. 138) esclarece que o motivo do comportamento interno e o sentido visado da ação são, em Weber, idênticos. Todavia, essa posição desconsidera os níveis distintos de atribuição de sentido entre o comportamento interno e a efetivação da ação. Sob nossa interpretação o motivo é, antes, uma conexão de sentido entre o comportamento e a razão.

³⁴ Schütz (2018) afirma que o comportamento interno possui duas dimensões temporais, nomeadamente o motivo-para e o motivo-porquê. O motivo-para é a orientação do comportamento a algo futuro, um objeto final projetado. O motivo-porquê é a referência do comportamento a vivência passada. Isso indica que as ações são projetadas para o futuro, em suas motivações, com referência às vivências passadas. Essa dimensão não foi explorada por Weber nem em *Kategorien* nem em *Grundbegriffe*.

vez, desde que não satisfaça ambas características fundamentais, não pode ser considerado uma ação.

De todo modo, tanto em 1913 quanto em 1921, o comportamento antecede logicamente a ação, e a ação, por sua vez, sinaliza um avanço com relação ao comportamento. Para que haja uma ação é necessário que se acresça ao comportamento este elemento fundamental: o sentido subjetivamente visado. Essas delimitações estão visíveis na definição do conceito de ação de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*, ambos sistematizados no Quadro 10.

Quadro 10 - Definição de ação em 1913 e 1921.

1913 (parte “nova”)	TRECHO ORIGINAL
	“‘Handeln’ aber (1) (mit Einschluss des gewollten Unterlassens und Duldens) heisst uns stets ein verständliches, und das heisst ein durch irgend einen, sei es auch mehr oder minder unbemerkt, ‘gehabten’ oder ‘gemeinten’ (subjektiven) Sinn spezifiziertes Sichverhalten zu ‘Objekten’” (MWG, 1/12, p. 393).
1921	TRECHO ORIGINAL
	Parágrafo 1: “‘Handeln’ soll dabei ein menschliches Verhalten (einerlei ob äußeres oder innerliches Tun, Unterlassen oder Dulden) heißen, wenn und insofern als der oder die Handelnden mit ihm einen subjektiven Sinn verbinden” (MWG 1/23, p. 1).
	TRECHO ORIGINAL
	Parágrafo 1: “Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo ” (WEBER, 1921, p. 3)

Fonte: própria autora.

Em *Grundbegriffe* Weber concebe a “ação” como um comportamento humano (indiferentemente se trata-se de um comportamento interno ou externo) dotado de sentido subjetivo. Dito de outra forma, em 1921 ele concebe a possibilidade de que uma ação seja exclusivamente um comportamento interno ou exclusivamente um comportamento externo – desde que esteja atrelado a um sentido. Em síntese, Weber admite a ação em três dimensões: ela pode ser unicamente um fazer interno (como ter sede), exclusivamente um fazer externo

(como tomar água por estar com sede) ou um fazer concomitantemente interno e externo (como tomar água por ver outrem fazê-lo).

Em *Kategorien*, por outro lado, o autor concebe a ação exclusivamente como um comportamento interno compreensível quando refere-se a objetos externos (seja esse objeto físico, cultural ou social). Assim, Weber vincula à ação necessariamente ambas as dimensões: interna e externa. Por não considerar a possibilidade do fazer exclusivamente interno ou exclusivamente externo, o conceito ação de *Kategorien* é, especificamente nesse sentido, carente ou limitado se comparado ao de *Grundbegriffe*.

Nota-se que a referência a objetos externos é uma particularidade do texto de 1913. A desvinculação desse elemento até então essencial possibilitou a Weber ampliar a gama de orientações da ação. Isso não significa que em *Grundbegriffe* Weber negue a existência de ações referidas a objetos exteriores, mas indica tão somente que essa referência não é um componente obrigatório da ação. Outra ampliação do texto de 1921 é a aceção da ação de vários agentes. Enquanto em *Kategorien* Weber contempla unicamente a ação individual, em *Grundbegriffe* ele aceita a ação de coletivos de agentes. Em ambos os casos, mesmo quando trata-se de vários agentes, a ação é compreensível somente como um comportamento dotado de sentido subjetivo e orientado³⁵ mentalmente e internamente em referência a objetos exteriores.

Tanto em *Grundbegriffe* quanto em *Kategorien* Weber insere dois elementos interessantes: a omissão [*Unterlassen*] e a permissão [*Dudeln*]. Isso possibilita-lhe desenvolver o conceito de ação humana significativa (isso é, dotada de sentido) para além da noção comum de “ato” ou de “conduta” elevando sua compreensão também, então, como omissão, abstenção, tolerar ou suportar. Afinal, em todos esses casos há ações com significado subjetivo.

É importante ressaltar que desde a crítica de Weber (1907) a Stammler a questão do sentido subjetivo vem sendo posta à prova. Especialistas na obra weberiana, dentre eles Schluchter (1998) e Orihara (2008), defendem que o ensaio *Kategorien* foi escrito na intenção de solucionar algumas incoerências teóricas e metodológicas desenvolvidas por Stammler. A começar pela resposta à pergunta “o que constitui a vida social?”. A solução desenvolvida por Stammler (1896) de que a forma da vida social e coletiva é o Direito é unilateral. Ela considera

³⁵ Swedberg (2015) defende que o conceito de orientação da ação é central na Sociologia weberiana. É a orientação da ação pela expectativa do comportamento alheio que define a especificidade da análise sociológica. Ainda que Weber não deixe clara a origem do seu conceito de orientação, é possível encontrar traços semelhantes com a definição de Kant em *O que significa orientar-se no pensamento* (a orientação é a condução e direcionamento racional do pensamento). De acordo com Schütz (2018), a orientação da ação em Weber diz respeito à comportamentos previamente pensados, refletidos. Somente após projetar uma ação é possível orientá-la segundo alguma referência – seja de acordo com o tempo (passado, presente ou futuro) ou com o objeto (outra ação individual, pela ação de vários indivíduos, por uma ou várias ordens) (SWEDBERG; AGEVALL, 2016).

somente a dimensão externa. Weber, ao atentar para a bilateralidade da vida social (exterior e interior), complexifica a resposta de Stammerl elevando-a à análise do sentido subjetivo³⁶.

O elemento fundamental da ação que a distingue e a nobilita do comportamento é, tanto no ensaio de 1913 quanto no texto de 1921, o “sentido” subjetivamente visado e conscientemente intencionado (HABERMAS, 1999). Ainda que não conceitue o sentido subjetivo com precisão, nesses textos, ele desenvolve inúmeras de suas características – como ser subjetivo (que diz respeito ao agente, individualmente) e ter intenção/motivação. Dessarte, podemos afirmar que o sentido subjetivamente visado é algo a que se pretende, mesmo que passe despercebido pelo ator.

Em *Grundbegriffe* Weber complexifica e inteligibiliza sua caracterização de sentido, se comparado a *Kategorien*. Aqui ele está claramente subdividido em: a) sentido individual de um caso historicamente dado ou sentido coletivo de uma média aproximada de uma quantidade significativa de casos ou b) sentido típico construído conceitualmente pelo sociólogo.

Tratando-se do conceito de “sentido” em sua dimensão individual (subjetivamente visado), Alfred Schütz (2018, p. 71) arriscou precisá-lo e defini-lo. Nominalmente, o sentido é “a designação de determinado direcionamento do olhar a uma vivência própria [...]. Uma atitude específica do eu ante o curso de sua duração”. Em outras palavras, o sentido é uma perspectiva consciente que o próprio agente desenvolve sobre a sua ação, embora não a formule explicitamente.

Ainda que o sentido seja intencionado em seu curso, muitas vezes o próprio agente sucede sua ação de forma inconsciente ou semiconsciente. De acordo com Weber (1921, p. 13), “o agente mais o ‘sente’, de forma indeterminada, do que o sabe ou tem ‘clara ideia’ dele; na maioria dos casos, age instintiva ou habitualmente”. Por essa razão um agente plenamente consciente do sentido subjetivo de sua ação é somente um caso-limite.

À vista disso, o sentido não pode ser intitulado de “válido logicamente” – à exemplo do que fazem as ciências dogmáticas da ação, como o Direito, a Lógica, a Ética e a Estética. Ele é ao mesmo tempo estritamente subjetivo e intimamente relacionado à cultura. Um exemplo são

³⁶ Um esquema criado por Alfred Schütz (2018) ajuda a diferenciar com precisão o sentido subjetivo do sentido objetivo. Adaptamos os nomes dos atores do esquema a fim de tornar a história mais inteligível, ainda que seu conteúdo tenha sido mantido. Há o ator (1), o ator (2) e o sociólogo (3). O agente (1) confere sentido subjetivo (SS) à sua própria ação externalizada. A ação é compreensível tanto pelo ator (2) quanto pelo sociólogo (3). Ambos imputam sentido (S) à ação do ator (1) que é distinto do sentido subjetivo (SS) imputador pelo próprio ator (1) da ação. Mas somente o sentido imputado pelo sociólogo (3) é um sentido objetivo (SO) haja vista que esse ator realiza uma interpretação em conformidade com os esquemas típicos ideais da Sociologia Compreensiva. O conteúdo de sentido subjetivo (SS) não é compreensível pelo ator (2) e pelo sociólogo (3). O sentido objetivo (SO) sempre será, portanto, distinto do sentido subjetivo (SS). Mas, vale dizer, o ator (2) também pode imputar seu próprio sentido subjetivo (SS') à ação (A) do ator (1). Assim, o ator (2) contribuiria à ação do ator (1) com um novo sentido subjetivo (SS').

os processos místicos. Ainda que esses fenômenos tenham significação subjetiva para o agente, são compreensíveis somente pelos que têm acesso pessoal e/ou cultural a esse tipo de experiência.

Identificar esse sentido intencionado e motivado subjetivamente, na prática, é uma atividade complexa. Afinal, ele está envolto em todo o processo de desenvolvimento de uma ação, desde sua motivação interior até em seu desenrolar. De acordo com Gabriel Cohn (1979, p. 92) “realizar uma ação envolve um encadeamento de um conjunto de *atos* de tal modo que formem uma unidade, que, pelo menos no universo social, é sempre teleológica: busca um fim, aponta para algo, enfim tem um *sentido*”. O “sentido”, é, portanto, uma particularidade essencial da ação.

4.1.2 Ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*]/Ação social [*soziale Handeln*]

Se o sentido é o que difere a ação do comportamento, o elemento que distingue a ação individual da ação no social é a referência ao comportamento de outros atores. O conceito de ação é estruturado monologicamente com relação somente ao sentido. O que diferencia uma ação de uma ação social é, portanto, sua estrutura dialógica: o sentido subjetivamente visado e a orientação da ação em função da expectativa ação de outros sujeitos (HABERMAS, 1999).

O clássico exemplo weberiano da colisão de dois ciclistas também elucida as diferenças da ação social se comparada à ação estritamente individual. Imaginemos dois ciclistas andando em sentidos opostos da mesma rodovia, um conduzindo sua bicicleta em direção norte e o outro em direção sul. Em um dado momento, ambos os condutores desviam a atenção e colidem. Tal colisão é uma simples ação humana. Imaginemos agora que logo após a colisão os condutores tentam realizar uma negociação amistosa dos danos físicos causados as suas bicicletas. Há, nessa situação, uma ação em contexto social, já que está orientada subjetivamente pela expectativa objetiva da ação do outro ator. Ambas as dimensões elucidam as propriedades racionais dos agentes, afinal, os atores sustentam subjetivamente a sua expectativa³⁷ ao levarem em consideração a média das demais ações racionais de sentido subjetivo.

³⁷ Em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* (1906), Weber trata a possibilidade objetiva e a expectativa como coisas inteiramente opostas. A possibilidade objetiva seria algo objetivo a ser conhecido, já a expectativa seria uma posse inteiramente subjetiva. Em *Rudolf Stammler e a “superação” da concepção materialista da história* (1907), a expectativa aparece como um fato empírico, uma causa. Todavia, foi somente em *Kategorien* que Weber (1913) explorou e refinou a distinção entre possibilidade objetiva e possibilidade subjetiva (ou expectativa). Aqui, as possibilidades objetivas são elas mesmas as causas das expectativas (TURNER, 1983).

Portanto, uma ação no contexto social somente é significativa para a Sociologia quando é uma conduta em que: 1) o significado subjetivamente visado pelo agente se relaciona com a conduta de outros agentes; 2) o decurso é coorientado por si mesmo e pelas ações dos outros; e 3) pode ser explicada compreensivelmente³⁸ por seu sentido subjetivamente visado.

Contudo, tal objeto primário da Sociologia está retratado de formas distintas em *Kategorien* e em *Grundbegriffe*, pois aqui Weber utiliza dois termos claramente diferentes: pelo primeiro ele se refere a “ação em comunidade” [*Gemeinschaftshandeln*] e no pós-guerra ele o substitui por “ação social” [*soziale Handlung*], conforme ilustra o Quadro 11. O que mudou de um período para outro?

Quadro 11 - Definição de ação significativa para a análise sociológica em 1913 e 1921.

1913 (parte “antiga”)	TRECHO ORIGINAL
	<p>“Von ‘Gemeinschaftshandeln’ wollen wir da sprechen, wo menschliches Handeln subjektiv <i>sinnhaft</i> auf das Verhalten anderer Menschen bezogen wird. [...] Einen wichtigen normalen – wenn auch nicht unentbehrlichen – Bestandteil des Gemeinschaftshandelns bildet insbesondere dessen sinnhafte Orientierung an den <i>Erwartungen</i> eines bestimmten Verhaltens Anderer und den darnach für den Erfolg des eigenen Handelns (subjektiv) geschätzten Chancen” (MWG 1/12, p. 406).</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>“Nós falamos em ‘ação em comunidade’, em que a ação humana refere-se subjetiva e significantemente ao comportamento de outras pessoas. [...] Um componente normal importante – embora não indispensável – da ação em comunidade é a sua orientação particularmente significativa norteada por expectativas de um comportamento específico de outros e orientado pelas chances subjetivamente estimadas do sucesso das próprias ações” (tradução nossa).</p>
1921	TRECHO ORIGINAL
	<p>Parágrafo 1: “‘Soziales’ Handeln aber soll ein solches Handeln heißen, welches seinem von dem oder den Handelnden gemeinten Sinn nach auf das Verhalten anderer bezogen wird und daran in seinem Ablauf orientiert ist” (MWG 1/23, p. 1)</p> <p>Nota 1 da Parte 2: “Soziales Handeln (einschließlich des Unterlassens oder Duldens) kann orientiert werden am vergangenen, gegenwärtigen oder für künftig erwarteten Verhalten anderer (Rache für frühere Angriffe, Abwehr gegenwärtigen Angriffs, Verteidigungsmaßregeln gegen künftige Angriffe)” (MWG 1/23, p. 15)</p>
	TRECHO TRADUZIDO

³⁸ As Ciências Sociais, ao não formularem leis gerais dos fenômenos sociais, conseguem integrar tanto o princípio compreensivo do sentido das ações quanto o princípio explicativo das causas e motivações. Conforme a defesa de Schluchter (2014), Weber nos leva a uma terceira posição no debate epistemológico: a Sociologia Compreensivo-Explicativa. Ele integra tanto o princípio causalista típico nas Ciências Naturais quanto o princípio hermenêutico das Ciências Sociais. Assim, Weber considera possível explicar as ações humanas em suas regularidades causais e compreender seus conteúdos de sentido.

	<p>Parágrafo 1: “Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 1921, p. 03).</p> <p>Nota 1 da Parte 2: “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros)” (WEBER, 1921, p. 13).</p>
--	---

Fonte: própria autora.

Weber (1921) desenvolveu, em *Grundbegriffe*, a noção de ação social [*soziale Handeln*]. As características que a diferem da simples ‘ação’ são: 1) referência subjetiva (seu sentido refere-se ao comportamento de outros – seja esse um comportamento encerrado, decorrido, em curso, em processo, intencionado ou esperado no futuro); e 2) referência objetiva (a orientação externa do curso da ação também refere-se ao comportamento alheio). Em *Kategorien*, por outro lado, há a ação em comunidade. São duas as suas características fundamentais que a diferem da ‘ação’: 1) referência subjetiva (é uma ação que possui seu sentido orientado segundo as expectativas de comportamento alheio); e 2) está assentada na probabilidade calculada de êxito (a possibilidade objetiva [*objective Möglichkeit*]³⁹, para utilizar o léxico weberiano). Em seu caso limite racional, podemos defini-la como uma ação humana que tem seu conteúdo de sentido orientado subjetivamente pela expectativa do comportamento objetivo de outro ator ou de outros atores.

Em 1921 a referência ao comportamento alheio é dupla. Weber concebe a orientação tanto do sentido quanto do curso da ação pessoal pelo comportamento de outrem. Já em 1913 ele contempla a referência direta ao comportamento alheio no nível do sentido subjetivo. Mas em seu curso externo a ação assenta-se no cálculo do sucesso e êxito próprios tendo em vista os padrões de ação – ou, nas palavras de Weber, tendo em vista o “tipo de racionalidade com referência ao correto” [*Typus der Richtigkeitsrationalität*], ou somente “tipo correto”⁴⁰.

³⁹ John Stuart Mill, o inaugurador da tese da possibilidade objetiva, a compreendia como o equilíbrio entre os fatores que favorecem determinado desfecho de um fenômeno e os fatores que evitam tal desfecho. Mas é com a teoria da adequação causal, de Von Kries, que Weber dialoga, especificamente em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* [*Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik*]. Von Kries transportou o método causalista das Ciências Naturais para as Ciências Sociais, pois defendia que havia conhecimento nomológico também na possibilidade objetiva das conexões causais na análise causal na jurídica: a adequação causal. Na prática, de acordo com Weber (1906), o pesquisador deve procurar compreender o motivo (intenção) da ação dos atores, e, então, verificar se esse motivo efetivamente levou às consequências (efeito) em questão. É necessário pensar contrafactualmente, imaginar como se desenvolveria um determinado acontecimento se sua causa fosse outra ou ausente e quais seriam as divergências possíveis em cursos de ações esperados. Isso é possível graças a nosso conhecimento probabilístico e a nossa capacidade de fabricar possibilidades objetivas e factíveis para os fenômenos.

⁴⁰ Em inglês este termo foi traduzido como “objectively correct type” (Graber). Em francês, como “type de justesse” (Freund). Em castelhano, “tipo regular” (Etcheverry). E em português e espanhol como “tipo regular” (Wernet) (FANTA, 2015). Optamos por utilizar a tradução “tipo de racionalidade com referência ao

Enquanto nos textos correlatos⁴¹ o tipo de racionalidade com referência ao correto é aceito em dimensão descritiva (quando se descreve algo tal qual ele é), valorativa (quando algo é aceito como correto porque é valorado de forma positiva) e normativa (quando algo é correto porque segue uma norma e/ou um padrão), em *Kategorien* ele é retratado exclusivamente em dimensão normativa (FANTA, 2015). De acordo com Daniel Fanta (2015), em *Kategorien* essa racionalidade refere-se àquela ação em que os meios parecerem racionais tanto ao agente quanto ao pesquisador. Isso é, quando o pesquisador elege, para fins analíticos, os mesmos meios do agente tendo em vista os padrões de ação.

Para que o agente oriente sua ação de maneira correta segundo o objetivamente válido é necessário que ele tenha um certo estoque de conhecimento. Somente assim é possível que ele reconheça as normas de ações corretas. O pesquisador, por sua vez, pauta-se em análises próprias ou em análises previamente realizadas por outros pesquisadores acerca dos padrões de ação. Nesse sentido, se a ação se desenrola, na prática, em consonância com o conhecimento do pesquisador, ela torna-se um tipo de fácil compreensão teórica.

O tipo correto difere da simples racionalidade de fins justamente por aceitar a eleição racional de meios e de fins semelhantes tanto para o agente quanto para o pesquisador. Ou seja, na racionalidade com referência ao correto do agente está necessariamente em consonância com o conhecimento causal e normativo do pesquisador, enquanto na simples racionalidade de fins, não. Logo, o tipo correto não diz respeito à ação real efetiva. Mas ele trata, antes, de uma ação pessoal que deveria coincidir com o conhecimento objetivo do pesquisador. Assim, segundo Laux (2010), em *Kategorien* Weber trata a ação racional com referência a fins como uma racionalidade intermediária que se localiza entre a racionalidade de fins subjetiva e a racionalidade objetiva com referência ao correto:

Quanto más una acción coincide con el tipo correcto, tanto más adecuada con respecto al sentido será y tanto más el investigador puede comprender racionalmente la acción, dispensando la comprensión empática. [...] Se puede considerar racional con arreglo a fines cuando usa correctamente el conocimiento causal en su cálculo de medios y fines, o racional con arreglo a valores, cuando orientada por una norma considerada correcta también para el investigador (FANTA, 215, p. 11)⁴².

que é correto” pois ela é mais fidedigna ao termo original Typus der Richtigkeitsrationalität, conforme defesa de Daniel Fanta (2015).

⁴¹ Como o ensaio sobre Roscher e Knies, como a crítica à Stammler, o estudo sobre a *Wertfreiheit* e em Grundbegriffe.

⁴² “Quanto mais uma ação coincide com o tipo correto, tanto mais adequada com respeito ao sentido será e tanto mais o investigador pode compreender racionalmente a ação, dispensando a compreensão empática. [...] Se pode considerar racional com referência a fins quando usa corretamente o conhecimento causal em seu cálculo

Em *Kategorien*, quando a ação estava em conformidade com o conhecimento causal e normativo do pesquisador Weber falava em racionalidade com referência ao correto. Em *Grundbegriffe*, por outro lado, ao abordar as ações que possuem conexão com a perspectiva causal, normativa, emocional ou tradicional do investigador, o autor fala em “adequação de sentido”. A adequação de sentido de *Grundbegriffe* não se limita, segundo Fanta (2015), à compreensão racional de uma ação como em 1913. Afinal, em 1921 Weber também aceita a adequação de sentido de outras formas de ação – inclusive aquelas passíveis de revivência empática. Por isso a abordagem do segundo texto é, nesse sentido, mais ampla.

A ação racional com referência a fins coincide com a racionalidade objetivamente correta em sua dimensão causal. Já a ação racional com referência a valores é objetivamente correta em sua dimensão normativa. Assim, consoante à defesa de Fanta (2015), a racionalidade com respeito ao correto pode interdependar tanto do conhecimento causal quanto do conhecimento normativo do investigador. Por isso, podemos afirmar que aqui o texto parece sugerir que Weber identifica “ação social” em si com a “ação racional referente a fins” [*Zweckrational*].

Em outras palavras, a ação social refere-se ao comportamento alheio, tanto em dimensão subjetiva (sentido) quanto em dimensão objetiva (curso da ação), ao passo em que a ação em comunidade refere-se ao comportamento de outrem, especificamente no âmbito subjetivo (sentido). A dimensão objetiva da ação em comunidade fica reservada à probabilidade maior ou menor de que as expectativas da ação dos demais se sustentem na prática. Em ambos os textos, de todo modo, Weber (1913, 1921) entende a ação em contexto social concomitantemente como algo intimamente individual (por possuir sentido subjetivo) que está em relação ao geral (por referir-se ao comportamento alheio).

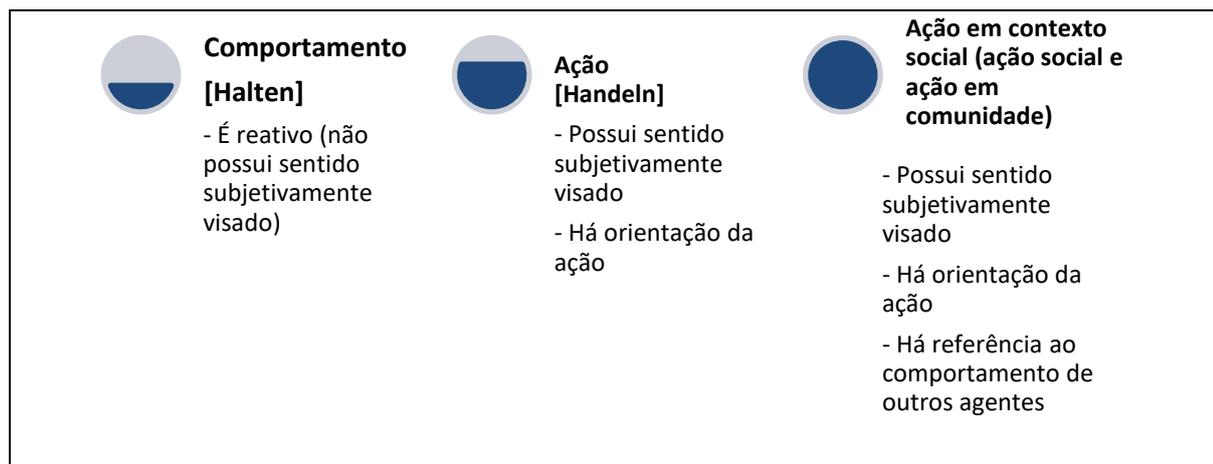
Especificamente sobre a ação social, ela possui em Weber uma conexão específica com o comportamento de outrem. Por isso ela só ocorre de fato em duas situações, de acordo com Schütz (2018): a) quando o agente tem uma intenção projetada de ocasionar efeitos específicos no comportamento alheio ou b) quando o agente tem seu agir provocado pelo comportamento de outrem. Isso significa ou que a ação social gera consequências (opera algo na consciência de outrem) em outra ação ou é provocada por elas.

A Figura 6 sistematiza a diferença entre um 1) comportamento, uma 2) ação, e uma 3) ação social (seja ela uma ação social ou uma ação em comunidade). Nossa interpretação é a de que Weber diferencia as três categorias pela presença ou ausência de algo. O comportamento é

de meios e fins, racional com referência a valores, quando orientada por uma norma considerada correta também para o investigador” (tradução da autora).

distinto da ação haja vista a sua ausência de sentido subjetivamente visado. A ação, por sua vez, se diferencia da ação da sua versão social pela inexistência de referência ao comportamento de outros agentes humanos. Esse esquema nos ajuda a verificar com um maior grau de elucidação as características essenciais do objeto material da Sociologia Compreensiva em 1913 e em 1921.

Figura 6 - Comportamento, ação e ação em comunidade.



Fonte: própria autora.

Dados os termos acima, podemos dizer que a ação social (seja a ação em comunidade de 1913 ou a ação social de 1921) é a mais completa, se comparada à ação sem referência ao comportamento alheio. Isso porque ela possui sentido subjetivamente visado e se orienta objetivamente pelo comportamento de outros agentes – seja estritamente em seu sentido ou em seu curso. Seu caso limite racional é a ação racional guiada pelos objetivos traçados (ação racional com referência a fins).

Não é fundamental uma situação de co-presença ou de *face-to-face* para que uma ação social exista ou gere efeitos sobre a orientação da ação de outrem (GREVE, 2014). Já que Weber reconhece o valor cognitivo da intencionalidade da ação, conforme destaca Turner (1983), ele pressupõe que a orientação pode acontecer de forma mentalista⁴³ (ou “projetada”, para utilizar a terminologia de Schütz (2018)). À vista disso Schütz desenvolveu um esquema minucioso de análise dos estratos de significação, conforme exposto a seguir.

⁴³ A posição de Weber com relação à co-presença é intimamente distinta, por exemplo, da difundida perspectiva de Giddens. Giddens (2018) reconhece a existência de um processo de racionalização da ação mesmo em ações humanas sem reflexão formal. Essa racionalização ocorre quando os atores têm que explicar verbalmente, em situação de co-presença (face-a-face), a intencionalidade e os motivos das suas ações. Disso advém a consciência discursiva da ação. Percebe-se, assim, que Giddens (2018) adota um modelo estratificado de personalidade do agente que está dividido em consciência prática, consciência discursiva e inconsciência.

No esquema de Weber (1921) há o Agente 1 (ou de um grupo de agentes) que intenciona um sentido subjetivo à sua própria ação de acordo com a expectativa do comportamento do Agente 2 (ou de um grupo de agentes) e a orienta também em seu curso por esse comportamento. Temos aqui um sentido subjetivo (do Agente 1) orientado em relação com a um comportamento esperado (do Agente 2).

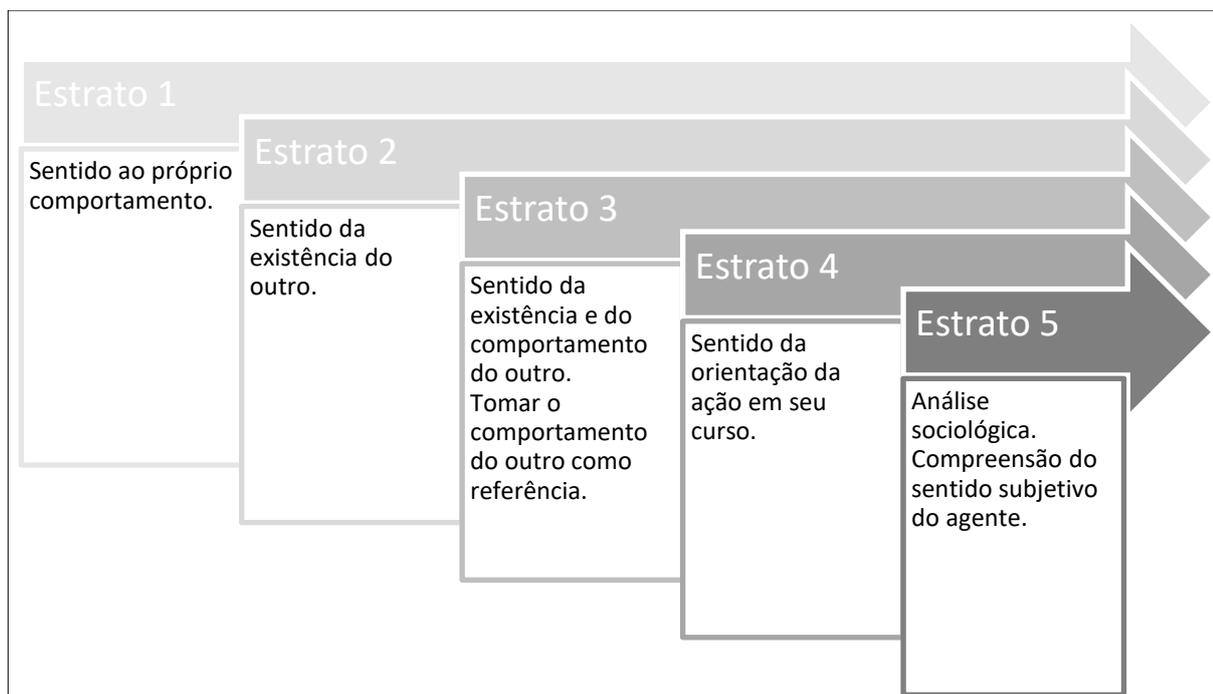
Entre a intencionalidade inicial de um sentido subjetivo e a orientação da ação pelo comportamento de outro agente temos, segundo Alfred Shütz (2018), diversos níveis de significação. Quando conferimos um motivo ao nosso comportamento interno, alcançamos o primeiro estrato de significação. Ao identificarmos a existência do outro, e, com isso, referirmos sentido subjetivo à nossa ação em referência ao comportamento dessa pessoa, passamos ao segundo estrato de sentido. Nesse nível o agente social relaciona um sentido subjetivo ao seu agir, que já é dotado de significação, por referência ao comportamento de outrem.

Mas quando os agentes sociais identificam a existência de outro agente e compreendem seu comportamento, eles passam ao terceiro estrato da significação: “pois, sem dúvida, o sentido da vivência ‘este é meu próximo’ e o sentido da vivência ‘este, que compreendi como meu próximo, comporta-se de determinada maneira, e este seu comportamento tomo significativamente como referência para o meu’” (SCHÜTZ, 2018, p. 37) pertencem a nível de estruturas e complexidades de sentido distintas.

Há, ainda, um quarto nível de sentido na ação social: a orientação da ação. Neste estrato o agente confere sentido tanto à sua própria ação, quanto à existência e ao comportamento do outro. Somente após a compreensão de todos esses estratos de sentido é possível que o agente oriente o curso de sua ação pelo comportamento de outrem. É importante esclarecer, à vista do que expunha Jens Greve (2014), que a orientação da ação pessoal pelo comportamento alheio não indica a univocidade de sentido de ambos os comportamentos. O agente que confere significado ao comportamento do outro, na verdade, desenvolve um sentido autêntico. O quinto e último nível de sentido fica reservado ao sociólogo, aquele que deve compreender a compreensão de sentido alheio.

A Figura 7 sistematiza os estratos de sentido da ação social propostos por Schütz (2018).

Figura 7 - Os estratos de sentido da ação social segundo Alfred Schütz.



Fonte: própria autora, com base em Alfred Schütz (2018).

Com esse esquema analítico do sentido em estratos, Schütz (2018) consegue acessar cada etapa da significação da ação social em sua subdivisão interna. Se desenvolvermos uma reflexão sobre os estratos de sentido da ação em comunidade, por outro lado, será necessário alterar o 4º estrato da ação social.

Feitas as ponderações acerca das sensíveis diferenças sobre a referência ao comportamento alheio nas definições de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*, podemos passar ao segundo nível de diferenciação: as expectativas e a busca pelo êxito. O grau máximo de evidência e compreensão é adquirido na análise de uma ação racional com referência a fins, pois atores e sociólogos compartilham, aqui, o mesmo padrão de racionalidade. Ou seja, o sentido subjetivo e objetivo são equivalentes.

Assim, Weber inter-relaciona três componentes de uso heurístico típicos da ação em comunidade de *Kategorien*: razões, causas e expectativas. Quando assumimos a racionalidade objetivamente correta em uma análise sociológica, ainda que despropositadamente, aceitamos que as probabilidades atuais de decorrência de uma ação coincidam com sua efetivação prática. Quando, por outro lado, não assumimos a posição objetivamente correta, aceitamos a discrepância entre razões, causas e expectativas (TURNER, 1983). Isso indica a probabilidade de que uma ação se concretize segundo as regras da experiência, segundo as expectativas comprovadas por ações anteriores típicas (SCHÜTZ, 2018).

Conforme defesa de Wolfgang Schluchter (2014, 2011) e de Jens Greve (2014), em Weber haveria um racionalismo heurístico que priorizaria a análise, a descoberta e a investigação dos fatos por meio da ação racional. Weber nos passa a impressão, em *Kategorien*, de que a racionalidade de fins seria a única forma plenamente racional de ação. Somente ela estaria efetivamente passível de adequação de sentido, de se desenrolar empiricamente de forma mais ou menos próxima da formulação intelectual (SCHLUCHTER, 2014).

Assim como em *Kategorien*, em *Grundbegriffe* Weber prioriza a análise da ação racional com referência a fins, pois ela possui compreensibilidade evidente. Essa é a ação que se orienta pela expectativa do comportamento dos outros agentes, e que, com base nisso, organiza estrategicamente seus meios, a fim de alcançar o grau máximo de probabilidade de êxito. Ela também serve como um tipo ideal que permite compreender, por meio de comparação com um comportamento puramente racional, os ‘desvios’ influenciados por irracionalidades de diversos tipos em ações reais.

Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é ‘racionalista’. O sociólogo não pode, portanto, acreditar que na vida cotidiana há a predominância de ações racionais. Segundo Karl-Siegbert Rehberg (2014), embora Weber não acreditasse que a maioria das ações observáveis fossem motivadas ‘racionalmente’, ou mesmo “propositalmente racional”, ele preferia servir “ao racional da finalidade como um tipo ideal”.

A diferença do texto de 1921, quando comparado ao de 1913, é que Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais quanto de ações irracionais (como as ações intuitivas ou impulsos afetivos). Ainda que essas ações tenham menor grau de evidência, elas são suficientes para a explicação sociológica. A possível interpretação de uma normatividade racionalista, existente em *Kategorien*, é em *Grundbegriffe* esvairida.

Em 1921 Weber desiste da “racionalidade objetivamente correta” e adota, além da racionalidade de fins, a racionalidade valorativa. Sob essa perspectiva, afirma Schluchter (2014), o agente adota a racionalidade subjetiva final ou a racionalidade subjetiva valorativa. A ação orientada por valores, adverte Schluchter (2014), é uma ação que tem seu conteúdo de significado relacionado com a ação de outros agentes e está organizada em função da crença subjetiva em um determinado valor (como, por exemplo, o dever).

Frente a isso, afinal, é possível afirmar que a definição de ação foi sensivelmente modificada em *Grundbegriffe* se comparada à conceituação de *Kategorien*? Schluchter (2014) defende que o conteúdo do conceito não foi transformado. A formulação foi apenas sofisticada e deslindada. Ainda que não suficientemente esquemático, o texto de 1921 está mais inteligível.

Ele utiliza terminologias “oportunamente simplificadas”, para utilizar as palavras do próprio Weber (1921).

Em ambos os ensaios a ação é entendida como um comportamento humano de fazer interno (motivação) e externo (seu desenrolar voltados a objetos no mundo) dotado de sentido subjetivamente visado. Em tese, são dois os elementos fundamentais da ação estabelecidos em 1913 e reafirmados em 1921: o comportamento humano e o sentido subjetivo. Desde as obras com as quais Weber dialoga até os exemplos que ele desenvolve são os mesmos em ambos os textos.

Contudo, tais diferenças não implicam em contradição. Defendemos, com isso, que o conceito de ação de Weber possui tripla coerência. Em primeiro lugar, o conceito de “ação” é coerente em si mesmo, em sua individualidade. Ele comporta três dimensões fundamentais: o sentido subjetivo (particular ao agente, formulado em sua subjetividade), o efeito interno (a causa, o motivo) e os efeitos externos (o desenrolar da ação neste mundo objetivo). Em segundo lugar, Weber (1913; 1921) defende a prioridade e a evidência analíticas das ações racionais. Mas, ao mesmo tempo, ele não desconsidera a possibilidade de análise de ações não racionais (como as emoções e os afetos).

Por fim, a teoria da ação de Weber é coerente em seu esquema lógico. Os conceitos de “comportamento”, “ação” e “ação social” estão organizados de forma a evidenciar as características “mais sociais” de uma atitude “individual”. Dentre os três conceitos, o que menos exprime a orientação social da ação é o “comportamento”. No polo oposto está a “ação social”, dotada de sentido subjetivamente visado e referenciada ao comportamento de outros agentes.

4.2 OS TIPOS DE AÇÃO

Feitas as notas introdutórias acerca do conceito de ação de Weber, é possível, então, adentrar na discussão dos tipos de ação de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*. Para tanto, o esquema tipológico da ação social desenvolvido em 1921 é assumido como referência e utilizado como parâmetro de comparação com o esquema ‘embrionário’ de 1913. Emprega-se o termo ‘embrionário’, pois em *Kategorien* Weber não tinha uma clara tipologia da ação que abrangesse a ação tradicional, ação afetiva, ação racional com referência a valores e ação racional com referência a fins. No texto de 1913 ele desenvolveu apenas algumas reflexões ‘diluídas’ sobre ações motivadas por afetos, valores e fins, conforme o Quadro 12 sistematiza.

a) Tipos de ação em 1913 e 1921

É importante esclarecer que no texto de 1913 Weber desenvolve uma proto teoria da ação em comunidade (a qual está subtipificada em ação por acordo e ação em sociedade). Mas, haja vista a afinidade com a tipologia das relações posteriormente desenvolvida em *Grundbegriffe*, ela será discutida somente do capítulo seguinte. Assim, será possível demonstrar as aproximações e os distanciamentos da apropriação da dualidade de Ferdinand Tönnies (comunidade e sociedade) desenvolvida em ambos os textos. No Quadro 12 há os trechos originais em que Weber aborda os tipos de ação em 1913 e 1921.

Quadro 12 - Tipos de ação de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*.

1913 (parte “nova”)	TRECHO ORIGINAL
	<p>Capítulo 1: “Zweckrationales Sichverhalten soll ein solches heissen, welches ausschiesslich orientiert ist an (subjektiv) als adäquat vorgestellten Mitteln für (subjektiv) eindeutig erfasste Zwecke. Keineswegs nur zweckrationales Handeln ist uns verständlich: wir ‚verstehen‘ auch den typischen Ablauf der Affekte und ihre typischen Konsequenzen für das Verhalten. [...] Bei der Rolle, welche, ‚zweckirrationale‘ Affekte und ‚Gefühlslagen‘ im Handeln des Menschen spielen, und da auch jede zweckrational verstehende Betrachtung fortgesetzt auf Zwecke stösst, die ihrerseits <i>nicht</i> mehr wieder als rationale ‚Mittel‘ für andere Zwecke gedeutet, sondern nur als nicht weiter rational deutbare Zielrichtungen hinngewonnen werden müssen könnte man ebensogut gerade das Gegenteil behaupten. [...] Subjektiv sinnhaft auf die Aussenwelt und speziell auf das Handeln Anderer bezogen sind nun auch die Affekthandlungen und die für den Ablauf des Handelns, also indirekt, relevanten ‚Gefühlslagen‘, wie etwa: ‚Würdegefühl‘, ‚Stolz‘, ‚Neid‘, ‚Eifersucht“ (MWG 1/12, p. 391-393).</p> <p>Capítulo 2: “Denn es kann für bestimmte (<i>nicht</i>: alle) Zwecke der Geschichtschreibung und Soziologie die Tatsache: dass ein subjektiv sinnhaft orientiertes Sichverhalten (Denken und Tun) sich einem Richtigkeitstypus entsprechend, widersprechend oder mehr oder minder ihm sich annähernd orientiert, ein ‚um seiner selbst willen‘ d.h. infolge der leitenden Wertbeziehungen höchst wichtiger Sachverhalt sein.” (MWG 1/12, p. 398).</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>Capítulo 1: “Por comportamento racional com referência a fins entende-se aquele orientado exclusivamente por meios subjetivamente avaliados como adequados para alcançar fins (subjetivamente) claramente compreendidos. De modo algum compreendemos somente a ação racional: nós compreendemos também o curso típico dos afetos e suas consequências típicas para o comportamento. [...] Poderia-se se também alegar o contrário, dado o papel que os fins irracionais como os afetos e os estados emocionais desempenham na ação humana, e visto que cada contemplação que compreende de forma racional orientado pelos fins, de forma contínua encontra fins que eles mesmos da sua parte não podem mais ser interpretados novamente como ‚meios‘ racionais para outros</p>

	<p>fins, mas apenas precisam ser aceitos como orientações que não podem mais ser racionalmente interpretados. [...] Subjetivamente significativos em relação ao mundo exterior e especialmente às ações de outros, são também as ações afetivas, e os ‘estados emocionais’ indiretamente relevantes para o curso das ações, tais como: ‘dignidade’, ‘orgulho’, ‘inveja’, ‘ciúme.’” (tradução nossa)</p> <p>Capítulo 2: “Pois o fato que um comportamento interno subjetivamente significativo (pensar e fazer) corresponde a um tipo objetivamente correto, contraditório ou mais ou menos aproximado pode ser uma situação (uma circunstância) de máxima importância para certos (porém não para todos) fins da historiografia e da sociologia, “por si mesmo”, quer dizer, devido às relações de valores condutivos.” (tradução nossa)</p>
1913 (parte “antiga”)	<p style="text-align: center;">TRECHO ORIGINAL</p> <p>Capítulo 4: “Der mögliche (subjektiv gemeinte) Sinn des Gemeinschaftshandelns erschöpft sich freilich nicht etwa in der Orientierung speziell an ‚Erwartungen‘ des ‚Handelns‘ Dritter. Im Grenzfall kann davon gänzlich abgesehen und das auf Dritte sinnbezogene Handeln lediglich an dem subjektiv geglaubten ‚Wert‘ seines Sinngehalts als solchen (‚Pflicht‘ oder was es sei) orientiert, das Handeln also nicht erwartungsorientiert, sondern wertorientiert sein. Ebenso muss bei den ‚Erwartungen‘ nicht ein Handeln, sondern es kann auch z.B. nur ein inneres Sichverhalten (etwa eine ‚Freude‘) des Dritten den Inhalt der Erwartung ausmachen. Der Übergang vom Idealtypus des sinnhaften Bezogenseins des eignen auf ein <i>sinnhaftes</i> Verhalten des Dritten endlich zu dem Fall, wo der Dritte (etwa ein Säugling) lediglich als ‚Objekt‘ in Betracht kommt, ist empirisch durchaus flüssig.” (MWG 1/12, p. 407).</p>
	<p style="text-align: center;">TRECHO TRADUZIDO</p> <p>Capítulo 4: “O sentido possível da ação em comunidade (entendido em um sentido subjetivo) não se esgota em sua orientação, pelas expectativas da ação de terceiros. No caso limite, a ação relacionada a terceiros pode estar somente orientada por um ‘valor’ subjetivo (‘dever’ ou o que quer que seja), ou seja, ação não é orientada pela expectativa, mas pelo valor. Da mesma forma, o conteúdo das ‘expectativas’ não precisa necessariamente se referir a uma ação, mas pode se referir também a um comportamento interior (como a ‘alegria’) de um terceiro. Finalmente, no caso em que um terceiro (por exemplo um bebê) é considerado apenas um objeto, a transição do tipo ideal de comportamento significativo pessoal a um comportamento significativo do terceiro é empiricamente fluída.” (tradução nossa).</p>
1921	<p style="text-align: center;">TRECHO ORIGINAL</p> <p>Parágrafo 2 da parte 2: „Wie jedes Handeln kann auch das soziale Handeln bestimmt sein 1) zweckrational: durch Erwartungen des Verhaltens von Gegenständen der Außenwelt und von andren Menschen und unter Benutzung dieser Erwartungen als ‚Bedingungen‘ oder als ‚Mittel‘ für rational, als Erfolg, erstrebte und abgewogene eigne Zwecke; 2) wertrational: durch bewußten Glauben an den – ethischen, ästhetischen, religiösen oder wie immer sonst zu deutenden – unbedingten Eigenwert eines bestimmten Sichverhaltens rein als solchen und unabhängig vom Erfolg; 3) affektuell, insbesondere emotional: durch aktuelle Affekte und Gefühlslagen; 4) traditional: durch eingelebte Gewohnheit“ (MWG 1/23, p. 16).</p>
	<p style="text-align: center;">TRECHO TRADUZIDO</p> <p>Parágrafo 2 da parte 2: “A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’; 2) de modo racional referente a valores: pela crença</p>

	<p>consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente <i>emocional</i>: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado” (WEBER, 1921, p. 15).</p>
--	--

Fonte: própria autora.

Na formulação final de sua Sociologia Compreensiva, Weber elenca quatro tipos ideais de ação social: a ação tradicional, a ação afetiva, a ação racional com referência a valores e a ação racional com referência a fins. Com isso, ele funda uma tipologia quadrialógica da ação, que abrange desde ações que estão no limite do comportamento reativo (como a ação tradicional), passando por ações motivadas por emoções pessoais (como a ação afetiva) e indo até ações efetivamente racionais (como a ação referente a valores e a referente a fins).

Em *Grundbegriffe*, a **ação afetiva** é determinada por estados emocionais e sentimentos. Dentre esses afetos, é possível destacar a satisfação das necessidades pessoais de vingança, de gozo, de entrega, de contemplação ou de descarga (brutal ou sublimada) de afetos. Assim, seu sentido não está no resultado que a transcende, mas no próprio indivíduo e na satisfação de suas necessidades sentimentais e emocionais individuais.

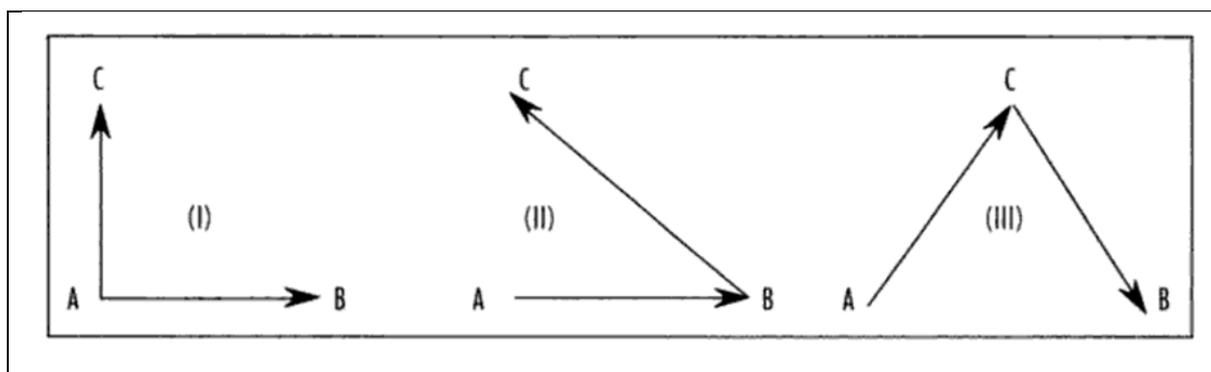
Ainda que em *Kategorien* Weber tenha formalmente categorizado a ação em sociedade e a ação por acordo como os sub-tipos de sua ação em comunidade, ele desenvolveu algumas reflexões sobre a existência de ações influenciadas por afetos, valores e fins. Especificamente na parte ‘nova’ do texto de 1913, o autor brevemente discute a compreensibilidade do curso dos afetos e dos estados emocionais e suas consequências para a ação humana. Tendo em vista o menor grau de racionalidade de seu curso e devido a sua irracionalidade de fins, as ações emocionais (como aquelas motivadas por dignidade, orgulho, inveja ou ciúmes) interferem somente de maneira indireta no curso externo da ação – ainda que se relacionem significativamente com a ação de terceiros.

Na parte ‘antiga’ de *Kategorien*, Weber trata indiretamente os afetos e emoções como comportamentos internos, nos quais é possível depositar expectativas. Ele não reconhece aqui, portanto, a possibilidade de orientar um comportamento emocional interno pela ação alheia, mas somente que uma ação esteja referida ao afeto de outrem. Assim, enquanto na parte ‘nova’ de *Kategorien* Weber reconhece a existência de ações emocionais, na parte ‘antiga’ ele as retrata como um comportamento interno.

No que tange às diferenças entre ações orientadas por afetos e emoções e ações orientadas por valores, analisando o texto de 1921 pode-se afirmar que ela reside na consciência da orientação da ação. Enquanto a ação afetiva orienta-se por estados internos, a ação de valores

é conscientemente orientada por um princípio ético, estético ou religioso, tomado como máxima. A fim de demarcar com precisão e clareza tais diferenças, Gert Albert (2002) inseriu no debate especializado sobre a teoria da ação de Weber o modelo causal da Teoria da Ação de Vilfredo Pareto, ilustrado na Figura 8.

Figura 8 - Modelo causal da Teoria da Ação de Pareto.



Fonte: Schluchter (2005).

Na Figura 1, os vetores (I) retratam o processo de formação de um comportamento. Nesse contexto, o estado psíquico A gera, concomitantemente, o sentido C e o comportamento B, sendo que não há conexão direta entre B e C. Já os vetores (II) ilustram o estado mental A que provoca o comportamento B, o qual, por sua vez, funda a crença C. Essa situação, em que pessoas acreditam em C porque fazem B, pode ser aproximada da ação afetiva de Weber, pois o sentido ‘C’ não é tomado como a finalidade da ação, mas como o resultado do comportamento B. Os vetores (III) da Figura 2, por outro lado, sinalizam a existência de um estado mental A que provoca a convicção C, que, por sua vez, produz o comportamento B. Essa proposição possui afinidades com o modelo da ação racional com referência a valores, pois o comportamento B só se desenrola com vistas à crença em C tomada como uma máxima normativa.

Sob essa lógica causal, **age de maneira puramente racional com referência a valores** quem orienta-se pela convicção consciente em uma ‘causa’ de qualquer natureza – como, por exemplo, a convicção em um valor ético (como princípios, deveres, convicções, ideologias ou dignidade), estético (como padrões estéticos de grupos) ou religioso (mandamentos religiosos). Essas convicções servem como ‘mandamentos’ ou ‘exigências’, nos quais o agente crê e os toma como normas pra a realização de sua ação (WEBER, 1921). Nesse aspecto, de acordo com Schluchter (2000), a ação racional com referência a valores tem afinidades com o modelo kantiano do imperativo categórico.

Ao analisar minuciosamente o texto *Kategorien*, é possível perceber que a sua conceituação da ação com referência a valores é semelhante àquela desenvolvida em *Grundbegriffe*. Em ambas as partes do texto de 1913 Weber retrata os valores como um comportamento interno significado subjetivamente por sua relação consciente a valores pessoais considerados um ‘dever’, uma ‘máxima’ e uma ‘obrigação’. Tal ação orientada por valores pode, inclusive, ser um tipo objetivamente correto – à semelhança do que é a ação de fins.

Como revela Schluchter (2011), oportunamente, Weber se interessou desde cedo, especialmente na *Ética protestante*, pela não redução dos valores aos fins da ação. Nesse estudo ele demonstrou que a gênese do ‘espírito’ do capitalismo moderno está assentada na racionalidade valorativa e não em uma racionalidade finalística. O puritano tem sua ação motivada pelo valor moral religioso. O capitalista por sua vez, é o produto final do processo de secularização, e, por isso, configura um modelo autônomo frente ao puritano. Isso revela que a ação com referência a valores, por ser racional, não deve ser reduzida a uma variante do cálculo de utilidade. Ela é, em tese, em modelo de ação intimamente distinto da ação finalística.

A ação racional com referência a valores, diferentemente da ação racional com referência a fins, não estipula ‘fins’ ou ‘resultados’ a serem alcançados, nem as ‘consequências’ de sua ação⁴⁴. Conforme defende Schluchter (2014), grande parte das ações relacionadas a valores, ainda que racionais, não consideram os meios e os fins da ação como uma questão central⁴⁵. Antes, elas são determinadas pela crença consciente em um valor absoluto e inerente ao comportamento. Assim, se na ação de fins os propósitos são racionais, na ação de valores as crenças o são.

Em uma comparação estrita entre a ação racional com referência a fins e a ação racional com referência a valores, esta última sempre terá caráter irracional. Isso porque, quanto mais um valor é considerado absoluto em uma dada ação, menos seus fins e suas consequências são ponderados. É importante destacar, de todo modo, que ambas as ações são tipos ideais construídos. Determinar esses limites na realidade empírica é um exercício complexo. Até

⁴⁴ Sob uma leitura distinta de Schluchter (2014), Jens Greve defende que tanto na ação racional de fins quanto na de valores, em contraposição à ação tradicional e afetiva, há uma estrutura de fins e meios. Mesmo que essa informação não esteja precisada no texto, é possível deduzir que em ambos os casos os atores buscam por objetivos específicos, ainda que sob circunstâncias distintas. Se na ação de fins o ator escolhe pelo maior benefício e êxito de sua ação, na ação de valores ele age com a finalidade de cumprir o dever ético. Em consonância, Esser (2001 *apud* GREVE, 2003) adota a perspectiva de que a ação de valores funciona como a ação de fins. Afinal, sob sua perspectiva, nela o agente considera as consequências possíveis de sua ação e, a partir disso, chega à conclusão de que não considerará mais tais consequências, haja vista a preservação da ordem social em geral.

⁴⁵ Há ações racional-valorativas em que as consequências são importantes, fundamentais e justificáveis. É o caso das máximas morais (SCHLUCHTER, 2014).

mesmo porque são raros os casos empíricos em que uma ação se orienta exclusivamente por fins ou por valores⁴⁶.

Por isso, pode haver ‘desvios’ na consideração racional típica-ideal de meios, fins e consequências da ação. Weber (1921) exemplifica tais desvios por meio de dois casos, descritos a seguir. Há situações em que os agentes estipulam fins para as suas ações que concorrem com as suas vontades e necessidades subjetivas. Eles ponderam conscientemente as suas ações em uma escala de ‘urgência’, em consonância com o princípio da utilidade marginal⁴⁷, e as cumprem de acordo com esse grau maior ou menor de necessidade. Há casos em que, por outro lado, o agente pondera os fins e as consequências de forma incompatível. Isso pode ser explicado pela orientação racional da ação concomitantemente por fins e por valores. Nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios.

A ação racional com referência a fins em seu tipo ideal ‘puro’ é determinada, em *Grundbegriffe*, pela utilização da expectativa do comportamento de outras pessoas e/ou da expectativa de comportamento de objetos como meios para alcançar fins estipulados. Todas as ‘etapas’ dessa ação são ponderadas: meios, fins e consequências. Assim, o agente considera fins que serão perseguidos racionalmente, atenta para os meios necessários para alcançar esses fins e pondera os meios em relação às possíveis consequências secundárias.

É importante ressaltar que, entretanto, há uma delicada diferença na apresentação da ação racional com referência a fins na parte ‘nova’ de *Kategorien* (capítulos 1 a 3) e na parte ‘antiga’ (capítulos 4 a 7). Algo que, de acordo com Schluchter (2014), comprova a diferença temporal na redação de ambas as partes do ensaio. Nas seções 1 a 3, a ação racional com relação a fins é apresentada como uma ação instrumental, calculabilizada e objetivamente correta. Já das seções 4 a 7, essa ação é enquadrada no contexto da ação em comunidade, e, portanto, é apresentada como uma ação orientada por expectativas subjetivamente geradas. Em vista disso, em consonância com Schluchter (2011), é possível afirmar que Weber prioriza o esquema de interpretação racional com relação a fins, especialmente na primeira parte de *Kategorien*, quando ele enfatiza a racionalidade objetivamente correta, cuja função é elaborar casos limites de ações racionais finais.

⁴⁶ Há abordagens recentes que reconstrõem a relação entre a ação de fins e a ação de valor weberianas. O estudo de Jens Greve (2003), a saber, faz um balanço crítico de três abordagens contemporâneas que integram a ação racional e a ação de valor: a de Raymond Boudon, de Siegwart Lindenberg e de Hartmut Esser. A questão de pano de fundo desse estudo, que vem a largos anos sendo debatida na literatura especializada, é a possibilidade de integrar na mesma teoria uma ação racional de fins e valores.

⁴⁷ A lei da utilidade marginal, que advém da economia, propõe a existência de uma relação inversamente proporcional entre utilidade e quantidade/oferta de uma determinada coisa. Um exemplo é a água *versus* o diamante. A água possui grande utilidade total, mas baixa utilidade marginal já que é abundante. O diamante, por sua vez, como é escasso, possui alta utilidade marginal.

Não obstante, há um tipo de ação de *Grundbegriffe* que não está contemplada em *Kategorien*: a **ação tradicional**. Em 1921, Weber realmente parece reconhecer as experiências da vida diária, ao fundamentar a sua tese da ação tradicional. Na sucessão diária de atos, em meio a tantos afazeres, há a tendência de ações automatizadas. Não encontramos nenhum sentido evidente em ações desse tipo, pois elas estão rotinizadas – ainda que, conforme bem destaca Schütz (2018), essas ações tenham significação subjetiva para o próprio agente.

Por isso, entre a ação afetiva e a ação tradicional, é possível destacar mais semelhanças do que dissonâncias. Tanto o comportamento estritamente tradicional quanto o comportamento estritamente afetivo estão no limite da ação conscientemente orientada pelo sentido. Frequentemente, a ação tradicional, como é determinada pelo costume arraigado, é uma reação surda/obscura a estímulos habituais. A ação afetiva, por outro lado, pode ser uma reação desenfreada, descomedida e desregrada a um estímulo afetivo não-cotidiano.

Ainda assim, é importante ressaltar, que é possível racionalizar as ações tradicionais e as ações afetivas via fins ou via valores, especialmente quando essas ações são mantidas conscientemente. No caso da ação afetiva, por meio de uma descarga consciente do estado emocional (sublimação). Já na ação tradicional, por meio de uma vinculação consciente ao hábito. Cabe ressaltar que a racionalização de ações não racionais pode acontecer para o agente (o ator da ação propriamente dito) e para o observador.

O Quadro 13 sistematiza o tratamento que Weber deu aos quatro tipos de ação social (tradicional, afetiva, racional com referência a valores e racional com referência a fins) na parte “nova” e na parte “antiga” de *Kategorien* e em *Grundbegriffe*. Com isso, é possível ter um panorama geral da tipologia weberiana das ações sociais.

Quadro 13 - Tipos de ação social de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*.

Textos Ações	Parte “nova” de 1913	Parte “antiga” de 1913	1921
Ação tradicional	Não há	Não há	<u>Ações sociais</u> automatizadas, rotinizadas e quase reativas
Ação afetiva	<u>Ações</u> emocionais que interferem indiretamente	<u>Comportamento interno</u> motivado por afetos e emoções, mas não referido a outro agente	<u>Ação social</u> referida a afetos
Ação racional com referência a valores	<u>Comportamento interno</u> motivado por valores e referido ao comportamento de outrem	<u>Comportamento interno</u> motivado por valores, mas não referido ao comportamento de outrem	<u>Ação social</u> racionalmente referida a valores
Ação racional com referência a fins	<u>Ação</u> intimamente instrumental e objetivamente correta	<u>Ação</u> orientada por fins e referida ao comportamento alheio	<u>Ação social</u> racionalmente referida a fins

Fonte: própria autora.

Se atentarmos para as mudanças no interior de sua formulação, perceberemos que Weber qualificou de formas sensivelmente distintas os tipos de ação em 1913 e em 1921. Se na parte ‘antiga’ de *Kategorien* Weber considerava a ação afetiva como um comportamento interno motivado por afetos e emoções, e sem referência estrita ao comportamento alheio, na parte ‘nova’ ele admite a existência de ações emocionais – ainda que elas interfiram somente de maneira indireta no curso da ação. Mas é somente em *Grundbegriffe* que o autor retrata a ação afetiva como uma ação social referida a afetos pessoais e, ao mesmo tempo, orientada a comportamentos alheios.

Desde o estudo sobre Stammerl, ainda quando Weber se ocupava com a economia e o direito, ele introduziu a diferenciação entre ações orientadas por máximas valorativas e ações orientadas por máximas finais. Em *Kategorien* essa discussão ficou descentralizada, pois Weber optou por evidenciar o dualismo de Tönnies (com a ação em comunidade e a ação em sociedade) e as ações por acordo. Mas em *Grundbegriffe*, ela é retomada e utilizada como uma inovação decisiva em relação ao método (SCHLUCHTER, 2011), especialmente pela racionalização dos valores.

Conforme destaca Turner (1983), ao descentralizar o papel das expectativas e da possibilidade objetiva, que vigoravam no texto de 1913, Weber pôde evidenciar outras formas

de ação racional. Desse modo, ele conseguiu equivaler hierárquica e metodologicamente os dois tipos de ação racional em *Grundbegriffe*: a ação de fins e de valores. A partir dessa perspectiva, Weber (1921) demonstrou que há ações ajustadas por valores. Essas ações podem ser intimamente racionais quanto mais consciente e claro for o valor para o próprio agente.

Weber (1921) também inova ao incluir a ação com relação a fins como uma ação que compõe a sua tipologia quádrupla. Em 1913, especificamente na parte ‘nova’, a ação de fins aparecia como um caso-limite de análise de ação instrumental, um tipo objetivamente correto passível de comparação. Já em 1921, além de ser a ação em estado ideal de análise, ela é também um tipo de ação de seu arquétipo. Nisso a categorização de *Grundbegriffe* se aproxima daquela outrora desenvolvida na parte ‘antiga’ de *Kategorien*. Afinal, em ambas Weber aceita a existência da ação orientada por fins e referida ao comportamento de outros agentes. Isso é, uma ação que é racional em sua dimensão subjetiva e objetiva.

Em vista dessas considerações, é possível afirmar que Weber possui três tipologias da ação: a da parte ‘antiga’ de *Kategorien*, a da parte ‘nova’ de *Kategorien* e a de *Grundbegriffe*. Sendo que, nesse cenário, a tipologia que mais se aproxima de sua formulação final de 1921 é aquela que chamamos de parte ‘nova’ de *Kategorien*, porque é na parte ‘nova’ que Weber acena para a possibilidade de que comportamentos motivados por emoções sejam ações, e para o fato de que as ações de fins são tipos-ideais que servem como parâmetro comparativo.

Há, ainda, uma exclusividade efetiva de *Grundbegriffe*: a ação tradicional. Foi somente em 1921 que Weber reconheceu a existência de ações sociais quase automatizadas, rotinizadas e reativas. Uma ação que, se comparada às ações racionais (como a referida a valores e a referida a fins), pode ser intitulada *defizitäre Modi* [modos deficitários] (NORKUS, 2001) ou *residual categories* [categorias residuais] (PARSONS, 1940).

Em tese, há duas diferenças fundamentais entre as tipologias desses textos. Elas estão ligadas a ampliação da noção de ação social, noção que passou a barcar tipos que antes eram tratados exclusivamente como comportamentos ou ações sem referência ao comportamento alheio. 1) em *Grundbegriffe* Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais e quanto de ações afetivas e tradicionais; e 2) em 1921 ele retoma seu debate com Stammerl sobre as ações orientadas por máximas valorativas e por máximas finais e inova, com isso, sua tipologia. Ele equivale metodologicamente os dois tipos de ação racional: a ação de fins e de valores. É importante ressaltar que em ambos os ensaios Weber prioriza a análise da ação racional pois ela possui compreensibilidade evidente. Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é ‘racionalista’. Com base nisso, defendemos que a possível interpretação de uma normatividade racionalista, existente em *Kategorien*, é em

Grundbegriffe erradicada. Com o abandono da racionalidade objetivamente correta e a consequente adoção da racionalidade de fins e de valores, seu “racionalismo heurístico” perdeu a centralidade.

b) Interpretações

Após a exposição das aproximações e dos distanciamentos entre as ações de *Grundbegriffe* e as reflexões de *Kategorien*, podemos, então, passar às interpretações e críticas do esquema de Weber (1921). Com uma preocupação semelhante à de Orihara (2008), Habermas (1999) desenvolve uma interpretação crítica sobre graus racionalização das ações de *Grundbegriffe*. Ele percebe que o aspecto suscetível de racionalização na teoria da ação de Weber é a relação meio-fim de uma ação teleológica concebida individualmente. É justamente por isso que a ação racional com referência a fins é a mais racional. Ela é a ação que utiliza as expectativas do comportamento de outras pessoas ou de objetos como “meios” ou “condições” para alcançar determinados fins.

Com base na interpretação de Wolfgang Schluchter desenvolvida em *Entwicklung des okzidentalens Rationalismus*, Habermas (1999) organiza os quatro tipos de ação social de acordo com sua relação à fins, valores, afetos ou tradição. O agente que se comporta de forma racional com referência a fins, o modelo racional da tipologia weberiana, elege seus fins entre um horizonte de valores, considera as consequências alternativas e organiza os meios adequados para alcançar tais fins. Os demais agentes, que agem motivados por valores, afetos ou tradição, não consideram todos os 4 elementos fundamentais de uma ação de fins. O Quadro 14 ilustra essa relação.

Quadro 14 - Tipos de ação de *Grundbegriffe* segundo graus decrescentes de racionalização: modelo descendente-crítico.

Tipos de ação segundo graus decrescentes de racionalidade	O sentido subjetivo compreende os seguintes elementos:			
	Meios	Fins	Valores	Consequências
Racional com referência a fins	+	+	+	+
Racional com referência a valores	+	+	+	-
Afetiva	+	+	-	-
Tradicional	+	-	-	-

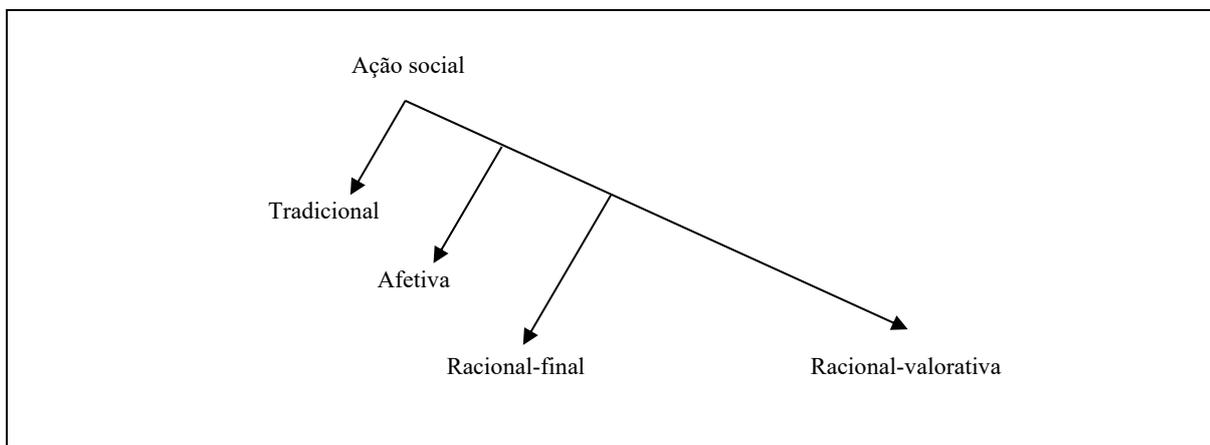
Fonte: Schluchter (1979, apud Habermas, 1999).

Sob essa leitura, a tipologia das ações de Weber vai estreitando pouco a pouco a consciência do agente. Na ação racional com referência a fins há o controle completo dos meios, fins, valores e consequências. Já na ação racional com referência a valores escapa o controle racional das consequências. A ação afetiva, por sua vez, não possui consequências ou valores como seu sentido subjetivo. Por fim, a ação tradicional conta unicamente com os meios. Essa versão permite visualizar somente difusão e a implantação a racionalidade com referência a fins na racionalização dos sistemas de ação.

O modelo proposto por Schluchter e adaptado por Habermas (1999) está baseado no déficit de características. Esse é um modelo de interpretação problemático pois intenta enquadrar os 4 tipos de ação em um ordenamento de racionalidade que compreende exclusivamente e unicamente os meios, fins, valores e consequências da ação. Ainda que a ação racional com referência a fins seja efetivamente a ação de maior grau de racionalidade, ela não se orienta, em seu tipo ideal, também por valores. A ação efetiva, por sua vez, não tem necessariamente os “fins” estipulados. Ela também pode ser uma simples reação a um estímulo.

Tendo em vista o caráter contestável de sua tese primária, Schluchter (2014) reviu seu esquema inicial e propôs uma interpretação alternativa. Ele seguiu com o modelo de progressão racional, mas agora com um esquema baseado na presença de características, conforme ilustra a Figura 9 a seguir. Chamamos esse modelo de “ascendente-positivo”.

Figura 9 - Tipos de ação de *Grundbegriffe* segundo progressão racional: modelo ascendente-positivo.



Fonte: Schluchter (2014).

O segundo esquema de Schluchter (2014) revela-se mais coerente pois ilustra a relação entre as duas variantes de ação racional que estão no mesmo “grau” de progressão racional: a ação racional com referência a fins e a racional com referência a valores. Weber (1921) confere peso igual à ação racional orientada por fins e por valores pois ambos os modelos são racionais e passíveis de racionalização. Para o observador, entretanto, as chances de identificar a causa de uma ação finalista são maiores haja vista seu grau máximo de evidência.

O modelo de Schluchter (2014) também revela a relação, em termos de progressão racional, entre a ação tradicional (rotinizada), a ação afetiva (espontânea, não rotinizada) e a ação racional (regida por regras, sejam elas valorativas ou finalísticas). Por isso esse arquétipo é mais fidedigno com a realidade. O comportamento tradicional é o mais distante da racionalidade por conta de seu caráter quase reativo, habitualístico e pouco refletido. Ele decorre de estímulos habituais que vão paulatinamente, por meio da rotina, se enraizando nas ações do agente. A ação valorativa diz respeito a um valor intrínseco. Ela é racional justamente por estar raciocinada, refletida e sistematizada internamente pelo agente consigo próprio. A ação valorativa não alcança a maior progressão de racionalidade pois ela está guiada por um valor inerente, e, portanto, independe do resultado (se benefícios ou se prejuízos) e das consequências. A ação racional com referência a fins é a que mais progride em termos de racionalidade pois está guiada pelo êxito de fins ponderados e pela eficiência de meios perseguidos racionalmente.

O Quadro 15 organiza os 4 tipos de ação de *Grundbegriffe* de acordo com o sentido da ação, a racionalidade e o grau de racionalização. Nesse quadro há uma reformulação do

esquema de Schluchter (2014) a fim de deixar evidente a progressão racional da tipologia de Weber.

Quadro 15 - Características gerais dos 4 tipos de ação social.

	Sentido da ação	Relação com a racionalidade	Grau de Racionalização	
Ação racional com referência a fins	Fins	Racional	↑	
Ação racional com referência a valores	Valores	Racional		
Ação afetiva	Afetos	Não racional		
	Emoções	Racionalizável		
Ação tradicional	Reação	Não racional		
	Costume	Racionalizável		

Fonte: própria autora.

É importante ressaltar que os tipos de ação social criados por Weber (1921) são apenas 4 em um universo inestipulável de possibilidades. À vista disso, o autor não procurou construir e classificar todos os tipos de ação social existentes. Senão, antes, ele tentou criar tipos conceitualmente puros utilizáveis para fins de análise sociológica que advêm da observação e do exageramento de alguns traços da realidade.

Nos cabe, agora, a tarefa de compreender a maneira pela qual Weber perpassa do nível micro (das ações) para o nível macro (especificamente para as relações). Como um conceito supõe logicamente o outro em seu esquema analítico, pressupomos que as ações sociais, com seus sentido e significados subjetivos, quando estão em relacionalidade mútua [*auf ein anderen bezogen*], desenvolvem relações sociais. No capítulo a seguir desenvolvemos as primeiras reflexões acerca desse assunto.

5 DO NÍVEL MICRO AO MACRO: A RELAÇÃO SOCIAL

Até aqui, discutimos questões de nível micro *strictu sensu* – tais como o comportamento, a ação, a ação social, o sentido, a orientação, entre outros. Nesta seção debateremos sobre a transição do nível micro (as ações sociais) para o primeiro elemento do nível macro (as relações sociais) em *Grundbegriffe* e suas conexões com *Kategorien*. Afinal, mesmo as ações de nível micro possuem efeitos e consequências em nível macro (como as relações, as organizações e as ordens sociais).

Gabriel Cohn (1979) esclarece, nesse sentido, que Weber esteve preocupado em entender como as diversas ações particulares se articulam a ponto de resultar uma orientação comum para muitos agentes. Dito de outra forma, ele esteve ocupado em compreender como as ações singulares podem originar linhas comuns de ação e de sentidos que podem ser incorporados em processos sociais mais amplos. A partir da análise das ações mutuamente orientadas e coordenadas entre si, Weber pôde compreender o processo de formação das relações sociais, conforme relatado a seguir.

5.1 A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE RELAÇÃO SOCIAL E A COORDENAÇÃO DA AÇÃO

Em *Grundbegriffe* “parece que o umbral decisivo consiste na transição da ação para a relação social” (SCHLUCHTER, 2014, p. 216). Por isso, é especialmente neste texto que Weber desenvolve sua complexa e robusta teoria das relações sociais. Aqui ele insere a formulação de “comportamentos reciprocamente referidos”, que o permite desenvolver o conceito de relação social em profundidade, complexidade e autonomia relativa com referência à ação⁴⁸.

No texto de 1913, em contraposição, Weber não desenvolve explicitamente uma teoria das relações sociais. Em algumas passagens ele somente cita relações derivadas de tipos específicos de ação em comunidade (como a relação em comunidade por acordo, que deriva da ação por acordo, e a relação em sociedade, que advém da ação em sociedade). Assim, ao relatar

⁴⁸ Falamos em autonomia relativa pois, ainda que a relação possua um conteúdo de sentido próprio, ela remete, em última instância, às diversas ações sociais que a compõem. Nesse cenário, a relação social é desenvolvida em um nível acima da ação pois ela está além da orientação de comportamento significativo. Ela adentra no limite dos comportamentos coordenados.

rapidamente algumas características de tais relações, ele não conceitua com precisão nem discute exaustivamente a noção de relação social.

No Quadro 16 há a definição de relação social de *Grundbegriffe* e algumas observações que ele faz ao tema em *Kategorien*. A partir disso, é possível comparar aproximações e distanciamentos entre ambas as abordagens.

Quadro 16 - Conceito de relação social de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*.

1913 (parte “antiga”)	TRECHO ORIGINAL
	<p>1. „Sie besteht [die Vergesellschaftung] so lange und insoweit, als ein an ihren Ordnungen irgendwie dem durchschnittlich gemeinten Sinn nach orientiertes Handeln noch in einem praktisch relevanten Umfang abläuft“ (MWG 1/12, p. 410).</p> <p>2. „Durchaus eine Frage des Einzelfalls ist es daher auch, ganz ebenso wie bei der Vergesellschaftung: enwieweit aus dem durchschnittlich etwa in 'Regeln' angebbaren Sinngehalt des Einverständnisses durchschnittlich generelle Regelmässigkeiten des praktischen Verhaltens folgen“ (MWG 1/12, p. 425).</p> <p>3. „Und vollends wo immer zweckrational eine Ordnung geschaffen wird, ist 'Vergesellschaftung' vorhanden, wenn auch in höchst verschiedenem Umfang und Sinn“ (MWG 1/12, p. 427).</p> <p>4. „Und umgekehrt pflegt fast jeder Vergesellschaftung ein über den Umkreis ihrer rationalen Zwecke hinaus übergreifendes ('vergesellschaftungsbedingtes') Einverständnishandeln zwischen den Vergesellschafteten zu entspringen“ (MWG 1/12, p. 427).</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>1. “Ela existe [relação em sociedade] enquanto e na medida em que uma ação orientada por suas ordens proceda de alguma forma em âmbito relevante ainda de maneira prática de acordo com o significado médio pretendido” (tradução da autora).</p> <p>2. “Certamente uma questão de caso individual também é, assim como no caso da relação em sociedade em que medida, em média, regularidades gerais do comportamento prático resultam do sentido (teor) do acordo que pode ser expresso em média em regras” (tradução da autora).</p> <p>3. “E onde quer que uma ordem seja propositalmente criada racionalmente, a ‘relação em sociedade’ existe, embora em extensão e significado muito diferente” (tradução da autora).</p> <p>4. “E, inversamente, quase toda relação em sociedade tende a originar uma ação por acordo entre os associados que está além do escopo de seus propósitos racionais” (tradução da autora).</p>
1921	TRECHO ORIGINAL
	<p>Parágrafo 3 da Segunda Parte: „Soziale ‚Beziehung‘ soll ein seinem Sinngehalt nach aufeinander gegenseitig eingestelltes und dadurch orientiertes Sichverhalten mehrerer heißen. Die soziale Beziehung besteht also durchaus und ganz ausschließlich: in der Chance, daß in einer (sinnhaft) angebbaren Art sozial gehandelt wird, einerlei zunächst: worauf diese Chance beruht” (MWG 1/23, p. 18).</p>
	TRECHO TRADUZIDO
	<p>Parágrafo 3 da Segunda Parte: “Por ‘relação social’ entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social <i>consiste</i>, portanto, completa e exclusivamente na <i>probabilidade</i> de que se</p>

	aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade” (WEBER, 1921, p. 16)
--	--

Fonte: própria autora.

Nos parágrafos 3 e 4 do texto de 1921 Weber define a relação social como um comportamento referido, em seu sentido subjetivamente visado, por um conteúdo de sentido que serve de referência mútua para uma pluralidade de indivíduos. Nesse cenário, os agentes orientam suas ações por um sentido comum e as ajustam [*einstellen*] reciprocamente umas às outras (WEBER, 1921). Em outras palavras, na relação social há o rearranjo mútuo de ações sociais e de seus respectivos significados em função de um sentido específico.

É importante perceber que há dois conteúdos de sentido em uma relação social: o conteúdo de sentido da relação social propriamente dito, que serve de referência mútua, e o conteúdo de sentido próprio da ação social, o qual está em referência ao sentido da relação. Em princípio, esses sentidos atuam em duas dimensões distintas. O sentido da ação social opera na dimensão individual em referência à dimensão institucionalizada. Portanto, ainda que uma relação social possua uma referência mútua de sentido, as ações que a compõem possuem sentidos plenos e completos.

Já em *Kategorien*, diferentemente do texto de 1921, Weber não define o conceito de relação social com precisão. Conforme é possível visualizar nas citações do Quadro 27, em meio à explicitação dos tipos de ação, o autor apresenta alguns *insights* sobre a noção de relação social. Nesse contexto, as relações só existem quando há ações orientadas segundo um conteúdo de sentido médio (seja esse conteúdo expresso em regras, ordens ou acordos implícitos). Mesmo assim, já em 1913, pode-se sustentar que Weber assume as relações sociais como ações reciprocamente significadas que resultam em um escopo que está além do propósito inicial das ações individuais.

Ainda que de forma dispersa e sem um desenvolvimento formal, os elementos fundamentais da relação social de *Grundbegriffe* já estavam contemplados em *Kategorien* (como o comportamento referido pela expectativa da ação alheia, a formação de um conteúdo de sentido distinto das ações individuais e o aumento da probabilidade/chance de que se aja de determinada maneira), exceto um: o ajuste [*einstellen*] recíproco das ações. Com esse elemento Weber confere dinamismo e não substancialização à relação social e pode assim tratá-la como o conteúdo de sentido resultante do re-arranjo mútuo dos diversos sentidos das distintas ações.

Nessa direção, conforme defesa de Jens Greve (2014), há três circunstâncias fundamentais da relação social em *Grundbegriffe*. Por um lado, a relação não é substantiva. Isso é, ela consiste inteiramente em uma chance de que uma dada ação social seja tomada de

maneira significativa. Em segundo lugar, a relação social não se refere a ações iguais similares. Assim, é possível que em uma mesma relação social um agente ame o outro e este, por sua vez, odeie o primeiro. Por fim, as relações sociais não têm a ver com apego afetivo ou emocional. Elas podem ser regidas pelas motivações mais diversas.

Em consonância com essa perspectiva, Schluchter (2014) defende que a orientação da ação em comunidade por expectativas de comportamento de outras pessoas é o elemento fundamental que permite a Weber tratar de forma subjacente as relações sociais significativas em *Kategorien*. Ainda que ele não adentre, nesse texto, no mérito do “ajuste” das ações, ao abordar teoricamente a orientação da ação pela expectativa do comportamento alheio, ele coloca ações em relação de significado com outras ações.

Segundo Swedberg (2015, p. 99), há íntima relação entre expectativa, orientação da ação e a possibilidade de que as ações decorram de determinada forma, inter-relacionando-se. De todo modo, a transição da ação para a relação social é realizada teoricamente em ambos os textos por meio de dois elementos fundamentais: a orientação da ação por expectativas subjetivamente geradas de comportamentos de objetos ou de pessoas (das quais espera-se comportamentos subjetivamente significativos)⁴⁹:

The idea of orientation to others also goes well with Weber’s view of the role of contingency in social life. Actors often orient themselves to *expectations* about what other actors will do, based on their earlier experiences, Weber say, but these expectations may not coincide with how these other actors will later behave. There consequently exists a strong link between Weber’s concept of orientation to others and his concept of probability (*Chance*)⁵⁰.

Também Turner (1983, p. 510) ressalta a íntima relação entre “orientação”, “expectativas” e “relações sociais”:

⁴⁹ No texto de 1913 Weber também trata, além das ações orientadas por expectativas, de ações orientadas por valores. No segundo caso, um agente orienta a sua ação segundo uma crença subjetiva em um determinado valor (como valores religiosos ou éticos). Em 1921 Weber coloca em desuso ambas as noções as transformando, conforme já explicitado na seção anterior, em dois tipos de ação social: a ação social racional com referência a fins e a ação social racional com referência a valores. Em suma, em *Grundbegriffe* essa dualidade é ampliada para 2 polos divididos cada qual em 2 tipos. O polo da orientação racional da ação abranje a orientação pelo valor e a orientação pelo êxito. O polo não racional inclui a orientação por hábitos tradicionais (orientação pré-consciente) e a orientação por sentimentos ou afetos (orientação inconsciente). Todos os tipos de orientação da ação previstos em *Grundbegriffe*, sejam eles racionais, pré-conscientes ou inconscientes, são compreensíveis ao pesquisador.

⁵⁰ “A ideia da orientação a outros vai bem com a perspectiva de Weber sobre a contingência da vida social. Os atores frequentemente orientam-se eles mesmos por *expectativas* da ação de outros atores, baseados nas suas experiências anteriores, Weber diz, mas essas expectativas não coincidem com a forma como esses atores se comportarão depois. Há um forte *link* entre o conceito de orientação a outros de Weber e seu conceito de possibilidade (*Chance*)” (tradução da autora).

In the *Logos* essay, Weber also notices that the reciprocal causal relation between objective possibilities and expectations can be used to enable the construction of sociological concepts of certain social relations on an ‘individual’ basis, in terms of the concepts of expectations and mutual expectations together with the consideration of the ideas held by the individuals with the expectations which define expectations of, e.g., obedience, as ‘legitimate’⁵¹.

Em termos contemporâneos, podemos intitular os comportamentos mutuamente referidos e ajustados por um conteúdo de sentido comum de “ações coordenadas”. É por isso que Schluchter (2014) defende a tese de que na transição da ação social (de 1921) para a relação social há a mudança da “orientação” para a “coordenação” da ação. Isso significa que no plano da relação social os atores coordenam suas ações uns em referência aos outros adequando-as mutuamente, mesmo que seus planos de ação sejam distintos.

A orientação e a coordenação são etapas distintas do plano micro que ocorrem em sequência (e não simultaneamente). A relação social é, portanto, segundo a linguagem da teoria dos sistemas, um fenômeno “emergente” da ação social (SCHLUCHTER, 2014). Ela forma padrões complexos de ação a partir de unidades de sentido mais simples. Assim, ela não cria novas *substâncias* autônomas, mas confere novas *características* à ação já existente. A coordenação das ações, que não foi desenvolvida com exatidão em *Kategorien*, é em 1921 cuidadosamente exposta⁵².

Feitas tais ponderações acerca do conceito de relação social, podemos adentrar, então, na discussão dos tipos de relações, conforme exposto doravante.

5.2 COMUNIDADE (GEMEINSCHAFT) E SOCIEDADE (GESELLSCHAFT) ENTRE 1913 E 1921.

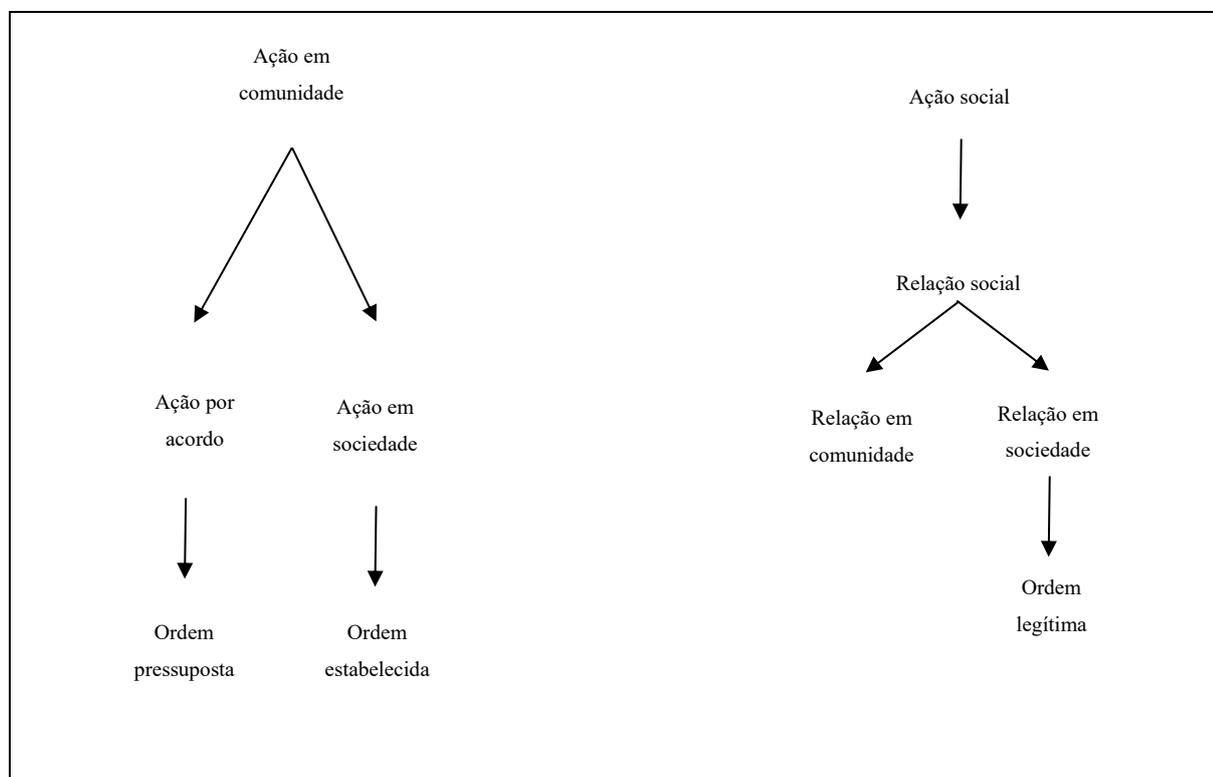
Em 1913, Weber ainda não trabalha com um conceito explícito de relações sociais. Na prática, ele considera a ação por entendimento [*Einverständnishafteln*] e ação em sociedade

⁵¹ “No ensaio de *Logos*, Weber também observa que a relação causal recíproca entre possibilidades objetivas e expectativas pode ser usada para permitir a construção de conceitos sociológicos de certas relações sociais numa base ‘individual’, em termos dos conceitos de expectativas e de expectativas mútuas juntos com a consideração das idéias mantidas pelos indivíduos com as expectativas que definem expectativas de, por exemplo, obediência, como ‘legítimo’” (tradução da autora).

⁵² Schluchter (2014) defende que a inexistência do fenômeno de coordenação da ação em *Kategorien* não é um acaso. É somente em *Grundbegriffe* e em seus textos isocrônicos que Weber passa a refletir cuidadosamente sobre esse fenômeno, como em suas reflexões sobre a dominação. Aqui ele amplia essa discussão ao ponto de tratar a dominação desde seu significado subjetivo até seus tipos de legitimidade e de garantia.

[*Gesellschaftshandeln*] quase como extensões da forma básica da ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*]. Mesmo assim, tanto uma como outra forma de ação foram colocadas como elementos mediadores entre ação em comunidade (micro) e o nível da ordem social (macro). É por isso que nos parece legítimo considerá-los como tipos de relações e compará-los com a nomenclatura de 1921. No entanto, o que em 1913 eram ainda duas proto-formas de relações sociais converte-se, em 1921, em apenas dois tipos específicos de relações sociais. É o que demonstra a Figura 10 a seguir.

Figura 10 - Relação em comunidade e em sociedade (1921) e ação por acordo e ação em sociedade (1913).



Fonte: Schluchter (2016).

Não há consenso na literatura especializada de que a relação em sociedade e a relação em comunidade são expressões conceituais da dicotomia “comunidade/sociedade” de Tönnies. Há quem defenda, como König (1955), que Weber tece inúmeras críticas ocultas à formulação de Tönnies ao desenvolver seus dois tipos de relação social de *Grundbegriffe*. Há outra vertente interpretativa que reconhece a aproximação de Weber e Tönnies exclusivamente em *Grundbegriffe*. Dentre eles estão Roth (1978), Cahnman (1973) e Bond (1988). Há uma terceira corrente especialmente representada por Stefan Breuer (1996), por outro lado, que advoga pela aproximação entre ambos os autores em *Kategorien*. Lichtblau (2000), assim como Schluchter

(2011), advoga pela tese de que Weber dialoga com Tönnies em ambos os textos: em 1913, com os conceitos de ação em comunidade e ação em sociedade e em 1921, com as noções de relação em comunidade e relação em sociedade.

Segundo esta última leitura, Weber mantém uma matriz teórica de referência comum para ambos os pares conceituais (ação em comunidade/ação em sociedade e relação em comunidade/relação em sociedade): a dicotomia “comunidade” e “sociedade” de Ferdinand Tönnies. Sob a perspectiva de Tönnies (1887), a comunidade é a típica organização pré-moderna de comunidades familiares. As relações religiosas e de parentesco e o vigor do costume mantiveram essas comunidades coesas por um longo período de tempo. A sociedade, por sua vez, é uma organização moderna típica das sociedades nacionais capitalistas, industriais e metropolitanas. O cerne dessa organização social é a vida política e a opinião pública, ambas amplamente regidas por contratos, leis e convenções. Ela funciona como uma máquina, e, por isso, afasta a vida emocional e afetiva que vigorava na comunidade.

Em consonância com a teoria do contrato moderno de Hobbes, Tönnies (1887) evidenciou a transição de um estado em que vigora as relações naturais (a comunidade) para um estado em que vigoram as relações artificiais (a sociedade), como a organização em leis. Todavia, de acordo com Schluchter (2011), o autor discordava de Hobbes no que tange ao estado de natureza humano. Afinal, Hobbes evidenciou a transição do estado de natureza (de desordem e disputa de todos contra todos) para o estado do Leviatã (de organização com base no direito).

Essa transição, em seu sentido normativo, não foi benéfica. Afinal de contas, as relações no interior da comunidade eram, segundo Tönnies (1887), relações reais e naturais que compunham parte de um todo no qual vigorava a liberdade objetiva. Isso porque os indivíduos agiam movidos por amor, afeto e compreensão pois consideravam as suas próprias essências. A comunidade não era, sob sua perspectiva, um modo deficiente de organização. Ao contrário, ela parece para o autor uma forma superior, não decadente, não artificial e não mecânica.

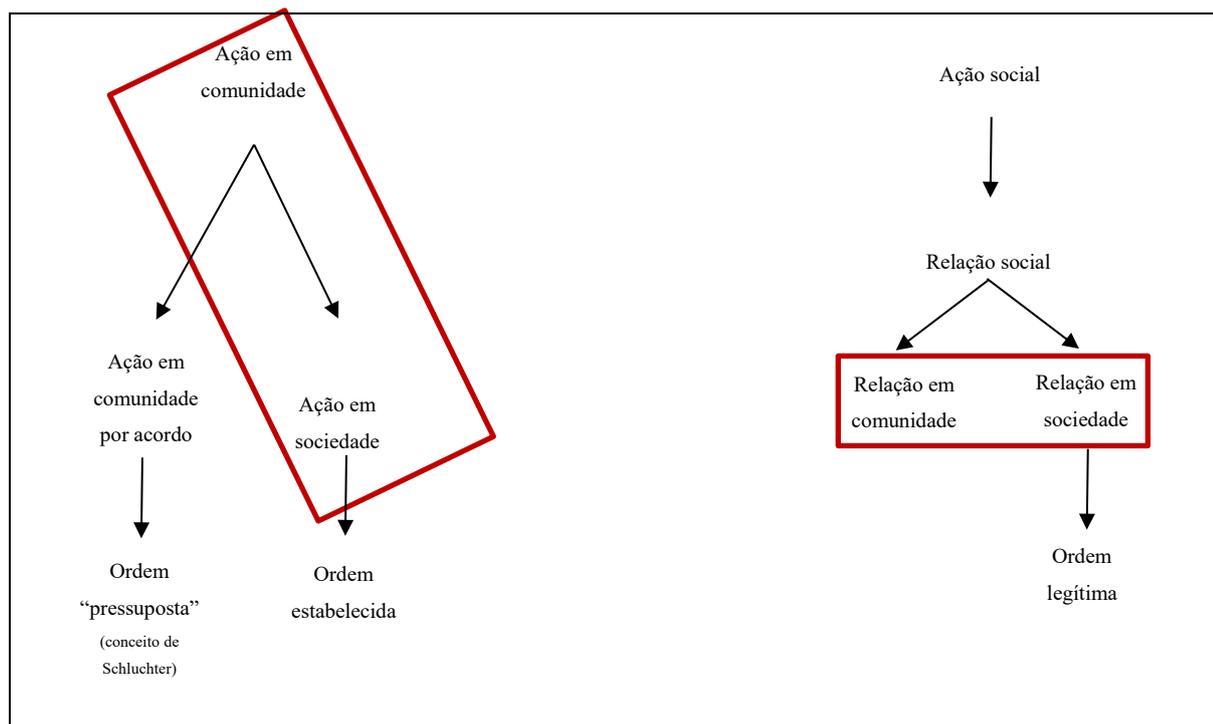
O dualismo clássico de Tönnies é central na tipologia das ações de *Kategorien*. Tanto em Ferdinand Tönnies (1887) quanto em Weber (1913) a “comunidade” seria o conceito genérico a partir do qual a “sociedade” é definida com especificidade. Mas essa dualidade não dava conta diretamente das ações no mercado, como as trocas que possuem validade factual mesmo sem a existência de um sistema legal de regulamentação. Destarte, Weber ampliou arquitetura do conceito de “comunidade” de Tönnies a ponto de incluir, no interior da ação em comunidade, um terceiro tipo de ação que contempla a possibilidade de entendimento e de reconciliação de

interesses entre dois ou mais indivíduos, como nas negociações de consenso: a ação por acordo [*Einverständnishandeln*]⁵³ (LICHTBLAU, 2000).

Em *Grundbegriffe* Weber retoma a distinção de Tönnies entre comunidade e sociedade como ponto de partida para a diferenciação entre a relação em comunidade e a relação em sociedade. Ainda que Weber não a utiliza para afirmar uma sequência histórica, ele se serve da diferenciação entre uma organização em que vigoram relações não regimentadas e outra em que perduram relações estabelecidas. Assim, ele pôde conferir à interpenetração das formas de relacionamento um caráter mais dinâmico (GREVE, 2014).

A Figura 11 destaca, com base no esquema de Schluchter já ilustrado anteriormente, a localização da dualidade de Tönnies na estrutura conceitual de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*.

Figura 11 - Relação em comunidade e em sociedade (1921) e ação por acordo e ação em sociedade (1913) – sinalização da influência de Tönnies.



Fonte: Schluchter (2016).

O modelo dual de Tönnies possui importantes pontos de encontro com a tipologia das ações de *Kategorien*. A noção de comunidade é utilizada por Weber como o elemento central que sustenta toda a arquitetura de sua teoria. Também a noção de sociedade é fulcral pois

⁵³ Curiosamente, conforme destaca Lichtblau (2000), o termo ação por acordo possui conexão com a terminologia de Tönnies. Tönnies (1887) distinguiu em *Gemeinschaft und Gesellschaft* o entendimento/consenso subjacente a uma comunidade e a unificação da sociedade alcançada através do contrato ou do acordo firmado explicitamente ou conhecimento tacitamente.

somente a ação em sociedade é capaz de desenvolver uma ordem estabelecida. Inclusive as reflexões desenvolvidas por Tönnies acerca do entendimento subjacente a uma comunidade podem ter exercido algum tipo de influência sobre o desenvolvimento posterior da teoria weberiana. Pode-se afirmar, assim, que o modelo de Tönnies é utilizado de forma ampla por Weber em 1913. Já em *Grundbegriffe*, nos parece factível afirmar que a tipologia de Tönnies possui utilidade mais restrita. Em 1921 a dualidade comunidade e sociedade fica reservada exclusivamente aos sub-tipos de relação social.

A seguir discutiremos o conteúdo do conceito de relação em comunidade e de relação em sociedade de *Grundbegriffe*, para além de suas formas e suas respectivas alocações na estrutura conceitual geral de Weber. Dessa forma será possível elucidar as aproximações e os distanciamentos entre a formulação tipológica de 1921 e 1913.

5.3 A RELAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE EM *GRUNDBEGRIFFE*

Em *Grundbegriffe* Weber aborda o tema das relações sociais em seis parágrafos da segunda parte (II. Conceito de ação social), nomeadamente:

- § 3 (onde conceitua o termo).
- § 4 (no qual discute as relações regulares).
- § 8 (onde versa sobre as relações de luta).
- § 9 (em que trata das relações em comunidade e em sociedade).
- § 10 (onde discute relações abertas e fechadas).
- § 11 (no qual aborda as relações de solidariedade e de representação).
- § 16 (no qual apresenta a relação de dominação).

É possível visualizar, com isso, que Weber desenvolveu em 1921 uma robusta teoria das relações sociais através da qual ele discutiu a perenidade das ações mutuamente referidas (como as relações regulares), as possibilidades de ingresso em relações já constituídas (em relações abertas e fechadas), a organização interna dos participantes (se de solidariedade ou representação) e a natureza do relacionamento entre os integrantes (se de disputa, como em relações de luta, ou se de solidariedade, como em relações em comunidade e em sociedade).

Assim, ainda que reconheçamos a existência de relações de luta, de representação, de poder, de disciplina, de uso, de costume e de interesse, nos dedicaremos a discutir exclusivamente o conceito de relação em comunidade [*Vergemeinschaftung*] e em sociedade [*Vergesellschaftung*] (§ 9) – elucidado no Quadro 17 a seguir. Afinal, é esse o par conceitual

que integra a tipologia de Tönnies (Comunidade e Sociedade) e que pode ser encontrado originalmente discutido em *Kategorien*.

Quadro 17 - Tipos de relação social de *Grundbegriffe*.

1921	<p style="text-align: center;">TRECHO ORIGINAL</p> <p>Parágrafo 9 da Segunda Parte: „Vergemeinschaftung‘ soll eine soziale Beziehung heißen, wenn und soweit die Einstellung des sozialen Handelns — im Einzelfall oder im Durchschnitt oder im reinen Typus — auf subjektiv gefühlter (affektueler oder traditionaler) Zusammengehörigkeit der Beteiligten beruht. ‚Vergesellschaftung‘ soll eine soziale Beziehung heißen, wenn und soweit die Einstellung des sozialen Handelns auf rational (wert- oder zweckrational) motiviertem. Interessenausgleich oder auf ebenso motivierter Interessenverbindung beruht. Vergesellschaftung kann typisch insbesondere (aber nicht: nur) auf rationaler Vereinbarung durch gegenseitige Zusage beruhen. Dann wird das vergesellschaftete Handeln im Rationalitätsfall orientiert a) wertrational an dem Glauben an die eigne Verbindlichkeit, — b) zweckrational an der Erwartung der Loyalität des Partners“ (MWG 1/23, p. 29).</p>
	<p style="text-align: center;">TRECHO TRADUZIDO</p> <p>Parágrafo 9 da Segunda Parte: “Uma relação social denomina-se ‘relação em comunidade’ quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no <i>sentimento</i> subjetivo dos participantes de <i>pertencer</i> (afetiva ou tradicionalmente) ao <i>mesmo grupo</i>. Uma relação social denomina-se ‘relação em sociedade’ quando e na medida em que a atitude da ação social repousa num <i>ajuste</i> ou numa <i>união</i> de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação em sociedade, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num <i>acordo</i> racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença no compromisso <i>próprio</i>; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da <i>outra parte</i>” (WEBER, 1921, p. 25)</p>

Fonte: própria autora.

Segundo a perspectiva adotada por Weber em *Grundbegriffe*, há uma relação em comunidade quando o sentido subjetivo da ação social dos participantes está mutuamente vinculado ao pertencimento ao grupo. É necessário que pelo menos dois agentes estejam orientando intencionalmente suas ações por complexos de significados transmitidos simbolicamente pelo grupo (STACHURA, 2014). Ainda que tais complexos de significados não sejam os mesmos para ambos os atores, tendo em vista que eles vinculam-se significativamente ao grupo, há uma relação em comunidade.

Mas é importante esclarecer que, ainda que as pessoas tenham algumas características, qualidades ou comportamentos semelhantes, e que, em função disso, orientam suas ações por complexos de significados comuns, não há, necessariamente, uma relação em comunidade. Conforme exemplifica Weber (1921), pessoas que possuem qualidades biológicas hereditárias semelhantes, como pessoas de pele negra, não estão essencialmente em uma relação em

comunidade. Somente quando, em função do sentimento de pertença, as pessoas começam a orientar suas ações pelo comportamento das demais pessoas que compõem esse grupo, há uma relação em comunidade.

Em tese, somente há uma relação em comunidade analisável (desde um caso particular, até a sua média ou um tipo puro) quando as pessoas orientam mutuamente seus comportamentos pelos comportamentos das outras em função do sentimento subjetivo de pertença. Não é possível que haja uma relação em comunidade, sob essa perspectiva, se um indivíduo isolado orienta a sua ação pelo mundo que o circunda. A relação social acontece somente entre pessoas que ajustam suas ações pelas ações alheias e vice-versa.

Comumente a relação em comunidade está vinculada ou à ação afetiva (tanto em seus fundamentos afetivos quanto nos emocionais) ou à ação tradicional. *Exempli gratia*: a relação erótica, a relação de piedade, a comunidade nacional. Mas há casos dissonantes em que uma relação em comunidade é orientada parcialmente (ou, inclusive, totalmente) de forma racional referente a fins por alguns integrantes, e, por isso, ela se “mistura” com certas características da ação em sociedade. Um exemplo oportuno é o grupo familiar. Alguns membros da família podem se relacionar por conta do sentido de pertença. Outros, entretanto, podem continuar a se relacionar com o grupo tendo em vista seus interesses particulares. Também é possível encontrar casos reais de grupos comunitários que exerçam alguma relação de concorrência entre os seus partícipes (podendo ser esses meios violentos ou pacíficos), mesmo que a relação em comunidade seja, por seu sentido visado, a maior antinomia da relação de luta.

Há uma relação em sociedade quando as ações sociais se ajustam ou se unem racionalmente em torno dos interesses dos seus participantes. Geralmente as relações em sociedade estão assentadas em acordos racionais de declaração recíproca. Por isso, elas estão orientadas por ações racionais de valores (na crença do seu compromisso próprio) ou por ações racionais de fins (na expectativa de que os demais participantes serão leais ao acordo).

O tipos mais genuínos de relação em sociedade são, segundo Weber: a troca racional referente a fins típica do mercado, realizada livremente através de um pacto tendo em vista interesses complementares; a união de fins livremente pactuada através de um acordo que delimita a ação contínua com vistas aos interesses dos participantes; e a união de fins de correligionários motivados por valores.

Mas há casos omissos. Grande parte das relações sociais têm concomitantemente características comunitárias e societárias. Mesmo que os fins das relações sociais sejam delimitados racionalmente, como na união de fins, durante o seu desenrolar é possível e provável que elementos emocionais se misturem. Isso acontece especialmente em uniões de

longa duração (como a escola e o exército), que não tardam em executar tarefas além das objetivas.

Para que compreendamos a argúcia das ações reciprocamente orientadas por um conteúdo de sentido no texto de 1921 são necessárias cinco observações discutidas por Weber no parágrafo 3: 1) Os conteúdos de sentido não são conteúdos morais ou normativos; 2) Os conteúdos de sentido de uma relação podem ser distintos para cada um dos atores envolvidos; 3) Os conteúdos de sentido são, de maneira geral, mutáveis; 4) Há conteúdos de sentido perenes; e 5) Os conteúdos de sentido podem ser acordados.

Observação primeira. Weber (1921) não recorre a elementos morais para justificar o ajustamento mútuo do conteúdo de sentido de uma pluralidade de ações de distintos indivíduos. Isso significa que não é necessária a solidariedade ou a normatividade ética entre os agentes para que uma relação social se perpetue. O conteúdo de sentido da relação social pode ser, portanto, o mais diverso: a luta, a amizade, a inimizade, o amor sexual, a piedade, a troca no mercado, o cumprimento ou a violação de um acordo, a concorrência econômica, a erótica, a comunidade estamental, a comunidade nacional ou a classe, por exemplo.

Observação segunda. Os participantes da relação social não precisam, necessariamente, nem conferir os mesmos sentidos às suas ações nem adaptar seus sentidos subjetivos aos de outros participantes. À vista disso, podemos classificar as relações sociais em dois tipos objetivamente distintos:

- a) Relação objetivamente unilateral. Quando, num caso hipotético, na mesma relação social o Agente 1 refere o conteúdo de sentido de sua ação à amizade e o Agente 2, ao amor. Essas ações são mutuamente referidas ao mesmo conteúdo de sentido pois ambos os agentes pressupõem a ação do outro, ainda que possivelmente erroneamente, e orientam suas próprias ações por essa expectativa.
- b) Relação objetivamente bilateral. Quando, num caso hipotético, na mesma relação social de dominação tanto o Agente 1 (dominante) quanto o Agente 2 (dominado) referem suas ações ao mesmo conteúdo de sentido (poder legítimo). Em casos bilaterais os conteúdos de sentido correspondem às expectativas médias de ambos os agentes.

É importante ressaltar que na realidade é difícil encontrar casos nos quais os sentidos das ações correspondem inteiramente às expectativas de ambos os agentes. Por isso, as relações bilaterais plenas são um caso-limite. Também há situações de relações unilaterais nos quais as ações não se referem mutuamente. Mas esses últimos não interessam à Sociologia diretamente.

Observação terceira. O conteúdo de sentido de uma relação social pode mudar, e, conseqüentemente, também uma relação social pode se transformar. A exemplo de uma relação

política na qual inicialmente há a solidariedade, e, após um momento de tensão e disputa, ela torna-se uma colisão de interesses. Ou em uma relação amorosa na qual inicialmente os envolvidos orientam-se pelo conteúdo de sentido do amor, e, após uma discussão, o sentido da relação muda para inimizade. A depender do grau da transformação ou de perenidade do conteúdo de sentido pode-se dizer, para fins de conveniência terminológica, ou que há uma nova relação social ou que a relação social é a mesma com um novo conteúdo de sentido.

Observação quarta. Há conteúdos de sentido que são perenes e expressos em forma de máximas. Quanto mais as ações se orientem de maneira racional (seja por fins ou por valores) nesse contexto tanto mais os participantes podem esperar que, em média, seus parceiros orientarão suas ações segundo essas “máximas”. Por isso, tendo em vista as parcelas de irracionalidade de ambas as ações, é difícil que relações afetivas ou eróticas se tornem perenes.

Observação quinta. O conteúdo de sentido pode ser acordado entre os participantes da relação social, como por meio de promessas de comportamentos futuros. Todavia, tais integrantes podem compreender essa promessa de maneiras distintas e em diferentes graus de certeza. À vista disso, os participantes contam racionalmente com a ação prometida pelo agente tal qual eles a compreenderam em seu sentido. Então, orientam suas próprias ações de maneira racional – em parte com referência a fins (com vistas à promessa do agente) e/ou em parte com referência a valores.

Quando os agentes orientam e ajustam mutuamente o sentido de suas ações sociais de acordo com um conteúdo de sentido comum, há o aumento da chance de que essas ações se assemelhem e prolonguem a sua existência. Isso leva a regularidades, continuidade e durabilidade nas relações sociais de sentido tipicamente homogêneo. Fenômeno que na literatura contemporânea é intitulado pela teoria da escolha racional e institucionalista de “institucionalização (NORTH, 1991; OSTROM, 2007).

5.4 A AÇÃO POR ACORDO E A AÇÃO EM SOCIEDADE DE *KATEGORIEN*

A ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*] (ação que refere seu sentido subjetivo ao comportamento de outras pessoas) é o objeto da análise sociológica de *Kategorien*. Quando orienta-se por um estatuto formalizado, ela é de tipo societário [*Gesellschaftshandeln*]. Quando, por outro lado, ela refere-se a uma ordem tacitamente compreendida, há uma ação por acordo [*Einverständnishandeln*]. Nesta seção nos dedicaremos a elucidar as aproximações, distanciamentos e especificidades de ambos os subtipos de ação.

Ao longo da seção 5º de *Kategorien* Weber discute o caso particular de ação em comunidade que se orienta por ordens: a **ação em sociedade** [*Gesellschaftshandeln*]. A ação societária, no que lhe concerne, atende três quesitos. 1) Ela tem seu sentido orientado pela expectativa do comportamento de outrem. Expectativa essa que, é importante ressaltar, está alinhada à ordem estabelecida. 2) A estipulação das expectativas é realizada de maneira puramente racional com relação a fins, com vistas ao que pode surgir como consequência da conduta esperada dos associados. 3) A orientação do sentido da ação é formulada subjetivamente também de forma racional com referência a fins.

Nesse cenário, a ordem estabelecida [*gesetzte Ordnung*] serve como um esclarecimento mútuo e recíproco sobre uma maneira acordada de agir. É ela que define o conteúdo de sentido subjetivo a que a ação se refere. Isso significa que as ações em sociedade objetivas são propostas subjetivamente em orientação com a ordem estabelecida. Justamente por isso as ações dos indivíduos, ainda que sob a mesma ordem, possuem diferentes significações subjetivas, e, logo, se desenvolvem de formas distintas.

Os pormenores da teoria das ordens de *Kategorien* ficarão reservados para o capítulo seguinte. Mas é importante esclarecer, por hora, que os agentes sociais orientam suas ações segundo ordens estabelecidas porque, assim, eles contam com a ação dos demais participantes dentro dos limites estipulados pelo acordo. Ou seja, os agentes esperam que os demais integrantes da ordem farão valer o estatuto formalizado. É evidente que há um grau considerável de convicção subjetiva na legalidade da ordem, o que confere certa estabilidade à mesma.

Mesmo em situações em que um agente infringe deliberadamente a ordem, ele está a aceitando como válida. À exemplo de um ladrão que esconde conscientemente seu roubo por reconhecer a violação às leis. Agora, se na prática um número relevante de agentes passa a desconsiderar ou questionar os ordenamentos instituídos – como, por exemplo, o questionamento acerca da ilegalidade do roubo – é possível que a existência empírica da ordem desapareça ou mude de significado.

Não obstante, há casos de ações sensivelmente distintos daqueles orientadas por ordens formalmente firmadas, conforme Weber explicita no final da seção 5º e ao longo da seção 6. Esse é o caso das ações orientadas pela confiança mútua no comportamento de outra pessoa sem considerar os interesses pessoais: as **ações [em comunidade] por acordo** [*Einverständnishandeln*]. Melhor dizendo, a ação por acordo orienta-se pela expectativa do comportamento de outro indivíduo na ausência de um “contrato” ou de um “estatuto” formalizado, haja vista a compreensão mútua das expectativas.

Assim, mesmo em cenários em que não há um conjunto de regras estatuídas mas, ainda assim, há a possibilidade empiricamente válida⁵⁴ de que a expectativa do comportamento do outro seja cumprida, haja vista a possibilidade objetiva de que as pessoas tratem essa expectativa como uma orientação válida e significativa para o seu comportamento, há uma ação por acordo. Apesar da ação por acordo não se orientar por regras pactuadas racionalmente com referência a fins, ela opera “como se” tais regras existissem. Os agentes que entram no consenso, portanto, costumam considerá-lo obrigatório, uma norma quase inquebrável.

A troca de dinheiro, apesar de ser uma ação racional com referência a fins orientada pela expectativa da ação alheia (como a expectativa de que interessados em permutas monetárias aumentem ou diminuam o juro sobre as transações ou a simples expectativa de que os demais agentes aceitarão a atual moeda em circulação), não possui um regulamento definido. Ainda assim, há uma referência de sentido comum compartilhada que organiza as estruturas de mercado e delimita os limites aceitáveis das ações. Logo, é “como se” a troca de dinheiro fosse regida por um estatuto formal.

Também a comunidade linguística pode ser entendida como um conjunto de ações individuais orientadas pela expectativa de que os outros agentes compreenderão o sentido dos símbolos linguísticos. Há, aqui, o uso de símbolos similares orientados “como se” houvessem regras gramaticais oficialmente acordadas. Assim, a articulação de complexos fonéticos não são nem mera imitação nem uma ação condicionada pelas massas. A fala é, antes, uma ação orientada segundo a expectativa de probabilidades médias de fazer-se entender.

Os exemplos destacados acima elucidam o poder regulador do consenso. Mesmo que não haja um estatuto oficial firmado para a troca de dinheiro ou para a linguística, ambas ações consensuais aparecem na prática “como se” fossem regidas por um conjunto de regras formais: “trata-se de uma *suposição* que, na falta de uma ordem estatuída [estabelecida], seja por acordo, seja por imposição, com sua correspondente forma de organização, seja uma instituição, seja uma união racional [de fins], permite ao ator uma ação coordenada” (SCHLUCHTER, 2014, p. 208).

⁵⁴ A validade empírica de uma ordem é a probabilidade ou a chance de que essa ordem influencie a ação dos atores (RINGER, 2004). Karl-Siegbert Rehberg (2014) esclarece que a validade [*Geltung*] como chance de obedecer a uma ordem é um conceito central na Sociologia de Weber. Isso porque as motivações e os modos de comportamentos mais variados podem levar ao reconhecimento da validade da ordem. No contexto da ação por acordo, ainda que não exista um conjunto de regras explícitas e formalmente estabelecidas, essa ordem “tácita” é aceita como válida e legítima. Nas palavras de Merquior (1990, p. 100), “a validade de uma dada relação social implica o reconhecimento pelos atores de que certas regras são obrigatórias para a materialização de tal relação”.

As ações podem orientar-se por ordens não firmadas oficialmente por duas razões distintas – ou, nas palavras de Weber (MWG I/12, p. 424-425), dois casos típico ideais extremos. Caso a): quando a referência de sentido de um acordo pode ser concreta, perceptível e factual. Aqui, as pessoas orientam-se tanto pelo acordo supostamente firmado quanto pelo conteúdo de sentido da relação. Caso b) quando a persistência de uma mesma relação em comunidade por acordo pode ter modificado o conteúdo de sentido do consenso mas contido a sua regra abstrata. Assim, as pessoas continuam orientado-se pela suposta regra que ainda existe, mesmo que seu conteúdo de sentido tenha se modificado, haja vista a expectativa de que os demais indivíduos ajam segundo o mesmo acordo.

A persistência temporal de uma mesma ação por acordo costuma efetivar-se pelos próprios atores. Quando o consenso continuamente muda de conteúdo, e, ainda assim, seus agentes consideram seu significado válido, há a perenidade da ação por acordo. Nesse caso, mesmo que os agentes continuamente integrem e desintegrem o consenso ou confirmem a ele distintos significados subjetivos, se ele continua sendo uma norma orientadora das ações, ele por conseguinte será permanente.

A ação por acordo não é, portanto, segundo Weber (MWG I/12, p. 420), uma simples ação individualizada (como a vontade de que as expectativas individuais sejam tomadas como consenso)⁵⁵, nem uma ação cooperativa (no sentido de uma ação solidária), nem uma simples ação de massas (uma ação irracional, desprovida de significação e homogênea) ou mesmo uma norma quase inquebrável (como quando há a completa aceitação e concordância com o acordo implícito). Ela também não é uma ação reativa tampouco condicionada pelo consenso (como aquelas em que não há a formulação de expectativas da ação alheia). A ação por acordo é, na verdade, uma ação significada, orientada, regulamentada e sustentada objetivamente pelo acordo não formalizado.

Em termos típico-ideais é possível delimitar com clareza a diferença entre uma ação por acordo e uma ação de massas [*Massenhandeln*]. Todavia, essa distinção é fluida e complexa na realidade. Em alguns momentos é possível encontrar, inclusive, ambas as ações acontecendo simultaneamente. Na realidade também há uma certa fluidez na transição de uma ação por acordo a uma ação em sociedade. A primeira pode se transformar na segunda na medida em que seu consenso é estatuído como regra formal por meio de um acordo explicitamente firmado – podendo abarcar, com isso, inclusive, um aparato coativo que disponha de coação física e/ou psíquica.

⁵⁵ Ainda que em termos típicos ideais isso não seja comum, na realidade a dimensão do conflito, da dominação ou mesmo da solidariedade podem surgir em uma ação por consenso.

5.5 DE 1913 A 1921: CONTINUIDADES OU MUDANÇAS?

Ao longo da seção 5.2 discutimos a localização da dualidade “comunidade e sociedade” de Ferdinand Tönnies na estrutura conceitual geral de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*. Constatamos, então, que em 1913 essa dualidade desempenhou um papel central na tipologia das ações pois é a noção de “comunidade”, transposta na categoria de ação em comunidade, o termo que abarca todos os tipos de ações sociologicamente significativas. A expressão “sociedade”, transposta por Weber na categoria de ação em sociedade, é retratada, assim, como um subtipo da comunidade. Em 1921 essa dualidade desempenhou um papel menos amplo, logo, mais específico. Ela foi utilizada para caracterizar os dois tipos de relação social: a relação em comunidade e a relação em sociedade.

No decorrer das seções 5.3 e 5.4 nos dedicamos a elucidar o conteúdo dos conceitos em questão (relação em sociedade, relação em comunidade, ação por acordo e ação em sociedade). Agora, portanto, podemos adentrar ao nível comparativo e revelar o que de fato permaneceu e o que mudou na teoria das relações sociais de Weber de *Kategorien* para *Grundbegriffe*. Sobre a expectativa do comportamento alheio, ela foi contemplada em *Kategorien* com noção de ação por acordo e sua respectiva “ordem pressuposta”. Afinal, esse tipo, por não dispor de um estatuto formalizado, pauta-se na possibilidade empiricamente válida de que a expectativa do comportamento alheio seja cumprida. Já em *Grundbegriffe*, Weber generaliza a orientação pela expectativa do comportamento alheio para todo o complexo das relações sociais. Assim, ações de todos os tipos, quando ajustadas mutuamente por um conteúdo de sentido comum, pautam-se na expectativa da ação alheia.

O elemento da personalização está presente tanto na relação em sociedade de *Grundbegriffe* quanto na ação em sociedade de *Kategorien* pois em ambas a racionalidade de fins (que valoriza o êxito pessoal) é central. Em ambos os tipos teóricos as ações estão regulamentadas por um acordo racional reciprocamente definido (seja como uma ordem estabelecida no caso da ação em sociedade ou como uma ordem legítima no caso da relação em sociedade). Por isso, tanto na situação da ação quanto da relação em sociedade os participantes do acordo possuem bases objetivas para organizar suas próprias ações em consonância com as ações prováveis dos demais agentes.

Todavia, a orientação das ações de acordo com as expectativas de comportamentos assentados na ordem, elemento central de *Kategorien*, é posto em segundo plano em 1921.

Enquanto no primeiro texto Weber fundamentalmente vincula as ações em sociedade aos limites estipulados por suas respectivas ordens (ordem essa que pode, inclusive, ser uma demanda unilateral de algumas pessoas sobre outras), no texto posterior ele não torna essa vinculação obrigatória. Fundamental é, em 1921, o ajuste racional dos interesses. Pode-se afirmar, assim, que a satisfação dos interesses pessoais é melhor trabalhada em *Grundbegriffe* do que em *Kategorien*.

Em contraposição aos tipos “societários”, nos tipos “comunitários” o elemento do conhecimento mútuo fica evidente. Mas há um elemento inserido na formulação de *Grundbegriffe* que, por ser inexistente na ação por acordo de *Kategorien*, muda parte do sentido da comunidade: o sentimento de pertencimento ao grupo. A vinculação afetiva (através do sentimento de pertença) não foi nem sequer citada na seção 6º de *Kategorien*.

A retirada do elemento “como se” (ações orientadas “como se” a ordem existisse) de 1921 também demarca a mudança da posição de Weber no que tange às emoções e afetos. A ação por acordo, ao não vincular afetos, é capaz de se firmar sob a égide de uma “ordem pressuposta”. A relação em comunidade, ao firmar a necessidade do sentimento subjetivo de pertencimento, não é capaz de fundar uma ordem social legítima. Na prática, o conceito de ações orientadas por um acordo desaparece em sua obra tardia.

Aliás, muitos dos exemplos de ação por acordo de *Kategorien* são utilizados em *Grundbegriffe* para ilustrar a relação em sociedade. Dentre eles, podemos destacar a linguagem (discutida no tópico 4 do parágrafo 9) e o mercado (também abordado no tópico 4 do parágrafo 9). Em 1921 a linguagem é retratada como um elemento que facilita o contato de membros de determinados grupos, e, portanto, facilita também a formação de relações em sociedade. O mercado, por sua vez, por propiciar o ajuste mútuo de interesses, é capaz de fundar relações em sociedade (como a troca e a venda de produtos, por exemplo).

Mas há outra distinção evidente entre a ação em sociedade e a relação em sociedade. Enquanto a ação em sociedade admite somente ações puramente racionais com relação a seus fins, a relação em comunidade admite, além de ações de fins, ações racionais de valores. Por isso, no caso da relação em sociedade, é possível que o conteúdo de sentido das ações individuais mutuamente ajustem-se em função da crença racional em um compromisso próprio.

À vista disso é possível afirmar, em consonância com Schluchter (2014, p. 210), que em *Grundbegriffe* “a comunitarização [relação em comunidade] e a societarização [relação em sociedade] estão reciprocamente equiparadas com dois tipos de relação social”? Ou, em conformidade com Lichtblau (2000), é possível afirmar que em Weber há duas versões distintas da teoria da relação social? Nesse debate adotamos uma posição intermediária. Enquanto a

posição de Schluchter desconsidera as transformações entre as teorias das relações de 1913 e de 1921, Lichtblau exagera nessa descontinuidade. A matriz teórica dos tipos de 1913 (ação em comunidade, ação por acordo e ação em sociedade) e de 1921 (relação em comunidade e relação em sociedade) é a mesma. Em ambas as situações Weber adota como referência a dicotomia comunidade/sociedade de Tönnies. Mas é possível verificar sensíveis modificações no seu uso e conteúdo.

No que tange à ação em sociedade, a desvinculação da ordem (até então fundamental) e a incorporação do ajuste dos interesses tornou-a intimamente diferente da formulação inicial. A inserção da vinculação sentimental (seja ela afetiva ou tradicional) e a retirada da orientação das ações “como se” a ordem existisse descaracterizou quase que por completo a ação por acordo [*Einverständnishandeln*]. Um dos seus poucos elementos que permanece é o reconhecimento mútuo das expectativas alheias.

5.6 EXCURSOS: DESDOBRAMENTOS ATUAIS DE *KATEGORIEN*

Nesse espaço nós discutiremos 3 autores (Orihara, Habermas e Schmid) que tentam retomar questões centrais e ao mesmo tempo ainda hodiernas da teoria da ação de Weber de 1913. Orihara (2008) demonstra que há uma íntima relação entre a teoria da ação de *Kategorien* e níveis de racionalização. Habermas (1999) aposta na retomada da *Einverständnishandeln* para a consolidação de sua teoria da ação comunicativa. Schmid (2008), por sua vez, revela a implícita teoria da intencionalidade coletiva existente na *Einverständnishandeln*. Esses são temas e/ou tipos de ação que Weber optou em não retomar em 1921, mas que esses autores recolheram, desdobraram e complexificaram a discussão a ponto de atualizá-la.

5.6.1 A relação entre ações e racionalização em *Kategorien*

Orihara (2008) desenvolveu uma interpretação alternativa dos tipos de ação de *Kategorien* que nos interessa especialmente por evidenciar a relação entre a ação e a racionalização. Ele identificou 4 tipos de ação que correspondem respectivamente a 4 níveis distintos de racionalização. Nomeadamente: a *ação de massa homogênea* [*gleichartiges Massenhandeln*], a *ação em comunidade amorfa* [*amorphes Gemeinschaftshandeln*], a *ação por acordo* [*Einverständnishandeln*] e a *ação em sociedade* [*Gesellschaftshandeln*].

No primeiro estágio da racionalização há ações similares germinais que ainda não possuem todas as características de uma ação social. Essas ações não são significadas subjetivamente nem são orientadas pela expectativa da ação alheia. Em situações como essa não há uma ordem significativa que oriente a ação de massa homogênea. Por isso, qualquer relação de significado que surja no interior de massas faz com que surja uma comunidade [*Gemeinschaft*].

A ação de massas é, segundo Orihara (2018), uma pré-condição para a ação em comunidade amorfa. Ela possibilita a co-habitação de diversas ações. Dessa maneira, os agentes podem orientar suas ações segundo a expectativa do comportamento alheio mesmo sem uma ordem de significado. Já no terceiro estágio, mais avançado em racionalidade, os agentes orientam suas ações por uma ordem não estatuída. As ações procedem como se houvesse uma ordem estabelecida já que os agentes consideram válidas as expectativas dos demais indivíduos. Isso gera alguma regularidade/convenção nas ações.

No quarto e último estágio as ações em sociedade são orientadas por uma ordem racionalmente estabelecida. Tal ordem leva à regularidade empírica as ações por acordo, e, portanto, avança do ponto de vista racional se comparada à ação do terceiro estágio. O aparato externo coercitivo, comumente estabelecido pela lei, atua como garantia da validade empírica. Vale dizer que é somente neste nível de racionalidade em que há a sociedade [*Gesellschaft*] formalmente constituída.

Transformar a racionalidade em um conceito analisável em níveis é complexo pois desconsidera a fluidez da realidade empírica. Por isso é importante destacar que a transição das ações entre os níveis de racionalidade é reversível em casos concretos. O desenvolvimento histórico universal, como bem mostra Lichtblau (2000), vem indicando uma ampliação da ordenação racional das ações por acordo por meio de estatutos, e, em consequência, a transformação de organizações em instituições. Há uma racionalização crescente das ordens das comunidades que transita do núcleo familiar, passando pela formação de consensos até a instituição de leis jurídicas⁵⁶.

Em todas as épocas e civilizações é possível encontrar as ações tipologizadas por Weber, defende Kalberg (2010). Como a capacidade de ação é social (não é inata), mesmo em povos considerados “primitivos” há a ação racional referente a fins. São algumas características

⁵⁶ Essa reflexão também está contida em *A economia e as ordens* e em *Rudolf Stammler e a “superação” da concepção materialista da história*. Em ambos os textos Weber tenta explicar as regularidades da ação humana em consonância com os tipos de ordem social equivalentes e suas respectivas racionalizações. Esse é um processo de crescente intervenção de ordens ordenadas (LICHTBLAU, 2000).

sociais datadas a algumas épocas e povos que suscitam um tipo predominante de ação, seja ele mais ou menos racionalizado. O Quadro 18 organiza os tipos de ações de *Kategorien* (1913) segundo Orihara (2008) e suas respectivas características racionais.

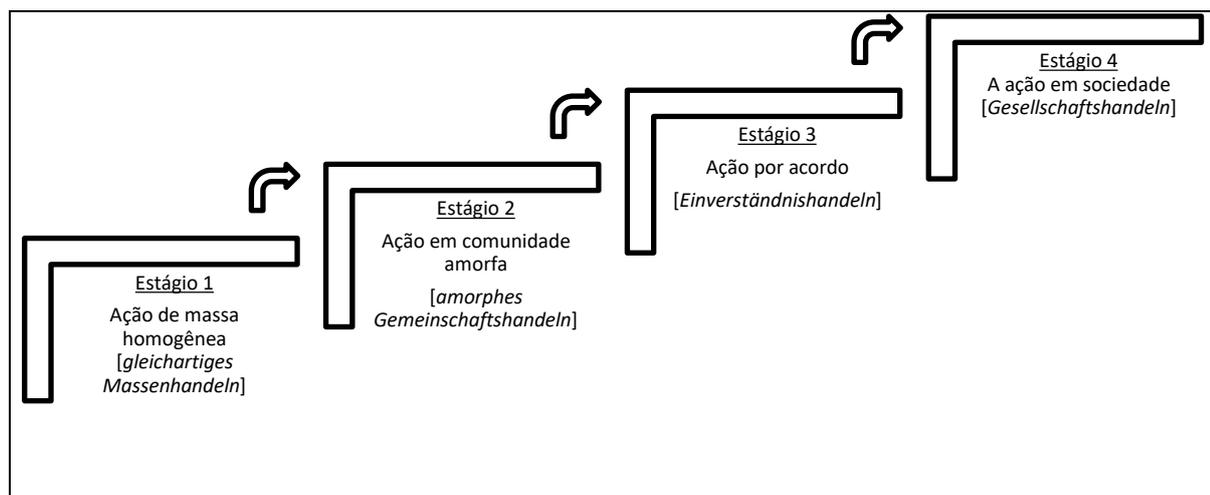
Quadro 18 – Os tipos de ação de *Kategorien* e suas relações com a racionalização.

	Orientação da ação pelo comportamento de outros agentes	Significado atribuído subjetivamente	Ordem estabelecida
Ação em sociedade [<i>Gesellschaftshandeln</i>]	✓	✓	✓
Ação por acordo [<i>Einverständnishandeln</i>]	✓	✓	-
Ação em comunidade amorfa [<i>amorphes Gemeinschaftshandeln</i>]	✓	Nível de racionalização	-
Ação de massa homogênea [<i>gleichartiges Massenhandeln</i>]		-	-

Fonte: própria autora, com base em Orihara (2008).

Para Orihara (2008) a ação de menor racionalidade serve de pré-condição para a ação de nível seguinte. Isso indica que, por exemplo, a existência anterior da ação por acordo é a pré-condição para o aparecimento posterior de uma ação em sociedade racionalizada. Sob essa perspectiva, a escala que mede a racionalização em *Kategorien* é a ação. A Figura 12 ilustra a relação hierárquica entre os tipos de ação e seus graus de racionalidade.

Figura 12 - Os estágios de racionalização nas ações de *Kategorien*.



Fonte: própria autora, com base em Orihara (2008).

Orihara (2008) defende que os estágios de racionalização sistematizados no texto de 1913 são aplicáveis a todos os escritos de *WuG* anteriores à Guerra (para utilizar os termos de Orihara, the Old Manuscript)⁵⁷. *Exempli gratia*, o do conceito de ação em sociedade está presente no capítulo da sociologia da religião e os conceitos de legitimidade (legitimidade da ordem), de ação por acordo (característica da dominação tradicional) e de burocracia (instrumento que racionaliza a ação por acordo em ação em sociedade), para citar alguns, que estão no capítulo sobre a Dominação. Em todos esses textos, defende Orihara (2008), Weber estaria preocupado em analisar o desenvolvimento do processo histórico-social da racionalização.

De todo modo, Orihara (2008) utiliza essa discussão para sustentar a sua conhecida tese do “From ‘A Torso with a Wrong Head’ to ‘Five Disjointed Body-Parts without a Head’” – já explicitada no capítulo 2. Sob essa perspectiva, a *Kategorien* (Old Manuscript) e *Grundbegriffe* (New Manuscript) são textos distintos, especialmente em termos conceituais básicos. As mudanças conceituais foram delicadas e sutis demais para serem percebidas e claramente distinguidas. Os editores originais (Marianne e Winckelmann), provavelmente ignorando a

⁵⁷ Schluchter (2014) se mantém reticente e cauteloso quanto a afirmação de Orihara. Os conceitos centrais da segunda parte de *Kategorien* (como, por exemplo, os conceitos de ação em comunidade, ação por acordo e ação em sociedade) não são encontrados em todos os manuscritos pré-Guerra com a mesma intensidade. *A economia e as ordens*, a saber escrito antes da segunda parte de *Kategorien*, não dispõe de todo o arcabouço conceitual desenvolvido em 1913. Já o capítulo sobre a Sociologia da Religião da parte antiga de *WuG*, escrito em 1913, emprega conceitos muito próximos de *Kategorien*. Também Lichtblau (2000) é ponderado com relação à afirmação de Orihara (2008). Ele defende que a parte antiga de *WuG* possui muitas afinidades terminológicas com *Kategorien*, especialmente o texto *A cidade*. Ainda assim, destaca o autor, não são todos os textos que contemplam a terminologia. O manuscrito sobre o mercado, por exemplo, não utiliza explicitamente o termo ação por acordo.

variação derivada da revisão, “obrigaram” os leitores a ler os capítulos concretos de Old Manuscript de 1910-1914 com os conceitos e termos básicos alterados de New Manuscript de 1921.

5.6.2 A *Einverständnishandeln* e os pressupostos da ação comunicativa

Sob uma perspectiva diferente de Orihara (2008), Habermas (1999) procurou bases para sustentar a sua própria teoria da ação comunicativa em elementos da teoria weberiana da ação. Através da tentativa de “sanar” o suposto excesso finalista do modelo monológico de ação de Weber e a suposta falta de competência linguística de seu agente, Habermas (1999) desenvolveu um modelo de ator linguística e interativamente competente. Para tanto, ele recorre à “versão não oficial” (*Kategorien*) da teoria da ação de Weber.

A versão oficial de Weber possui uma teoria da intenção da consciência, e não uma teoria do significado. Isso porque ele explica o sentido da ação através das intenções subjetivas dos atores isolados ao invés de adotar modelos linguísticos. Isso faz com que Weber desenvolva um modelo analítico de agente teleológico que se relaciona especialmente com a causa final (ação racional com referência a fins). O elemento comunicativo é retratado somente de forma secundária e subentendida no sentido subjetivo da ação (HABERMAS, 1999).

Já em *Kategorien*, segundo Habermas (1999), Weber distingue as ações de acordo com seus mecanismos de coordenação: se ações coordenadas por interesses ou se ações coordenadas por acordo normativo. Com essa distinção Weber pôde, por exemplo, delimitar os limites entre a ordem econômica (comum em ações estratégicas de alto nível de racionalidade) e da ordem jurídica (típica da ação em sociedade). Quando coordenada por um acordo normativo de baixa racionalidade (leia-se baixa institucionalização e formalização), há uma ação de tipo comunitário por acordo. Quando, por outro lado, a ação é coordenada por um acordo normativo de alta racionalidade, ela é uma ação de tipo societário.

O Quadro 19 sistematiza os tipos de ação da versão não oficial da teoria da ação de Weber segundo seus tipos de coordenação e graus de racionalidade.

Quadro 19 - Tipos de ação e graus de racionalidade segundo Habermas.

Grau de racional. Coordenação	Baixo	Alto
Mediante tramas de interesse	Ação baseada em um ato mecânico (costume)	Ação estratégica (interesse)
Mediante acordo normativo	Ação consensual baseada na convenção (ação por acordo)	Ação consensual de tipo pós convencional (ação societária)

Fonte: Habermas (1999, p. 365).

Conforme é possível visualizar no Quadro 19, tanto a ação por acordo quanto a ação em sociedade possuem um acordo que as coordena. A diferença reside no fato de que, segundo Habermas, na ação por acordo há fortes elementos comunicativos. Afinal, para que se encontre o entendimento aonde não há um estatuto formalizado é necessário que os agentes dialoguem e se relacionem. Por isso Habermas (1999) recorre à ação por acordo ao formular sua ação comunicativa.

5.6.3 A *Einverständnishafteln* e a teoria da intencionalidade coletiva

Neste último tópico, indo além da exegese, queremos explorar alguns desdobramentos das categorias weberianas de 1913 na discussão contemporânea. Essa revisão, assim cremos, contribui para tornar nossa discussão ainda mais rica. De fato, a teoria da ação de Weber é alvo de ambivalentes interpretações. No seio da teoria social alemã das duas últimas décadas do século XX, por exemplo, ele é comumente acusado de confiar em uma metodologia supostamente distorcida. Uma metodologia que intenta integrar a ação normativa e ação instrumental no mesmo modelo. De um lado estão Parsons e Luhmann e suas respectivas teorias dos sistemas. Do outro lado está Habermas e sua abordagem crítica da linguagem.

Segundo Schmid (2008), esse caloroso debate pode ser solucionado através destas esquecidas categorias weberianas: a *Einverständnis*⁵⁸ e a *Einverständnishafteln* (analisada no

⁵⁸ Conforme sinaliza Schmid (2008), o termo *Einverständnis* não é de fácil tradução. Na língua inglesa comumente opta-se por traduzi-lo como “consenso”, ainda que o termo “acordo” seja mais comum no idioma. Logo, também é usual encontrar *Einverständnishafteln* traduzida como ação consensual [*consensual action*].

capítulo 6 de *Kategorien*). O fenômeno da *Einverständnis* é explicitado por Weber como um caso especial de ação social que, em seu sentido subjetivamente visado, é orientado pela ação e outros agentes na forma de expectativas normativas. O consenso é um elemento fundamental para fazer a transição da ação de agentes singulares para o comportamento de uma pluralidade de agentes, conforme explicitamos doravante.

A teoria da ação de Weber de *Kategorien*, a qual comporta a *Einverständnis*, atribui papel paradigmático à ação de fins. Afinal, por calcular meios para alcançar fins estipulados, essa é a ação mais completa e mais inteligível de sua tipologia. Aqui, o agente é capaz de desenvolver previsões confiáveis do comportamento alheio as tomando, então, como meios de sua ação⁵⁹. Mas no texto de 1913 Weber esclarece que a ação em comunidade (seja ela de fins ou não) precisa ser normativamente apoiada (ação por acordo) ou integrada a uma ordem (ação em sociedade) para se estabilizar.

Nesse cenário, a ação por acordo é a mais fundamental pois ela antecede logicamente a ação em sociedade. A formação de ordens se configura, historicamente, através de acordos pressupostos. Sem atuar em relações sociais recíprocas, as pessoas não podem entrar em um acordo e formar um contrato. Nas palavras de Schmid (2008, p. 280-281):

All agreements imply reciprocal social relations (I am in an actual agreement with you precisely insofar as you are in an actual agreement with me), but not all reciprocal social relations are agreements of the explicit contractarian kind that is presupposed in Weber's concept of associational action. Rather, such agreements are reciprocal relations of a special (and especially complex) kind. Therefore, it would be a mistake to approach the structure of reciprocal social relations from the analysis of the structure of agreements. The analysis should run the other way around: we need to understand the structure of reciprocal social relations first, before any progress can be made in the analysis of the structure of agreement⁶⁰.

⁵⁹ Na teoria de Parsons essa questão ficou conhecida como dupla contingência. O agente A baseia sua escolha nas expectativas do comportamento do ator B pois acredita que B também agirá por fins racionais. Como consequência há, aqui, uma *mutual interaction* que interdepende. Segundo Schmid (2008), Parsons trabalha implicitamente com a estrutura do conceito de expectativas interdependentes de Weber para fundar sua dupla contingência.

⁶⁰ “Todos os acordos implicam relações sociais recíprocas (eu estou em um acordo de verdade com você precisamente na medida em que você está em um acordo real comigo), mas nem todas as relações sociais recíprocas são acordos do tipo explicitamente contratual como é pressuposto no conceito de ação em sociedade de Weber. Ao contrário, tais acordos são relações recíprocas de um tipo especial (e especialmente complexo). Portanto, seria um erro abordar a estrutura das relações sociais recíprocas a partir da análise da estrutura dos acordos. A análise deve ocorrer de outra forma: nós precisamos entender a estrutura das relações sociais recíprocas primeiro, antes que qualquer progresso possa ser feito na análise da estrutura do acordo” (tradução da autora).

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que a ação em sociedade é um tipo de ação por acordo. Ela é, nas palavras de Schmid (2008, p. 281) o “elo perdido entre a ação em comunidade e a ação em sociedade”. Isso porque o consenso é o que permite a produção de acordo (sejam eles acordos tácitos, normativamente vinculados ou formais) e a formação de expectativas significativas de forma não instrumental. Esse tipo de ação tem a qualidade de ser um compromisso normativamente recíproco sem um acordo normativo explícito.

Ao tratarmos de ações por acordo, o elemento do conteúdo de significado subjetivamente visado é fundamental. Só há uma ação por acordo se A se considera normativamente conectado a B, e, por isso, age esperando que B cumprirá o acordo normativo subentendido. Em *Grundbegriffe* parece, implicitamente, que não é necessário que o ator A compreenda B como um agente para que sua ação seja social. Schmid (2008) critica essa posição de Weber pois considera fundamental o reconhecimento mútuo dos atores enquanto agentes efetivos e enquanto seres que imputam significado subjetivo às suas respectivas ações. Essa seria uma “action-orientation condition”. A *Gemeinschaftshandeln* só ocorre efetivamente quando o agente A compreende o agente B como um ser capaz de conferir sentidos, e, então, orienta sua ação pela expectativa do comportamento de B.

Enquanto a ação de fins retrata o agente em uma relação solitária com seus próprios objetivos, a ação por acordo vincula o comportamento do agente com os demais agentes. Por isso, parece não haver nada de social na configuração da ação de fins. Somente é possível encontrar uma teoria da intencionalidade coletiva que entrecruza a normatividade social com a instrumentalidade das ações na *Einverständnishandeln*. É através dela que Weber concebe comportamentos significativos relacionados com a satisfação das intenções coletivas formuladas no acordo normativo implícito.

Assim, parece que, ao atentarmos para a existência de objetivos compartilhados na forma de consenso, resolvemos o problema da existência de uma teoria da normatividade social em uma teoria instrumentalista da ação. Afinal os agentes podem esperar determinadas ações dos demais tendo em vista o acordo normativo implícito. Com isso, é possível passar ao plano efetivamente social, para além da relação solitária de um agente com seus próprios objetivos, e integrar fins e normatividade social. Em tese, a *Einverständnis* é determinada por expectativas normativas das contribuições de outros agentes para os fins compartilhados e calculados de forma racional dos agentes.

6 O NÍVEL “MACRO”: A ORDEM SOCIAL

A macrosociologia weberiana pode ser considerada uma teoria da institucionalização das ações sociais regulares e repetidas. Isso porque que, de acordo com Schluchter (2014), a existência de estruturas sociais aumenta a *chance* de que as ações no interior das ordens se desenvolvam de uma determinada forma. Assim, tanto maior a persistência das relações e ordens sociais⁶¹, tanto maior é a *chance* de que as ações se desenvolvam de determinada forma. Em *Kategorien* essa *chance* está assegurada pelo interesse e pela legalidade (ordem estabelecida) e, segundo a interpretação de Schluchter, também é possível falar em padrões de ação assegurados pelo acordo (ordem pressuposta). Já em *Grundbegriffe* essa regularidade é firmada por ordens sociais (em si mesmas) ou por ordens legítimas. Ao primeiro tipo pertence a ordem econômica, enquanto ao segundo tipo aquelas ordens legitimadas pelo dever de obediência (ordem jurídica) e pelo boicote social (ordem convencional).

São precisamente as mudanças realizadas por Weber no esquema conceitual da Sociologia Compreensiva (como a mudança de uma tipologia dual para triádica) entre 1913 e 1921, especificamente as alterações realizadas no nível macro, que pretendemos discutir neste capítulo. Intentamos revelar os caminhos conceituais percorridos por Weber para assentar sua teoria macro sob a égide das ações sociais e das relações sociais. De antemão podemos assegurar que a tipologia das ordens de *Kategorien* em poucos pontos se assemelha àquela desenvolvido em *Grundbegriffe*. Em função disso, expomos a teoria de ambos os textos com base em uma abordagem diacrônica. Inicialmente explicitamos as especificidades do primeiro texto, e, depois, discutimos cautelosamente o segundo. Quando oportuno, apontamos pontos de aproximações entre um e outro.

⁶¹ Isso demonstra a despreensão consciente da teoria de Weber. Afinal, Weber (1921) não se projetou como um teórico da solução dos problemas da teoria social. Ele somente tentou analisar significados e intenções das ações regulares por meio da criação de tipos ideais. Para tanto, ele colocou sua teoria à prova e em debate com as demais abordagens de seu tempo. Stammler (1896), por exemplo, é um dos autores com os quais Weber dialoga e critica ao fundar sua noção de ordem. Weber (MWG 1/23, p. 23) afirma que Stammler cometeu um quádruplo erro: 1) conceituou erroneamente a ordem como a “forma da ação”, quando, na verdade, a ordem é seu conteúdo de sentido; 2) ademais, ele inverteu a lógica argumentativa da constituição da ação pois não reconheceu que a ação se orienta por ordens, mas que, antes, as ordens são modelos de ação; 3) assim, ele ficou impossibilitado de reconhecer a relação causal entre ação e ordem; e 4) ainda, não distinguiu a aplicação normativa (legal) de um processo no interior da ordem e sua vigência empírica efetiva. Assim, ele não pôde perceber que uma ordem válida é aquela que aumenta a chance de que as ações sejam regulares.

6.1 A ORDEM SOCIAL EM *KATEGORIEN*

Na parte “antiga” de *Kategorien*, na qual Weber aborda os tipos de ação em comunidade, há uma explanação preliminar sobre as ordens sociais. Especificamente no capítulo na seção V [*Vergesellschaftung und Gesellschaftshandeln*], ele introduz a **Ordem estabelecida** [*gesetzte Ordnung*] como o elemento sobre o qual a ação em sociedade assenta as suas expectativas. No Quadro 20 traz o trecho de *Kategorien* no qual Weber conceitua a *gesetzte Ordnung*.

Quadro 20 - Conceito de ordem social em *Kategorien*.

1913	TRECHO ORIGINAL
	Eine gesetzte Ordnung in dem hier gemeinten rein empirischen Sinn ist – wie hier nur ganz provisorisch definiert sei – entweder 1. Eine einseitige, im rationalen Grenzfall: ausdrückliche, Aufforderung von Menschen an andere Menschen oder 2. Eine, Im Grenzfall: ausdrückliche, beiderseitige Erklärung von Menschen zueinander, mit dem subjektiv gemeinten Inhalt: dass eine bestimmte Art von Handeln in Aussicht gestellt oder erwartet werde (MWG 1/12, p. 408).
	TRECHO TRADUZIDO
	“Uma ordem estatuída no sentido meramente empírico ao qual se alude aqui - como é aqui apenas provisoriamente definido – ou 1. no caso limite unilateral racional: uma demanda unilateral de certas pessoas sobre outras ou 2. no caso limite: uma explicação explícita bilateral mútua sobre o conteúdo (teor) do sentido subjetivamente intencionado, que um determinado tipo de ação está sendo prometido ou esperado” (tradução da autora).

Fonte: própria autora.

A ordem estabelecida é, em suma, a formalização de uma ação regular. Afinal, é a partir dos pressupostos normativos e condutas típicas de ação da ordem que os agentes orientam subjetivamente as suas próprias ações – sejam esses pressupostos definidos através de uma demanda unilateral de poucos sobre o conjunto de integrantes da ordem ou seja pela exposição bilateral do conteúdo de sentido de uma ação. Assim, nesse contexto, quando o conteúdo de sentido da orientação individual da ação corresponde ao conteúdo de sentido da ordem, tal ordem estabelecida é considerada “válida” empiricamente. Em outras palavras, a ordem é validada, na prática, quando a ação real (objetiva) dos associados corresponde à ação proposta subjetivamente em orientação ao conteúdo de sentido da ordem.

Em caso limite-racional ideal de análise, aqueles que agem de maneira racional referente a fins calculam subjetivamente as probabilidades objetivas da ação em uma dada ordem. Por isso, comumente as ações racionais de fins orientadas por uma ordem válida são adequadamente causadas e estão assentadas sob o cálculo de possibilidades objetivas média das

ações. As probabilidades objetivas servem, aqui, como base cognitiva para as expectativas. Nesse cenário, quanto mais assentadas sobre normas e regras legalizadas e sobre racionalidade de fins, tanto maior a estabilidade da ordem. Isso porque a legalidade da ordem é subjetivamente revestida de sentido para os atores, e, portanto, é “vinculante”. Assim, quando as ordens são validadas unicamente pela expectativa do comportamento alheio elas formam casos instáveis.

Mas há casos dissonantes em que o indivíduo orienta subjetivamente sua ação segundo sua interpretação pessoal do conteúdo de sentido da ordem. Há casos em que, por outro lado, o indivíduo orienta sua ação segundo múltiplas ordens – ordens que podem, inclusive, se contradizer e coexistir como empiricamente válidas. Ainda, há situações em que o associado reconhece a ordem social em seu conteúdo de sentido válido empiricamente, mas opta por infringi-la conscientemente – como um indivíduo que decide roubar ou matar outrem em sigilo (WEBER, MWG 1/12, p. 409). Ao infringir a ordem estabelecida, segundo Weber (MWG 1/12, p. 408-409), o agente ratifica a existência de sua validade empírica por duas vias – ambas identificáveis pelo pesquisador. A primeira via (via suposta) indica que os indivíduos infringem a ordem por contar com a expectativa de que os demais atores orientarão de suas ações “como se” tomassem o conteúdo de sentido da ordem como guia da ação. A segunda via (via calculável) indica que os indivíduos infringem a ordem porque esperam uma ação específica dos demais associados haja vista a média provável das ações. A segunda situação indica que o sujeito calculou objetivamente sua ação em função da causação adequada das demais ações.

Em tese, por fim, é possível afirmar, com vistas ao formulado por Weber (MWG 1/12, p. 408-409), que a validade empírica de uma ordem racionalmente instituída com relação a fins refere-se a: a) expectativa de que os demais atores se comportarão “como se” tomassem o conteúdo de sentido da ordem estabelecida como guia de suas ações (expectativa); b) possibilidade objetiva de manter essa expectativa tendo em vista a existência um comportamento humano médio (cálculo objetivo); ou c) orientação coletiva das ações segundo o conteúdo de sentido comum (conexão com a relação em sociedade).

Acontece que mesmo ordens empiricamente válidas, instituídas com relação a fins, podem desaparecer. Isso porque as ordens são constituídas de uma contínua escala de transições de relações e ações. Para que uma ordem estabelecida persista é necessário que a relação em sociedade perdure em relevância prática. Além disso, para que uma relação em sociedade exista, é necessário que os atores ajustem mutuamente suas ações de acordo com o conteúdo de sentido comum. Logo, caso as ações em sociedade não estejam orientadas por um conteúdo de sentido comum, e, em consequência, as relações em sociedade não perdurem, também a ordem estabelecida deixa de existir.

Em relações em comunidade por acordo, por outro lado, o processo é mais complexo e de intrincada compreensão. Schluchter (2014), por exemplo, defende que em relações em comunidade por acordo vigora um tipo específico de ordem, a “**Ordem pressuposta**” [*unterstellte Ordnung*]:

trata-se, ao contrário, de uma *suposição* que, na falta de uma ordem estatuída [estabelecida], seja por acordo, seja por imposição, com sua correspondente forma de organização, seja uma instituição, seja uma união racional [de fins], permite ao ator uma ação coordenada (SCHLUCHTER, 2014, p. 208).

Isso significa que as ações podem ser regulares mesmo na ausência de um “estatuto” formalizado. Afinal, seus participantes orientam-se pela possibilidade objetiva de que as expectativas de comportamento sejam válidas. Assim, tomam os acordos subentendidos como normas obrigatórias, máximas para a ação.

A tese de Schluchter (2014) é uma leitura possível, uma hipótese sustentável. No entanto, ao adentrarmos ao texto de Weber propriamente dito, não encontramos o termo *unterstellte Ordnung*, quiçá mesmo uma menção à existência de uma ordem em ações em comunidade por acordo regulares. Menos pretensioso que tentar resolver essa problema, nossa intenção é a de desenvolver reflexões e questionamentos à tese de Schluchter (2014). Afinal, ao longo do capítulo 6 de *Kategorien*, Weber somente alude à ordem de maneira indireta ao afirmar que “Es gibt Komplexe von Gemeinschaftshandeln, welche *ohne* eine zweckrational vereinbarte Ordnung dennoch 1. Em Effekt so ablaufen, als ob eine solche statt gefunden hätte, und bei welchen 2. Dieser spezifische Effekt durch die Art der Sinnbezogenheit des Handelns der Einzelnen mitbestimmt ist”⁶².

Se efetivamente há uma ordem no seio das relações em comunidade por acordo, não está claro no texto. Podemos afirmar tão somente que em *Kategorien* as relações em comunidade por acordo são orientadas por complexos de sentido que não possuem um acordo firmado, embora funcionem “como se” tal acordo existisse. O intercâmbio do dinheiro, por exemplo, refere-se em seu sentido à expectativa da ação dos demais agentes que intercambiam dinheiro (como comerciantes, compradores, entre outros). Ainda que não haja uma ordem firmada, os integrantes dessa relação orientam-se segundo a expectativa da aceitação comum do dinheiro.

⁶² “Há complexos de ação em comunidade que, na ausência de uma ordem firmada de maneira racional com referência a fins 1. pode operar como se esse acordo realmente existisse e 2. cujo efeito está codeterminado pelo tipo de referência de sentido da ação dos indivíduos” (tradução da autora).

Em vista disso nos parece factível afirmar – em um sentido idêntico ao de Schluchter que defende a existência de uma “ordem pressuposta” – que em relações em comunidade por acordo, apesar da ausência da ordem, há complexos de sentido comuns que coordenam as ações. Não rejeitamos completamente a posição de Schluchter (2014), embora a aceitemos somente como uma hipótese em meio a diversas interpretações possíveis. Mas, dada a falta de fundamentação exegética desta hipótese, nos manteremos fiéis ao exposto no texto e aceitaremos, para fins didáticos de exposição, a inexistência da ordem em relações em comunidade por acordo. O Quadro 20 sistematiza a teoria das ordens de 1913:

Quadro 21 - Sistematização da tipologia das ações, relações, organizações e ordens de *Kategorien*.

AÇÃO EM COMUNIDADE		
Por acordo	Em sociedade	
RELAÇÃO		
Em comunidade por acordo	Em sociedade	
	-	União de fins
ORDEM		
-	Estabelecida	
	Imposição	Esclarecimento mútuo
ORGANIZAÇÕES		
Organização	Instituição	-

Fonte: própria autora, com base em weber (1913).

Em suma, no caso da relação em sociedade, forma-se uma instituição regulada pela ordem estabelecida. Já em uma relação em comunidade por acordo, somente se assumirmos a assertividade da tese de Schluchter (2014), é possível afirmar que há a formação de organizações em consonância com seus complexos de sentido. Se nos mantivermos fiéis ao texto, tal afirmação não é clarividente. Os detalhes dos descobrimentos da teoria das ordens ao nível da teoria das organizações discutiremos no capítulo seguinte. Na seção que segue abordaremos a teoria das ordens sociais de *Grundbegriffe*.

6.2 A ORDEM SOCIAL EM *GRUNDBEGRIFFE*

Na segunda parte de *Grundbegriffe* (Conceito de Ação Social) Weber conceitua muitas das noções fundamentais de sua Sociologia Compreensiva. Especificamente após definir a relação social (§ 3) ele passa ao tema das ordens sociais (§5, §6 e §7) pois, assim, consegue fazer o *link* entre ações mutuamente ajustadas em seu conteúdo de sentido (relações sociais) e formas mais amplas de linhas de ação (ordens sociais).

Segundo nossa interpretação dos parágrafos 5, 6 e 7 (e de suas respectivas notas), é possível afirmar que há dois elementos que compõem a ordem legítima: o cognitivo (representação) e o moral-normativo (vigência e legitimidade). O elemento cognitivo alude à existência da ordem *stricto sensu* no plano da representação. É essa representação o que permeia a legitimidade e a vigência. O elemento moral-normativo, por sua vez, diz respeito ao sentimento de dever de cumprimento da ordem. A ordem é introjetada pelo próprio agente e tomada, assim, como uma máxima para a ação. Ambas as características essenciais das ordens estão discutidas em maior profundidade a seguir⁶³.

A imagem mental da existência de uma ordem [*Ordnung*] é o que garante externa e internamente a regularidade das ações sociais dos seus participantes. Nas palavras de Weber “Handeln, insbesondere soziales Handeln und wiederum insbesondere eine soziale Beziehung, können von seiten der Beteiligten an der *Vorstellung* vom Bestehen einer *legitimen Ordnung* orientiert werden”⁶⁴ (MWG 1/23, p. 21). Na prática, os indivíduos aceitam a representação [*Vorstellung*] de uma ordem social como referência de suas ações. Essa ordem não é, portanto, concreta e palpável. Ela é algo que está na mente de inúmeros agentes.

A ordem seria, sob essa perspectiva, um conteúdo de sentido que orienta a média das ações no interior de uma relação, sendo que essas ações lhe servem de material que confere sustentação, fundamentação e substância. Weber (MWG 1/23, p. 22) fala em “média das ações” pois ele considera a quantidade de pessoas que se orientam pela ordem um fator importante. Para que uma ordem se mantenha estável é necessário que uma quantidade significativa de pessoas se oriente por ela.

A vigência de uma ordem indica a probabilidade de que as ações se orientem, na prática, pelo conteúdo de sentido da relação. Isso é, que as ações adotem tal conteúdo de sentido

⁶³ Merquior (1990) propõe a decomposição do conceito de ordem legítima em validade, convicção coletiva e probabilidade. Não utilizo essa subdivisão pois ela desconsidera o sentimento interno de dever de cumprimento da ordem (produzido pelo próprio agente), conforme explicitarei nesta seção.

⁶⁴ “Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela *representação* da existência de uma *ordem legítima*” (WEBER, 1921, p. 19).

como modelo moralmente obrigatório de comportamento. Ela advém do sentimento de dever. Um exemplo prático é o de uma recepcionista que chega antecipadamente todos os dias ao escritório, seu local de trabalho. O costume de acordar rotineiramente no mesmo horário e habitualmente ir ao escritório é, nesse sentido, uma explicação possível. O interesse pessoal por convenientemente ser um funcionário exemplar também pode ser outra justificativa. Mas ambas as hipóteses desconsideram a ação racionalmente referida aos valores. Não é apenas o hábito, nem somente a situação de interesse. Essa ação pode ser explicada, ainda, através do sentimento de dever⁶⁵.

A vigência de uma ordem pode ser reconhecida como legítima pelos agentes por conta a) da tradição, b) da crença afetiva, c) da crença racional referente a valores, d) da legalidade de um estatuto (seja essa legalidade legitimada por acordo ou por imposição). É importante ressaltar que Weber discutiu essa questão em maior grau de complexidade no capítulo VII (Sociologia do Direito) e no capítulo IX (Sociologia da Dominação) de *WuG*. Nos ateremos, aqui, estritamente ao texto *Grundbegriffe*.

(a) Vigência legítima atribuída pela tradição. A tradição intenta conservar a ordem vigente por meio da manutenção das formas habituais de comportamento (do que sempre foi assim e terá de continuar a ser). Nesse contexto a tradição é vista como algo sagrado e intocável. Sua origem remonta ao medo da mágica, vista como prática negativa, o qual fortaleceu a inibição psíquica à mudança.

(b) Vigência legítima atribuída pela crença afetiva-emocional. Essa é a emoção ativada pelo “novo” revelado como modelo. Nessa passagem Weber (MWG 1/23, p. 26/27) alude aos oráculos proféticos e às revelações proféticas que vigoraram em épocas de tradicionalismo rigoroso. Ambos foram criados conscientemente para ser uma ordem sagrada genuinamente nova, apesar de serem tratadas como práticas antigas re-afloradas.

(c) Vigência legítima atribuída pela crença racional referente a valores. O exemplo dado por Weber (MWG 1/23, p. 26) é o direito natural. Em contraposição aos direitos

⁶⁵ Weber combina o reconhecimento do dever e dos motivos utilitários, ambos, como cerne da sustentação da vigência da ordem. É justamente esse entrecruzamento entre vigência por sanções e vigência por (suposta) compulsão, intitulada por Merquior (1990) de “bifurcação conceitual obscurecida”, o cerne de inúmeras críticas à teoria de Weber. De acordo com Merquior, Weber insistiu em expulsar motivações claramente humanas (como as emoções e os impulsos íntimos mais irracionais) por considera-las tipos heurísticos menos racionalizados. Isso fez com que, segundo essa interpretação, Weber se atrelasse em demasia à abordagem racionalista-utilitarista. Todavia, Weber não retoma aqui a ação (irracional) afetiva nem a ação utilitária. Ele reconhece, antes, que a vigência de uma ordem advém preferencialmente da referência (racional) aos valores. Os motivos utilitários ficam, na verdade, em segundo plano. Logo, nós não reconhecemos, como Merquior (1990), o apego excessivo de Weber ao utilitarismo.

racionalmente instituídos com referência a fins (como o direito estatuído), o direito natural se baseia em pretensões ideais reconhecidas como absolutamente válidas.

(d) Vigência legítima atribuída por acordo (legalizada). Mesmo nos casos em que a ordem é pactuada, se ela não advier de um acordo unânime, há imposição. Aqueles que destoam da vontade da maioria estão, nessas situações, sob imposição da vontade alheia. É possível que, ainda, em outra situação, minorias imponham sob a vontade da maioria, especialmente por serem mais intensas e destemidas. Assim, é possível que os opositores passem, pouco a pouco, a legitimar essa vigência.

(e) Vigência legítima atribuída por imposição (legalizada). Uma ordem é imposta quando não advém de um acordo livre entre todos os seus participantes (como o caso do voto majoritário). Uma consequência possível e comum é a submissão. Os indivíduos tendem a crer nessa autoridade imposta como legal e legítima, e, por vezes podem, inclusive, tratá-la como tradição. Um exemplo é o poder governamental que apanha para si a imposição legítima de novas ordens.

Conforme é possível perceber, os limites entre vigência (factual) e legitimidade (normativa) não são completamente delimitados em *Grundbegriffe*. Em alguns momentos parece que Weber os trata como conceitos fluidos, interdependentes, complementares, e, inclusive, semelhantes. Afinal, as ordens são legítimas quando possuem vigência e ordens são vigentes enquanto consideradas legítimas. Daí o conceito de “vigência legítima” amplamente desenvolvido no §7.

É importante dizer que Weber (MWG 1/23, p. 24-25) dedicou grande parte do seu esforço em explicar os casos de ordens impostas consideradas legítimas por sua legalidade. Isso dado que elas perduram nas sociedades contemporâneas, especialmente através de uma constituição. A constituição de uma ordem indica os limites, os assuntos e as condições através das quais tanto os membros quanto o quadro administrativo de uma ordem se submetem a uma nova imposição⁶⁶.

Mesmo nos casos em que se descumpra intencionalmente a constituição de uma ordem legal, reafirma-se a sua vigência. Um ladrão que rouba uma casa quando os moradores não se encontram, ao tentar ocultar o seu crime, reafirma de forma racional referente a fins a vigência da ordem jurídica que criminaliza o roubo. Esse é um caso-limite em que o agente *tem* que

⁶⁶ Esse debate está assentado em Lassalle (2002). Ele entendia a constituição, em seu sentido sociológico, como os fatores reais de poder que perduram em uma comunidade, um o reflexo das forças sociais que estruturam o poder.

ocultar sua violação. Mas há casos de menor grau de transgressão em que os agentes tentam, de boa fé, apresentar uma ordem alternativa como legítima, por exemplo.

Por outro lado, quando a orientação média das ações passa a ser de violação do conteúdo de sentido, a ordem passa a ter vigência limitada. É possível que com isso, caso a violação torne-se a regra, a vigência deixe de existir. Mas é necessário dizer que essas transições são fluidas na realidade pois é possível, inclusive, que vigências contraditórias entre si vigorem na mesma ordem.

Há outros casos em que, em contraposição, o sentido da ordem é interpretado de inúmeras formas por inúmeras pessoas fazendo em que haja, respectivamente, inúmeras vigências. Esses casos são mais complexos para serem analisados sociologicamente. Afinal, é difícil reconhecer a vigência paralela de ordens contraditórias entre si – fenômeno especialmente elucidável através do exemplo da recepcionista do escritório, desenvolvido na seção anterior.

Ordens legítimas são ordens com grande probabilidade coletiva de convicção em sua validade e de aceitação de sua autoridade. Logo, para que as ordens sejam consideradas “legítimas” é necessário que não sejam regidas pelo interesse externo (como o mercado). Resumidamente, a legitimidade de uma ordem⁶⁷ pode ser garantida por duas vias: 1) através da atitude interna, sendo ela a) por entrega sentimental (afetiva), b) pela crença em sua vigência absoluta (racional referente a valores), c) pela crença nos seus bens de salvação religiosa (racional referente a valores) ou 2) através dos interesses pessoais externos e expectativas de determinado gênero, sendo eles a) uma convenção habitual (tradicional) ou b) um direito (racional referente a valores).

A legitimidade interna de uma ordem pode ser garantida por um padrão ético considerado moralmente bom pelo próprio agente individual. Nesses casos, mesmo que não haja uma garantia externa (como a coação), a representação ética influencia profundamente uma ação inicial, e, ao mesmo tempo, suas consequências não transcendem às ações alheias. Ainda, há ordens que possuem, concomitantemente, legitimidade interna e externa. Esse é o caso da proibição do assassinato. Ao mesmo tempo um agente pode orientar-se pela máxima

⁶⁷ O debate sobre a legitimidade no seio da teoria social moderna remonta ao iluminismo. Autores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Kant, Hume, entre outros desenvolveram abordagens efetivamente científicas para questões centrais e tangenciais da legitimidade. Mas é Max Weber o responsável por fundar uma discussão estritamente sociológica para o tema. Sua teoria da legitimidade integra os textos de Teoria Política de caráter mais empírico (como o capítulo 8 de *WuG* intitulado *comunidades políticas* e o capítulo 9, *Sociologia da Dominação*) os textos de Teoria Política de conceituação mais genérica (como o capítulo 3 de *WuG*) e seu texto sobre a Sociologia Compreensiva de 1921 (tratado na presente pesquisa como *Grundbegriffe*), de caráter conceitual (MERQUIOR, 1990).

religiosa “não matarás” e pelo ordenamento jurídico que proíbe o assassinato de qualquer espécie⁶⁸.

Weber (MWG 1/23, p. 24-25) dedicou suas discussões especialmente às ordens legitimadas externamente, como a convenção e o direito, pois elas são reconhecidas pela expectativa de consequências externas, e não por meros comportamentos internos. Segundo Merquior (1990), essa legitimidade resulta da confiança que os governados depositam nos governantes. Ela depende das formas de poder validadas na cultura política.

Em síntese, podemos definir a ordem legítima como um conjunto de normas, deveres e responsabilidades [*Vorbindlichkeit*] considerados “máximas obrigatórias para as ações” [*Maximen*] e modelos indicáveis [*Vorbildlichkeit*] para as relações, das quais decorrem regularidades (ESSER, 2000). Com essa representação de máximas obrigatórias os atores atribuem sentido e significado à ordem e, ao mesmo tempo, orientam suas ações por ela conferindo-lhe, assim, substância. Isso evidencia a força das ordens sociais legítimas que combinam *Vorbildlichkeit* e *Verbindlichkeit*.

Isso posto, é possível defender a tese de que as ordens dependem intrinsecamente das ações e relações sociais. As ordens não são possíveis sem ambos os elementos. A vinculação inversa também existe – de influência da ordem sobre as ações e relações –, mas em nível mais fraco. Acontece que as ordens existem pelas ações e relações, mas as ações podem se desenvolver sem as ordens. Para utilizar a terminologia definida no capítulo 3, ambas as dimensões possuem propriedades causais. Mas as ordens possuem propriedades emergentes fracas⁶⁹ e as ações sociais são capazes de estabelecer uma causalidade ascendente.

Schluchter (2014) reitera a nossa posição ao afirmar que em Weber as relações objetivas possuem caráter causal que precisam necessariamente, remeter-se às ações. Os fenômenos coletivos são, sob essa perspectiva, chances de que as ações sociais se desenvolvam

⁶⁸ Mesmo essa robusta formulação de Weber sobre as ordens sofre com inexoráveis críticas. Em semelhança com Merquior (1990), Grafstein (1981) afirma que, ao intentar compreender o motivo, a crença e o significado das ações regulares Weber recorre a uma abordagem psicológica. Para tanto, ele utiliza o recurso realista da criação de tipos ideais de motivações de comportamento. Seu erro consiste justamente, segundo Grafstein, em explicar a ordem de forma tautológica e circular, recorrendo sempre à mesma abordagem psicológico-realista. Segundo esse argumento, Weber compreenderia o processo social de formação de uma ordem como a projeção de significados em seus participantes, os quais, por suas vezes, são conduzidos a agir motivados por esse complexo de sentido. Ainda assim, mesmo com essa incisiva crítica, Grafstein (1981) defende que é necessário partir da teoria weberiana das ordens para fundar o conceito de legitimidade por três motivos. Primeiro, o significado pretendido não é identificado com o significado consciente do ator. Segundo, o significado pretendido associado ao tipo ideal não é igualado ao significado psicológico real ou a qualquer média estatística de significados reais. Terceiro, os significados pretendidos hipotéticos estão relacionados a padrões hipotéticos de comportamento em fundamentos lógicos *a priori*.

⁶⁹ Albert (2016) define a emergência fraca como a propriedade explicativa da macroestrutura redutível ao nível micro.

de uma determinada maneira. Ainda assim, Weber reconhece a importância de desenvolver uma linguagem conceitual específica para os fenômenos de nível “macro”, especialmente para os tipos de ordens, conforme exposto doravante.

6.2.1 Os tipos de ordem

Em *Grundbegriffe* Weber desenvolveu um aparato conceitual distinto e mais complexo do que o de *Kategorien* (SCHLUCHTER, 2014), embora com conteúdo semelhante (SCHLUCHTER, 2005). Isso fica especialmente visível quando analisamos a definição de ordem. Weber criou uma robusta tipologia das ordens ao incluir as representações e garantias de vigência e legitimidade. Ele atrelou tais questões preliminares sobre a natureza da ordem à sua teoria precedente das ações e relações. Com isso, o autor pôde substituir sua tipologia inicial (ordem estabelecida, e, segundo Schluchter, ordem pressuposta) por uma formulação triádica mais abrangente: a ordem jurídica, ordem econômica e ordem convencional.

Weber desenvolveu um modelo quádruplo da ação social (ação tradicional, ação afetiva, ação racional com referência a valores e ação racional com referência a fins). Também as suas reflexões acerca das características das ordens, especificamente da vigência, seguem esse modelo. A vigência pode ser atribuída pela tradição, pela crença afetiva-emocional, pela crença racional referente a valores e pelo cálculo de fins (seja por acordo ou por imposição). A legitimidade, por outro lado, pode ser garantida unicamente pela convenção, pela entrega sentimental, pela crença (na vigência absoluta, nos bens de salvação ou no direito), mas não pode ser garantida de forma racional referente a fins/por interesse. Isso demonstra que o modelo de ordem de Weber não persegue completamente o seu modelo quádruplo. O Quadro 21 organiza essas informações.

Quadro 22 – Ação, relação, ordens, vigência e legitimidade em *Grundbegriffe*.

AÇÃO SOCIAL					
Tradicional	Afetiva	Racional com relação a valores		Racional com relação a fins	
RELAÇÃO SOCIAL (PERENE)					
Costume	-	Uso		Situação de interesse	
ORDENS SOCIAIS					
Convencional	-	Jurídica		Econômica	
VIGÊNCIA DAS ORDENS (FACTUAL)					
Tradição	Crença afetiva-emocional	Crença racional referente a valores		Cálculo de fins	
LEGITIMIDADE DAS ORDENS (NORMATIVO)					
Externa	Interna			Externa	-
Convenção social (possibilidade de boicote)	Entrega sentimental	Crença na vigência absoluta	Crença nos bens de salvação	Crença no direito	-

Fonte: própria autora, com base em (WEBER, 1921).

Quando Weber elabora os tipos de ordens sociais ele retoma, sob nossa perspectiva, os modelos de relações sociais perenes: o uso, o costume e a situação de interesses, os quais, por suas vezes, estão vinculados a uma ação específica. Assim, o autor consegue associar cada tipo de ordem a um tipo respectivo de relação duradoura. À relação de uso, Weber filia a ordem jurídica. Ao costume, a ordem convencional. E à situação de interesses, a ordem econômica.

A ordem convencional, especificamente, baseia-se no costume e no hábito vigentes. Sua legitimidade está garantida pela probabilidade média da reprovação de hábitos discordantes⁷⁰. Os hábitos discordantes costumam ser castigados, por meio do boicote social, desaprovação ou punição, com maior rigor pelos membros comuns da ordem do que a juridização o é por seu quadro especializado. Por isso, tendo em vista a internalização dos hábitos comuns de ação, o boicote social provou ser um instrumento eficaz de instauração da legitimidade.

Mesmo com essa comprovação de eficácia, há casos-limite de transição. A progressiva utilização do boicote formal e organizado pode sinalizar a transição de uma ordem convencional para a jurídica. A ordem jurídica, ao contrário da convencional, baseia-se em regras estabelecidas. Sua legitimidade advém ou da crença na superioridade formal da lei ou do possível uso de coerção (seja ela física ou psíquica) por parte de um quadro especializado e

⁷⁰ Nesse ponto a perspectiva de Stammler (1896) está equivocada. Ele entende a convenção como uma submissão voluntária ao costume. Mas ela é mais complexa que isso, pois, na verdade, a convenção se institui como uma exigência ao indivíduo, uma máxima, um mandamento (WEBER, 1921).

ocupado em castigar a violação da ordem (como os juízes, procuradores, funcionários administrativos, executores, entre outros). Com isso, a ordem jurídica costuma “forçar” as ações ao cumprimento do que está regulamentado.

Para que o quadro coativo exista e atue não é necessária a instituição de uma instância judiciária. À vista disso, mesmo formações sociais não industriais, não burocráticas e não contemporâneas podem apresentar um quadro coativo – ainda que ele esteja no limite do que Weber (1921) entenda por coação jurídica. Esse é o caso, por exemplo, de um grupo indígena que possui um quadro seletivo de pessoas encarregadas a julgar casos de roubo ou assassinato ocorrido no interior do grupo.

Grafstein (19821) afirma que a preocupação central de Weber ao desenvolver a ordem jurídica são as populações heterônomas que não possuem muitos interesses comuns. São esses tipos de organização que precisam majoritariamente de uma autoridade legal de mando. Essa ideia se aproxima da abordagem de Luhmann (1975), autor que também reconhece que as formações sociais modernas não se apoiam na unidade moral ou em acordos unânimes, mas que, antes, pautam-se em procedimentos legais pré-estabelecidos.

É complexo tratar da legitimidade da ordem jurídica enquanto um cumprimento voluntário e intimamente motivado porque ela costuma dispor de um aparato coativo. Seu sistema é definido pela coerção àqueles que não cumprem as pré-disposições da ordem. Por via de regra, a existência de uma ordem legal dificulta a efetiva crença subjetiva no valor da legitimidade legal. Logo, os sentidos imputados à ordem podem ser os mais diversos

No §6 Weber tipificou oficialmente ordens convencional e jurídica. Em nenhuma passagem de *Grundbegriffe* ele cita a existência da ordem econômica propriamente dita. No §4 ele aventa a possibilidade de que as ações sociais tornem-se regulares através da “situação de interesses” (uma das três características das relações sociais), especialmente por meio de expectativas de ações puramente racionais referente a fins (assim como as ações puramente econômicas). Em situações de interesse os agentes avaliam subjetivamente, através do conhecimento prévio das ações comuns dos demais agentes, meios pelos quais poderão alcançar seus interesses.

Ainda que ele não tenha formalmente criado a ordem orientada por interesse em *Grundbegriffe*, em *Wirtschaft und Gesellschaft* (especificamente no Capítulo 1 da Primeira Parte/Primeiro Volume e no Capítulo 1 da Segunda Parte/Segundo Volume) ele a desenvolveu sistematicamente. Para os fins de análise deste estudo não nos interessa o conteúdo da discussão desenvolvida no Capítulo 1 da Segunda Parte de *WuG*. Mas esse fato nos é útil para afirmar que Weber reconhece a existência de uma ordem econômica fora de *Grundbegriffe*. Por isso, é

possível questionar se Weber não contempla formalmente a ordem econômica em *Grundbegriffe* intencionalmente, mesmo que em outros textos de *WuG* ele a tenha desenvolvido em profundidade. É possível questionar, inclusive, se em sua produção madura ele realmente considerada possível que interesses instaurassem ordens sociais

Resumidamente, conforme sistematizado no Quadro 22, a ordem convencional é garantida pela aprovação cotidiana dos costumes, enquanto a ordem jurídica está assegurada por um quadro coativo especializado em seu cumprimento. A situação de interesses, por sua vez, se a considerarmos um tipo de ordem econômica de *Grundbegriffe*, é garantida por interesses pessoais. Todas essas ordens tendem a ser conservadas ao longo do tempo e tornarem-se estáveis. Especialmente a ordem convencional, por conta da reprovação, do boicote e do hábito, tende a ser a mais contínua (isso é, mais persistente no tempo). Mas há um tipo de orientação ainda mais estável, baseada na crença de sua legitimidade (relação de uso): a orientação racional por valores. Quando a ordem é orientada exclusivamente de forma racional referente a fins, ela é mutável pois depende do êxito pessoal, de uma instrumentabilidade calculável. Mas, mesmo com a tendência de permanência e manutenção, Weber reconhece a possibilidade de transformação e de completa dissolução das ordens.

Quadro 23 - Mecanismos de sanção das ordens.

ORDEM	MECANISMOS DE SANÇÃO	
	Conteúdo/expectativa	Agentes
Convencional	Reprovação	Indivíduos em geral informal
Jurídica	Coação	Quadro de pessoas organizado
Econômica	Interesse	Mercado

Fonte: própria autora, com base em Weber (MWG 1/23).

Em consonância com a reflexão de Schluchter (2014), a ordem econômica é uma máxima instrumental e não normativa (regra de). Já as máximas convencional e jurídica são normativas (regra para). Especialmente no caso das ordens convencional e jurídica é possível encontrar elementos morais que auxiliam da normatização (e normalização) das regras. Dentre esses elementos podemos destacar o sentimento de dever.

Como podemos verificar, nem em 1913 e nem em 1921 Weber contempla toda a tipologia da ação em sua teoria da ordem. Em *Kategorien* Weber leva em consideração

(excluindo a hipótese Schluchter) exclusivamente a ordem estabelecida derivada da ação em sociedade. A ação por acordo, ainda que possua uma formalização de linhas de ação implícita, ficou à deriva no desenvolvimento formal de uma ordem. Já em *Grundbegriffe* Weber concebe a ordem jurídica advinda da ação racional com referência a valores e a ordem convencional derivada da ação tradicional. Se aceitarmos a situação de interesses como uma ordem, há também a ordem econômica derivada da ação de fins. Todavia, nesse sentido, a sua ação afetiva não está contemplada. Os motivos dessa exclusão não sabemos ao certo. Mas podemos afirmar que outrora Weber desenvolveu reflexões acerca da possibilidade da formação de uma ordem social via ação afetiva.

Weber não inseriu a ordem dos afetos em seu tratado sobre a Sociologia de 1921. Hoje não sabemos se intencionalmente ou não. Mas em textos anteriores, como aqueles sobre a dominação carismática (textos pré-Guerra: *Carismatismo, Transformação do carisma, Manutenção do carisma, Estado e hierocracia*; texto pós-Guerra: *Dominação Carismática*), como bem destaca Lepsius (2017), Weber desenvolveu reflexões acerca possibilidade ou não da institucionalização duradoura das emoções via relações de dominação. Preliminarmente, podemos afirmar que Weber tinha uma posição dúbia nesse sentido.

Sell (2018b) possui um argumento esclarecedor que nos ajuda a sustentar a tese de que há nos escritos weberianos sobre a dominação uma ordem afetiva. O intérprete afirma que a dominação carismática possui natureza bidimensional: ela pode tanto ser fonte de legitimidade de uma ordem quanto fonte de sua subversão. Em sua forma pura, o carisma firma-se sob a confiança pessoal de qualidades extracotidianas, especialmente no caráter heroico-exemplar. Aqui, são as características revolucionárias e subversivas que sobressaem. Quando em sua forma institucional, o carisma é despersonalizado – como o carisma gentilício [*Gentilcharisma*], o carisma hereditário [*Erbscharisma*] e o carisma de cargo [*Amtscharisma*]. Assim, ele despoja-se de sua efemeridade para, então, permanecer.

O carisma puro é a forma de dominação típica das crises políticas, religiosa ou econômica. Pessoas dotadas de qualidades consideradas excepcionais (seja de natureza ética, estética, política ou outra) possuem seu “carisma” reconhecido por seguidores. Os líderes carismáticos são capazes de mobilizar um grande número de pessoas que aceitem voluntariamente a dominação e acreditam na potencialidade de seu carisma para solucionar a crise (LEPSIUS, 2017). Exemplos de líderes carismáticos dotados de poderes considerados sobrenaturais são os magos (como o xamã), os profetas (como Maomé), os heróis guerreiros, artistas e demagogos (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016).

A dominação carismática pura é forte e avassaladora, mas também tem uma legitimidade passageira. Por isso, ela não é capaz de manter uma ordem vindoura, mas é eficiente para derrubar ordens antigas e colocar-se em oposição aos aspectos estáveis da sociedade. Afinal, o líder carismático reivindica novos imperativos através de dispositivos não tradicionais. Isso porque sua dominação não se baseia em normas jurídicas ou acordos, mas no poder do “novo”. Um dos poucos exemplos da história em que a dominação carismática conseguiu ser rotinizada é a Igreja Católica.

Assim, a ordem afetiva pode ser descrita, segundo Lepsius (2017) como uma estrutura afetiva e personalizada na qual há a coletivização das emoções. Isso porque o carisma (base da legitimidade dessa ordem) é excessivamente psicológico (MERQUIOR, 1990). Parsons (1947) evidencia com destreza que o carisma é a padronização de uma conduta de vida considerada uma virtude e personalizada em um líder. Seu poder depende do conhecimento contínuo de seus governados, esforço renovado de convencimento. Ela não é, portanto, a simples vontade pessoal do líder.

Em seu interior, a estrutura da organização carismática é caracterizada pela coexistência de relações rígidas (de comando e obediência) e de relações fluidas e flexíveis (de administração). Isso porque o líder requer, ao mesmo tempo, a auto-capacitação de seguidores carismáticos e um grupo de gestão com membros pessoalmente selecionados por lealdade. Vale dizer que o quadro administrativo é ocupado por pessoas entusiasmadas com as características do líder (PARSONS, 1947). Isso faz com que a ordem carismática seja tanto centralista quanto descoordenada.

A transformação do carisma pessoal em carisma institucional requer mudanças profundas. É necessário, para tanto, que o quadro administrativo encabece o processo de rotinização ou pela via evolutiva (transformação da ordem carismática em ordem convencional ou jurídica) ou pela via da objetivação (supressão completa do carisma) (SELL 2018b). Quando adota-se o modelo evolutivo, é possível a manutenção do carisma ou por sucessão hereditária (tendência tradicional) ou pela escolha legal de um novo líder (tendência racional-legal) (PARSONS, 1947).

A ordem afetiva em sua forma carismática é comum em civilizações primitivas, especialmente naquelas em que o grau de burocracia é menor e as relações pautam-se em laços pessoais. Mas é possível verificar a existência da ordem carismática também em organizações contemporâneas (tais como em partidos políticos de democracias modernas).

É importante ressaltar que, frente a isso, os tipos possíveis de ordem não se esgotam nos três modelos de *Grundbegriffe*. O conteúdo de sentido aceito valida a ordem legítima, por

isso é possível “falar de uma ‘ordem econômica’, em termos dos conteúdos de sentido das relações sociais referentes ao mercado, ou de uma ‘ordem social’, relativa aos conteúdos de sentido das relações sociais referentes a uma concepção de honra e a um estilo de vida dos agentes; ou ainda de uma ‘ordem política’, relativa aos conteúdos de sentido referentes à apropriação e luta pelo poder” (COHN, 2000, p. 31).

6.2.2 De 1913 a 1921: análise comparativa

Frente a tantas reflexões acerca da teoria weberiana das ordens nos resta esclarecer uma questão, efetivamente: o conceito de ordem mudou de 1913 para 1921? Para tanto, recorremos a 4 níveis explicativos. Em primeiro lugar, sobre a lógica do conceito. Tanto em 1913 quanto em 1921 Weber concebe a ordem como o ápice do nível macro de sua teoria. Cada relação social desenvolve um tipo específico de institucionalização regulamentada por uma ordem. Nisso ambos os textos convergem.

Em segundo lugar, é necessário analisar o conteúdo do conceito. Em *Kategorien* Weber concebe a ordem como a regulamentação de uma relação social. Em *Grundbegriffe* Weber retoma a definição anterior complexificando-a e ampliando-a. Aqui, a ordem não é somente uma regulamentação da relação e de formas regulares de ação. Ela é, também, o conteúdo do sentido (tomado como uma máxima normativa) que orienta as ações no interior da relação. Assim, a ordem permeia desde a relação subjetiva até a objetiva.

O elemento da validade, por exemplo, era central na formulação de *Kategorien* haja vista as especificidades da ordem estabelecida. Ele versava sobre a aceitação média das regularidades de ação. Mesmo que em *Grundbegriffe* ele seja contemplado, sua importância foi diminuída. Em 1921 Weber desenvolveu melhor (ainda que não sem ambiguidades que restaram) as noções de vigência e legitimidade, pois, a partir delas, foi possível incluir formas mais abrangentes de ordem (como aquelas orientadas por máximas valorativas).

Assim, ao apreciar a ordem estabelecida como o objeto de análise macrossociológica em 1913, em *Kategorien* Weber desenvolveu um conceito, digamos, “jurídico” de ordem. Em *Grundbegriffe* o autor admite a existência de ordens para além das institucionalizadas e formalmente estatuídas. Logo, o elemento jurídico deixa de ser tão central em 1921, e o elemento “político” do reconhecimento da legitimidade enquanto norma, máximas e deveres de qualquer espécie, passa a figurar como ponto nodal. Afinal, em 1921 é a ordem legítima que toma o centro da análise sociológica.

Em terceiro lugar, trataremos da constituição do conceito. Em 1913 Weber não tinha sistematizado os 3 elementos que compunham a ordem. Já em 1921 ele claramente desenvolveu uma proto-teoria da vigência, da legitimidade e da representação no interior de sua teoria das ordens. É aqui, especificamente no debate sobre a legitimidade e as máximas indicáveis para a ação, que Weber retoma a noção de acordo (presente no texto anterior na noção de “ordem pressuposta”). Em consonância com Lichtblau (2000), compreendemos que na ordem legítima as ações são coordenadas por um acordo válido tomado como dever.

Em quarto lugar, Weber modificou a tipologia do seu conceito. Em *Kategorien* temos a ordem estabelecida, e, se assumirmos a tese de Schluchter (2014), a ordem “pressuposta”. Em *Grundbegriffe*, por outro lado, Weber funda um conceito geral de ordem (a ordem legítima) e, a partir dele, subtipifica as ordens em tipo convencional, jurídico, e, se assumirmos a tese de que o parágrafo 4 diz respeito às ordens sociais, econômico. Por isso, fica visível que não há muitas continuidades efetivas entre um e outro texto no que tange à tipologia das ordens.

De todo modo, algumas aproximações são possíveis. Se assumirmos a tese de Schluchter (2014) de que há uma “ordem pressuposta” em *Kategorien*, é possível vislumbrar alguns elementos da ordem de 1913 nas ordens econômica e convencional de *Grundbegriffe*. Especialmente no que diz respeito à pressuposição de que determinados comportamentos regulares serão efetivados na prática segundo as normas comuns da experiência. Sobre a ordem legítima de 1921, é possível encontrar um fundamento comum com a ordem estabelecida de 1913: o reconhecimento das normas fundamentais como máximas obrigatórias para as ações.

Por fim, vale perguntar: seria o conceito de ordem legítima, uma retomada do conceito de ordem estabelecida? Seria aquele primeiro a continuidade deste segundo? De fato, são fracas as evidências neste sentido, pois Weber não parece insistir no fato de que algo estabelecido seja sinônimo de algo moralmente obrigatório. Em termos explicativos, contudo, tudo leva a crer que a fonte mudança (ainda que não ruptura) efetuada aqui se deva ao fato de que Weber deixa de pensar a ordem somente em função do direito (ordem estabelecida) e passa a articular seu raciocínio a partir da política. É por isso que temos a passagem da ordem estabelecida para a ordem legítima, sendo a ordem jurídica apenas um sub-tipo ao lado da ordem convencional e da ordem econômica.

7 AS ORGANIZAÇÕES

Percorremos um longo trajeto de discussão teórica sobre as alterações conceituais de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*. Examinamos, com isso, inúmeros pontos de aproximações e de distanciamentos entre os conceitos de ação, relações e ordens sociais de Weber. Neste momento nós podemos, então, adentrar na discussão de nosso último item, também ele situado no nível macro: as organizações sociais. Ainda que sob certo aspecto das organizações sociais sejam um tipo complexo de relações sociais, optamos por alocar as organizações no último capítulo pois seguimos o esquema de Schluchter (2014). Assim como procedemos no capítulo anterior (Ordens Sociais), neste capítulo abordaremos o problema sob um ponto de vista cronológico. Inicialmente explanaremos a teoria de *Kategorien*, para então traçar paralelos com a abordagem outrora desenvolvida em *Grundbegriffe*.

7.1 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM *KATEGORIEN*

Ao interpretar o esquema conceitual de *Kategorien* Schluchter (2014, 2016) contempla a existência de três tipos de organizações sociais: a organização [*Verband*], a instituição [*Anstalt*] e a união de fins [*Zweckverein*]. É importante dizer, entretanto, que Weber optou por examinar a união de fins em um capítulo separado daquele em que discutiu as organizações sociais. Ele alocou a união de fins no tópico V, juntamente com a sua discussão sobre a relação em sociedade. Foi somente no tópico VII, aliás, que ele inseriu o debate sobre a Instituição e a Organização.

Nas palavras de Weber (MWG I/12, p. 412), “Rationaler Idealtypus der Vergesellschaftung ist und vorläufig der ‚Zweckverein‘: ein Gesellschaftshandeln mit einer zweckrational von allen Beteiligten vereinbarten Ordnung”⁷¹. Em seguida, ainda no tópico V, Weber (MWG I/12, p. 415) corrobora sua posição inicial reafirmando a união de fins como uma relação social: “ebenso ist es durchaus eine Frage des Einzelfalls (und also: der durch den konkreten Forschungszweck bestimmten Zweckmässigkeit): wann man eine Vergesellschaftung

⁷¹ “O tipo ideal racional de relação em sociedade é a união de fins: uma ação em sociedade com ordenamento do conteúdo e dos meios acordados racionalmente com referência a fins por todos os associados” (tradução da autora).

als ein ‚sekbständiges‘ Gebilde und wann mqn sie als ‚Teil‘ einer übergreifenden Vergesellschaftung ansieht”⁷².

Para fins de esclarecimento citamos, ainda, que “nicht jede vereinbarte Vergesellschaftung führt aber zum Entstehen eines Zweckvereins, für welchen nach der Definition 1. die Vereinbarung *genereller* Regeln und 2. die Existenz eigener Verbandsorgane konstitutiv sein sollen”⁷³ (MWG I/12, p. 415). Por fim, na parte 7 de *Kategorien*, quando Weber (MWG I/12, p. 431) discutiu seus dois outros tipos ideais de organizações (a instituição e a organização), ele voltou a esclarecer que “es wurde oben als Idealtypus der ‘Vergesellschaftung’ der auf einer ausdrücklichen Vereinbarung von Mitteln, Zwecken, Ordnungen beruhende rationale ‚Zweckverein‘ hingestellt. [...] Es gibt aber sehr wichtige Vergesellschaftungsformen, bei denen das Gesellschaftshandeln in weitgehendem Masse wie beim Zweckverein rational [...] ist”⁷⁴.

Mas a exposição de Schluchter (2014, 2016) – de que a união de fins⁷⁵ é um tipo de organização derivada diretamente da ordem estabelecida [*gesetzte Ordnung*], isso é, que a união de fins é um “produto” dessa ordem – se justifica pois, ao considerar a união de fins como uma organização, o intérprete evidencia o fato de que a união de fins é um modo específico de relação social. A **união de fins** [*Zweckverein*] é o tipo ideal de relação em sociedade permanente pois ela possui um ordenamento de seus conteúdos de sentido e de seus meios acordados racionalmente com referência a fins por todos os participantes. Assim, a ordem racionalmente acordada é seu elemento constitutivo essencial, de caráter distintivo.

O estatuto é o elemento fundamental para as relações no interior da união de fins pois é a partir dele que se configuram todos os parâmetros de ação. Ele aponta, por exemplo, qual ação executiva será atribuída à associação, que forma essa ação tomará, quais pessoas ou órgãos

⁷² “Da mesma forma, trata-se de um caso individual (e, portanto, por conveniência, determinada pelo objeto de pesquisa concreto): quando há uma relação em sociedade como uma entidade ‘autônoma’ e como uma ‘parte’ da relação em sociedade mais ampla” (tradução da autora).

⁷³ “nem toda relação em sociedade acordada leva à formação de uma união racional, para a qual, por definição 1. o acordo de regras *gerais* e 2. a existência de *órgãos* de organização próprios devem ser constitutivos” (tradução da autora).

⁷⁴ “Foi apresentado acima como um tipo ideal da ‘relação em sociedade’ a ‘união racional’ baseada em um acordo explícito em respeito a meios, fins e ordens. [...] Porém há formas muito importantes de relação em sociedade, nos quais a ação em sociedade é em grande parte racional, como na união racional” (tradução da autora).

⁷⁵ George Simmel possui um conceito semelhante ao de *Zweckverein*: a *Zweckverband*. A *Zweckverband* é uma “formação sociológica peculiarmente discreta; sob certos aspectos seus membros são anônimos e para se combinarem lhes basta saber dos outros que eles também formam aquele grupo” (SIMMEL, 2009, p. 226). Tanto a *Zweckverband* de Simmel quanto a *Zweckverein* de Weber revelam algum grau de reciprocidade entre seus membros organizados em torno de um objetivo. A diferença fundamental, entretanto, reside no fato de que Weber reconhece a existência de uma ordem que orienta os membros e os objetivos, já Simmel percebe que a maior parte das relações são formadas por ações baseadas em acordos. Especificamente nesse sentido, podemos afirmar que a *Zweckverband* de Simmel transita entre a *Verband* e a *Zweckverein* de Weber.

atuarão, como serão selecionadas essas pessoas ou órgãos, quais consequências terão para os associados, se e quais bens materiais e econômicos estarão disponíveis para os fins da associação, qual pessoa administrará esses bens e quais os fins deles, quais serviços serão disponibilizados para os participantes da associação, quais ações serão aceitas ou proibidas, quais vantagens os participantes podem esperar de sua participação e qual será o aparato coativo e como atuará.

Dessa forma, os participantes da ação em sociedade regulamentada por estatuto⁷⁶ podem contar com a ação esperada dos demais participantes. Ademais, a certeza subjetiva e a possibilidade objetiva do cumprimento do acordo aumentam na medida em que a coerção física e/ou psíquica é utilizada contra os atores que não cumprem o acordo. Isso leva à permanência duradoura da união de fins enquanto formação social. Mesmo que continuamente alguns associados encerrem sua participação e outros as iniciem ou que haja eventuais mudanças de estatuto, a união mantém sua identidade. É possível esperar que os agentes orientarão suas ações segundo a mesma ordem, de acordo com os hábitos mentais médios que os associados assumem em referência aos pontos considerados significativos.

Ainda assim há associados que, no interior da união, intentam mudar conscientemente suas regras, fins e significados. Esses possivelmente assumem a identidade da relação somente de forma parcial, e, por isso, conseguem mudar sua concepção sobre o “significado” ou sobre os “fins” da união por meio de novas ações. Cabe ao sociólogo, nesse cenário, frente às mudanças na união, indicar se há a continuação da relação antiga ou a formação de uma nova – mesmo que essas situações sejam de transições fluidas e contínuas.

Também cabe ao sociológico identificar, a depender da conveniência do objeto de estudo, se uma relação em sociedade é uma formação independente (autônoma) – como é o caso de um Estado independente – ou uma parte de outra relação em sociedade mais ampla. O segundo caso pode ser sub-tipificado em duas categorias. Há a relação co-determinada por dois ou mais estatutos (heterônoma) – como é o caso de um fiel religioso que segue as normas de sua fé e, ao mesmo tempo, as normas dos regulamentos políticos. Também há a relação orientada por vários órgãos interdependentes de uma única associação heterocéfala – como é o caso dos órgãos de um regimento militar localizados em um regimento global de militares.

Em síntese, a autonomia/heteronomia diz respeito à capacidade de autorregulação da relação em sociedade de união de fins (seja essa relação duradoura ou não). Se a relação é

⁷⁶ Weber (1913) propõe em uma breve frase que a ação orientada pelo conteúdo de sentido médio de um acordo é uma “ação de relação em sociedade” que difere da simples ação em sociedade. O tipo mais significativo dessa ação é a ação em sociedade do quadro administrativo, distinta da ação em sociedade dos associados.

autônoma, ela cria suas próprias regras. Quando a relação é heterônoma, suas regras são comandadas por outra relação em sociedade. A autocefalia/heterocefalia, por sua vez, refere-se à forma da organização das relações duradouras. Se heterocéfala, a relação é administrada pelo pessoal de uma relação em sociedade mais ampla. Quando autocéfala, o próprio pessoal administra.

É possível que autonomia/heteronomia e autocefalia/heterocefalia coincidam. Uma associação de pais e professores de uma escola, por exemplo, é simultaneamente heterônoma (pois obedece às regras do Projeto Político Pedagógica da escola) e autocéfala (porque é administrada por seu próprio pessoal). Uma seita religiosa, por outro lado, é autônoma (haja vista que cria suas próprias regras de regulamentação e orientação internas) e autocéfala (pois administra suas relações com seu próprio pessoal).

É importante destacar que, todavia, nem todas as relações em sociedade são relações de união de fins. Somente aquelas que, além de um conteúdo de sentido comum, possuem um acordo sobre as regras gerais (seja ele autônomo ou heterônomo) e sobre o pessoal e que possuem órgãos próprios (sejam eles autocéfalos ou heterocéfalos) podem ser intituladas de união de fins. Há casos destoantes, não típico-ideais, como o das relações transitórias. Nomeadamente as relações em sociedade ocasionais [*Gelegenheitsvergesellschaftung*] possuem acordo firmado mas não dispõem, necessariamente, de órgãos definidos. Um exemplo é o cartel industrial que surge como uma relação em sociedade que visa fixar preços mínimos em um dado local e em uma dada data. Esse mesmo cartel pode, em algum momento, desenvolver uma estrutura organizativa laboriosa, como órgãos internos e sindicatos.

Há inúmeros exemplos históricos nos quais houve o desenvolvimento gradual de uma relação em sociedade ocasional em uma formação social efêmera, dentre eles o Estado (WEBER, 1913). Inicialmente o Estado fora uma forma livre e ocasional relação de guerreiros. Tais guerreiros elegiam internamente um chefe a fim de que ele os protegesse contra saqueadores. Em uma linha ininterrupta de relações e transições foi possível verificar a complexificação dessa estrutura inicial. O Estado passou a organizar seus guerreiros, seus grupos sociais (como o de mulheres, os de desarmados, entre outros) e seu sistema tributário.

Mas também há casos de relações em sociedade que mantêm todas as características básicas de uma união de fins (ser duradoura, possuir um regulamento firmado racionalmente com referência a fins, dispor das funções dos associados, do aparato administrativo e do aparato coativo, ter a expectativa justificada de que as pessoas se orientem pela ordem instituída, entre outros) menos uma: não dispõem de associação voluntária de participantes. Nessas organizações, chamadas por Weber de Instituições, o acordo não foi firmado por todos os

indivíduos. Por isso, há a obrigação empírica de que todos participem da organização. Caso contrário, o aparato coativo pode ser acionado em maior ou menor grau.

Nas palavras de Weber (MWG 1/12, p. 432):

Das für sie konstitutive Gemeinschaftshandeln ist gerade dadurch charakterisiert: (1) dass beim Vorliegen gewisser objektiver Tatbestände bei einer Person von dieser die Beteiligung am Gemeinschaftshandeln, insbesondere also die Orientierung ihres Handelns an den Ordnungen erwartet, und zwar im Durchschnitt deshalb mit Recht erwartet wird, weil die betreffenden Einzelnen empirisch als zur Teilnahme an dem für die Gemeinschaft konstitutiven Gemeinschaftshandeln ‘verpflichtet’ gelten und weil die Chance besteht, dass sie eventuell auch gegen ihren Widerstand dazu (sei es auch in noch so gelinder Form) angehalten werden durch einen "Zwangsapparat"⁷⁷.

Em síntese, a **instituição** [*Anstalt*]⁷⁸ é uma comunidade em que 1) há a imputação da participação, por meio de circunstâncias objetivas, independentemente da vontade do imputado (em oposição à união de fins) e 2) há um regulamento racional instituído, criado pelos indivíduos que a compõem, e aparato coercitivo (em oposição às relações em comunidade por acordo). *Exempli gratia*, a Igreja Católica. Há o hábito de introduzir as pessoas na comunidade católica através do batismo ainda quando crianças, independentemente de sua vontade pessoal. Esse é o caso, também, de um bebê que nasce em determinado território e tem a obrigação legal de ser registrado nele⁷⁹ (WEBER, MWG 1/12, p. 432).

Comumente a participação e a formulação de novos os estatutos são impostos. Somente em casos excepcionais eles são acordados com todos os interessados – meio pelo qual, vale ressaltar, há maiores expectativas de lealdade ao estatuto. Isso pode ser feito através da criação

⁷⁷ “A ação em comunidade constitutiva [das formas de relação em sociedade] caracteriza-se precisamente pelo fato de que: na presença de determinadas condições objetivas de uma pessoa espera-se dela sua participação na ação em comunidade, portanto espera-se nomeadamente que a sua ação seja orientada nas ordens. Essa expectativa, na média, é justificada, porque as pessoas individuais em questão são empiricamente consideradas “obrigadas” a participar das ações em comunidade que são constitutivas para a comunidade e porque há uma chance de que elas sejam possivelmente coagidos, apesar da sua resistência, por um aparato coativo (ainda que seja muito brando)” (tradução da autora).

⁷⁸ Grande parte dos teóricos da Alemanha no século XIX desenvolveram uma *Staatslehre* a fim de demonstrar o processo de separação entre a esfera legal individual e a coletiva. Esses autores optaram pelo termo corporação [*Koerperschaft*] pois ele remonta a um grupo fixo de pessoas. Todavia, na tentativa de enfatizar que o Estado não é a personificação de uma pessoa, mas um instrumento de poder que opera através de órgãos que seguem um conjunto de regras instituídas objetivamente, Weber optou por utilizar a noção da Instituição [*Anstalt*]. A gênese da diferença dessas abordagens é, segundo Dusza (1989), a distinção entre *Genossenschaft* (companheirismo) e *Herrschaft* (dominação). A corporação simboliza uma união imaginada de pessoas, já a instituição evidencia o senhor e sua respectiva vontade transformada em instituição legal.

⁷⁹ É importante esclarecer que, no entanto, nem toda comunidade em que se nasce é uma instituição. A comunidade linguística e a comunidade doméstica, por carecerem de um estatuto racional, não podem ser intituladas de instituição.

de uma nova disposição para a ação ou no curso normal da ação institucional. Os meios dispostos são, para tanto, 1) imposição autônoma (dos próprios órgãos da instituição que possuem ação institucional regulamentada e validada empiricamente) ou da 2) imposição heterônoma (de um poder estabelecido exterior).

Weber (MWG 1/12, p. 436) deixa claro que a imposição assenta-se sobre o poder de dominação de pessoas concretas (como profetas, reis, patriarcas, funcionários, chefes ou outros). Em especial, em casos relativamente instáveis, a dominação pode alicerçar-se na possibilidade de que os dominantes exerçam coação física ou psíquica – o que não exclui outras formas de influência. Por outro lado, em casos mais estáveis, a dominação assenta-se na legitimidade vinculada subjetivamente. Assim, os dominados acatam o consenso e o aceitam como obrigatório.

Os estatutos formalizados se baseiam na probabilidade de submissão às normas. Costuma-se calcular quais pessoas se submetem em média às regras e sob quais condições. Por isso, os estatutos optam por vincular a imposição ao consentimento da maioria ao fornecer poucas informações sobre o poder de imposição válido – algo que, de qualquer forma, continua sendo uma imposição para a minoria. Assim, a possibilidade objetiva de tornar o estatuto válido empiricamente é maior.

Interessa à sociologia compreensiva exatamente as bases subjetivamente revestidas de sentido sob as quais o consenso da legitimidade se assenta. Afinal, é a crença subjetiva na legitimidade da dominação (e não o mero temor) que determina grande parte das ações e das relações no interior da instituição. A presença de legitimidade na formação do estatuto indica que alguns membros da comissão administrativa proclamaram o estatuto como uma regulamentação válida para a ação alheia. Assim, as pessoas sobre as quais recai o estatuto comumente adequam-se a ele de forma a prover-lhe sentido através da orientação intencional de suas ações. Isso não significa que as pessoas estejam completamente de acordo com o estatuto, mas que, mesmo em desacordo, elas reconhecem-no e o seguem-no a ponto de conferir-lhe validade empírica. Nesse caso, é conceitualmente irrelevante se atuam por temor, fé religiosa, devoção ao soberano ou outro motivo.

Na contramão da união de fins e da Instituição está a **Organização** [*Verband*]⁸⁰. Nas palavras de Weber (MWG 1/12, p. 433), “wie das an einer rationalen Vereinbarung orientierte

⁸⁰ A tradução do termo *Verband* é complexa, segundo defesa de Parsons (1947) em uma nota de rodapé da sua tradução de *WuG*. O intérprete optou por traduzir *Verband* como *corporate group* pois entendia que este termo exprimia melhor a diferença formal entre o chefe, o quadro administrativo e os membros. Todavia, como bem destaca Bianchi (2014), essa é uma tradução problemática pois pode confundir a *Verband* com a discussão típica do tempo de Weber sobre a corporação. Mas há tradutores – dentre eles os tradutores da última versão de

Gesellschaftshandeln zum Einverständnishandeln, so verhält sich die Anstalt mit ihren rationalen Satzungen zum ‘*Verband*’⁸¹. Isso em razão de que a organização advém da relação em comunidade por acordo. Logo, ela não está regulamentada por um acordo firmado explicitamente entre todos os participantes de forma racional referente a fins. Antes, as ações no interior dessas organizações se coordenam “como se” esse conjunto de regras e disposições existisse de forma a regularizar alguns comportamentos.

Tipos razoavelmente puros de organização são, de acordo com Weber (MWG 1/12, p. 433), a comunidade familiar original com seu patriarca, a formação política patrimonial com seu príncipe e a comunidade religiosa com seu profeta e seus discípulos. Mas eles interessam secundariamente à Sociologia pois há, na civilização moderna, um movimento de regulamentação racionalizante das ordens. Em consequência, instaurou-se uma tendência de transição de organizações para instituições – um exemplo é a promulgação dos “Direitos da Família” feita através da instituição estatal.

Essa transição da organização para a instituição é sempre fluida. Especialmente porque na organização vigoram as ações por acordo. Já na instituição perduram, na totalidade, ações racionalmente regulamentadas por estatutos com relação a fins. É necessário, portanto, que a organização institua, pouco a pouco, um estatuto racional. À vista dessa difícil transição prática e teórica Weber desenvolveu dois tipos específicos de ação que melhor ilustram a organização e a instituição, respectivamente, a ação organizativa [*Verbandshandeln*] e a ação institucional [*Anstaltshandeln*] (WEBER, MWG 1/12, p. 434).

A ação é de tipo organizativo quando 1) há o aceite ou a negação da participação de indivíduo por meio de um acordo, ou quando 2) a socialização de ordens para as ações, por parte dos titulares do poder, está no limite do acordo, ou quando 3) os que estão no poder se dispõem a exercer coação física ou psíquica sobre os membros que desaprovarem o acordo, ou quando 4) o acordo tem seu conteúdo de sentido definido por “médica” e, portanto, possui validade empírica. Na transição para a ação institucional, a ação organizativa passa a ser subordinada por regras novas. Assim, ela inicia a integração de organizações anteriores no intuito de formar uma única instituição global regulamentada por estatuto. Nesse cenário, a ação institucional coincide com a parte racional e regulamentada da ação organizativa.

WuG em espanhol: Juan Roura Parella e Francisco Gil Villegas – que, por outro lado, optam por traduzi-lo como *asociación*.

⁸¹ “A instituição com seus estatutos racionais se comporta com respeito à organização igual (da mesma maneira) como se comporta a ação em sociedade, que é orientada para um acordo racional, com respeito à ação por acordo” (tradução da autora).

Por conta dessa transição fluida, é possível encontrar traços de ação organizativa no interior de uma instituição regulamentada. É provável que, mesmo em meio à racionalização instrumental com referência a fins dos ordenamentos, os indivíduos não compreendam os modelos científicos, mas os validem empiricamente. Esse é o caso das tabelas de multiplicação. As crianças devem decorá-las mesmo sem compreender o processo de sua formação ou seus princípios racionais. Isso indica que o consenso habitual em torno da tabela de multiplicação continuou sendo válido empiricamente mesmo no interior do processo de racionalização.

Como resultado, a distância entre quem compreende e está imerso nas técnicas do ordenamento racional e quem a pratica de forma rotineira aumenta. Isso indica que o progresso da racionalização e da diferenciação social não leva à universalização do conhecimento. Nesse sentido, um “selvagem” conhece mais sobre as condições econômicas e sociais de sua existência do que um “civilizado”. O que dá à situação do “civilizado” uma característica mais “racional” do que a do “selvagem” é a crença geral arraigada de que as condições da sua vida cotidiana têm um princípio racional e a confiança de que essas condições funcionam de acordo com as regras conhecidas.

As nuances, peculiaridades e características das organizações sociais estão registradas no Quadro 23. Para fins didático-comparativos inserimos a relação social de união de fins neste quadro, pois, com isso, é possível visualizar suas características sensivelmente distintas das organizações (em especial, seu conteúdo de sentido comum capaz e orientar uma multiplicidade de ações em seu interior). Aqui é possível verificar de maneira esquemática, também, os exemplos práticos de organizações atrelados às suas respectivas relações com a racionalização.

Quadro 24 - Sociologia das organizações em *Kategorien*.

Organizações sociais	Características	Exemplos	Racionalização
Organização [<i>Verband</i>]	- Ação por acordo - Simples acordo	- Comunidade familiar - Formação política patrimonial - Comunidade de mercado	Em racionalização
Instituição [<i>Anstalt</i>]	- Ação em sociedade - Estatuto formalizado por alguns - Associação involuntária (imposição)	- Igreja - Estado	Racionalizado
União de fins [<i>Zweckverein</i>]	- Ação em sociedade - Estatuto formalizado por todos - Associação voluntária - Unidade do conteúdo de sentido	- Partidos políticos - Seitas religiosas - Exército militar	Racionalizado

Fonte: própria autora, com base em Weber (1913).

Para Weber, tanto a instituição quanto a união de fins representam ajuntamentos racionais de uma relação em sociedade. A instituição seria uma organização parcialmente ordenada racionalmente ao passo em que a união de fins seria o caso típico-ideal de uma relação racional (LICHTBLAU, 2000). Já a organização, haja vista sua íntima conexão com a ação por acordo, está mais próxima de uma relação em comunidade.

Especificamente sobre a organização racional, Weber aloca em polos opostos a instituição e a organização – bem como suas respectivas ações, a ação em sociedade e a ação por acordo. Essa aproximação com tipos específicos de ação permite a Weber tratar as organizações sociais à luz dos níveis distintos de racionalização: mais tarde esse critério desaparece. Até aqui a tipologia de sua sociologia compreensiva se prova conexa, coesa e coerente pois discute em consequência as ações, relações e organizações tendo, ainda, como pano de fundo, a teoria da racionalização. É possível afirmar, portanto, que já em 1913 Weber possui uma teoria sistemática das organizações sociais, mas ela será modificada nos anos vindouros.

7.2 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM *GRUNDBEGRIFFE*

Ao abandonar a ação por acordo de *Kategorien*, Weber (1921) pôde destacar o conceito de organização [*Verband*] como o protagonista da teoria das organizações sociais em

Grundbegriffe. É possível que a organização derive, assim, tanto da relação em comunidade quanto da relação em sociedade. É ela quem toma o centro da análise passando a abarcar, com isso, segundo Schluchter (2014), a instituição [*Anstalt*] e a união [*Verein*]. Em outros termos, Instituição e União são sub-tipos da Organização.

É importante destacar que Schluchter (2016, p. 258) não reconhece a empresa [*Betrieb*] enquanto uma organização social em seu esquema. Contudo no §15 de *Grundbegriffe*, Weber desenvolve uma Sociologia das Organizações triádica que envolve, além da instituição e da união, a organização de empresa [*Betrieb*]. À vista disso, após discorrer sobre o conteúdo de conceito de organização e suas respectivas elocubrações sobre o poder, adentraremos na discussão dos seus três tipos ideais, respectivamente: empresa, união e instituição.

7.2.1.1 *Questões preliminares sobre a natureza das organizações*

O conteúdo do conceito de organização foi largamente modificado em 1921, especificamente ao longo do §12. A organização é apresentada, nesse texto, como uma relação social (seja ela em comunidade ou em sociedade) que limita, através de um regulamento, a participação de novos associados em seu seio. Em termos técnicos, a organização é uma relação social fechada para fora. Por isso, sua característica sociológica fundamental, que a difere de outras formas de relação social e mantém sua existência enquanto tal, é a presença de um grupo de pessoas destinado a fazer cumprir as ordens. A figura do dirigente é, aqui, indispensável. Nas palavras de Weber (MWG 1/23, p. 35) “Die Existenz des Verbandes haftet ganz und gar an dem Vorhandensein eines Leiters und eventuell eines Verwaltungsstabes. D.h. genauer ausgedrückt: an dem Bestehen der Chance, daß ein Handeln angebbbarer Personen stattfindet”⁸². É ele o responsável por fazer com que todos cumpram os preceitos normativos da ordem⁸³.

Em razão disso, nem toda relação em comunidade ou relação em sociedade forma uma organização. Somente aquelas que possuem um dirigente (e eventualmente um quadro administrativo) disposto a fazer valer a regulamentação de limitação de participação são consideradas uma organização. Assim, uma família (com seu chefe), uma união (com seu

⁸² “A ‘existência’ de uma organização depende por completo da ‘presença’ de um dirigente e, eventualmente, de um quadro administrativo, isto é, em termos mais precisos, da existência da *probabilidade* de haver uma *ação* de pessoas indicáveis” (WEBER, 1921, p. 30).

⁸³ Parsons (1947) afirma que Weber tende a reconhecer chefes individuais. Possivelmente a maior exceção dessa “regra” são os comitês, câmaras ou congressos – ainda que nesses lugares haja a tendência de que um ser que possua mais autoridade do que os demais (caso do primeiro ministro ou do chefe do congresso).

diretor), um comércio (com seu gerente) ou um Estado (com seu presidente) são exemplos de organização, em contraposição à relação erótica ou um clã sem chefe.

A fonte de inspiração para a ação coativa do dirigente e eventualmente do quadro administrativo são as mais diversas. Dentre elas: a devoção tradicional (como o costume arraigado em uma dada família que historicamente se envolve com a política), afetiva (como a raiva a um governo inimigo), racional referente a valores (como crença nos deveres de seu cargo) ou racional referente a fins (como a intenção de receber um salário).

Frente a essas motivações, podemos categorizar duas formas distintas de ascensão do dirigente ao poder. Nos termos de Weber (*MWG 1/23*, p. 35):

die Innehabung der Leitung oder einer Teilnahme am Handeln des Verwaltungsstabes — die Regierungsgewalten — können a) appropriiert oder b) durch geltende Verbandsordnungen (3) bestimmten oder nach bestimmten Merkmalen oder in bestimmten Formen auszulesenden (4) Personen dauernd oder zeitweise oder für bestimmte Fälle zugewiesen sein⁸⁴.

Em síntese, a ascensão pode se configurar através de um poder apropriado (como o caso do chefe de família) ou por representação (como as eleições para presidente de um Estado ou de uma união ou como a indicação de gerência). Para que o candidato de uma eleição chegue ao poder de governo, seja seu mandato permanente ou temporário, é necessário ou que ele possua características pessoais favoráveis ao cargo ou que ele disponha de afinidades com as disposições da ordem (*MWG 1/23*, p. 35).

Esse poder adquirido, seja ele apropriado ou de representação, indica a probabilidade de impor a sua própria vontade em uma relação social. Quando essa vontade encontra obediência em uma dada ordem, há uma situação de dominação. Na medida em que essa situação de dominação é regida por uma ordem vigente e possui a regulamentação da atuação do dirigente, há uma organização sob o aspecto dominativo. Toda organização sob o aspecto administrativo (que possui um quadro administrativo com regulamentação de sua atuação) é, sob essa perspectiva, uma organização dominativa pois nela há obediência à ordem.

Weber elucida no §16 que o aspecto da administração e o aspecto da dominação costumam estar imbricados pois tanto a atuação do quadro administrativo depende da obediência à ordem quanto a obediência à ordem depende da atuação do quadro administrativo.

⁸⁴ “A administração ou uma participação nas ações do quadro administrativo – os poderes governamentais – podem ser a) apropriadas ou b) b) atribuídas a pessoas a serem selecionadas/determinadas ou por ordens administrativos vigentes (3) ou de acordo com certas características ou através de certas formas (4) continuamente ou temporariamente, ou para determinados casos” (tradução da autora).

Assim, tanto a organização administrativa quanto a organização de dominação não são tipos empíricos concretos, mas aspectos das organizações. Em certo grau uma organização possui sempre traços de dominação e de administração pois há alguém mandando eficazmente em outros, conforme sinaliza Bendix (1986, p. 233):

Para que a dominação exista, é preciso haver: 1) um indivíduo que governe ou um grupo de governantes; 2) um indivíduo ou um grupo que seja governado; 3) a vontade dos governantes de influenciar a conduta dos governados e a expressão dessa vontade (ou um comando); 4) prova de influência dos governantes em termos do grau objetivo de obediência ao comando; 5) prova direta ou indireta dessa influência em termos de aceitação subjetiva com que os governados obedecem ao comando.

Weber (*MWG* 1/23, p. 39) tende a caracterizar como organizações políticas de aspecto dominativo aquelas em que há um quadro administrativo constituído que reivindica o monopólio de alguma forma de coação. A presença do quadro administrativo atesta a maior probabilidade de encontrar obediência das pessoas à ordem, especialmente porque ele gera expectativas de comportamentos ao instituir normas formais cumpríveis, haja vista o possível uso do recurso da violência. É nesse ponto que Weber aproxima a formulação teórica de sua Sociologia Compreensiva de 1921 à sua Sociologia Política outrora desenvolvida. Isso permite ao autor evidenciar os elementos de força e violência (poder) intrínsecos ao funcionamento das instituições, e, em especial, das instituições políticas.

Talcott Parsons (1947), ao recorrer à teoria da dominação de Weber desenvolvida em *Os tipos de dominação*, aponta aproximações entre os fundamentos dos textos empíricos sobre a autoridade e seu esquema conceitual desenvolvido em 1921, especificamente com a noção de *Verband*. O elemento da autoridade e do poder é central em ambos os textos, especialmente quando Weber trata dos grupos organizados.

Tanto no contexto da dominação racional-legal, carismática e tradicional, quanto no cenário da teoria das organizações (com a união, instituição e empresa), a orientação coordenada de ações pelo conteúdo de sentido da ordem preconiza a existência da diferenciação interna de papéis, e, conseqüentemente, da autoridade. Assim, é possível afirmar que a estrutura básica desenvolvida por Weber – em que o chefe [*Leiter*] é o participante com maior autoridade, seguido do quadro administrativo [*Verwaltungsstab*], e, logo após, dos associados – é semelhante em ambos os ensaios (*Grundbegriffe* e *Os tipos de dominação*) (PARSONS, 1947).

Nesse sentido, de acordo com Dusza (1989), as organizações sociais possuem uma hierarquia interna que classifica órgãos superiores (superordenação) e órgãos inferiores

(subordinação) de acordo com a divisão constitucional do poder. Assim, os órgãos internos podem exercer suas competências legalmente capacitadas com maior ou menor grau de liberdade, a depender do que está previsto na jurisdição constitucional. Isso porque através da lei é garantida uma série de atribuições coercitivas aos grupos que compõem o quadro administrativo.

Em organizações políticas – como o clã, a comunidade doméstica, as organizações de trabalhadores, o partido e o Estado – as ordens estão garantidas pela ameaça contínua de coação física em uma dada vigência territorial por parte do quadro administrativo. Quando outras alternativas administrativas falham, as instituições políticas recorrem, comumente em última instância, ao uso da violência. Nessas situações, especialmente quando há um Estado⁸⁵, o quadro administrativo costuma reivindicar o monopólio legítimo da coação física⁸⁶.

A legitimidade do monopólio da violência advém da crença de que essa violência está em conformidade com as regras pré-estabelecidas e cristalizadas em leis. Em outras palavras, a legitimidade diz respeito à aceitação subjetiva da validade de uma ordem formalmente consensuada. Afinal de contas, a política do Estado moderno (independentemente se totalitário, liberal, democrático ou de outro tipo) está assentada em leis, e, em consequência, também a legitimidade se estabelece sobre a legalidade. De acordo com Bianchi (2014), essa linha argumentativa, que parte dos princípios válidos de dominação, permite a Weber desenvolver um conceito não normativo de legitimidade que independa do modelo de sistema político vigente. Assim, sob essa perspectiva, não há um regime mais legítimo que outro.

Além do monopólio legítimo da violência, para ter o poder de ordenação o Estado precisa de uma ordem instituída. Tendo em vista a natureza significativa da ação, as leis políticas pressupõem a imposição de uma ordem válida. A continuidade e efetivação do poder é somente garantida pela criação de um sistema de significação pelo qual os detentores de poder orientam suas ações e, em nome disso, exigem obediência. Um exemplo é o sistema de significados objetivado na ordem jurídica. A lei moderna é racional no sentido de que ela é criada intencionalmente, determinada em seu sentido e calculada em seus impactos. Ela é capaz de, portanto, transformar o poder empírico em uma estrutura normativa (DUSZA, 1989).

⁸⁵ A definição sociológica de Estado de Weber possui muitas afinidades com a definição jurídica de Georg Jellinek (2002). Jellinek compreendia o Estado como a organização dotada de poder de mando [*Herrschaft*] de um determinado povo em um dado território – poder esse gerado pro si mesmo e não invocado em outras organizações. Ambos os autores reconhecem o Estado a partir de seu meio específico: a possibilidade do uso da coação física. Dusza (1989) defende, à vista disso, que a *Herrschaft* de Jellinek corresponde ao monopólio da violência de Weber.

⁸⁶ O monopólio da violência física é o atributo distintivo do Estado de Weber. Mas esse não é, entretanto, o único. O monopólio só faz sentido quanto colocado lado a lado de outra característica essencial: o território. Isso porque o monopólio da força física só tem validade em um território delimitado.

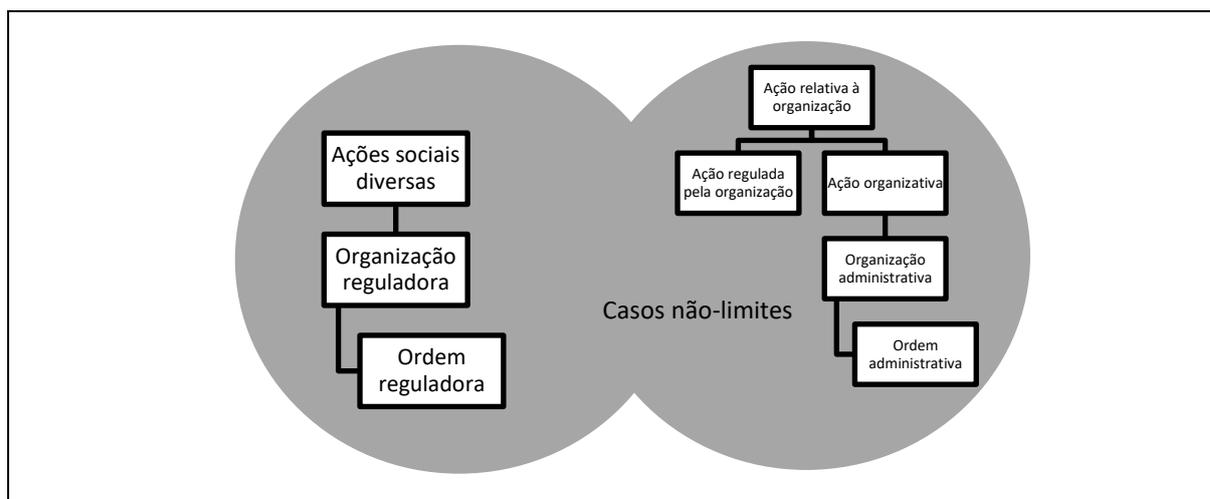
Ainda sobre os poderes do governo, assim como em *Kategorien*, em *Grundbegriffe* Weber admite que qualquer organização pode ser autônoma ou heterônoma quanto à instituição de sua ordem. Se autônoma, a organização tem sua ordem instituída por seus próprios membros. Se heterônoma, ao contrário, a organização tem sua ordem instituída por não-membros. Quanto à disposição dos cargos, uma organização pode ser autocéfala ou heterocéfala. Quando autocéfala, a organização tem seu dirigente e seu quadro administrativo nomeados de acordo com sua própria ordem. Quando heterocéfala, por outro lado, a organização tem seu dirigente e seu quadro administrativo indicado por estranhos. É possível que a organização seja autônoma-autocéfala, autônoma-heterocéfala, heterônoma-autocéfala ou heterônoma-heterocéfala (WEBER, *MWG* 1/23, p. 36).

Ao longo da nota 3 do §12 Weber descreve o arranjo interno do quadro administrativo tanto de organizações autônomas/heterônomas quanto de organizações autocéfalas/heterocéfalas. À vista disso ele defende que a organização, de maneira geral, possui uma ação específica: a ação relativa à organização [*verbandsbezogenes Handeln*]. Mas, haja vista a dupla composição de seu pessoal (associados e quadro administrativo), a ação relativa à organização está dividida em suas categorias: a) a ação organizativa [*Verbandshandeln*] própria do quadro administrativo (que garante estrategicamente, a partir de um plano, a execução da ordem – como por meio da instauração do serviço militar) e b) a ação regulada pela organização [*verbandsgeregeltes Handeln*] específica dos participantes (que está dirigida, em sua maioria, segundo ordenações do quadro administrativo – como uma pessoa que intenta lucrar através de um negócio próprio, e, para tanto, regulariza sua empresa de acordo com as normas jurídicas de seu país). Podemos afirmar que, portanto, no interior da organização a ação dos participantes deriva da ação organizativa visando fazer valer a ordem.

A ação associativa é antecipadamente pensada e intencionalmente dirigida na tentativa de alcançar vigência. Por seu caráter peculiar, ela é regulamentada por uma ordem específica: a ordem administrativa [*Verwaltungsordnung*]. Ou seja, no interior da ordem que regulamenta a organização em geral há uma segunda ordem, comumente restrita ao quadro administrativo, que dirige ações estratégicas. O quadro administrativo, quando se orienta exclusivamente pela ordem administrativa, é chamado por Weber (*MWG* 1/23, p. 37) de organização administrativa [*Verwaltungsverband*].

A Figura 13 sistematiza os níveis internos da complexa teoria da organização de Weber.

Figura 13 - Níveis internos da teoria da organização.



Fonte: própria autora, com base em Weber (1921).

Mesmo que mudem as pessoas que orientam suas ações pela ordem, se ainda há associados dispostos a atuarem como dirigentes, independentemente de suas motivações pessoais, a organização prossegue viva. Quando um integrante da organização política age influenciado pela condução dos poderes governamentais dizemos que sua ação é “politicamente orientada”. Exemplos são a formulação de uma “política escolar” de um município ou a as pressões para mudanças na “política financeira” de um Estado. Assim, podemos afirmar que o caráter “político” da organização política advém da consideração das relações como um modo ou um meio de alcançar o elemento específico da dominação: a coação física. A “ação política”, especificamente, diz respeito à ação exclusiva do aparato administrativo.

No interior de uma organização, caso hajam ações de outros tipos, sejam quais forem, afirma Weber (*MWG* 1/23, p. 37) no §14, elas são reguladas por uma ordem reguladora. É completamente factível, imaginável e provável que no interior da mesma organização coabite uma ordem administrativa e várias ordens reguladoras. Afinal, poucas são as organizações regulamentadas por uma única ordem. Na prática, comumente a ordem administrativa coincide com o direito público e a ordem reguladora, com o direito privado.

7.2.1.2 Tipologia das organizações sociais

Weber (*MWG* 1/23, p. 38) tipifica no §15 a organização em 3 categorias distintas: a) empresa [*Betrieb*], b) união [*Verein*] e c) instituição [*Anstalt*].

a) A **empresa** é uma organização na qual o quadro administrativo age continuamente de forma racional referente a fins. Ela independe da natureza de sua atividade contanto que apresente continuidade e ação de fins. Portanto, a empresa pode abranjer desde atividades políticas até atividades religiosas.

b) A **união** é uma organização baseada no acordo mútuo firmado pessoalmente. Esse acordo persegue um plano prévio, e, portanto, ele é racional com referência a fins. Comumente sua vigência influi exclusivamente sob os associados. Mas há casos em que a ordem de uma união pode recair sob não associados fazendo com que esses reconheçam sua vigência.

c) A **instituição** é uma organização territorial cuja ordem se impõe a todos que tenham nascido, que morem ou que usufruam de serviços de um determinado local. Em todos esses casos, a ordem está passível de se impor tanto sobre os associados quanto sobre os não-associados, especialmente através de disposições jurídicas aplicadas. Os maiores exemplos de instituição desenvolvidos por Weber são o Estado heterocéfalo e a Igreja (especificamente a igreja que possui ordens racionalmente instituídas). O Quadro 24 organiza as caracterizações feitas até aqui.

Quadro 25 - Sociologia das organizações em *Grundbegriffe*.

Organização [Verband]	Características	Exemplos
Empresa [<i>Betrieb</i>]	- Ação contínua do quadro administrativo	- Atividades políticas e/ou religiosas
Instituição [<i>Anstalt</i>]	- Estatuto formalizado por alguns - Associação involuntária (imposição) - Vigência territorial	- Estado - Igreja
União [<i>Verein</i>]	- Estatuto formalizado por todos - Associação voluntária - Persegue em plano prévio	- Partidos políticos ⁸⁷ - Seitas religiosas - Exército militar

Fonte: própria autora, com base em Weber (1921).

⁸⁷ O que Weber entende por partido em *Grundbegriffe* está em consonância com suas obras anteriores (como em *Classe, estamento e partido*, e na *Sociologia da Dominação*): partido é um recrutamento formalmente livre das bases (organização de voluntários) para ocupação do poder. Os casos em que os partidos não se ordenam racionalmente, especialmente naqueles em que vigora a dominação carismática, são casos omissos, e, por isso, não são discutidos nesse texto.

É possível encontrar situações em que as organizações estão mescladas, e, portanto, nelas coabitam dúbias características – como é o caso do Estado e da Igreja. O Estado, especificamente, possui o monopólio do uso legítimo da força física em um dado território. Por isso, ele inicialmente centraliza os meios de coação para, então, distribuir planejadamente e legalmente esses meios em órgãos com funções distintas.

Bianchi (2014) possui uma tese esclarecedora acerca do conceito de Estado de *Grundbegriffe*⁸⁸, a qual nos auxilia a decompor todos os seus elementos: o Estado possui uma dupla dimensão pois ele é uma organização política [*politischer Verband*] e, ao mesmo tempo, uma empresa [*Betrieb*]. Enquanto organização política institucional, o Estado possui característica compulsória (isso é, ele é imposto sobre todos os moradores e nascidos de um dado território)⁸⁹ e corporativa (ou seja, ele possui um quadro administrativo e estatuto formalizado). Isso indica que o Estado regula as mais diversas e distintas atividades humanas, desde a economia até a arte, por exemplo, tendo em vista o quadro administrativo e normas formais vigentes em seu território.

Enquanto empresa, o Estado possui o caráter duradouro/persistente e dinâmico/adaptável. Isso se configura especificamente por meio da administração burocrática (como os empregos técnicos e especializados, a divisão funcional do trabalho e afins), a qual admite a aplicação de um poder racionalizado, permanente, legítimo e adaptável às demandas sociais. De acordo com Bianchi (2014), isso possibilita a aproximação entre a atividade política, a atividade econômica (em termos racionais e burocráticos) e a atividade jurídica (em termos legais).

A inovação da perspectiva weberiana de Estado consiste justamente em conceitua-lo com vistas aos seus meios e instrumentos (como a força física e o quadro administrativo). Dessa forma Weber avança a conceituação normativa-universalista de Estado vigente na teoria de seu tempo, ao ponto de não o ideologizar (BIANCHI, 2014). Assim, Weber pôde evidenciar que o

⁸⁸ É possível notar sensíveis diferenças na definição de Estado de *Grundbegriffe* e de *Política como vocação*. Em *Grundbegriffe* o Estado é definido como uma organização com fins determinados que se impõe a todos que dela fazem parte (definição sociológica) e que reivindica o monopólio legítimo da coação física em um determinado território (definição política). Em *Política como vocação* Weber desenvolve unicamente a definição política e dominativa de Estado, em consonância com Trotski: o estado é o que possui o monopólio legítimo da coação física. À vista disso Bianchi (2014) defende que a definição mais completa, complexa e acabada de Estado da obra weberiana é a de *Grundbegriffe*.

⁸⁹ Dusza (1989) é um dos autores que compreendem a imposição racional típica do Estado como uma “impessoalidade”, uma “despersonalização”. Isso é em certa medida interessante pois evidencia a eminente tentativa de Weber em demonstrar o ascendente processo de separação da esfera objetiva da subjetiva. Weber consegue propor que o direito de exercer comando em uma organização é desanexado da pessoa individual e incorporado à organização (especialmente na organização política), concebida como uma entidade impessoal e oficial.

Estado não está, de todo, descolado das ações dos indivíduos. Ele está, ao mesmo tempo em que dependente das ações individuais, interligado ao processo social mais amplo da racionalização.

O Estado em seu tipo moderno possui, necessariamente, uma ordem administrativa e uma ordem jurídica que orientam a ação organizativa do quadro administrativo. Ambas as ordens podem ter seus estatutos constantemente modificados, e, ainda assim, pretender vigência contínua em todo o território sob o qual o Estado age. Ambas as características – racionalidade de fins e continuidade vigência – remontam às características da instituição e da empresa, respectivamente. Elas sustentam o monopólio do poder coercitivo, característica fundamental do Estado (WEBER, *MWG* 1/23, p. 39-41).

Ao aproximar o conceito de instituição ao de empresa e fundar, com isso, a noção de “empresa com caráter de instituição” [*Anstaltsbetrieb*], Weber inova o esquema conceitual de sua época. Dusza (1989) defende que o alemão também inova internamente a sua estrutura teórica ao conferir o dinamismo típico da empresa à instituição comumente estática. Com isso, ele pôde evidenciar, de um lado, o caráter compulsório (quase corporativo), impessoalista racionalista do Estado, e, de outro, o exercício de poder de comando contínuo, persistente e adaptável às demandas do dia-a-dia.

Segundo Weber (*MWG* 1/23, p. 39-41), organizações religiosas também dispõem das características de uma empresa com caráter de instituição assegurada por um quadro administrativo. Assim como o Estado, a Igreja possui ordens instituídas (relativamente) de forma racional que intentam vigência contínua sob um território. Mas, em contraposição, a reivindicação de monopólio costuma ser pelo uso da coação psíquica. Isso porque o fundamento de sua dominação reside na espiritualidade das pessoas, especificamente na busca pelos bens de salvação.

Já falamos da “mescla” de elementos de empresas com as características de instituições. Mas podemos perceber tais elementos também em uniões. Para prosseguir em exemplos de organizações políticas e religiosas, destacamos os partidos políticos e as seitas. Diferentemente do Estado e da Igreja nas quais já se “nasce” membro, nos partidos e nas seitas “faz-se” membro. Afinal, somente os participantes politicamente ou religiosamente qualificados podem se associar voluntariamente. Também aqui as ações pretendem vigência territorial contínua.

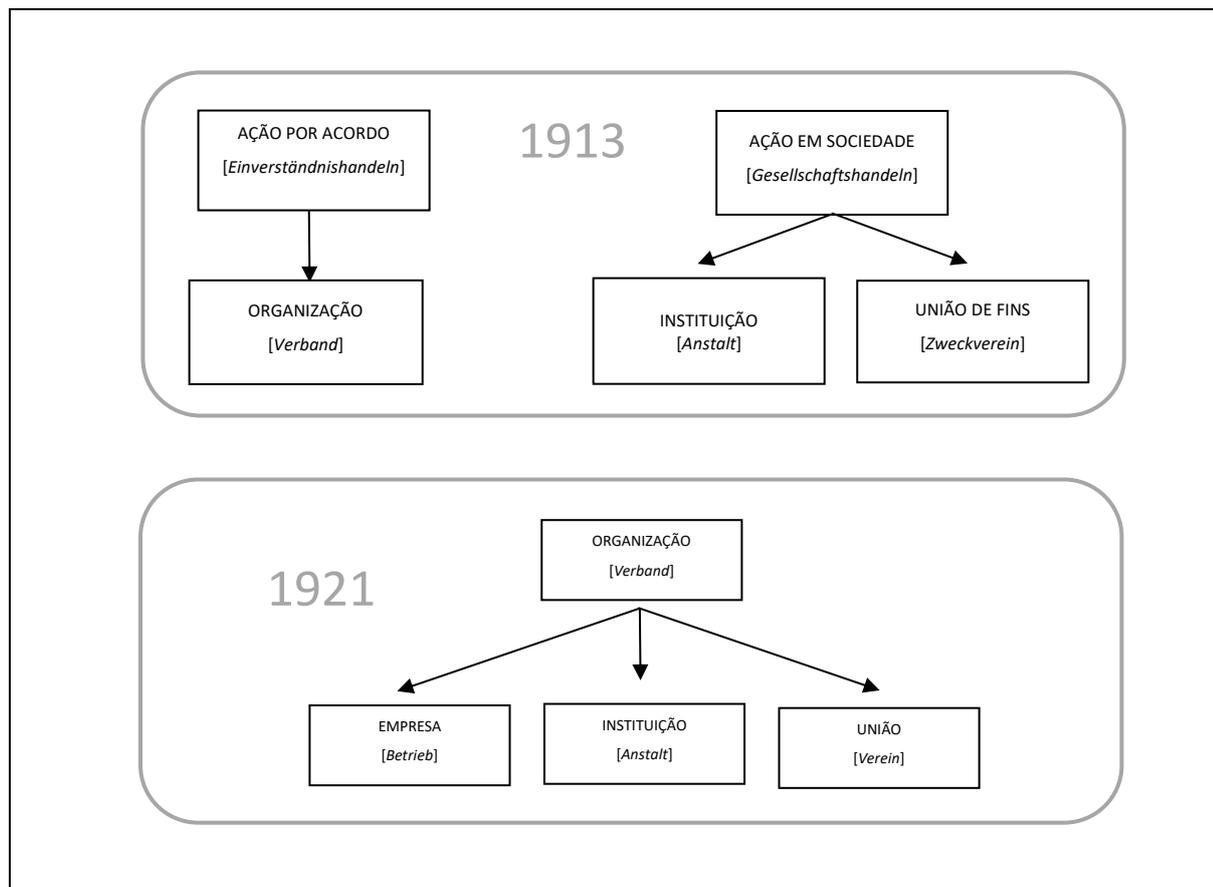
7.3 AS MUDANÇAS E AS PERMANÊNCIAS DE SUA TIPOLOGIA

A complexificação da discussão das relações sociais, em 1921, possibilitou o melhor desenvolvimento do **conceito** (e da teoria) das organizações sociais. Em *Kategorien* Weber não conceitua explicitamente a relação social. Os elementos que mediam a ação em comunidade (nível micro) e a ordem social (nível macro) são justamente os dois subtipos de ação em comunidade: a ação por entendimento [*Einverständnishandeln*] e ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*]. Em *Grundbegriffe*, por outro lado, Weber desenvolve sua robusta e complexa teoria das relações sociais. Nesse texto, inclusive, o ponto nodal está na mudança da orientação da ação (micro) para a coordenação das ações (macro).

As relações sociais são comportamentos referidos, em seus sentidos subjetivamente visados, por um conteúdo de sentido que serve de referência para uma pluralidade de agentes. Aqui, os agentes tanto orientam quanto ajustam suas ações umas às outras. Com isso, Weber generaliza a orientação pela expectativa do comportamento alheio para todo o complexo das relações sociais. Nesse cenário, ao definir a organização social como relações sociais fechadas para fora (quer dizer, relações sociais que possuem regulamentação para o ingresso de novos membros), Weber conceitua as organizações quase como um subtipo complexificado de relações sociais.

No que diz respeito à **tipologia** das Organizações de Weber somente os termos “organização” e “instituição” permaneceram de 1913 para 1921, conforme pode-se visualizar na Figura 14. Mesmo assim, tanto o conteúdo quanto a posição estrutural do conceito de organização foram modificados. Enquanto em *Kategorien* a organização referia-se somente às ações em comunidade por acordo, em *Grundbegriffe* a organização passou a abarcar todas as formações sociais que regulamentam a participação de novos membros das relações em comunidade e em sociedade. Por isso, é possível afirmar que a organização foi incrementada pela abrangência e centralidade (por ser ela o elemento central que engloba os diversos tipos de formações sociais regulamentadas).

Figura 14 - Tipos de organizações em 1913 e em 1921.



Fonte: própria autora.

Sobre a união de fins [*Zweckverein*] de *Kategorien*, é possível visualizar alguns de seus elementos na união [*Verein*] de *Grundbegriffe*: a existência de um estatuto pressuposto e a associação voluntária. Mas há um elemento importante inserido no texto maduro que permite a Weber deslocar a união do nível das relações para o nível as organizações: o plano prévio. A existência de um plano a ser perseguido eleva a união à instância de uma formação social regulamentada em sua organização interna (inclusive a organização de instâncias administrativas). Outros elementos da união de fins de *Kategorien*, especificamente os que dizem respeito à organização interna dos participantes da relação, foram vislumbrados na organização de *Grundbegriffe*. Toda a ampla discussão sobre autonomia/heteronomia e autocefalia/heterocefalia, por exemplo, foi retomada em 1921 com semelhante conceituação, especificamente no §12.

O conteúdo do conceito de instituição [*Anstalt*], por sua vez, sofreu sensíveis mudanças. Enquanto no texto de 1913 essa noção fora definida a partir das características da união de fins (como ser duradoura, possuir regulamento racional, dispor das funções dos associados, possuir aparato administrativo e coativo) acrescida da associação involuntária, como em 1921 a união

de fins cai formalmente “em desuso”, a instituição passa a ser definida autonomamente. É importante dizer que em *Grundbegriffe* a organização territorial é incluída como uma caracterização fundamental permitindo, com isso, que Weber aproxime sua definição política de Estado outrora desenvolvida à sua definição sociológica de Estado. É nesse cenário que Weber desenvolveu o conceito de “empresa com caráter de instituição” [*Anstaltsbetrieb*], e pôde evidenciar, com isso, tanto o caráter impessoal-racionalista quanto o caráter contínuo-adaptável do Estado em um dado território.

Essa mudança de posição com relação ao conceito de Estado o permitiu inserir **reflexões de ordem político-sociológica** no interior de sua teoria das organizações: especificamente quando ele deixa de pensar a ordem somente em função do direito (ordem estabelecida), como em 1913, e passa a articular seu raciocínio a partir da política, como em 1921. Em certa medida, essa mudança de perspectiva é influenciada pela consolidação de sua sociologia política, uma modificação determinante, aliás, pois conferiu dimensão central ao aspecto político.

Também é nesse espaço que Weber insere a discussão da legitimidade da imputação da própria vontade por parte do dirigente, algo que sinaliza uma inovação em seu esquema teórico-conceitual da Sociologia Compreensiva. Assim, Weber pôde enfatizar em 1921 a diferença entre o aspecto administrativo e o aspecto dominativo das organizações. No interior das organizações de dominação Weber inseriu uma distinção entre organizações políticas (que reivindicam o monopólio permanente da coação física) e organizações religiosas (que reivindicam o monopólio permanente da coação psíquica).

Em *Kategorien*, conforme demonstra Orihara (2008), há um modelo de racionalização das ações. Em consonância, Lichtblau (2000) revela o padrão de racionalização das organizações sociais também no texto de 1913. No nível mais baixo do padrão de racionalização está a organização pois ela possui conexão com a ação por acordo. Isso quer dizer que as ações em seu interior organizam-se “como se” existisse um conjunto de regras. A sua base de regulamentação está, portanto, em um simples acordo não formalizado, típica das comunidades familiares e da formação política patrimonial.

A instituição, por sua vez, por estar em conexão com a ação em sociedade, apresenta um grau de racionalização. Ela seria, sob a perspectiva de Lichtblau (2000), uma organização “parcialmente” ordenada racionalmente pois está regulamentada por um estatuto formalizado por parte dos seus integrantes. Na maior parte dos casos ela possui uma associação involuntária, isso é, por imposição – à exemplo do Estado e da Igreja. Mas o caso típico-ideal de racionalização é a união de fins pois, além de possuir um estatuto formalizado por todos e uma associação voluntária, ela é dotada de um conteúdo de sentido único. Por isso podemos dizer

que a organização e a instituição, assim como as ações que a compõem, estão em posições opostas no espectro da racionalização.

É importante notar que, em termos históricos, há uma tendência paulatina de racionalização das ordens e das organizações. Especialmente na civilização moderna, aonde há arranjos regulamentativos formais em diversas instâncias de organização, há uma tendência de transição de organizações para instituições. Por considerar as transformações históricas do processo de racionalização, o modelo de organizações de *Kategorien* era mais dinâmico. Tendo em vista que Weber abandona a teoria da racionalização como pano de fundo de sua teoria da ação, organizações e ordens sociais em 1921, seu esquema tornou-se mais estático. Algo que, ao menos em termos tipológicos, o **abandono do esquema de racionalização** pode sinalizar uma perda.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender o que Weber quis dizer demonstra que seu pensamento ainda engendra intensas discussões no âmbito da Teoria Social. Seja no Japão (ORIHARA, 2003), na Itália (ROSSI, 2007), na França (GROSSEIN, 2005a, 2005b; COLLIOT-THÉLENNE, 2003; KAUFMANN, 2004), no México (VILLEGAS, 2014), nos países da América Latina (SELL, 2014, 2018) ou nos Estados Unidos (KALBERG, 2012), a interpretação especializada em Max Weber “ressoa” os “ecos” da *Weber-Renaissance*. Especialmente os estudos motivados pelo empreendimento de republicação crítica dos escritos weberianos, a *Max Weber-Gesamtausgabe*, ganharam visibilidade no cenário internacional.

Se por largos anos os especialistas se ocuparam com a exegese weberiana (especialmente a primeira geração da Universidade de Heidelberg, em meados da década de 1970), hoje os esforços centram-se especialmente na atualização de seus escritos. O “paradigma weberiano” defendido por Gert Albert *et al* (2003) e o “programa de pesquisa” de orientação weberiana proposto por Schluchter (2005) são exemplos dessa nova iniciativa. Essas discussões contemporâneas sobre a obra de Max Weber, particularmente as que questionam as possibilidades de microrredução existentes nos escritos do autor, revelam perspectivas por algum tempo obscurecidas. Eles contestam o clássico estatuto do “Weber individualista metodológico” a ponto de advogar, por exemplo, por uma 3ª via que admite tanto a determinação do nível micro quanto do nível macro (ALBERT, 2016). Algo que, nas palavras de Carlos Sell (2014a), ajuda a “desfossilizar” a obra de Weber.

Inserido nesse cenário de discussão, um dos debates fomentados pela *Max Weber-Gesamtausgabe* é o das permanências e das mudanças dos escritos de Weber. O escrito *Kategorien*, por exemplo, foi concebido entre 1909 e 1913 na intenção inicial de servir como introdução aos *Grundriss der Sozialökonomik*. Acontece que, na ânsia de demarcar sua posição antes do evento sobre juízos valor da *Verein für Sozialpolitik*, Weber decidiu por conta própria publicar *Kategorien* em outro veículo. A Guerra eclodiu e, em meio as críticas a seu texto de 1913, Weber demonstrou a intenção de rever sua formulação inicial de Sociologia Compreensiva – embora não pudesse fazê-la naquele contexto conturbado da Guerra, aonde atuava como oficial de reserva na gestão de hospitais militares. O texto *Grundbegriffe* nos parece ser uma versão aprimorada e atualizada de *Kategorien*, de 1913. O próprio Weber esclarece, na nota preliminar de *Grundbegriffe* que “Gegenüber dem Aufsatz im *Logos IV* (1913) ist die Terminologie tunlichst vereinfacht und daher auch mehrfach verändert, um

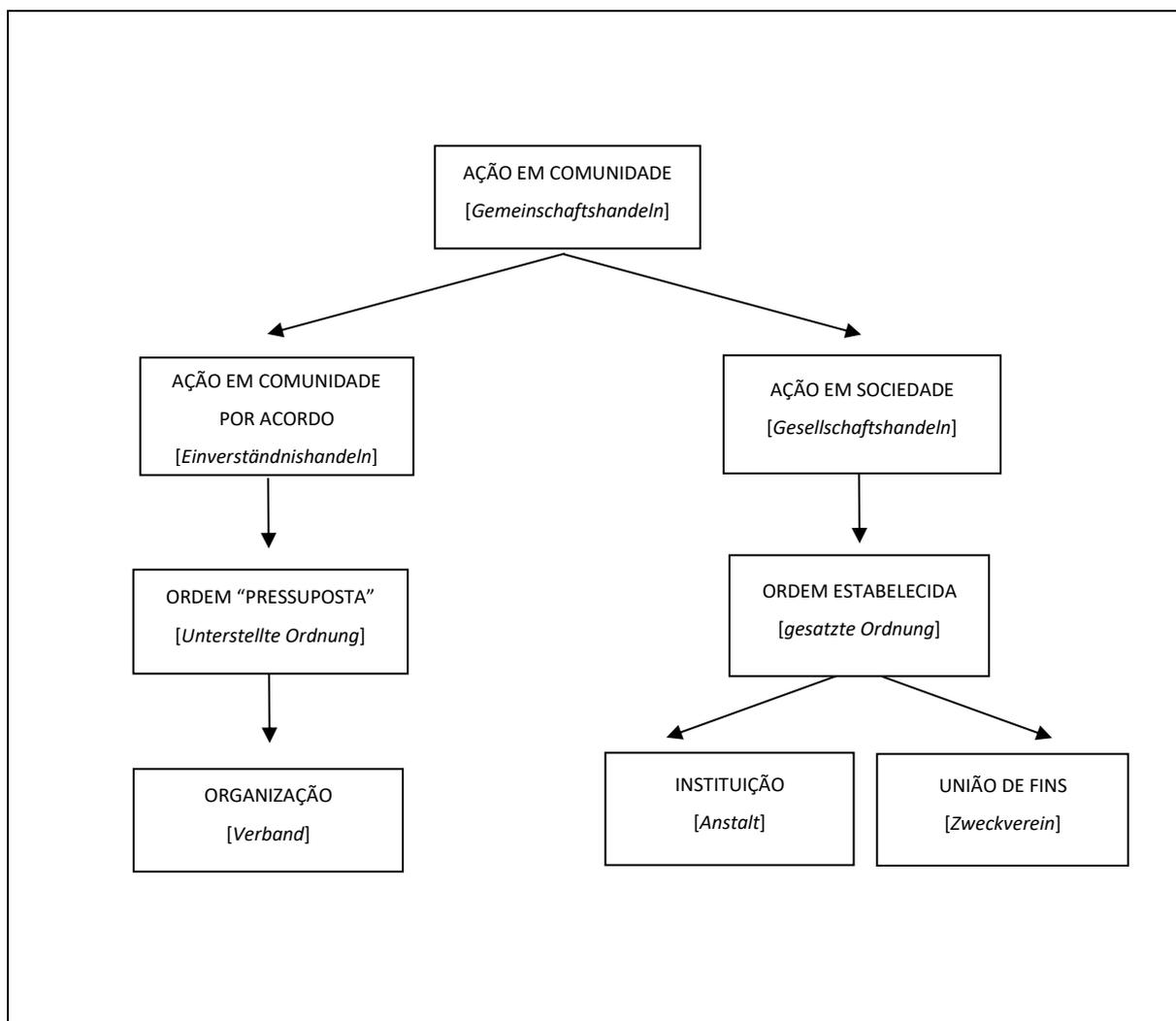
möglichst leicht verständlich zu sein” (MWG I/23, p. 01)⁹⁰. Quer dizer, ele não pretendeu algo completamente novo com o texto de 1921. De um texto para outro houve, efetivamente, uma simplificação [*vereinfacht*]. O empreendimento da *MWG*, de um lado, acende debate sobre as transformações ocorridas de 1913 para 1921, e, de outro lado, põe em xeque a possibilidade de *Kategorien* servir como introdução aos textos pré-Guerra tendo em vista que Weber decidiu publica-la fora de *Grundriss*.

À vista disso, poderíamos perguntar: nesses textos (1913 e 1921), em termos metodológicos, Max Weber possui uma ou duas Sociologias? Afinal, as mudanças terminológicas resultaram em uma abordagem distinta? Essas foram as indagações de fundo que guiaram o nosso esforço investigativo, qual seja, identificar e discutir as implicações analíticas das alterações teórico-conceituais realizadas por Weber nos textos *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* (1913) e *Conceitos sociológicos fundamentais* (1921) a fim de compreender o desenvolvimento de sua concepção de Sociologia.

Reconhecemos que para se compreender toda a Sociologia Compreensiva de Weber não é suficiente nos ocuparmos somente com *Kategorien* e com *Grundbegriffe*. Sua abordagem de níveis pode ser reconhecida nos mais variados textos. Há autores que optam por analisar os níveis micro e macro dos escritos empíricos de Weber. Thomas Schwinn (1993), por exemplo, recorre a Consideração Intermediária. Jens Greve (2015), por sua vez, repousa a atenção na Ética protestante e na Sociologia da Dominação. Nós enfocamos somente os textos metodológicos.

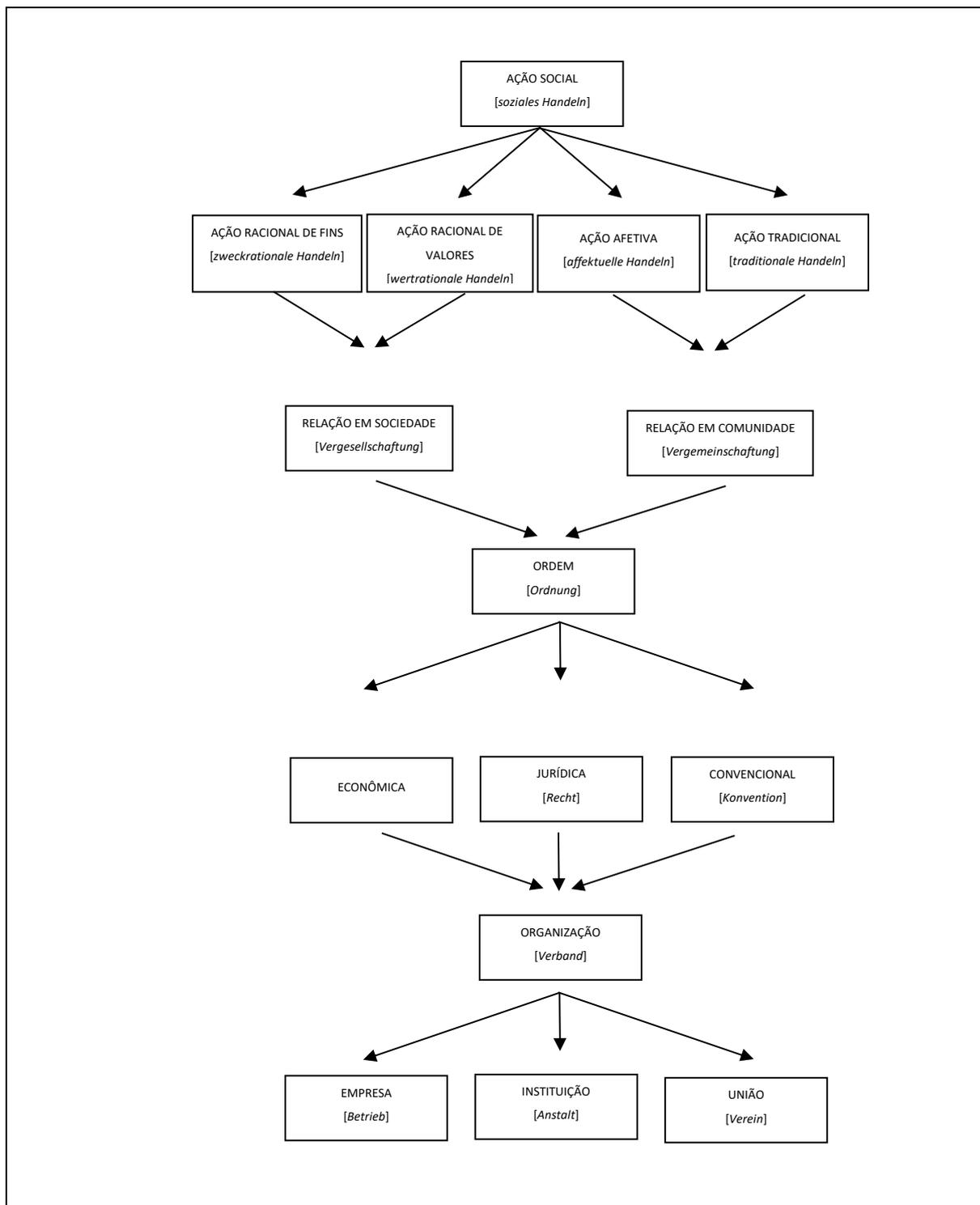
Uma motivação paralela dessa dissertação (possivelmente, inclusive, anterior ao presente objetivo geral), em proximidade com o que Raquel Weiss e Rafael Benthien (2017) fazem com a obra de Émile Durkheim, é a tentativa de suplantar o Weber do “senso comum sociológico”. Afinal, conforme argumentarei a seguir, podemos encontrar na teoria metodológica de *Kategorien* e de *Grundbegriffe* uma complexidade maior do que a do clássico estatuto do “Weber individualista metodológico”. Segundo pode-se visualizar na Figura 15, já no texto de 1913 há uma estrutura conceitual que admite formações em nível macro.

⁹⁰ “Em comparação com o artigo ‘Über einige Kategorien der Verstehenden Soziologie’ em *Logos IV* (1913), a terminologia foi oportunamente simplificada e, portanto, modificada em vários pontos para ser mais compreensível” (WEBER, 2015, p. 03).

Figura 15 - Estrutura conceitual de *Kategorien*.

Fonte: própria autora, com base em Schluchter (2016).

Conforme argumenta Schluchter (2014), os conceitos de 1921 são construídos uns sobre os outros: ação - ação social - relação social (em comunidade e em sociedade) - ordem social legítima - organização. Ainda que a “espinha dorsal” de seu esquema tenha sido mantida (como a lógica que parte do nível micro e chega ao nível macro), as terminologias foram consideravelmente modificadas. A Figura 16 ilustra tais modificações.

Figura 16 - Estrutura conceitual de *Grundbegriffe*.

Fonte: própria autora, com base em Schluchter (2016).

Tomando este esquema geral como referência, nestas conclusões discutiremos cada nível conceitual central, qual seja, a sequência ação/relação social/ordem/organização, colocando em destaque continuidades/deslocamentos no método weberiano.

Começamos pelo nível micro da ação. Ao aceitarmos o arquétipo tipológico das ações sociais de 1921 como o mais maduro e acabado, notamos consideráveis mudanças. Em *Grundbegriffe* há um modelo quadritipológico de ação (ação racional com referência a fins, ação racional com referência a valores, ação afetiva e ação tradicional). Alguns desses tipos ou não estão contemplados no texto anterior ou recebem o simples estatuto de “comportamento”. A ação social tradicional, por exemplo, é uma tipologia exclusiva do texto maduro pois foi somente em 1921 que Weber reconheceu a possibilidade de que ações fossem rotinizadas, resultantes de estímulos quase automatizadas, que decorressem de hábitos que progressivamente vão se enraizando no agente. A inclusão do elemento da tradição em *Grundbegriffe* – elemento que, aliás, em momento algum foi abordada em *Kategorien* – indica uma ampliação do leque causalístico das ações. Algo que consideramos uma peculiaridade do texto de 1921.

Outra mudança importante de *Grundbegriffe* foi a inclusão de condutas motivadas por afetos e emoções no *roll* das ações sociais. Quer dizer, como ações que, em seus sentidos subjetivamente visados, são tanto referidas a afetos pessoais quanto orientadas por comportamentos alheios. Essa é uma mudança substantiva pois, se antes os afetos eram considerados ora comportamentos (na parte “antiga” de 1913) ora simples ações (na parte “nova” de 1913), em 1921, com a inclusão da orientação pela expectativa do comportamento alheio, as ações afetivas passaram a ser consideradas ações sociais.

A característica que aproxima a ação orientada por afetos e a ação racional com referência a fins é, segundo Norkus (2001), a “flexibilidade”. A intitulada “flexibilidade” (“flexibilidade” entre aspas pois as mudanças das ações são mais influenciadas pela instabilidade do estado interno do ator do que pelas situações objetivas) diz respeito à capacidade adaptativa de ambas as ações: a ação afetiva, devido à transformação dos afetos de acordo com a transmutação das realidades objetivas. e a ação de fins, por conta do ajuste dos meios para alcançar determinados fins.

Há uma característica desse último tipo de ação (ação racional com referência a fins) que coloca-o como o suprassumo do modelo weberiano: o ajuste entre expectativas e objetivos. O grau máximo de racionalidade é encontrado nesse tipo de ação devido à equivalência entre os fins da ação e as expectativas conscientes. É esse o tipo de ação que orienta seu curso externo pela expectativa de determinados comportamentos de outros agentes e que, a partir disso, organiza taticamente os meios de sua ação a fim de alcançar o êxito. Por isso, esse modelo de ação pode ser utilizado como parâmetro de comparação com os demais tipos de ação “menos racionalizados” – ou nas palavras de Hartmut Esser “tipos de anomalias da ação de fins”,

“nomalias de racionalidade”. Por isso, é possível afirmar que há em Weber, em consonância com o que propõe Schluchter (2011, 2014) e Jens Greve (2014), um racionalismo heurístico que privilegia a investigação sociológica por intermédio da ação racional de fins.

Mas é importante notar que, ainda que a ação racional de fins seja utilizada para fins metodológicos como um tipo objetivamente correto passível de comparação em 1913, no texto de 1921 Weber a inclui como parte de seu arquétipo. Embora na parte antiga isso fique sublimado pois Weber trata a ação de fins como um comportamento orientado por fins e referido a expectativa do comportamento alheio, essa é uma novidade de *Grundbegriffe*. É somente no texto maduro que Weber concebe a ação de fins como uma efetiva ação social.

Se em *Kategorien* Weber nos passa a impressão de que a ação de fins seria a única forma racional de ação, em *Grundbegriffe* esse leque é ampliado a ponto de estabelecer uma inovação metodológica importante. Ele passa a considerar os valores como motivadores de ações racionais – algo que, aliás, nas duas partes de *Kategorien* eram tratados somente como comportamentos internos – pois eles estão organizados em função da crença subjetiva em um determinado valor (como, por exemplo, o dever ético, estético ou religioso). Assim, os dois tipos de ação racional de *Grundbegriffe* (ação de fins e de valores) são tratados em igual nível de racionalidade.

Sustentamos, à vista disso, portanto, que nos dois textos em questão (*Kategorien* e *Grundbegriffe*) há três teorias da ação: a da parte “antiga” de *Kategorien*, a da parte “nova” de *Kategorien* e a de *Grundbegriffe*. Na parte “antiga” as ações motivadas por tradição não são abordadas, as ações afetivas e as ações de valores são consideradas tão somente comportamentos internos sem referência ao comportamento de outrém e as ações racionais finalísticas são consideradas efetivas ações. Já na parte “nova” de *Kategorien*, embora a situação da ação tradicional e da ação de fins não tenha mudado, o estatuto das ações afetivas sofreu modificações. De comportamentos internos elas passaram a ser consideradas ações que interferem somente de maneira indireta no curso da realidade. As ações de valores, por suas vezes, ainda que continuem sendo consideradas comportamentos, ganharam o estatuto de referência a expectativa do comportamento de outras pessoas.

Em síntese, são duas as diferenças fundamentais e marcantes entre a tipologia anterior (1913) e a tipologia madura (1921):

1. A mudança na aceitação da análise de ações não racionais. Em *Grundbegriffe* Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais e quanto de ações afetivas e tradicionais;
2. A inclusão de um segundo tipo de ação racional (a de valores). Em *Grundbegriffe* Weber equivale metodologicamente os dois tipos de ação racional: a ação de fins e de valores. Somente para fins de conveniência metodológica a Sociologia Compreensiva é “racionalista”.

Quando avançamos ao nível das relações sociais percebemos que as mudanças de 1913 para 1921 não são menos substanciais do que as mudanças no nível das ações. Em *Kategorien* não há uma formulação explícita e sistemática – como há em *Grundbegriffe* – do conceito de relação social. Nesse texto, os elementos que mediam a ação em comunidade (nível micro) e as ordens sociais (nível macro) são a ação por acordo [*Einverständnishandeln*] e ação em sociedade [*Gesellschaftshandeln*]. Por isso, tomamos a liberdade de chamar a *Einverständnishandeln* e a *Gesellschaftshandeln* de 1913 como “proto-formas de relações sociais”.

No par “ação em comunidade” e “ação em sociedade” está notadamente presente a influência da dicotomia comunidade/sociedade de Ferdinand Tönnies (1887). Tanto em Tönnies quanto em Weber (1913) a noção de comunidade é tomada como o conceito-chave, o elo central da tipologia. É a noção de “comunidade” (da “ação em comunidade”, no caso de *Kategorien*) que abarca todos os demais tipos de ação (dentre eles, a “ação em sociedade”). Em ampliação à tipologia de Tönnies, também a partir do conceito central de comunidade, Weber cria o conceito de ação por acordo. Com isso, ele pôde contemplar ações por entendimento e conciliação de interesses de dois ou mais indivíduos.

Também em *Grundbegriffe* a dicotomia de Tönnies está presente, todavia, com uma influência menos central. Aqui, ao formular uma sistemática e ampla teoria das relações sociais, Weber retoma a dicotomia “comunidade” e “sociedade” de Ferdinand Tönnies como ponto de partida para a formulação do par conceitual “relação em comunidade” e “relação em sociedade”. Nesse texto, entretanto, a noção de comunidade recebe igual peso que a noção de sociedade no esquema tipológico. Por isso, sua utilidade é menos ampla, logo, mais específica. Ela foi utilizada para caracterizar os dois tipos de relação social: a relação em comunidade e a relação em sociedade.

Há em Weber, portanto, duas tipologias da relação social. Ainda que tanto no texto de 1913 quanto no de 1921 a dicotomia e Tönnies esteja presente, ela é utilizada de maneiras consideravelmente diferentes. A ação em sociedade de 1913 possuía vinculação fundamental com a ordem. Na relação em sociedade de 1921, com a incorporação do ajuste dos interesses, a noção de “sociedade” herdada de Tönnies ganhou nova roupagem. No âmbito da ação por acordo de 1913, ao inserir a vinculação sentimental (afetiva ou tradicional) na relação em comunidade de 1921, ela descaracterizou-se⁹¹.

Ainda que em *Kategorien* Weber não defina o conceito de relação social com precisão tampouco sistematize-o formalmente (ele somente apresenta alguns *insights* sobre ações orientadas pela expectativa de comportamento de outras pessoas), já nesse texto ele sustenta a ideia de que, em semelhança com o conceito expresso em 1921, as relações resultam de ações reciprocamente orientadas por um sentido que está além do sentido das ações individuais. Já aqui ele deixou evidente que, ao ações individuais originarem linhas e sentidos mais amplos, elas orientam-se por um conteúdo de sentido novo e distinto do conteúdo da ação individual, que serve de referência para uma pluralidade de agentes. Há, portanto, 2 conteúdos de sentido no interior de uma relação social: o conteúdo de sentido próprio da relação social e o conteúdo de sentido específico de cada ação social que a compõe.

Na medida em que as relações sociais tornam-se “fechadas para fora”, isso é, quando possuem regulamentação de ingresso de novos membros, há a formação de organizações sociais. No que concerne a questões tipológicas, o texto de 1921 traz algumas mudanças importantes. O termo organização [*Verband*] de *Kategorien* permanece em *Grundbegriffe*, mas com maior destaque. No texto maduro o conceito de organização se tornou o centro das relações fechadas passando a abarcar, com isso, todas as formações sociais que regulamentam a participação de novos membros das relações em comunidade e em sociedade.

⁹¹ Duas notas sobre a ação por acordo [*Einverständnishafteln*], tipo que desapareceu o arquétipo de *Grundbegriffe*, são importantes. Ainda que esse conceito tenha sido “esquecido” por Weber, há autores contemporâneos dispostos a revelar seu valor heurístico ou mesmo instrumentalizá-lo em seus próprios arcabouços conceituais. Exemplo do primeiro caso é Schmid (2008). Ele advoga pela tese de que a ação por acordo é a categoria capaz de salvar Weber de uma metodologia que intenta integrar a ação normativa e ação instrumental no mesmo modelo. É na ação por acordo que se pode encontrar uma teoria da intencionalidade coletiva capaz de unir tanto a normatividade social (disposta no acordo implícito) quanto a instrumentalidade das ações (disposta na organização objetiva da ação com a finalidade de fazer cumprir o acordo). É a ação por acordo a que cria interdependência entre os agentes pois ela interrelaciona as intenções coletivas formuladas no acordo normativo implícito. Exemplo do segundo caso é a teoria da ação comunicativa de Habermas (1999). Habermas desenvolveu um modelo de ator competente linguisticamente que possui bases na “versão não oficial” da teoria da ação de Max Weber. É em *Kategorien* que, sob essa perspectiva, Weber formula a ideia de que ações podem ser coordenadas por um acordo normativo de pouca institucionalização, que permitem maior discussão e entendimento.

A união de fins [*Zweckverein*] de 1913 desapareceu enquanto conceito no texto maduro. Porém, muitas de suas características permaneceram na noção de união [*Verein*] de *Grundbegriffe*: como a existência de um estatuto pressuposto e a associação voluntária. Mas é importante notar que a inserção do elemento “planejamento prévio” no conceito de união [*Verein*] de 1921 o elevou a um maior grau de organização interna. Por isso, tendo em vista as instâncias administrativas internas, a união [*Verein*] pode ser compreendida como uma formação social altamente regulamentada.

Já o conceito de instituição [*Anstalt*] (que dependia, em sua definição, do conceito de união de fins [*Zweckverein*] em 1913), tendo em vista que a união de fins caiu em “desuso” no texto maduro, ganhou autonomia conceitual. Por fim, ao incluir da ideia de atuação contínua do quadro administrativo, Weber inseriu um conceito inédito em seu arquetipo das organizações: a empresa [*Betrieb*]. Isso sinalizou uma inovação para a estrutura conceitual de sua Sociologia pois o possibilitou desenvolver uma noção mais “sociológica” do conceito de Estado. O Estado seria, sob essa perspectiva, uma “empresa com caráter de instituição” [*Anstaltsbetrieb*] pois ele, concomitantemente, é impessoal-racionalista (característica da instituição) e contínuo-adaptável (característica da empresa).

Por fim, chegando na última instância do nível macrossociológico da teoria weberiana, temos o conceito de ordem social. Conceito que sinaliza a existência da institucionalização das ações sociais regulares através de um conteúdo de sentido único tomado como máxima normativa das ações. O conceito de ordem social de 1921 é mais profundo e complexo que o de 1913, pois Weber integra a vigência, a representação a legitimidade em um único modelo. Com isso, ele funda um conceito de ordem que considera a existência (vigência) mental (representação) de uma norma que é tomada subjetivamente como máxima para a ação no interior de um dado grupo organizado por um acordo (legitimidade).

Em *Kategorien*, se assumirmos a tese de Schluchter (2014), temos a “ordem pressuposta” (assegurada por um acordo tácito) e a ordem estabelecida (com base no interesse e na legalidade). Essa é uma perspectiva, digamos, mais “jurídica” de ordem. Em *Grundbegriffe*, há um único conceito geral de ordem (a ordem legítima) calcado nas noções de legitimidade, vigência e representação. Como o elemento jurídico não é tão central quanto em 1913 e há a inclusão do reconhecimento da legitimidade enquanto norma, máximas e deveres de qualquer espécie, podemos dizer que em *Grundbegriffe* há uma noção mais “política” de ordem.

À vista disso é possível afirmar que o conceito de ordem legítima não sinaliza uma completa continuidade do conceito de ordem estabelecida, tampouco da noção de ordem

“pressuposta”. Afinal, Weber passa a pensar a ordem em função da dominação e do conceito de legitimidade, para além de sua relação estrita com o direito. Na tipologia madura, aliás, a ordem jurídica se torna somente um sub-tipo da ordem legítima.

Feitas as considerações acerca das mudanças e permanências da estrutura conceitual de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* (1921), voltamos ao título desta dissertação a fim de refletir sobre pergunta que nos propusemos: **A elaboração da Sociologia de Max Weber ficou mais compreensível?**. Trata-se de uma pergunta norteadora, não necessariamente de uma indagação que necessita de uma resposta fechada e definitiva, o que não nos impede de responder que parece plausível dizer que sim. Não devemos aceitar a crítica que Hermann Kantorowicz fez a *Kategorien* para *Grundbegriffe*. Afinal, a Sociologia Compreensiva de *Grundbegriffe* não é “incompreensível”.

De todo modo, a apresentação do texto de 1913 é mais confusa que a de 1921. Marianne Weber (2003, p. 371) esclarece, na biografia que escreveu sobre seu marido, que nesse período:

Weber não dava muita importância à apresentação sistemática do seu pensamento, pois não desejava ser um lógico profissional. [...] E não dava a mínima importância para a forma em que apresentava a riqueza das ideias. Assim que prosseguia, tanto material lhe fluía do depósito da mente que muitas vezes era difícil inseri-lo numa estrutura de frase lúcida.

Há duas versões do texto que obedecem à mesma lógica micro-macro, cada qual com seus conceitos básicos sensivelmente distintos. Quer dizer, as duas versões do texto possuem uma estrutura distinta em termos conceituais, mas ambas respeitam a mesma lógica dos níveis de análise pois têm como ponto de partida a ação em comunidade/ação social (nível micro) que, quando orientadas por um conteúdo de sentido comum, podem formar ordens sociais (nível macro). Não é o caso de afirmar, como faz Turner (1983), que os escritos weberianos da ação não são coerentes. Afinal, o pensamento de Weber segue um percurso lógico (ação, relação, organização e ordem). Tanto em *Kategorien* quanto em *Grundbegriffe* as ordens dependem intrinsecamente das ações e relações sociais. A vinculação inversa também existe – de influência da ordem e organizações sobre as ações e relações –, mas em nível mais fraco. Acontece que as ordens existem pelas ações e relações, mas as ações podem se desenvolver sem as ordens.

Weber (1921) concebe a autonomia relativa do nível macrossocial com a diferenciação entre o conteúdo de sentido de orientação da ação individual e o conteúdo de sentido das relações e ordens sociais (em nível coletivo). Portanto, ainda que os fenômenos em nível macro

remetam sua constituição às ações sociais, eles não são completamente reduzíveis a ação individual. Com isso, Weber conseguiu evitar a substancialização de conceitos, tais como “Estado”, “igreja”, entre outros. Para Weber tais formações coletivas não existem como uma realidade *sui generis* como em Durkheim (2012). Ao contrário, suas existências dependem da constante legitimação e atuação das ações individuais.

No debate entre Lichtblau (2000) (que defende uma marcante disparidade entre ambos os textos) e Schluchter (2014) (que assegura que a Sociologia de Weber passou apenas por um processo de amadurecimento conceitual sem mudança de concepção) adotamos uma posição intermediária. Aceitamos, em consonância com Schluchter (2014), a tese de que os textos passaram por um processo de amadurecimento teórico, de aperfeiçoamento conceitual e de abrangência de preocupação teórica. Não obstante, é necessário reconhecer que:

1) Weber retoma e complexifica ideias embrionariamente desenvolvidas no seu texto preliminar (como é o caso o sentido subjetivamente visado da ação, da distinção entre comportamento, ação e ação social, de comportamentos motivados por afetos, valores e fins, das ordens sociais tomadas como máximas para a ação e das organizações sociais);

2) há ideias promissoras que, por outro lado, ele abandona (como é o caso da *Einverständinshandeln*);

3) há as ideias que ele mantém, mas sistematiza-as de maneira diferente (como é o caso da instrumentalização que ele faz da dicotomia comunidade/sociedade de Tönnies e do racionalismo heurístico da ação social);

4) e há as ideias que ele modifica substancialmente (como a mudança de uma perspectiva mais “jurídica” para uma mais “política” do conceito de ordem social, a aceitação de ações sociais orientadas pela tradição e a equivalência em termos racionais da ação de fins e da ação de valores).

Logo, se não há que falar em duas sociologias, no sentido de duas concepções paradigmáticas distintas, especialmente no que tange à relação macro/micro, nem por isso trata-se apenas de um novo arranjo de conceitos, no sentido de uma nova nomenclatura ou mesmo sequência de conceitos. Existem amadurecimentos e desdobramentos decisivos que são mais que uma nova ordenação e que não deixam de representar mudanças teóricas, ainda que isto não implique em superação por oposição, ou seja, não se pode falar em ruptura e nem na existência do método I e do método II, em definitivo, do jovem Weber e do Weber maduro.

A Sociologia Compreensiva parece ser de fato, em conformidade com o que propõe Rafael Farfán (2009), um capítulo da história da Sociologia. Cabe a nós, sociólogos brasileiros, impulsionados pelo empreendimento da *Max Weber-Gesamtausgabe*, ajudar a escrever o

capítulo dessa história no Brasil. Há uma imensidão de material produzido sobre a obra de Weber no Brasil, algo que Merquior (1990) intitula de “indústria Weber”. Mas no que tange ao debate sobre a utilidade da teoria weberiana no atual curso da Sociologia Contemporânea é necessário avançar. Esperamos que essa dissertação possa ser um impulso nessa direção.

Especialmente motivados pela edição crítica da obra completa de Max Weber, a *Max Weber-Gesamtausgabe*, desde a década de 1980 inúmeros intérpretes de diversos países impulsionaram suas discussões sobre a tradução do léxico weberiano: nos Estados Unidos por Keith Tribe (2019), na França por Jean-Pierre Grossein (2005a, 2016), na Itália⁹² por Michele Basso (2012) e Reinhard Schmidt (1988, 1993, 1996), no México por Álvaro Morcillo Laiz (2012)⁹³ e no Brasil por Antônio Flávio Pierucci (2008) e por Carlos Eduardo Sell (2018). Consoante ao argumento de Grossein (2005a), vemos que não é mais possível desconsiderar esse trabalho de reorganização crítica ao interpretar a obra de Max Weber. No Brasil, é necessário avançar nessa discussão. Além de não termos todos os escritos weberianos disponíveis em Língua Portuguesa, muitas de nossas versões carecem de uma tradução que advenha diretamente do original ou carecem de uma revisão sistemática e técnica que considere o conteúdo dos conceitos em suas traduções.

Imbuídos pela motivação de contribuir com a discussão especializada sobre as traduções do léxico weberiano no Brasil, propomos rediscutir a tradução canônica dos conceitos centrais de *Kategorien* (feita por Augustin Wernet) e de *Grundbegriffe* (feita por Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa). Não pretendemos, de modo algum, desqualificar as traduções existentes na Língua Portuguesa. Intentamos tão somente acessar as traduções vigentes e, a partir delas, propor ajustes e correções que ajudem na compreensão do sentido dos conceitos. Para tanto, analisamos as traduções dos termos centrais de *Kategorien* e de *Grundbegriffe* adotadas nas línguas inglesa, espanhola, francesa e portuguesa – conforme a sistematização dos Quadros 25 e 26 – a fim averiguar as opções mais fidedignas aos seus respectivos termos originais e aos respectivos sentidos de seus conceitos.

⁹² A Itália é um caso particular que merece especial atenção pois a inserção e acessibilização do pensamento de Max Weber na Sociologia do país se configurou através das traduções de Petro Rossi. Dentre as traduções realizadas por ele estão *Economia e Società* [*Wirtschaft und Gesellschaft*] (1961) e *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali* [*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*] (1981). Atualmente, há outra referência na tradução dos escritos weberianos, responsável por traduzir 3 volumes da *Max Weber-Gesamtausgabe* (o volume I/22-5 intitulado *La Città*, o volume I/22-1 chamado de *Comunità* e o volume I/22-2 intitulado *Comunità religiosa*): Massimo Palma.

⁹³ Nos países de Língua Espanhola a recepção da obra de Weber esteve intimamente ligada à primeira tradução de *Economia y Sociedad* do mundo feita por José Medina Echavarría para a Fondo de Cultura. De acordo com Laiz (2012), essa é uma tradução problemática pois suprime trechos fundamentais, altera a sequência de alguns parágrafos e é pouco fiel ao texto original. Isso se deve, em partes, ao exílio de Medina no México em meio à Segunda Guerra Mundial.

Quadro 26 - Tradução dos termos centrais em inglês, francês, espanhol e português de *Kategorien* (1913).

	Inglês	Francês		Espanhol		Português		Proposta de tradução
Referência	WEBER, Max. On some categories of Interpretative Sociology. <i>In: WEBER, Max. Collected methodological writing</i> . Nova York: Routledge, 2014.	WEBER, Max: Essai sur quelques catégories de la sociologie compréhensive. <i>In: WEBER, Max. Essais sur la théorie de la science</i> . Paris: Librairie Plon, 1965.	GROSSEIN, Jean-Pierre. De l'interprétation de quelques concepts wébériens. <i>Revue française de sociologie</i> , 2005, n. 4, v. 46.	WEBER, Max. Sobre algunas categorías de la sociología comprensiva. <i>In: WEBER, Max. Ensayos sobre metodología sociológica</i> . Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1982.	WEBER, Max. Sobre algunas categorías de la sociología comprensiva. <i>In: WEBER, Max. Economía y sociedad</i> . 3ª ed. México/Fondo de Cultura Económica, 2014.	WEBER, Max. Sobre algumas categorias da sociologia comprensiva. <i>In: WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais</i> . São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2016.	PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e Sociedade: últimos achados sobre a “grande obra” de max weber. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , v. 23, n. 42, 2008.	-
Autoria da tradução	Hans Henrik Bruun.	Julien Freund	Jean-Pierre Grosseinn	José Luis Etchevery	José Medina Echavarría, Francisco Gil Villegas <i>et al.</i>	Augustin Wernet	Antônio Flávio Pierucci	-
Termos originais e suas respectivas traduções								
<i>Gemeinschaftshandeln</i>	communal action	activité communautaire	action en communauté	actuar en comunidad	actuar en comunidad	agir em comunidade	-	Ação em comunidade
<i>Einverständnishandeln</i>	consensual action	activité en entente	action en entente	actuar por consenso	Acción consensual	agir por consenso	-	Ação por acordo
<i>unterstellte Ordnung</i>	-	-	-	-	-	-	-	“ordem pressuposta”
<i>Verband</i>	associative grouping	groupement	groupement	grupo	asociación	associação	Associação	Organização
<i>Gesellschaftshandeln</i>	societal action	activité sociétaire	action en société	actuar en sociedad	actuar en sociedad	agir em sociedade	-	Ação em sociedade
<i>gesetzte Ordnung</i>	order instituted	règlement établi	ordre réglementé	ordenamiento estatuido	-	regulamento estatuído	-	Ordem estabelecida
<i>Anstalt</i>	institution	institution	établissement	istitución	Institución	intuição	-	Intuição
<i>Zweckverein</i>	rational purposive association	association à but déterminé	association à but déterminé	unión de fines	unión para un fin	associações de fins racional	-	União de fins

Fonte: própria autora, com base nas diferentes traduções dos textos.

Quadro 27 - Tradução dos termos centrais em inglês, francês, espanhol e português de *Grundbegriffe* (1921).

	Inglês		Francês		Espanhol		Português		Proposta de tradução
Referência	WEBER, Max. Basic sociological terms. <i>In</i> : WEBER, Max. Economy and society . Berkeley: University of California Press, 1968.	WEBER, Max. Basic sociological concepts. <i>In</i> : WEBER, Max. Economy and society . Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Express, 2019.	WEBER, Max. Les concepts fondamentaux de la sociologie. <i>In</i> : WEBER, Max.. Économie et société : les catégories de la Sociologie. Paris: Librairie Plon, 1971.	GROSSEIN, Jean-Pierre. De l'interprétation de quelques concepts wébériens. Revue française de sociologie , 2005, n. 4, v. 46.	WEBER, Max. Conceptos sociológicos fundamentales. <i>In</i> : WEBER, Max.. Economía y sociedad : Esbozo de Sociología Compreensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.	WEBER, Max. Conceptos sociológicos fundamentales. <i>In</i> : WEBER, Max.. Economía y sociedad . México: Fondo de Cultura Económica, 2014.	WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. <i>In</i> : WEBER, Max.. Economia e sociedade : fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora UnB, 2015	PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e Sociedade: últimos achados sobre a “grande obra” de Max Weber. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 23, n. 42, 2008.	-
Autoria da tradução	Guenther Roth e Claus Wittich	Keith Tribe	Julien Freund, Pierre Kamnitzer, Pierre Bertrand, Éric de Dampierre, Jean Maillard e Jacques Chavy	Jean-Pierre Grosseinn	José Medina Echavarria, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcia Máynez e José Ferrater Mora	José Medina Echavarria, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcia Máynez, José Ferrater Mora e Francisco Gil Villegas	Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa	Antônio Flávio Pierucci	-
Edição traduzida	4ª edição, editada por Johannes Winckelmann	Não consta.	4ª edição, editada por Johannes Winckelmann		4ª edição, editada por Johannes Winckelmann	1ª edição, editada por Marianne Weber e Melchior Palyi	5ª edição, editada por Johannes Winckelmann		-
Termos originais e suas respectivas traduções									
<i>soziale Handeln</i>	Social action	Social action	Activité sociale	-	Acción social	Acción social	Ação social	-	Ação social
<i>soziale Beziehung</i>	Social relationship	Social relationship	Relation sociale	-	Relación social	Relación social	Relação social	-	Relação social

<i>Vergemeinschaftung</i>	Communal relationship	Communalisation	Communalisation	communautisation	Comunidad	Relación comunitaria	Relação em comunidade	Comunitarização	Relação em comunidade
<i>Vergesellschaftung</i>	Associative relationship	Sociation	Sociation	sociétisation	Sociedad	Relación asociativa	Relação em sociedade	societarização	Relação em sociedade
<i>legitime Ordnung</i>	Legitimacy order	Legitimate order	Ordre légitime	-	Orden legítimo	Orden legítimo	Ordem legítima	-	Ordem legítima
<i>Verband</i>	Organization	Organization	Groupement	-	Asociación	Asociación	Associação	Associação	Organização
<i>Anstalt</i>	Compulsory association	Institution	Institution	-	Instituto	Instituto	Instituição	-	Instituição
<i>Verein</i>	Voluntary association	Association	Association	-	Unión	Unión	União	-	União

Fonte: própria autora, com base nas diferentes traduções dos textos.

Conforme é possível visualizar nos exemplos da primeira coluna dos Quadros 40 e 41, no idioma alemão pode-se juntar 2, 3 ou mais palavras (sejam elas substantivos, adjetivos ou verbos) para formar uma nova sem recorrer a utilização de hífen “-”. São palavras que, quando unidas em uma única, podem resultar em um significado relativamente novo e autônomo⁹⁴. “Relativamente” autônomo pois comumente a união 2 ou 3 palavras em uma única não gera um significado completamente novo. Em última instância o conceito da palavra composta remete ao significado das duas ou mais palavras que a compõem. Quando acrescidas de prefixos ou sufixos, o sentido da palavra pode ser complexificado ou até modificado. É o que se chama no idioma alemão de *Zusammengesetzte Wörter* [palavras compostas].

Na Língua Portuguesa também há a formação de palavras compostas. Mas o uso desse recurso não é tão comum ou frequente quanto no idioma alemão. Esse é um dos inúmeros casos que torna a tradução alemão-português complexa. Além disso, frequentemente as palavras aglutinadas em alemão não possuem aglutinação em Língua Portuguesa. Isso nos leva a recorrer ou a formação de neologismo (palavras novas), ou a utilização de expressões compostas por 3 ou mais palavras ou a atribuir sentido novo palavras já existentes em nosso idioma (com cautela para não cair em falsos cognatos). A terceira opção é a mais problemática pois pode tanto levar o leitor a automaticamente compreender o conceito weberiano a partir de um sentido anterior e cotidiano desse conceito quanto levar o tradutor a instrumentalizar a tradução de alguns conceitos segundo sua própria utilidade ou compreensão.

Uma das críticas que Bendix (1986) faz à tradução de Parsons, logo na introdução de seu livro, é justamente a de que ele instrumentalizou a tradução dos conceitos weberianos de modo a torna-los mais úteis ao seu próprio arcabouço teórico-conceitual, a fim de sustentar sua própria teoria da ação (BENDIX, 1986). Um exemplo proposto por Laiz (2012) – que também está presente na nota de rodapé 464 e 718 de Bendix (1986) – é a tradução de *Herrschaft* como *authority*, ao invés de *domination*. A tradução *domination* retrata melhor o componente do conflito e da luta inerente a *Herrschaft*. Ao optar por traduzir *Herrschaft* como *authority*, Parsons evidenciou a ideia típica de sua abordagem de que na sociedade há um equilíbrio⁹⁵.

⁹⁴ Um exemplo típico aprendido por iniciantes no idioma é a palavra “Handschuhe” que significa “luvas”. *Hand* (mão) + *Schuhe* (sapatos), algo que ao pé da letra significa “sapatos para a mão”.

⁹⁵ São inúmeras as mudanças que Parsons fez na tradução de *WuG* listadas por Laiz (2012). Ele ignora o título original da primeira parte de *WuG* (*die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte*) e cria um novo (*The theory of social and economic organization*). Ele indiferencia a tradução de *Beruf* de *Arbeit*, e, ainda, indiferencia o conceito de *Bildung* e de *Kultur*.

Na tentativa de não cometer os mesmos equívocos de Parsons (1947), nessa exposição sobre a tradução dos conceitos centrais de *Kategorien* e de *Grundbegriffe* nós olharemos para a tradução literal dos termos, e, ao mesmo tempo, analisaremos o conteúdo do conceito de modo a propor traduções que sejam corretas tanto do ponto de vista do idioma alemão, quanto do ponto de vista do sentido do texto e da receptividade do termo em nosso idioma.

a) Os conceitos de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913)

O conceito central do nível micro de *Kategorien* (1913) é *Gemeinschaftshandeln*. A *Gemeinschaftshandeln* é uma palavra composta pelo substantivo *die Gemeinschaft* (a comunidade) e pelo verbo *handeln* (agir). Uma palavra que aceita traduções tais como: ação comunitária [*communal action*] (BRUUN, 2014), atividade comunitária [*activité communautaire*] (FREUND, 1965), ação em comunidade [*action en communauté*] (GROSSEIN, 2005a), agir em comunidade [*actuar en comunidad*] (ETCHEVERRY, 1982; VILLEGAS, 2014) [*agir em comunidade*] (WERNET, 2016). É sempre complexo traduzir termos pois é necessário considerar a fidedignidade ao termo original, o conteúdo do conceito e a receptividade do termo em uma dada língua.

Satisfazendo a fidedignidade do termo original, a tradução mais adequada seria aquela adotada por Etcheverry (1982), Villegas (2014) e Wernet (2016): *agir em comunidade*. Mas isso certamente parece estranho aos acadêmicos brasileiros, pois é uma tradução pouco difundida. O vernáculo sociológico acadêmico possui mais proximidade com o conceito de ação social [*soziale Handeln*] de 1921. Por isso, a fim de demonstrar a equivalência entre o conceito central do nível micro de 1913 [*Gemeinschaftshandeln*] e de 1921 [*soziale Handeln*], uma opção de tradução melhor aceita de *Gemeinschaftshandeln* seria ***ação em comunidade***.

A opção por traduzir a *Gemeinschaftshandeln* como *ação em comunidade* ou invés de *agir em comunidade* também retrata melhor o conteúdo do conceito, segundo Grossein (2005a). Isso não significa que a opção de Wernet (2016) seja equivocada, ao contrário, ela é uma tradução fidedigna a original. Mas a expressão *ação em comunidade* nos parece mais correta pois enfoca a ação que acontece dentro da comunidade, em uma área comum a várias ações. Ela não é nem uma ação comunitária (no sentido de uma ação conduzida pela comunidade), tampouco um agir solitário. Ela é uma ação que ocorre em comunidade pois é um

comportamento individual que está referido subjetivamente pelo comportamento de outro agente.

Essa observação cabe tal e qual ao conceito de *Gesellschaftshandeln*, um sub-tipo da *Gemeinschaftshandeln*. A *Gesellschaftshandeln* é uma ação em comunidade que possui um sentido subjetivamente visado que se orienta pela expectativa da ação alheia, a qual está alinhada a uma ordem estabelecida. Enquanto Wernet (2016) optou pelo conceito de *agir em sociedade*, nós, em semelhança com a tradução de Grossein (2005a), sugerimos a adoção da noção de *ação em sociedade*.

Quando a *Gesellschaftshandeln* orienta-se por um conteúdo de sentido formalmente regulamentado (isso é, quando há um esclarecimento mútuo e recíproco sobre a maneira acordada de agir) há uma *gesetzte Ordnung*. Essa é, aliás, uma noção central para a macro-teoria weberiana. As palavras escolhidas por Weber (1913) para compor essa noção já exprimem, por si próprias, grande parte do conteúdo deste conceito. O adjetivo *gesetzte* significa fixado/estabelecido/regulamentado. Quando unido ao substantivo *die Ordnung*, que significa a ordem, temos a noção de *ordem estabelecida*.

Podemos afirmar, portanto, que as traduções de Bruun (2014) [*order instituted*] e Grossein (2005a) [*ordre réglementé*] são plausíveis. Mas é necessário ter cautela ao utilizar a opção de Freund (1965) [*règlement établi*] e de Wernet (2016) [*regulamento estatuído*] pois a ordem não é somente um regulamento. Ela também pode ser entendida como a definição do conteúdo da ação que norteia subjetiva e objetivamente o conjunto das ações. Schimdt (1993) e Etcheverry (1982) defendem a tradução de *Ordnung* como *ordinamento*. Recorrendo ao termo *ordinamento* (em português, ordenamento), segundo os intérpretes, a tradução evidenciaria o caráter ordenativo da *Ordnung*. Mas, tendo em vista que o termo ordenamento costuma ser utilizado para situações pontuais (em sua maioria ligadas ordenamento jurídico), não nos parece a decisão mais correta. À vista dessas considerações, preferimos manter a tradução de *Ordnung* como *ordem*.

Quando a relação resultada da *Gesellschaftshandeln* é permanente e orientada em seu conteúdo de sentido pelo estatuto formalizado racionalmente com referencia a fins por todos os participantes da *gesetzte Ordnung*, há uma *Zweckverein*. É a partir do estatuto formalizado que os padrões de ação se organizam e que as funções do quadro administrativo são estipuladas. A palavra *Zweckverein* é composta pelos substantivos *der Zweck* (fim) e *der Verein* (associação/união). Tanto há tradutores que optam pelo vocábulo “associação” – dentre os quais

estão Brunn (2014) [*rational purposive association*], Freund (1965) [*association à but déterminé*], Grossein (2005) [*association à but déterminé*] e Wernet (2016) [*associações de fins racional*] – quanto há autores que optam por “união” – como Etcheverry (1982) [*unión de fines*] e Villegas *et al* (2014) [*unión para un fin*].

As traduções francesas de Grossein (2005) e de Freund (1965), que optam por *association à but déterminé*, não mantêm o importante sentido do substantivo *der Zweck* (fim). Esse substantivo é fundamental para compreensão do sentido do termo *Zweckverein* pois as ações no interior dessa organização acontecem de modo racional com referência aos fins. A tradução para a Língua Inglesa de Brunn (2014), por outro lado, insere dois elementos na tradução de *Zweck* que não correspondem completamente com a tradução literal: os termos *rational purposive*. Ainda que a *Zweckverein* seja efetivamente uma associação de propósitos racionais, o termo “proposital” não nos parece o mais fiel ao original.

Dentre as traduções restantes, espanholas e brasileira, a que melhor exprime o sentido da expressão *Zweckverein* nos parece ser a de Etcheverry (1982) [*unión de fines*]. Isso porque a expressão adotada por Wernet (2016) [*associações de fins racional*] inclui o termo “racional” que não existe no original e porque a tradução de Villegas *et al* (2014) [*unión para un fin*] delimita o fim da união a somente um. Por isso, nos parece que a tradução mais correta para *Zweckverein* é ***união de fins***.

A *Anstalt*, por sua vez, é uma comunidade na qual há a obrigatoriedade de participação (associação involuntária) regulamentada através de um estatuto racional. Em seu interior há aparato administrativo liderado pelo dominante legítimo e há um aparato coercitivo disposto a fazer valer o que está disposto no estatuto. Para traduzir o sentido desse conceito, a maior parte dos tradutores opta pelo termo “instituição”, dentre eles, Bruun (2014) [*institution*], Freund (1965) [*institution*], Etcheverry (1982) [*istitución*], Villegas *et al* (2014) [*institución*] e Wernet (2016) [*intituição*]. A exceção da regra é Grosseinn (2005) que opta por *établissement*. Não que o sentido da sua tradução esteja equivocado, mas a opção mais próxima do original *Anstalt* é o termo ***instituição***.

Por fim, no *roll* das ações de *Kategorien* está o último sub-tipo de *Gemeinschaftshandeln*: a *Einverständnishandeln*. Esse termo é composto pelo substantivo *das Einverständnis* (consentimento/acordo mútuo) e pelo verbo *handeln* (agir). A tradução literal seria *agir por consentimento* ou *agir por acordo mútuo*. Mas é comum encontrar traduções que aludem à noção de consenso, como as de Bruun (2014) [*consensual action*], Etcheverry (1982)

[*actuar por consenso*], Villegas (2014) [*acción consensual*] e Wernet (2016) [*agir por consenso*]. Consideramos a adoção do termo “consenso” problemática pois ela não expressa o conteúdo do conceito de *Einverständnishandeln* com precisão.

A *Einverständnishandeln* é uma ação que orienta-se pela expectativa da ação alheia na ausência de um acordo explícito, subentendido. Suas expectativas são objetivamente válidas pois estão baseadas na chance de que, apesar da ausência de um acordo institucionalizado, as pessoas agirão de uma determinada maneira. À vista disso, a opção por traduzir *Einverständnishandeln* como **ação por acordo** (ao invés de ação por consenso), assim como fez Grossien (2005) com a tradução francesa *action en entente*, é mais acertada.

Podemos perguntar se, semelhante ao que acontece com a *Gesellschaftshandeln*, a *Einverständnishandeln* orienta-se segundo o conteúdo de sentido de uma *Ordnung*. Segundo Grossein (2005a) trata-se justamente do inverso, quer dizer, da ausência relativa de uma ordem que regulamenta as ações. Schluchter (2005, 2014, 2016) argumenta, por outro lado, que existe uma *unterstellte Ordnung*. Ainda que esse conceito não esteja no léxico weberiano, o intérprete alemão funda-o na tentativa de demarcar com clareza a existência de uma ordem não institucionalizada formalmente que orienta a ação por acordo. Afinal, sob essa perspectiva, a *Einverständnishandeln* se desenvolve “como se” uma ordem existisse pois a média dos agentes orienta-se por uma espécie de acordo não explícito. Para a tradução do termo *unterstellte Ordnung*, formulado por Schluchter, seguimos a proposta de Carlos Sell ao traduzir o livro *O desencantamento do mundo* de Schluchter (2014): **ordem pressuposta**.

Quando as *Einverständnishandeln* se coordenam conjuntamente “como se” as regras e disposições existissem de forma a regularizar alguns comportamentos, há uma *Verband*. Aqui, apesar de não haver um acordo firmado explicitamente entre todos os participantes de forma racional referente a fins, as ações orientam-se mutuamente umas em referência às outros como se tal ordem existisse. Em uma tradução literal, o termo *Verband* pode ser compreendido como associação, federação ou liga. Todavia, ao traduzirmos esse conceito com “associação”, “federação” ou “liga” é possível passar uma ideia de profunda institucionalização. Algo que, como vimos na exposição do conceito, não condiz com seu sentido.

Há tradutores que optam pela “associação”, dentre eles, Gil Villegas *et al* (2014) [*asociación*], Wernet (2016) [*associação*] e Pierucci (2006) [*associação*]. Há tradutores que, por outro lado, optam pela noção de “grupo”: Etcheverry (1982) [*grupo*], Grosseinn (2005) [*groupement*] e Freund (1965) [*groupement*]. Ainda, há Bruun (2014) que mescla ambas as

noções no conceito de *associative grouping*. Ao passo em que a opção de tradução por “associação” transparece excessiva institucionalização, a noção de “grupo” passa pouca ou nenhuma. É por isso que, à primeira vista, a opção composta de Bruun (2014) [*associative grouping*] parece interessante.

Há um termo que em Língua Portuguesa que transmite a justa medida entre excessiva institucionalização e pouca institucionalização: o conceito de **organização**. Uma tradução que, aliás, está proposta por Carlos Sell na sua tradução do livro *O desencantamento do mundo* de Schluchter (2014). Com essa última proposta de tradução nós finalizamos os conceitos centrais *Kategorien*. Podemos passar, agora, às propostas de tradução dos conceitos centrais de *Grundbegriffe*.

b) Os conceitos de *Conceitos sociológicos fundamentais* (1921)

Todo sociólogo certamente estudou o clássico conceito de *ação social* de Max Weber: uma ação que, em seu sentido subjetivamente visado, orienta-se pela expectativa do comportamento alheio. Dentre os tradutores – Roth e Wittich (1968) [*social action*], Tribe (2019) [*social action*], Echavarria *et al* (2002, 2014) [*acción social*], Barbosa (2015) [*ação social*] – há uma (quase) unanimidade em transpor **soziale Handeln** como **ação social**, algo que, aliás, estamos de acordo. A exceção é Freund *et al* (1971) que opta por traduzir o verbo substantivado *Handeln* como atividade [*activité sociale*].

Já no que diz respeito ao termo **soziale Beziehung** há uma completa unanimidade nas traduções. Todos os tradutores que consultamos optam por **relação social**. Na Língua Inglesa, Roth e Wittich (1968) e Tribe (2019) traduzem como *social relationship*. Em francês, Freund *et al* (1971) como *relation sociale*. Na Língua Espanhola o termo ficou conhecido, através das traduções de Echavarria *et al* (2002, 2014), como *relación social*. No Brasil, por fim, com as traduções de Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa (2015), temos a *relação social*.

Um dos tipos de relação social, a *Vergemeinschaftung*, possui raízes na noção de *Gemeinschaft*. A *Gemeinschaft* vem dos escritos de religião de Max Weber e diz respeito a agrupamentos religiosos que vinculam as pessoas através do sentimento de pertencimento.

Diante disso, Grossein (2005a) defende que na tradução das palavras derivadas dessa raíz⁹⁶ é necessário manter o vínculo com a ideia de “comunidade” em seu sentido “religioso”. O próprio Weber (1921) define a *Vergemeinschaftung* como uma relação em que o sentido subjetivo da ação social dos participantes está vinculado ao pertencimento do grupo. É com base nesse argumento, por exemplo, que Grossein critica a tradução francesa dos termos *Vergemeinschaftung* feita por Julien Freund como *communalisation* pois essa opção retira qualquer vínculo com a ideia de comunidade.

No idioma francês a escolha por *communautarisation* também não é feliz pois assemelha-se muito ao termo *communautarisme* típico das teorias comunitaristas (GROSSEIN, 2005a). Esse suposto “erro” de tradução é cometido também por Pierucci (2008), no Brasil, ao propor traduzir *Vergemeinschaftung* como *comunitarização*. Em razão disso Grossein (2005a) propõe a tradução de *Vergemeinschaftung* como o neologismo *communautisation* – um termo que, na Língua Portuguesa, pode ser transposto em *comunitização*.

Na MWG I/22-1 traduzida por Massimo Palma (2005, p. 174), conhecida em italiano como o volume *Comunità*, optou-se por traduzir *Vergemeinschaftung* como *comunione*. Algo que no Brasil poderia ser compreendido como “comunhão”, uma palavra que remete à doutrina católica. Outro italiano, Pietro Rossi (1961), aposta em uma tradução ainda mais heterodoxa: *formazione di una comunità*. O problema de transpor essa tradução para a Língua Portuguesa é que ela remete mais ao processo de formação de uma comunidade do que às relações traçadas em seu interior.

Os tradutores de *Max Weber: um perfil intelectual* (BENDIX, 1986), Elisabeth Hanna e José Viegas Filho, adotaram a tradução de *Vergemeinschaftung* como *relacionamento social comunal* e a *Vergesellschaftung* como *relacionamento social associativo*. Uma tradução curiosa pois a expressão “relacionamento” não está contida no termo original. Frente a essas proposições, então, qual seria a tradução mais correta de *Vergemeinschaftung*? Para responder a essa questão, decomporemos a palavra alemã em sua raíz, prefixo e sufixo. E explicaremos o significado de cada uma de suas partes.

⁹⁶ A raíz é o elemento originário e imutável da palavra. Carrega consigo o significado central dos conceitos. Ao referenciarmo-nos à raíz estamos indicando o elemento comum constitutivo de um grupo de palavras semelhantes graficamente. No caso da raíz *Gemein*, a partir da união do radical com os elementos secundários (como o prefixo *Ver* e o sufixo *ung* da palavra *Vergemeinschaftung*) há a formação das palavras mais complexas em termos de significado.

Ao decompor a palavra alemã *Vergemeinschaftung* temos: Ver + gemeinschaft + ung. Lichtblau (2011) convenientemente esclarece que o prefixo “ver” acrescenta aos verbos um senso de movimento ou de processo. Um exemplo é o verbo *fahren* (dirigir) que, quando escrito com o prefixo “ver” torna-se o verbo *verfahren* (perder-se no caminho). Em função disso, segundo defesa de Fitzzi (1994), é importante encontrar uma tradução que confira ao termo *Vergemeinschaftung* tanto a noção de processo quanto a noção de agregação. Ou, nas palavras de Michele Basso (2012, p. 311), é necessário encontrar um termo que passe a ideia de *farsi comunità* [fazer-se/tornar-se uma comunidade]. O sufixo “ung” é utilizado, na Língua Alemã, para formar substantivos derivados de verbos. É uma partícula semelhante ao “ção” da Língua Portuguesa.

Há duas traduções corretas, em vista disso. A primeira, o neologismo de Grossein (2005a): a comunitização. Um termo que soa muito estranho em nosso idioma. A segunda, proposta por nós: a relação em comunidade. Uma tradução que mantém o *locus* na comunidade e que confere a ideia de processo através do termo “relação”. É uma tradução que, aliás, aproxima-se daquela adotada por Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa (2015) na edição mais conhecida de *Economia e Sociedade* da Língua Portuguesa (relação comunitária). Entretanto, o termo relação comunitária, através de uma compreensão de senso comum, pode significar uma relação de caridade ou doação. Preferimos traduzir *Vergemeinschaftung* como **relação em comunidade** ao invés de relação comunitária a fim de evitar equívocos.

Isso nos leva ao conceito de *Vergesellschaftung*. Seguindo a proposta feita para o conceito de *Vergemeinschaftung*, há duas traduções corretas possíveis. De um lado, a tradução proposta por Grossein (2005a): a societização (sociétisation, em francês)⁹⁷. Uma opção que, conforme já demonstramos anteriormente, soa estranha em nosso idioma. De outro lado há a correção à tradução de Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa (2015): ao invés de relação societária, **relação em sociedade**. Uma opção que, ao mesmo tempo, confere a noção de processo típica do prefixo “ver” e que mantém o *locus* temático na *Gesellschaft*⁹⁸.

⁹⁷ A opção de Julien Freund ao traduzir *Vergesellschaftung* como *sociation* ficou ainda mais distante o significado original do que a tradução de *Vergemeinschaftung* como *communalisation*, conforme defesa de Grossein (2005). É uma tradução que se aproxima muita da noção de “associação”. Mas, é importante dizer, não podemos depositar todo o equívoco em Freund pois opção por essas traduções se deu através de voto da equipe editorial. Crítica semelhante é feita por Michele Basso (2012) à tradução italiana de *Vergesellschaftung* de Pietro Rossi como *associazione*.

⁹⁸ Na MWG I/22-1 (p. 86) traduzida por Massimo Palma para o idioma italiano optou-se por traduzir *Vergesellschaftung* como *sociazione*. Algo que no Brasil poderia ser compreendido como o neologismo “sociação”.

O conceito de *Verband* de *Grundbegriffe* trata-se um aprimoramento, uma extensão complexificada da noção de relação social [*soziale Beziehung*]: é uma relação social que regulamenta o ingresso de novos membros e que possui um quadro administrativo (especialmente a figura do dirigente) responsável por fazer cumprir a ordem [*Ordnung*]. Uma tradução literal do termo em alemão comporta: associação, liga, união, aliança ou organização. Todos os termos são aceitáveis para o léxico weberiano pois exprimem o sentido do conceito de *Verband*. Entretanto, a fim de evitar possíveis associações do conteúdo do conceito às noções prévias dos leitores brasileiros, as traduções “liga”, “união”⁹⁹ e “aliança” podem ser desconsideradas.

Parsons (1947) desenvolveu uma tradução inexata para a *Verband* de *Grundbegriffe*: *corporate group*. O tradutor explicou em uma das notas de rodapé de *WuG* que optou por traduzir *Verband* como *corporate group* pois entendia que este termo exprimia melhor a diferença formal entre o chefe, o quadro administrativo e os membros. Mas essa é uma tradução que pode ser facilmente atrelada às corporações empresariais. Algo que prejudica a compreensão do sentido original do termo. José Medina Echavarría *et al* (2002), conforme sinaliza Laiz (2012), não adota uma tradução única para o termo em Língua Espanhola na versão antiga da tradução de *WuG*. Quando trata-se da *Herrsverband* o autor traduz como *cuadro militar*. Em se falando de *Familienverband*, a tradução é *grupo familiar*. Quando, por outro lado, trata-se da *staatliche Verbände*, a tradução escolhida é *estados*. Ou, quando diz respeito a *Verbandsherrschaften*, a opção utilizada é *dominaciones asociativas*.

Há autores que optam por traduzir *Verband* como organização: Roth e Wittich (1968) e Tribe (2019) [*organization*], Schmidt (1988, 1993, 1996) [*organizzazione*]. Os tradutores brasileiros e mexicanos preferem o vocábulo associação: Barbosa (2015) e Pirucci (2001) [*associação*], Echavarría (2002, 2014) [*asociación*]. Também o tradutor italiano Pietro Rossi (1961) também assume a tradução *associazione*. Nós optamos pela tradução de ***Verband*** como ***organização*** pois ela transmite melhor o sentido de hierarquia interna para a Língua Portuguesa.

Na teoria das organizações de *Grundbegriffe*, além da *Verband* há a *Betrieb*. José Medina Echavarría *et al* (2002) opta por traduzir *Betrieb* ora como *explotación*, ora como *actividad*, ora como *establecimiento*, ora como *ejercicio*, ora como *profesión* e ora como *empresa*. O termo *empresa*, aliás, é utilizado no segundo capítulo também como tradução de

⁹⁹ O termo união deve ser descartado como tradução de *Verband* pois, do ponto de vista etimológico, a palavra alemã *Verband* já perdeu o vínculo com o termo “união” (SCHMIDT, 1988).

Unternehmung. Laiz (2012) sugere que a melhor alternativa para o impasse de Medina seria ter adotado *actividad* para a *Betrieb* do capítulo primeiro de *WuG*, já que ali o conceito está em seu sentido mais amplo, e *explotación* para o terceiro capítulo por se tratar especificamente do tema econômico. Traduzir de diferentes maneiras o mesmo termo pode ser um empecilho pois dificulta traçar interrelações entre uma e outra utilização do mesmo conceito. É por isso que propomos uma tradução única para o termo *Betrieb* como **empresa**.

Para os termos *Anstalt* e *Verein* nós sugerimos a mesma tradução que adotamos para *Kategorien*. Mas aqui é importante uma observação sobre a tradução adotada para a Língua Inglesa por Roth e Wittich (1968). Os autores traduzem *Anstalt* como *compulsory association* e *Verein* como *voluntary association*. Uma opção que, na verdade, revela uma das características dessas organizações, mas não as define por excelência. Por isso, optamos por manter em *Grundbegriffe* a tradução de *Anstalt* como **instituição** e de *Verein* como **união**

Quando as ações passam a ganhar um certo grau de institucionalização através de linhas mais amplas e comuns de ação, há a formação de uma *Ordnung*. A *Ordnung* existe no plano da representação pois ela é uma imagem mental. É através da aceitação de sua normativa que os agentes tomam a *Ordnung* como referência para as suas ações. A maior parte dos tradutores, com os quais estamos de acordo, traduzem *Ordnung* como **ordem**: Roth e Wittich (1968), Tribe (2019), Freund *et al* (1971), Echavarria *et al* (2002, 2014) e Barbosa (2015). Mas há tradutores que, por outro lado, optam por traduções dúbias. José Medina Echavarria *et al* (2002) costumava traduzir, na versão antiga de *WuG* em espanhol, o conceito *Ordnung* ora como *ordenación* ora como *ordenamento*. Parsons (1947), por outro lado, associa o termo *Ordnung* ao de sistema: *a system of order*.

Traduções incorretas (em termos literais) ou pouco precisas (com relação ao conteúdo e sentido do conceito) podem ser empecilhos para a discussão especializada no país. Afinal, não basta somente saber alemão para traduzir esses conceitos, tampouco somente estar imbuído teoricamente da Sociologia weberiana. É necessário compreender seus conceitos, manter a intenção autoral e fazer uma tradução cabal com o idioma alemão, conforme propõe Laiz (2012). Esse foi um dos exercícios aos quais nos dedicamos nessa dissertação.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Gert. Paretos hermeneutischer Positivismus. Eine analyse seiner Handlungstheorie. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 54, 2002.

_____. Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, 2016.

ALBERT, Gert *et al.* **Das Weber-Paradigma**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.

ALEXANDER, JEFFREY. Analytical debates: understanding the relative autonomy of culture. **Protosociology**, n. 7, 1995.

_____. **O Papel da Teoria Sociológica na Sociologia Contemporânea**: Entrevista com Jeffrey Alexander. Blog do Sociofilo [blogdosociofilo.com], 2019. Entrevista concedida a Raquel Weiss.

ALEXANDER, Jeffrey; GIESEN, Bernhard. From reduction to linkage: the long view of the micro/macro debate. *In*: ALEXANDER, Jeffrey *et al.* **The micro-macro link**. Bekerley: University of California Press, 1987.

ANTONIO, Roberto. Max Weber in the post-World War II US and after. **Ethics & Politics**, v. 3, 2005.

ARCHER, Margaret. **Structure, agency and the internal conversation**. Cambridge: University of Cambridge, 2003.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edipro, 2012.

BARTHES, Roland. A morte do autor. *In*: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BASSO, Michele. Potere tradurre: un confronto con la traduzione weberiana. **Filosofia Politica**, n. 2, 2012.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber: um perfil intelectual**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics**. Grand Rapids MI: Ethic and Politic Policy Center e W. B. Eerdmans Publishing Company, 1999.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, 2014.

BLAU, Peter; COTT, Rrichard. **Organizações formais**. São Paulo: Editora Atlas, 1970.

BOBBIO, Norberto. Max Weber e os clássicos. *In*: BOBBIO, Noberto; SANTILLÁN, José Fernández. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BOND, Niall. Ferdinand Tönnies und Max Weber. **Annali di Sociologia – Soziologisches Jahrbuch**, n. 4. v. 2, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido practico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BREUER, Stefan. **Max Webers Herrschaftssoziologie**. Frankfurt/New York: Campus, 1991.

_____. Von Tönnies zu Weber: Zur Frage einer “deutschen Linie” der Soziologie. **Berliner Journal für Soziologie**, n. 6, 1996.

BURGER, Thomas. **Max Weber’s theory of concept formation: history, laws and ideal types**. Carolina do Norte: Duke University Press, 1976.

CAHNMAN, Werner. J. Tönnies and Weber. *In*: _____. **Ferdinand Tönnies: a new Evaluation**. Leiden: E.J. Brill, 1973.

CARVALHO, Marcio José Rosa de. **Caminhos da compreensão**: condicionantes socio intelectuais da recepção das obras de Weber no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CASANOVA, José. The secular and secularisms. **Social Research**, v. 76, n. 4, 2009.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. **Max Weber**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COLLINS, Randall. The romanticism of agency/structure *versus* the analysis of micro/macro. **Current Sociology**, n. 40, 1992.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Prefácio. *In*: WEBER, Max. **Le savant et le politique**. La profession et la vocation de savant. La profession et la vocation de politique. Paris: La Découverte, 2003.

_____. **A sociologia de Max Weber**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

DA MATA, Sergio. **A fascinação weberiana**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DAVIDSON, Donald. Actions, reasons and causes. **The Journal of Philosophy**, v. 60, n. 23, 1963.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. *In*: _____. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DOBBELAERE, Karel; DERSI, Chiara. Tradizione, secularizzazione e individualizzazione: un riesame di dati e modelli. **Religioni e Società**, v. 9, n. 20, 1994.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

DUSZA, Karl. Max Weber's conception of the State. **International Journal of Politics, Culture and Society**, v. 3, n. 1, 1989.

EASTON, David. **A systems analysis of political life**. Nova York: John Wiley, 1965.

EISENSTADT, Shmuel. Multiple Modernities. **Daedalus**, v. 129, n. 1, 2000.

ESSER, Hartmut. Geltung, Legitimität und Herrschaft. *In*: _____. **Soziologie Spezielle Grundlagen: Institutionen**. Frankfurt: Campus Verlag, 2000.

_____. Das Weber-Paradigma, das Konzept des moderaten methodologischen Holismus und das Modell der soziologischen Erklärung. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 58, n. 2, 2006.

FANTA, Daniel. Sobre una de las categorías de la sociología comprensiva. **I Congreso Latinoamericano de Teoría Social, Instituto de Investigaciones Gino Germani**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FARFÁN, Rafael. La sociología comprensiva como un capítulo de la historia de la sociología. **Sociológica**, n. 70, 2009.

FITZI, Gregor. Un problema linguistico-concettuale nelle traduzioni di Weber: "Comunità". **Filosofia politica**, n. 8, v. 2, 1994

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 1992.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUCHS, Stephan. Beyond agency. **Sociological Theory**, v. 19, n. 01, 2001.

GERSTEIN, Dean. To unpack micro and macro: link small with large and part with whole. In: ALEXANDER, Jeffrey *et. al.* **The micro-macro link**. University of California Press: Bekerley, 1987.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAFSTEIN, Robert. The Failure of Weber's Conception of Legitimacy: Its Causes and Implications. **The Journal of Politics**, v. 43, n. 2, 1981.

GREVE, Jens. Handlungserklärung und die zwei Rationalitäten? Neuere Ansätze zur Integration von Wert- und Zweckrationalität in ein Handlungsmodell. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 55, n. 4, 2003.

_____. Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie (1919/1920). In: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

_____. **Reduktiver Individualismus: zum Programm und zur Rechtfertigung einer sozialtheoretischen Grundposition**. Opladen: Springer VS, 2015.

GROSSEIN, Jean-Pierre. De l'interprétation de quelques concepts wébériens. **Revue française de sociologie**, 2005a, n. 4, v. 46.

_____. Max Weber “à la française” ? De la nécessité d'une critique des traductions. **Revue française de sociologie**, v. 46, n. 4, 2005b.

_____. Leçon de méthode wéberienne. *In*: WEBER, Max. **Concepts fondamentaux de sociologie**. Paris: Gallimard, 2016.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa I: racionalidade de la acción y racionalización social**. Santa Fé de Bogotá: Taurus Humanidades, 1999.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

HANKE, Edith. A obra completa de Max Weber – MWG: um retrato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012a.

HANKE, Edith; HÜBINGER, Gangolf; SCHWENTKER, Wolfgang. The Genesis of the Max Weber-Gesamtausgabe and the Contribution of Wolfgang J. Mommsen, **Max Weber Studies**, v. 12, n. 1, 2012b.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION (ISA). **Books of the XX Century**. 1997. Disponível em: <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century/>. Acessado em: 13 de ago. 2018.

JELLINEK, Geord. **Teoria general del Estado**. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 2002.

JOHNSON, Harry. **Introdução sistemática ao estudo da sociologia**. São Paulo: Lidador, 1960.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's comparative historical sociology**. Chicago: University of Chicago, 1994.

_____. **Max Weber's Comparative-Historical Sociology Today: Major Themes, Modes of Analysis, and Applications.** London: Routledge, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** Lisboa: Serviço de Educação, 2001.

KAUFMANN, Elisabeth. **Oeuvres politiques (1895- 1919).** Paris: Albin Michel, 2004.

KÖNIG, R. Die Begriffe Gemeinschaft und Gesellschaft bei Ferdinand Tönnies. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 7, 1955.

LAIZ, Álvaro Morcillo, Aviso a los navegantes. La traducción al español de "Economía y sociedad" de Max Weber. **Estudios Sociológicos**, v. 30, n. 90, 2012.

LASSALE, Ferdinand. **O que é uma Constituição.** Belo Horizonte: Editora Líder, 2002.

LAUX, Henning. In Memoriam: Rationalität. *In: BEHNKE, Joachim et. al. Jahrbuch für Handlung und Entscheidungstheorie.* VS Verlag: Berlin, 2010.

LEPSIUS, M. Rainer. Institutionenanalyse und Institutionenpolitik. *In: NEDELMANN, Birgitta. Politische Institutionen im Wandel.* Sonderheft 35 der KZfSS. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1997.

_____. "Economia e sociedade": a herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (MWG). **Tempo social**, v. 24, n. 1, 2012.

_____. **Max Weber and institutional theory.** Suíça: Springer, 2017.

LICHTBLAU, Klaus. "Vergemeinschaftung" und "Vergesellschaftung" bei Max Weber: Eine Rekonstruktion seines Sprachgebrauchs. **Zeitschrift für Soziologie**, v. 29, n. 06, 2000.

_____. Max Weber's 'Sociology' as seen against the history of his work. **Max Weber studies**, Londres, v. 15, n. 2, 2015.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço**: Max weber e o marxismo weberiano. Boitempo Editorial : São Paulo, 2014.

LUCKMANN, Thomas. **The invisible religion**: the problem of religion in modern society. Nova Iorque: Macmillan, 1967.

LUHMANN, Niklas. **Legitimationdurch Verfahren**. Darmstadt: Luchterhand Verlag, 1975.

_____. **Introduction to Systems Theory**. Cambridge: Polity Press, 2013.

MAX WEBER-GESAMTAUSGABE – MWG. **MWG-Bände**. 2018. Disponível em: <<https://mwg.badw.de/mwg-baende.html>>. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

McCLELLAND, David C. **The Achieving Society**. New York: Harvard University, 1961.

MERQUIOR, José Guilherme. **Rousseau e Weber**: dois estudos sobre a teoria da legitimidade. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

MOMMSEN, Wolfgang. **The Age of bureaucracy**: perspectives on the political sociology of Max Weber. Nova Jersey: Wiley Blackwell, 1974.

_____. Culturalism and Legitimacy. Resenha de: MERQUIOR, José Guilherme. Rousseau and Weber. Two Studies in the Theory of Legitimacy. **Government and Opposition**, v. 17, n. 01, 1982.

_____. Ideal type and pure type: two variants of Max Weber's ideal-typical Method. *In*: _____. **The political and social theory of Max Weber**: collected essays. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

_____. Max Weber in modern social thought. *In*: _____. **The political and social theory of Max Weber**. Chicago: The university of Chicago Press, 1989.

_____. Max Weber's "Grand Sociology": The Origins and Composition of *Wirtschaft und Gesellschaft*. *Soziologie, History and Theory*, n. 39, 2000.

NORTH, Douglass. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, 1991.

NORKUS, Zenonas. **Max Weber und Rational Choice**. Marburg: Metropolis-Verl., 2001.

OAKES, Guy. **Weber and Rickert: concept formation in the cultural sciences**. Cambridge: MIT Press, 1990.

ORIHARA, Hiroshi. From "A Torso with a Wrong Head" to "Five Disjointed Body-Parts without a Head": A Critique of the Editorial Policy for Max Weber-Gesamtausgabe I/22. *Max Weber Studies*, v. 3, n. 2, 2003.

_____. Max Weber's "Four-Stage Rationalization-Scale of Social Action and Order" in the "Categories" and its Significance to the "Old Manuscript" of his "Economy and Society": A Positive Critique of Wolfgang Schluchter. *Max Weber Studies*, n. 8, v. 2, 2008.

OSTROM, Elinor. Institutional Rational Choice: an assessment of the institutional analysis and development framework. *In: SABATIER, Paul. Theories of the Policy Process*. Colorado: Westview Press, 2007.

PARSONS, Talcott. An analytical approach to the theory of social stratification. [1940]. *In: _____ . Essays in Sociological Theory*. Revised Edition: New York, 1954.

_____. The institutionalization of authority. *In: WEBER, Max. The theory of social and economic organization*. Nova York: Oxford University Press, 1947.

_____. **The social system**. Londres: Routledge, 2005.

_____. **A estrutura da ação social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, 2008.

_____. **O desencantamento do mundo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

REHBERG, Karl-Sirgbert. Handeln und Handlung. *In*: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

RODRIGUES, José Honório. Capitalismo e protestantismo. *In*: _____. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROSSI, Pietro. **Max Weber: una idea di Occidente**. Roma: Donzelli, 2007.

ROTH, Guenther. Introduction. *In*: WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1978.

RUNCIMAN, Walter Garrison. **A critique of Max Weber's Philosophy of social science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

SANDER, Fritz. Der Gegenstand der reinen Gesellschaftslehre. **Archiv für Sozialwissenschaften**, vol. 54, 1925.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Max Webers Beitrag zum "Grundriß der Sozialökonomik":
Titelzusatz: Editionsprobleme und Editionsstrategien. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 50, n. 2, 1998a.

_____. Replik. *In*: BIENFAIT, Agathe; WAGNER, Gerhard. **Verantwortliches Handeln in gesellschaftlichen Ordnungen**. Beiträge zu Wolfgang Schluchters *Religion und Lebensführung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998b.

_____. **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt**. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

_____. **Handlung, Ordnung und Kultur**. Heidelberg: Mohr Siebeck, 2005.

_____. **Acción, orden y cultura**: estúdios para um programa de investigación em conexión com Max Weber. Prometeu: Buenos Aires, 2011.

_____. Os conceitos sociológicos fundamentais: a fundamentação da sociologia compreensiva de Max Weber. *In*: **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

_____. **Max Weber Später Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

SCHMID, Hans Bernhard. Max Weber's Concept of Consensus. *In*: _____. **Plural Action Essays on Collective Intentionality and the and Social Sciences**. Springer: Suíça, 2008.

SCHMIDT, Reinhard. Problemi lessicali nella traduzione delle opere di Max Weber. **Studi dell'Istituto linguistico della Facoltà di Economia e Commercio**, n. 4, v. 2, 1988.

_____. Premessa terminologica – Terminologisches Vorwort. **Annali di sociologia – Soziologisches Jahrbuch**, n. 9, v. 2, 1993.

_____. Tradurre senza tradire: la traduzione italiana di Economia e società di Max Weber. **Studi perugini**, n. 1, v. 2, 1996.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. Sinn. *In*: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

SCHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

SCHWINN, Thomas. Max Webers Konzeption des Mikro-Makro Problems. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 45, 1993.

_____. Wieviel Subjekt Benötigt die Handlungstheorie? Zur Weber-Rezeption von Alfred Schütz und Talcott Parsons. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 49, 1995.

_____. Zur Neubestimmung des Verhältnisses von Religion und Moderne: Säkularisierung, Differenzierung und multiplen Modernitäten. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 53, 2013.

SELL, Carlos Eduardo. Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, 2007.

_____. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Weber no século XXI: desafios e dilemas de um paradigma weberiano. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014a.

_____. **Max Weber no Brasil**: a interpretação do pensamento weberiano na pesquisa brasileira. Relatório de bolsa de produtividade em pesquisa 2010-2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014b.

_____. Introdução: o que é a teoria social contemporânea? *In*: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (Orgs). **Teoria sociológica contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017.

_____. The two concepts of patrimonialism in Max Weber: from the domestic model to the organizational model. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2017.

_____. Resenha de: (MWG/12) - Sociologia Compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 3, 2018a.

_____. Poder instituído e potência subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, 2018b.

SELL, Carlos Eduardo; JUNIOR, Josias de Paula. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, 2016.

SERGIO, da Mata. **A fascinação weberiana: as origens da obra de Max Weber**. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013.

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas, **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 43, n. 1, 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Nova Cultural: São Paulo, 1988.

STAMMLER, Rudolf. **Wirtschaft und Recht nach der materialistischen Geschichtsauffassung**. Leipzig: Verlag von Veit & Com., 1896.

SWEDBERD, Richard. Orientation to others: a central but forgotten concept in Max Weber's Sociology. In: MANZO, Gianluca (*Orgs*). **Theories and Social Mechanisms**. Oxford: Bardwell Press, 2015.

SWEDBERG, Richard; AGEVALL, Ola. **The Max Weber Dictionary: key words and central concepts**. California: Stanford Social Sciences, 2016.

TENBRUCK, Friedrich. Abschied von Wirtschaft und Gesellschaft. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft/Journal of Institutional and Theoretical Economics**, n. 133, v. 4, 1977.

_____. **Die unbewältigten Sozialwissenschaften oder Die Abschaffung des Menschen**. Graz/Wien/Köln: Styria, 1984.

TÖNNIES, FERDINAND. **Gemeinschaft und Gesellschaft**: Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen. Fues: Berlin, 1887.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

TURNER, Jonathan. **Theoretical principles of sociology: macrodynamics**. Springer: Riverside, 2010.

TURNER, Stephen; FACTOR, Regis. Objective Possibility and Adequate Causation in Weber's Methodological Writings. **Sociological Review**, v. 29, n. 1, 1981.

TURNER, Stephen. Weber on action. **American Sociological Review**, v. 48, 1983.

VANDENBERGUE, Frederic. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**. n. 17, v. 1, 1999.

_____. Prefácio à edição brasileira: metateoria, teoria social, teoria sociológica. *In*: _____. **Uma história filosófica da sociologia alemã**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 1-37.

VILLEGAS, Gil. Revisões e comentários. *In*: WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: FCE, 2014.

WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Traduzido por Talcott Parsons. Oxford: Oxford University Press, 1947.

_____. **Economia e Società**. Tradução de Pietro Rossi *et al.* Milão: Edizioni di Comunità, 1961.

_____. **Essais sur la théorie da la science**. Tradução de Julien Freund. Paris: Librairie Plon, 1965.

_____. **Economy and society**. Tradução de Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1968.

_____. **Économie et société: les catégories de la Sociologie**. Tradução de Julien Freund. Paris: Librairie Plon, 1971.

_____. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1982

_____. Stammler's 'Überwindung' der materialistischen Geschichtsauffassung. In: _____. (Org. Johannes Winckelmann). **Max Weber: Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen, 1985 [1907].

[GdS] _____. (org.). **Grundriss der Sozialökonomik**. Tübingen: Mohr [Siebeck], 1914, vol. I.

[WuG] _____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie**. Tübingen: Mohr [Siebeck], 1985 (1921).

_____. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. In: _____. (Org. Johannes Winckelmann). **Max Weber: Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen, 1985 [1906].

_____. **Economía y sociedad: Esbozo de Sociología Compreensiva**. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo García Máynez e José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

[MWG II/8] _____. **Briefe 1913-1914**. Organização de M. R. Lepsius e W. J. Mommsen, com colaboração de B. Rudhard e M. Schön. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 2003.

_____. **Economia e Società. Comunità.** (traduzido por Massimo Palma a partir do volume I/22-1 da *MWG* organizado por W. J. Mommsen, em colaboração com M. Meyer). Roma: Donzelli, 2005.

[MWG I/23] _____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Soziologie (1919–1920).** Knut Borchardt, Edith Hanke e Wolfgang Schluchter (Eds.) Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

_____. **Collected methodological writing.** Tradução de Hans Henrik Bruun. Nova York: Routledge, 2014.

_____. **Economia y sociedad.** Tradução de Francisco Gil Villegas. 3ª ed. México/Fondo de Cultura Económica, 2014.

[*EeS*] _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

_____. **Escritos Políticos.** Tradução de Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa. São Paulo: Fofha de São Paulo, 2015.

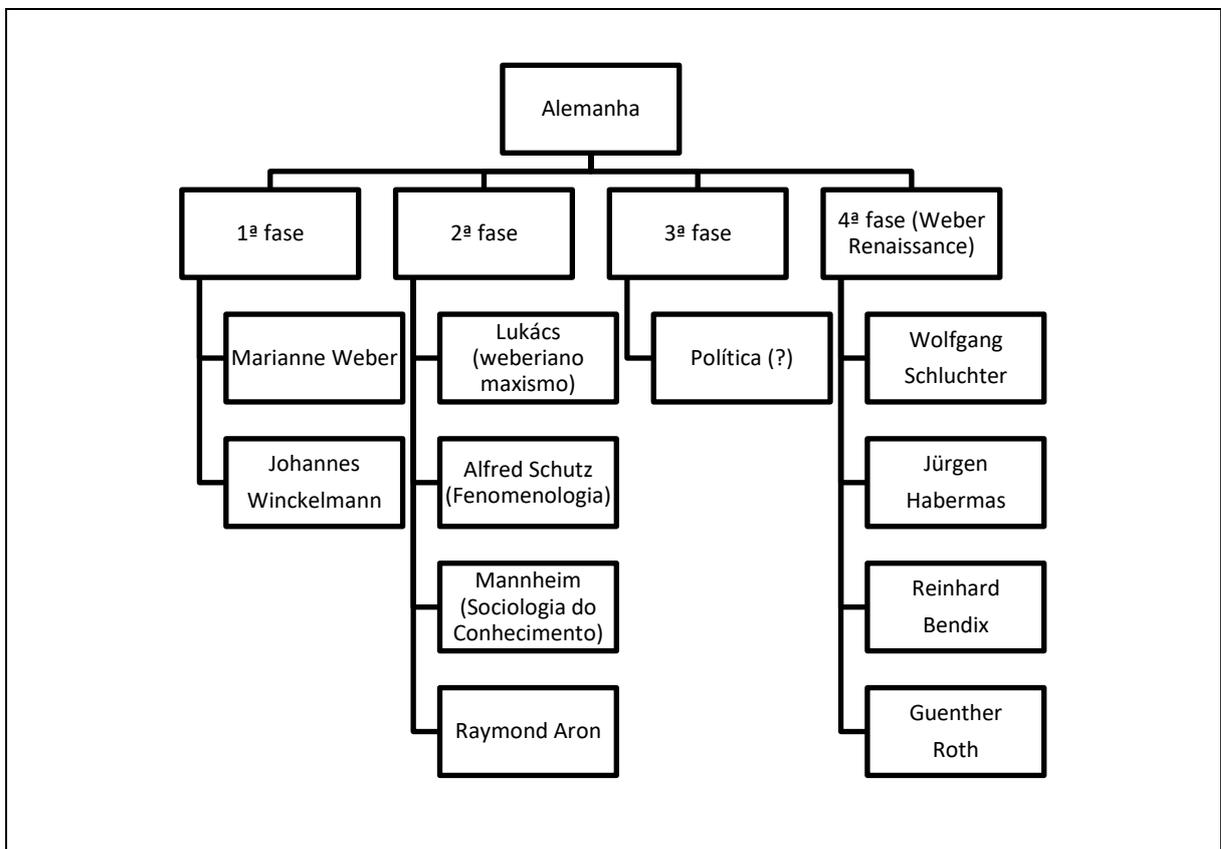
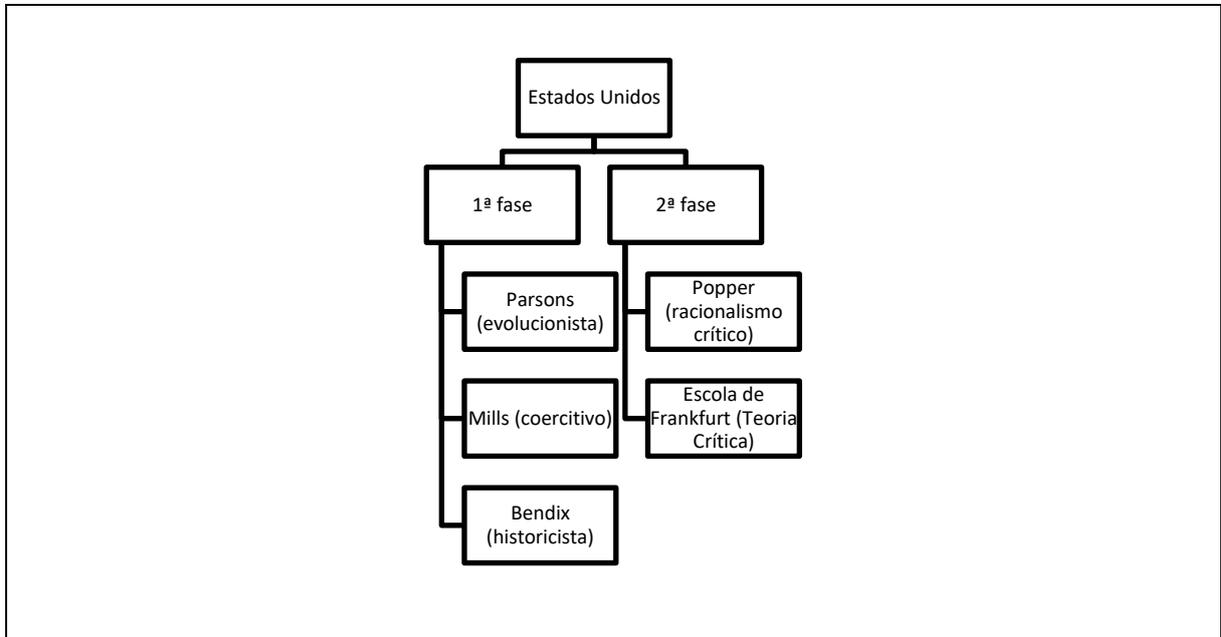
_____. **Metodologia das Ciências Sociais.** Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2016.

[MWG I/12] _____. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit: schriften und reden (1908-1917).** Johannes Weiss e Sabine Frommer (Eds.) . Tübingen: Mohr Siebeck, 2018.

_____. **Economy and society.** Tradução de Keith Tribe. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Express, 2019.

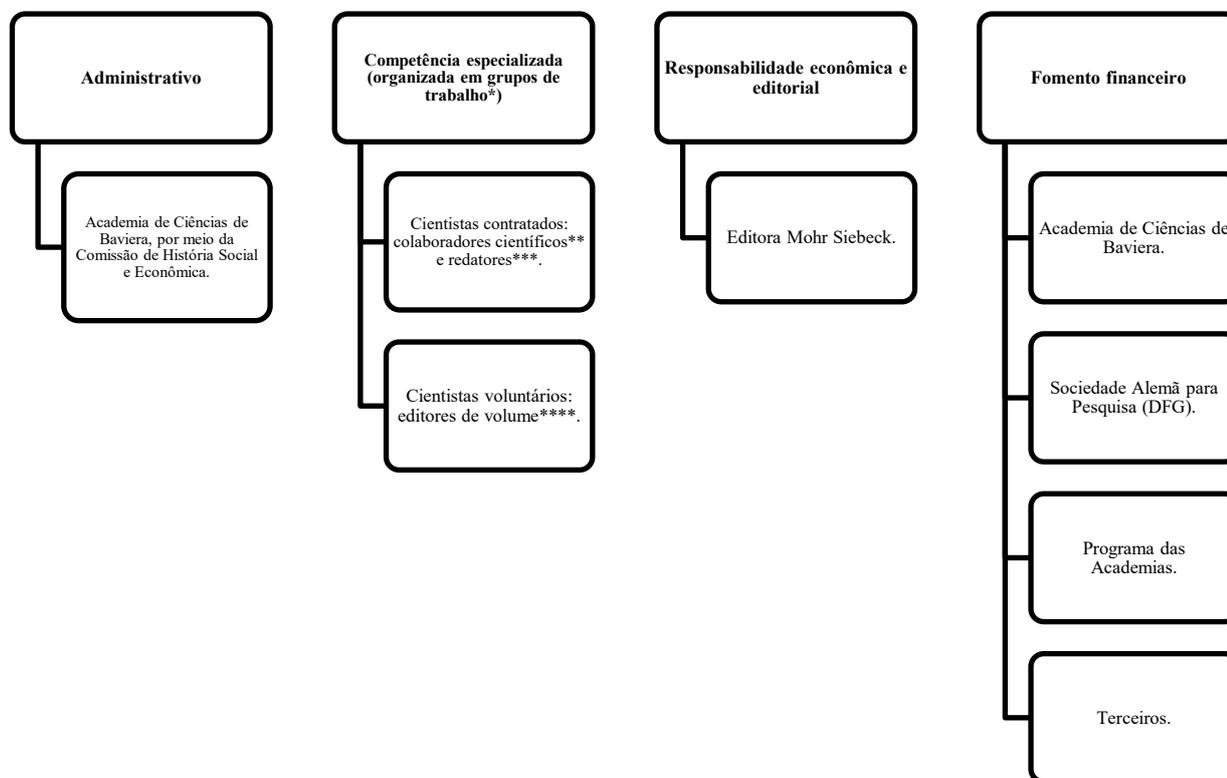
WEISS, Raquel; BENTHEIN, Rafael Faraco. 100 anos sem Durkheim, 100 anos com Durkheim. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 44, 2017.

**APÊNDICE A – AS INTERPRETAÇÕES DA OBRA DE MAX WEBER NOS
ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA**



Fonte: própria autora, com base em Sell (2013).

APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL DA MWG



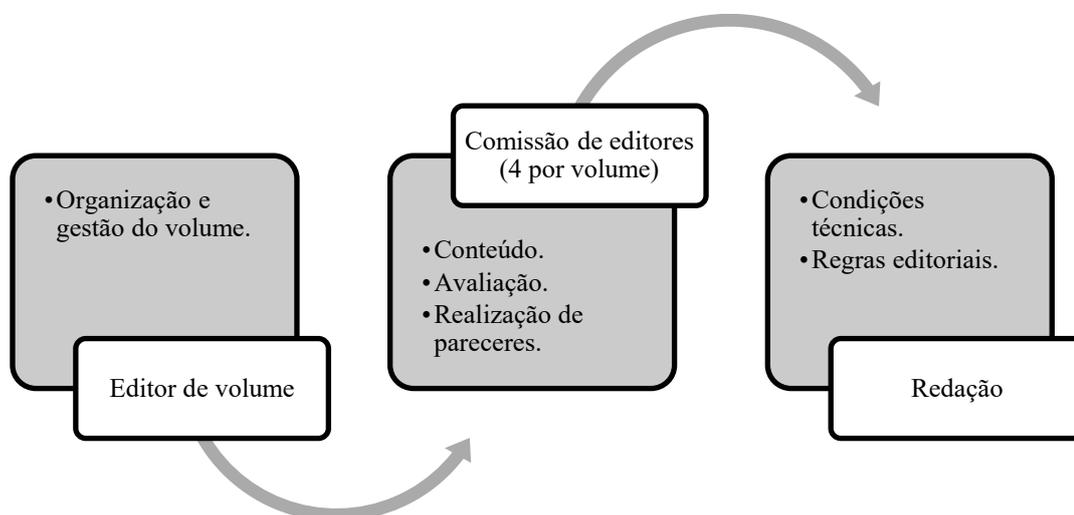
* Os grupos de trabalho funcionam de maneira descentralizada. Há grupos funcionando nas universidades de Düsseldorf, Frankfurt-na-der-Oder, Frankfurt-am-Main, Heidelberg, Kassel e Academia de Ciências de Baviera de Munique. É em Munique que fica a sede da redação e o escritório geral da MWG.

** Responsáveis pela revisão do texto, estabelecimento de padrão editorial, criação de notas explicativas, relatórios, notas editoriais preliminares, índices e afins.

*** Responsáveis pela normatização editorial e técnica.

**** Responsáveis por redigir a introdução do volume e monitorar o processo de organização. São especialistas no tema do volume.

Fonte: própria autora, com base em Hanke (2012)

APÊNDICE C – INSTÂNCIAS DE CONTROLE DE TRABALHO NA MWG

Fonte: própria autora, com base em Hanke (2012)